CLÁUDIO HUMBERTO LESSA

MARCAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICO-DISCURSIVA EM ENSAIOS DE INTELECTUAIS DE ESQUERDA: VALORES, IMAGINÁRIOS E A PROJEÇÃO DE AUTO E HETERO-IMAGENS

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Junho/2009

PDF processed with CutePDF evaluation edition www.CutePDF.com

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIO HUMBERTO LESSA

MARCAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICO-DISCURSIVA EM ENSAIOS DE INTELECTUAIS DE ESQUERDA: VALORES, IMAGINÁRIOS E A PROJEÇÃO DE AUTO E HETERO-IMAGENS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística
Linha de Pesquisa E: Análise do Discurso
Orientadora: Profa. Dra. Ida Lúcia Machado
Co-orientador: William Augusto Menezes

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Junho/2009

Pintura de Di Cavalcanti (*O Operário*)

O Açúcar (Ferreira Gullar)

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por
milagre.

Vejo-o puro e afável ao paladar
como beijo de moça, água na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o
Oliveira, dono da mercearia.
Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola, homens que não sabem ler e
morrem aos vinte e sete anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em
Ipanema.

A todos os trabalhadores brasileiros e a todos que sofrem algum tipo de opressão e sofrimento, fruto das desigualdades sociais, que mesmo nas adversidades, produzem e reproduzem as condições materiais de existência deste país e aspiram a um futuro de justiça social, paz e liberdade...

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho de tese no qual reflito sobre o processo de constituição de identidade; hoje, estou ainda mais convencido do quanto o *outro/Outro* nos constitui, seja nos estabilizando ou desestabilizando, sendo, ora nosso *inferno*, ora nosso paraíso... A esses tantos outros quero agradecer...

A Jesus Cristo, pelos dons do Amor, da Vida e da Esperança...

Aos meus pais, Inilta Lessa e Alencar Humberto (*in memorian*) (meus primeiros alfabetizadores).

Aos meus queridos irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, cunhados e cunhadas... Minha família, meu chão... Especialmente a Jacque (*in memorian*): Jacque, a filósofa da família, obrigado por sempre ter torcido por mim, para que chegasse esse momento de realização acadêmica, obrigado pelas tantas vezes que você quis ouvir meus trabalhos, minhas reflexões, que saudades de nossos diálogos filosóficos *naquelas tardes fagueiras,* à sombra do pé de laranja ou na varanda na casa de nossa mãe ...

A Ida Lúcia Machado, obrigado por ter aceitado mais uma vez me orientar nessa aventura pelo discurso político e acadêmico de esquerda. Você me ensinou e continua ensinando que é preciso assumir com coragem, com independência, com criticidade e humildade, o papel de pesquisador... Obrigado pela confiança, pela amizade, pelo carinho e pelo incentivo... Seu exemplo e seus ensinamentos estarão sempre presentes em minha trajetória acadêmica e humana...

Ao William Menezes, pela amizade e pelo incentivo em suas aulas de argumentação; William, sua co-orientação começou, mesmo informalmente, no mestrado, lembra? Quando você se predispôs a analisar meu trabalho de dissertação. Obrigado, seu conhecimento do processo histórico foi imprescindível para que eu concluísse este trabalho de tese, você me ajudou a dar uma guinada de

360º na compreensão dos fenômenos aos quais me propus investigar, você me ajudou a dar corpo às idéias que existiam em germe sobre o ser esquerda...

À Profa. Ruth Amossy, da Universidade de Tel-Aviv, pela disposição e paciência ao tentar, a todo custo, entender meu francês em uma reunião que tivemos quando de sua visita ao Brasil pela primeira vez. Ela contribuiu para reforçar a idéia, já sugerida por nossa orientadora, de que o *corpus* da pesquisa ensejava uma reflexão sobre a ensaística. Profa. Ruth, muito obrigado pela sugestão da bibliografia sobre a prosa de idéias, pelo acolhimento das dúvidas, pela simpatia e disponibilidade toda vez que entramos em contato...

Obrigado à Profa. Gália Yanoschevsky, da Universidade de Bar-Ilan, de Tel-Aviv, pelo fornecimento de extensa bibliografia sobre a prosa de idéias e pelos contatos por e-mail. Sua ajuda foi inestimável...

Obrigado à Profa. Ester Vaisman, pela acolhida em suas aulas de filosofia na FAFICH, sua lições sobre as obras de juventude de Marx foram indispensáveis para uma maior compreensão da reflexão marxiana.

A todos os colegas do NAD (Núcleo de Análise do Discurso) pelo convívio, pela partilha de sonhos e esperanças e pelas trocas de idéias... Aparecida Cota, Vaneza Vasconcelos, Simone Mendes, Suzana Cohen, Rosilene Aparecida Alves, Williane, Fernanda, Sandra Guadanini, Renata, Adélia, Meliandro, Jussati, João Marcos, Woodson Fiorini, Cássio Eduardo ... Agradeço imensamente à Carolina Assunção pelo carinho e pela atenção ao enviar de Paris um livro tão importante para que eu pudesse entender melhor o gênero ensaio... Valeu demais Carol!

A todos os professores da linha E, especialmente a Gláucia Lara (pelo empréstimo de bibliografia referente ao campo da argumentação) e ao Antônio Augusto de Faria, que mesmo com suas críticas acirradas, contribuiu para me desinstalar e fazer com que eu enriquecesse ainda mais o *corpus* desta pesquisa... Obrigado à Profa. Júnia Diniz Focas pelas sugestões durante sua disciplina sobre argumentação, por ter permitido minha participação como ouvinte e por todos seus ensinamentos...

A todos os meus colegas de profissão da E.M. Profa Isaura Santos, minha paixão, meu laboratório de vida e de experiências no ensino da linguagem... A todos os meus alunos, razão maior da minha busca por conhecimentos mais sólidos, mais bem fundados no campo da linguagem, da argumentação e da política ... É na prática, é no enfrentamento do dia-a-dia, que sentimos o quanto nossa pesquisa no âmbito acadêmico pode ou não contribuir para um fazer pedagógico mais eficaz...

Ao Prof. João Câncio de Ensino Religioso, da 6ª série, porque mesmo apesar de estarmos ainda na ditatura militar ousava ler conosco cartilhas das CEBs, foi a primeira vez que percebi no plano teórico que a sociedade brasileira é constituída de muitas contradições, de classes sociais em conflito... À Profa. Zenóbia, de História, do segundo grau técnico de Processamento de Dados, por ter adotado um livro de OSPB, escrito por Frei Betto; nesta época, também pude aprofundar meu estudo sobre as contradições brasileiras, sobre as desigualdades sociais do sistema capitalista...

A todos esses outros digo,

> "..e aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar..." Gonzaguinha

"Não apenas nossas identidades não nos são emocionalmente indiferentes, mas se realizam, em sua constituição, algumas de nossas tensões intra-psíquicas (...) Ao mesmo tempo, entram em jogo, no nível dessa sensibilidade sociopolítica, as relações dinâmicas entre as imagens de si e as imagens do outro, uma vez que as qualidades da auto-representação acompanham-se da valorização ou desvalorização de outrem." (Pierre Ansart, 1983)

RESUMO

Neste trabalho de tese, formulamos a hipótese de que é possível perceber, durante o primeiro mandato do governo Lula, um processo de afirmação e destituição de identidade político-discursiva no campo de debate de idéias políticas. Identificamos nas práticas militante e acadêmica, enunciadores cujas argumentações negam ou reivindicam uma identidade de esquerda atribuída a Lula ou ao PT. Na análise de vários gêneros textuais, observamos uma diversidade de qualificações para o termo esquerda: *democrática*, *moderna, socialista*, *revisionista*, *social-democrata*, *revolucionária*. Para entender os fundamentos históricos, filosóficos e retóricos do emprego desses adjetivos, constituímos um *corpus* de ensaios produzidos, em sua maioria, por intelectuais brasileiros que se reivindicam de esquerda. Nesse processo, defendemos a tese de que o conceito de esquerda: i) pode assumir diferentes configurações semânticas de acordo com um determinado momento histórico e de acordo com os posicionamentos políticos dos intelectuais que o definem; ii) indexa-se em elaborações teóricas específicas; iii) aponta para diferentes argumentações, valores e *imaginários de verdade política*. Três ideais de esquerda mostraram-se recorrentes no *corpus* pesquisado. Baseando-nos em Boaventura Souza Santos (2006, 2007), consideramos esses ideais como argumentações distintas em prol do que cada intelectual entende por emancipação social. Seguimos a orientação metodológica de Patrick Charaudeau (2006) para quem o Discurso Político estrutura-se a partir de uma dialética entre conceito e prática política; assim sendo, estruturamos nosso texto a partir de dois questionamentos: primeiramente, refletimos sobre o "em nome de que se argumenta, de quais valores?" quando um intelectual define o ser de esquerda. Buscamos apreender a natureza do fenômeno das ideologias políticas e de alguns dos *imaginários de verdade política* contemporâneos associados à esquerda; em um segundo momento, tentamos responder à questão: "com quais recursos lingüísticos, com quais estratégias discursivas, os intelectuais sinalizam, no texto, o processo de afirmação/destituição de identidade?" A análise dos recursos lingüísticos e discursivos de subjetividade e de alteridade permitiram-nos observar que os discursos dos intelectuais manifestam uma lógica agonística, que se estrutura por um processo no qual e pelo qual os enunciadores entretêm "relações dinâmicas entre as imagens de si e as de outrem", nas quais "as qualidades da auto-representação acompanham-se da valorização ou da desvalorização de outrem" Pierre Ansart (1983); por isso, tentamos identificar e analisar os pontos de polêmica entre os ideais; observamos que, ao recontextualizar retoricamente o discurso do outro, os enunciadores: i) deixam marcas no texto da fronteira entre os discursos, os posicionamentos e as filiações teóricas, e ii) constroem auto e hetero-imagens, realizam uma avaliação ética do que consideram virtudes, falhas e vícios dos atores sociais. Formulamos a hipótese de que os textos do *corpus* podem ser chamados de ensaios teórico-analíticos políticos; são escritos na confluência entre engajamento teórico e político; reúnem traços de uma argumentação tanto lógica, quanto passional; propõem-se a explicar, a analisar o real e a avaliar as ações, os atores e suas imagens.

RÉSUMÉ

Dans notre travail de recherche nous avons formulé l'hypothèse suivante : depuis le premier mandat du Président Lula, il est possible d'apercevoir la mise en place d'un mouvement lié aux débats autour des idées politiques. Ce mouvement prône soit l'affirmation soit la destitution des identités politique-discursives. On a ainsi repéré à l'intérieur des pratiques militantes et académiques, des énonciateurs dont les argumentations nient ou revendiquent une identité de gauche liée à Lula ou à son parti politique, le Parti des Travailleurs (PT). En analysant plusieurs textes issus de différents genres, on a pu observer qu'il existe au jour d'aujourd hui une grande diversité d'adjectifs qui veulent qualifier le mot « gauche » en politique : ainsi elle peut être *démocratique, moderne, socialiste, révisionniste, social-démocrate, révolutionnaire*, etc. Pour mieux comprendre les bases historiques, philosophiques et rhétoriques concernant l'emploi de ces axiologiques, on a constitué un *corpus* formé par des essais produits, dans leur grande majorité, par des intellectuels brésiliens appartenant à des partis politiques de gauche. Nous défendons donc la thèse selon laquelle le concept de gauche peut assumer de différentes configurations sémantiques conformément le moment historique et les positions politiques des intellectuels qui essaient de le définir ; ce concept peut également être indexé dans des élaborations théoriques spécifiques ; en outre, il peut porter de différentes argumentations, de différentes valeurs, bref être doté des différents *imaginaires de vérité politique*. Trois idéaux de gauche se sont montrés récurrents dans notre *corpus*. Si on prend pour base Boaventura Souza Santos (2006, 2007) on peut les considérer comme des argumentations distinctes qui vont se retrouver à la fin avec ce que les intellectuels entendent par « émancipation sociale ». Nous avons suivi l'orientation méthodologique de Patrick Charaudeau (2006) théoricien du discours, pour qui le Discours Politique peut être structuré à partir d'une dialectique établie entre concept et pratique politique. A partir de là, nous avons travaillé sur deux problématiques : la première centrée sur la question « au nom de qui on argumente, basé sur quelles valeurs ? » en songeant au travail argumentatif élaboré par un intellectuel, dans son effort de définir « l'être de gauche ». Nous avons cherché d'appréhender la nature même du phénomène des idéologies politiques de gauche et de quelques *imaginaires de vérité politique* actuels, dans un premier moment. Ensuite, dans un second moment, nous avons essayé de répondre à la question : « avec quels recours linguistiques, avec quelles stratégies discursives, les intellectuels signalisent-ils dans leurs textes, les processus d'affirmation/destitution identitaire ? » L'analyse de ces procédés (liés à la subjectivité et à l'altérité) nous a permit de détecter dans les discours des intellectuels une logique agonistique : elle se présente par la mise en place d'un procédé où les énonciateurs maintiennent des « rapports dynamiques avec leurs images et celles d'autrui » et dans lequel « les qualités d'autoreprésentation sont accompagnées de la mise en valeur - ou non - d'autrui » (selon Pierre Ansart, 1983). C'est cela que nous a poussés à identifier et à analyser certains points de polémique insérés dans ces types d'idéaux. Nous avons ainsi pu observer que si on opère une remise (rhétorique) en contexte du discours d'autrui, les énonciateurs : (i) y laissent des marques (dans la frontière de leurs écrits) et que ces marques concernent leurs attitudes politiques et leurs filiations théoriques ; (ii) construisent des auto et des hétéro-images en réalisant une évaluation éthique sur ce qu'ils considèrent comme des vertus, des failles et des vices des acteurs sociaux. Nous avons formulé l'hypothèse selon laquelle les textes du corpus peuvent être classés ou nommés comme des « essais théoriques-analytiques-politiques » parce qu'ils sont écrits dans la confluence entre l'engagement théorique et politique et aussi parce qu'ils réunissent des argumentations (logiques mais aussi passionnelles), et finalement parce qu'ils se proposent d'expliquer, d'analyser le réel et d'y évaluer les actions, les acteurs et leurs images.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

PARTE I – IDENTIDADE, IDEOLOGIA E POLÍTICA 19

1 Metodologia: considerações sobre o objeto de pesquisa, as primeiras hipóteses e a formação do *corpus* 20

1.1 O surgimento de uma questão identitária e o seu contexto histórico durante o primeiro mandato do governo Lula 20

1.2 A noção ser de esquerda no âmbito da prática discursiva partidária-militante 26

1.3 A noção ser de esquerda no âmbito da prática discursiva acadêmica 30

1.4 Possibilidades de análise do discurso político 33

1.5 Referenciais teóricos, metodológicos e a definição do *corpus* da pesquisa 35

2 Do conceito de ideologia à noção de *imaginários de verdade política* 51

2.1 Da natureza da política e dos ideais políticos 51

2.2 Ideologia: ocultamento, inversão da realidade ou dimensão simbólica constitutiva das sociedades e das ações políticas? 54

2.3 Ideologia, funções de conjunto, campo conflitual e mecanismos de transmissão 57

2.4 Representações sociais e *imaginários sócio-dicursivos*: uma visão do fenôme no ideológico a partir de referenciais dos Estudos da Linguagem 62

3 Direita/esquerda: razões de uma distinção, a historicidade e a multiplicidade do "ser de esquerda" 67

3.1 Fim da distinção direita/esquerda, fim da utopia de esquerda? 67

3.2 Por que razões manter a distinção? 72

3.3 Os conceitos e o dinamismo histórico 77

3.4 Da multiplicidade de ideais de esquerda 80

3.4.1 Um ser de esquerda democrático radical? 80

3.4.2 Outros ideais de esquerda e a tradição das idéias socialistas 98

3.4.3 Um ser de esquerda social-democrata, do Estado de Bem-estar Social?.. 101

3.3.4 Um ser de esquerda revolucionário, crítico dos conceitos de Democracia, Estado e Sociedade Civil? 103

PARTE II – SUBJETIVIDADE, ALTERIDADE E MARCAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICO-DISCURSIVA: ASPECTOS ENUNCIATIVOS E INTERDISCURSIVOS 108

4 Em busca da discursivização da noção do ser de esquerda 109

4.1 Da subjetividade na linguagem (primeiras teorizações): o EU que determina/instaura o OUTRO? 110

4.1.1 Subjetividade e competência ideológica 113

4.1.2 As marcas da relação entre o EU e o OUTRO no dizer dos intelectuais de esquerda 117

4.2 O dialogismo imanente e as práticas sócio-históricas da linguagem: o EU determinado/ atravessado pelo OUTRO? 126

5 A polêmica discursiva e o processo de recontextualização retórica do discurso do outro 131

5.1 Entre as heterogeneidades constitutiva e mostrada: as marcas lingüísticas indicadoras das fronteiras entre os discursos 133

5.2 A polêmica entre duas tendências de esquerda 139

5.2.1 As representações do ser de esquerda democrata no discurso de Carlos Nelson Coutinho 139

5.2.2 O discurso de Carlos Nelson Coutinho recontextualizado por Ivo Tonet e as representações do ser de esquerda revolucionário 144

5.3 Considerações obre o processo de construção de identidade político-discursiva: entre identificação, diferenciação e reflexividade 152

PARTE III – A ARGUMENTAÇÃO NOS ENSAIOS DOS INTELECTUAIS DE ESQUERDA 160

6 Ensaística, argumentação e polêmica 161

6.1 Mapeando os traços genéricos do ensaio ou da fala ensaística 161

6.2 Usos do ensaio na América Latina e no Brasil: definição e funções dos ensaios produzidos por intelectuais de esquerda 172

7 Argumentação, saberes partilhados e a projeção de auto e de de hetero-imagens no processo de marcação e destituição de identidade 177

7.1 Argumentação, *doxa* e interdiscurso 177

7.2 A argumentação, o *ethos* e a projeção de auto e de hetero-imagens 183

7.2.1 O *ethos* e a projeção de uma *integridade discursiva* 185

7.2.2 *Ethos prévio*, *habitus* e *imaginários sociodiscursivos.* 187

7.2.3 A ancoragem lingüística e enunciativa do *ethos* 191

7.3 A projeção de auto-imagens pelos intelectuais de esquerda e o processo de afirmação de identidade 193

7.3.1 O contra-discurso e o *ethos* do intelectual de esquerda revolucionário, desmistificador de discursos, crítico dos conceitos de Estado, Cidadania e Democracia 195

7.3.2 O discurso mais favorável e o *ethos* do intelectual de esquerda republicanista, nacional-desenvolvimentista e democrata radical 202

7.4 A projeção de hetero-imagens e a avaliação ética do PT, do do PT-governo e de Lula 208

7.4.1 A projeção de hetero-imagens pelo contra-discurso e as estratégias de esvaziamento identitário 212

7.4.2 A projeção de hetero-imagens pelo discurso mais favorável e a a afirmação dos limites e das virtudes do governo Lula 221

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 230

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 243

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de tese, refletiremos sobre o processo de marcação/destituição de identidade político-discursiva em um grupo de ensaios produzidos por intelectuais da esquerda durante o período do primeiro mandato do governo Lula. As idéias desenvolvidas neste texto são tentativas de responder a um duplo questionamento:

1) quais ideais políticos de esquerda e que representações podem ser mobilizados quando os sujeitos buscam definir o que é ser de esquerda?
2) quais são os recursos lingüísticos e argumentativos utilizados nesse processo?

A fim de tentar refletir, problematizar e responder a essas questões, desdobramos este trabalho nas seguintes partes:

Na *Primeira Parte*, trataremos da tríade: identidade, ideologia e política. Tentaremos refletir sobre o "em nome de quais ideais se argumenta?" quando da definição do "ser esquerda".

- Primeiramente, no *Capítulo 1*, apresentaremos os aspectos metodológicos que guiam nosso olhar sobre a discursividade de esquerda desde a formulação de nossas primeiras hipóteses; em seguida, caracterizaremos o *corpus* e seu critério de seleção.

- No *Segundo Capítulo*, refletiremos sobre o vínculo entre identidade política e ideologia política, a partir de um diálogo entre

    i) os estudos da Filosofia ou da Sociologia Política de Pierre Ansart (1978, 1983), de Fábio Reis (2000) e outros;

    ii) os estudos da Análise do Discurso político de Patrick Charaudeau (2006).

  Baseando-nos nesses autores, vamos refletir sobre a natureza do conceito de ideologia em geral e de ideologia política; em um segundo momento, vamos propor a possibilidade de se tratar do fenômeno das ideologias a partir de uma problemática das representações e dos imaginários sócio-discursivos.

- No *Capítulo 3*, a partir das reflexões de Norberto Bobbio (1995), Boaventura Souza Santos (2006, 2007), Juarez Guimarães (1999), Patrick Charaudeau (2006) e William Menezes (2004), colocaremos em causa discursos que preconizam o fim da díade direita/esquerda. Refutaremos as razões desses discursos. Partiremos da premissa de que os conceitos podem modificar seus sentidos de acordo com o movimento histórico; pretendemos mostrar que o conceito de esquerda:

    i) pode assumir diferentes configurações semânticas de acordo com um determinado momento histórico e cultural e de acordo com os posicionamentos políticos dos intelectuais que se propõem a defini-lo;

ii) ancora-se em elaborações teóricas específicas;

iii) subsume diferentes valores e imaginários;

iv) aponta; enfim, para diferentes argumentações.

Para tanto, enfatizaremos três discursos, ou ainda, três tendências de esquerda teorizadas pelos estudos da filosofia ou da sociologia política e que são recorrentes em nosso *corpus*:

i) o ser de esquerda democrata radical (associado à emergência dos NMS (*Novos Movimentos Sociais)* e à ampliação da democracia);

ii) o social-democrata (associado ao Estado de Bem-estar social);

iii) o revolucionário (que se fundamenta em uma crítica radical da natureza e dos conceitos de democracia, Estado e cidadania).

Baseando-nos em Boaventura Souza Santos (2007) (sua concepção de Retórica Dialógica), vamos pensar os três ideais de esquerda como índices de diferentes *tópicas* pela emancipação que se apresentam no cenário de disputa política, cada uma ecoando diferentes representações ou imaginários de esquerda.

Na *Segunda Parte*, tentaremos mostrar a centralidade da linguagem para a apreensão dos fenômenos relativos à identidade e à ideologia políticas. Nosso objetivo será apresentar um conjunto de reflexões que nos permitam abordar a questão ideológica a partir da discursividade/textualidade da esquerda. A partir desse momento, vamos começar a responder à segunda questão que lançamos no início desta *Introdução*: como as idéias políticas são transmitidas, com quais estratégias discursivo-argumentativas? Os capítulos que se seguem serão tanto teóricos quanto analíticos. Nosso objetivo será

o de ilustrar, por meio de exemplos do *corpus*, de que maneira o processo de marcação de identidade se textualiza.

- No *Capítulo 4*, refletiremos sobre a relevância dos conceitos de subjetividade e de alteridade para se apreender o processo de marcação/afirmação e destituição de identidade político-discursiva. Baseando-nos nas reflexões de Benveniste (1989, 1995) e de Kerbrat-Orecchioni (1997) sobre a subjetividade e no conceito de dialogismo, de Bakhtin (1981, 1986, 1988a, 1988b), destacaremos alguns recursos lingüísticos mobilizados pelo sujeito comunicante para sinalizar sua presença no texto e sua relação com o outro.

- A partir do referencial teórico do capítulo precedente, no *Capítulo 5*, estabeleceremos uma unidade de análise a partir da polêmica entre duas concepções de esquerda: a democrata radical e a revolucionária, defendidas por intelectuais que se reivindicam de esquerda. Vamos refletir sobre os possíveis campos semânticos que sinalizam as identidades político-discursivas reivindicadas.

Na *Terceira Parte*, estudaremos os possíveis vínculos entre argumentação, retórica e a ensaística:

- No *Capítulo 6*, refletiremos sobre os possíveis fundamentos da enunciatividade da fala ensaística em geral. Faremos um diálogo com os estudos de Sílvio Lima (1946), Marc Angenot (1982), André Moysés Gayo (2004) e Marielle Macé (2006) e outros sobre a literatura de idéias. Vamos tentar mostrar de que

maneira a análise e, ao mesmo tempo o julgamento de idéias, a polêmica e a crítica constituem traços marcantes do gênero ensaio. Encerraremos o capítulo propondo uma tentativa de definição e caracterização do ensaio que versa sobre política.

Ainda na *Terceira Parte*, centraremos na descrição e análise de ensaios de conjuntura do governo Lula, refletiremos sobre o vínculo identidade, argumentação e retórica nessa discursividade. Objetivamos verificar como ocorre o processo de projeção de imagens, de afirmação e de destituição de identidades nesses textos. Assim,

- No *Capítulo 7*, à luz das reflexões da Nova Retórica, de Perelman (1997, 2002), de Plantin (1990, 2005) e Amossy (2000, 2007a, 2007b), vamos mostrar a possibilidade de considerar os três ideais de esquerda vistos como pontos de partida da argumentação subjacentes à fala ensaística e como componentes constitutivos do processo de marcação/destituição de identidades. Essa parte da pesquisa dialogará com os capítulos precedentes.

  Em seguida, abordaremos a questão da marcação de identidade à luz das três provas retóricas apresentadas por Aristóteles (1998), o *ethos* o *pathos* e o *logos*. Aqui vamos defender a necessidade de se entender a questão do *ethos* como um processo de projeção de auto e de hetero-imagens. Vamos inquirir a natureza do estatuto e dos papéis sociais do intelectual de esquerda a partir de um diálogo com a Sociologia dos Intelectuais de Gèrard Leclerc (2005).

  Iremos elencar os possíveis mecanismos enunciativos utilizados no processo de projeção de imagens, tentaremos responder à questão: quais são as estratégias

argumentativas de conjunto que poderiam caracterizar a fala ensaística de caráter político nos textos do *corpus*? Para tanto, propomos uma análise contrastiva de duas tendências avaliativas do governo Lula manifestadas:

i) em um ensaio de um intelectual mais favorável ao governo Lula, estamos nos referindo a Juarez Guimarães (2004); e

ii) nos ensaios de intelectuais críticos radicais desse governo, Edmundo Fernandes Dias (2006) e Ivo Tonet (2005).

Nossa idéia, aqui, é mostrar como, atualmente, quando da avaliação de um governo dito de esquerda, os enunciadores mobilizam diferentes imaginários *de verdade política* associados a diferentes concepções de esquerda. Apresentaremos os possíveis perfis atribuídos pelos intelectuais ao PT governo e ao presidente Lula.

PARTE I:

IDENTIDADE, IDEOLOGIA E POLÍTICA

CAPÍTULO 1:

METODOLOGIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE PESQUISA, AS PRIMEIRAS HIPÓTESES E A FORMAÇÃO DO *CORPUS*

1.1 O surgimento de uma questão identitária e o seu contexto histórico durante o primeiro mandato do governo Lula

"O que é ser de esquerda?", ou "Qual seria a ética do ser de esquerda?" Esse questionamento tem sido o fio condutor de nossa pesquisa sobre os discursos da esquerda desde as primeiras avaliações do governo Lula, em 2002. Essa pergunta pode ser encontrada em diversos domínios de práticas sociais, por exemplo,

i) na fala parlamentar e militante;

ii) na grande imprensa e;

iii) na fala de intelectuais que se reivindicam de esquerda ou não.

Em uma primeira análise, percebe-se que a questão sinaliza tanto um sentimento de perplexidade diante de um conjunto de discursos e de ações políticas, quanto uma dúvida sobre a noção "ser de esquerda", o que nos motiva a refletir sobre o fenômeno da identidade político-discursiva.

Mas por que perplexidade e dúvida? Afinal, como nos mostra o doutor em economia Pere Petit (2006), pela primeira vez na história do Brasil, um operário e membro de partido de esquerda é eleito. Inúmeros discursos expressaram um sentimento de medo[1]: previam que a chegada do PT ao governo causaria instabilidade na economia, não conseguiria reverter a extrema vulnerabilidade e a crise deste setor, após a política neoliberal ostensiva de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Petit (2006), durante a gestão de FHC, o País apresentou a pior taxa média de crescimento econômico, além de deixar inalterada a distribuição da riqueza. O Brasil, antes de 2002, sofreu a perda de investimento estrangeiro, de linhas de crédito internacionais; o dito "risco Brasil" - índice que avalia a capacidade de um país honrar suas dívidas – elevou-se.

Entretanto, como disse Lula em sua posse, a esperança vencera o medo. Fora eleito com 61,3%[2] dos votos no segundo turno, contra José Serra do PSDB. Petit (2006) elenca uma série de fatores que podem ter contribuído para a vitória: a história de vida e a trajetória político-sindical de Lula, a insatisfação popular com a política de FHC (as privatizações, a dependência aos grupos financeiros internacionais, as altas taxas de juros, o aumento da dívida externa, entre outros); além disso, o partido alcançara, em 1982, um crescimento eleitoral progressivo e chegou a ocupar municípios e governos estaduais. O economista considera também decisiva a mudança de estratégia e de discurso eleitoral: a política de alianças[3] que resultaria em uma coligação centro-

[1] Ver sobre essa questão a tese de William Menezes (2004).

[2] Os dados estatísticos que citamos nesta introdução são apresentados por Petit (2006).

[3] Pere Petit (2006) afirma que a coligação de partidos que apoiou a candidatura de Lula em 2002, fora constituída pelo PT, PL, PC do B, PCB e PMN. Contou também com a presença de candidatos a governador, senador e deputado do PMDB. No segundo turno, recebeu a força de Anthony Garotinho e Ciro Gomes (candidatos que concorreram no primeiro turno) e de lideranças conservadoras que

esquerda, um programa baseado em um nacional-desenvolvimentismo, endereçado a todos os setores da nação.

Frei Betto (2006), que viria a abandonar o governo e tornar-se seu crítico, descreve o sentimento de esperança e de alegria presente nos brasileiros no dia da posse:

> Brasília, tarde de quarta-feira, 1º de janeiro de 2003. Ali a resposta em corpo presente de tantos presságios, meu fio de Ariadne enfim percorrido até a ponta oposta, o torneiro-mecânico a moldar o protótipo de uma peça e dar corpo à idéia (...) A Esplanada transfigurava-se em praça vermelha. Havia fogos por todos os lados. Na grama, o verdor emergia apocalíptico, o céu irradiava um azul nublado promissor de benditas águas, o alvorecer de um novo ano pronunciava a irrupção de uma nova era. O gosto do travo na garganta, a emoção desbordando em lágrimas, um povaréu embriagado de tanta lucidez. (...) A regra fora quebrada, a exceção hasteada, a insensatez ofuscava a lógica do poder. O que outrora era visto como um filho bastardo da democracia, agora se cobria de legitimidade sacramentada pela legalidade inconteste das urnas. (BETTO, 2006, p. 21-23)

Todavia, como nos lembra Francis Wolf (2006), assim como na França, em 1983, após esse clima de euforia e de esperança com a eleição de um líder e de um partido oposicionistas tradicionalmente considerados de esquerda, muitos se decepcionaram, pois o governo adotou políticas de "realismo econômico", "de fidelidade aos organismos financeiros internacionais" A partir das primeiras medidas, sobretudo econômicas, a crítica a esse governo caracterizou-se, sobremaneira, por uma argumentação *ad hominem*, uma argumentação na qual e pela qual se refuta um oponente, mostrando uma inconsistência entre suas posições passadas e aquelas defendidas no presente.

---

declararam voto a favor de Luís Inácio Lula da Silva, como Antônio Carlos Magalhães, do PFL, o deputado Delfim Netto do PPB.

Mesmo antes da eleição, proliferavam discursos que cobravam coerência do PT[4], estamos nos referindo às críticas às alianças do partido com o PL (Partido Liberal), do atual vice-presidente, José Alencar, e à *Carta aos Brasileiros*, de junho de 2002, na qual Lula sinalizava o compromisso em realizar uma política de manutenção de contratos e das ordens institucional e democrática. Pere Petit (2006) também lembra o fato de que muitas lideranças do PT comprometeram-se com uma política de respeito ao FMI, de superávit primário; este autor alude ainda a encontros que Lula e seus assessores tiveram com empresários, banqueiros e outros setores da elite econômica, nos quais afirmaram que o futuro governo se esforçaria para manter a inflação sob controle. Assim, o PT modificava teses que anteriormente havia defendido.

Parece-nos que esse questionamento ético intensificou-se em 2005. Nomes ligados à máquina administrativa direta são acusados de participação em um esquema[5] no congresso, no qual parlamentares da base aliada estariam recebendo o pagamento de mesadas do PT, escândalo conhecido como "mensalão". Ainda em 2005, um grupo de intelectuais de esquerda reúne-se em São Paulo para discutir os rumos do Partido dos Trabalhadores e da esquerda brasileira. Lançam um manifesto no qual denunciam um esquema de "blindagem" no Palácio do Planalto e do Ministério Público em favor da política econômica e cobram a apuração das suspeitas sendo investigadas na CPI do "mensalão".

---

[4] Remetemos o leitor para o nosso artigo: *A simulação de ethos coerente no discurso de parlamentares petistas*, publicado no CD do I Encontro Mineiro de Análise do Discurso, em 2005.

[5] A acusação partiu do deputado Roberto Jefferson. Segundo o deputado, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* (11/06/2005), essa verba vinha de empresas estatais e privadas, chegava em Brasília "em malas" e era distribuído pelo tesoureiro petista Delúbio Soares, com apoio do empresário mineiro Marcos Valério, sócio das agências de publicidade SMP&B e DNA. Jefferson acusa também José Dirceu, na época, ministro da casa civil e José Genoíno, então presidente do PT. Dirceu seria o cabeça do esquema e Genoíno teria assinado empréstimos concedidos por Marcos Valério para financiar a campanha do partido durante as eleições presidenciais.

A crítica dirige-se ao campo majoritário do partido. No mesmo período, quatro líderes históricos, insatisfeitos com a votação pela direção do partido, que deu vitória a Berzoini, representante do campo majoritário, deixam o PT: Plínio Arruda Sampaio, os deputados Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP) e Jorge Almeida (BA)[6].

Petit (2006) identifica, já em 2003, inúmeros manifestos assinados por intelectuais para criticar o governo Lula, sobretudo a sua política macroeconômica. Segundo o economista esses intelectuais propunham como alternativa, "(...) o controle de capitais externos e do câmbio, a progressiva redução do superávit primário até sua eventual eliminação, a ampliação dos gastos públicos, com prioridade para setores geradores de empregos, e a redução da taxa básica de juros."

Em dezembro desse ano, muitos abandonam o PT, como Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira. Pere Petit (2006) afirma que se pode resumir a tese da maioria dos intelectuais e dos militantes de esquerda à afirmativa: "o governo Lula é neoliberal", à qual o autor refuta. Entretanto salienta que

> A importância de definir ou não ao atual governo de neoliberal é de grande importância teórica e política, pois a mesma permite sustentar um ou outro tipo de ação política em relação ao governo pelas diferentes organizações, partidos, tendências ou correntes da esquerda brasileira. (PETIT, 2006, p. 214)

Nesse contexto de avaliação ética identificamos, então, uma questão identitária no campo de produção das idéias da esquerda. Como diz Emir Sader (2004, apud PETI, 2006, p. 199) (nossos os grifos):

---

[6] Lembramos que, em 2004, a executiva do PT expulsa a senadora Heloísa Helena, o deputado Babá e a deputada Luciana Genro por não votarem contra a medida provisória para o aumento do salário mínimo, proposta pelo governo. Esses parlamentares criam o PSOL (Partido pelo Socialismo e Liberdade).

> Para a esquerda o problema não se reduz à avaliação do governo Lula e às previsões sobre seus desdobramentos futuros. Mas importante é o tema da afirmação do perfil da esquerda, dentro e fora do governo, dentro e fora do PT, no movimento social e nas outras forças políticas. Trata-se de definir as melhores vias de acumulação de forças da esquerda. As diferenças principais não se dão entre o nível de críticas e de expectativas em relação ao governo Lula, mas em relação à acumulação de forças.

Norteará este trabalho a hipótese de que subjacente aos discursos da (ou sobre a) esquerda é possível identificar uma disputa em torno da noção do que seria o "ser de esquerda" na atualidade. Parece-nos que, ao buscar (re) configurar e validar essa noção, os enunciadores:

i) realizam, ao mesmo tempo, gestos de afirmação e de destituição de identidade político-discursiva;

ii) mobilizam feixes de sentidos associados a diversas representações do ser esquerda constituídas em diferentes contextos históricos, baseadas em diferentes reflexões teóricas;

iii) lançam uma questão filosófica cuja resposta implica diferentes argumentações, expressam relações polêmicas entre valores, constroem imagens de si e do outro.

Assim sendo, vejamos rapidamente, na seqüência, de que maneira alguns atores sociais constroem um determinado perfil do ser esquerda. Vamos nos concentrar em enunciados oriundos de duas práticas sociais:

i) a partidária-militante e;

ii) a acadêmica.

1.2 A noção ser de esquerda no âmbito da prática discursiva partidária-militante

Os discursos oriundos da prática partidária-militante ou parlamentar foram os primeiros a chamar nossa atenção para a questão identitária no campo discursivo da esquerda. Petit (2006) confirma nossa hipótese ao dizer que as principais críticas ao governo Lula apareceram dentro do próprio partido, das tendências e setores militantes, movimentos sociais, sindicatos e setores mais progressistas da Igreja Católica.

Segundo o autor, esses atores acusam o governo de continuidade das políticas neoliberais de FHC. Interessante notar que Petit (2006), assim como várias matérias da grande imprensa, alude a uma "esquerda petista", e, em alguns itens do seu texto, apresenta um panorama histórico das principais tendências no PT e de suas disputas pela hegemonia.

Desde sua fundação, as lideranças do partido reivindicavam uma definição de socialismo cujo perfil deveria ser construído a partir das experiências concretas vividas pelas lutas históricas brasileiras; buscavam, assim, distanciar-se do chamado "socialismo real", implementado na URSS (qualificado como socialismo burocrático, que servia a castas de tecnocratas) e da social-democracia (caracterizada como uma política de paliativos para os males do capitalismo)[7].

Essa questão sobre "qual tipo de socialismo reivindicar" sempre esteve em disputa entre as tendências. Um exemplo emblemático dessa disputa parece ter ocorrido no VII Encontro do partido no qual aprovou-se o documento *O Socialismo Petista*; como diz Petit (2006): "No I Congresso também houve concordância quanto à definição genérica

[7] Essas caracterizações do dito socialismo real e da social-democracia ancoram-se em uma determinada crítica produzida por intelectuais do campo da esquerda tais como Juarez Guimarães (1999), por exemplo, cf. nossas referências bibliográficas.

de socialismo-democrático; as diferenças surgiram a partir do momento em que cada uma delas definiu ou entendia por democracia ou socialismo" (PETIT, 2006, p. 195)

Segundo o economista, as tendências *Articulação* e *Um Projeto para o Brasil* (bloco liderado por José Genoíno) defendiam a tese de que o socialismo-democrático identificava-se a um "(...) sistema político em que se reconhecem as mais amplas liberdades civis e políticas, a legitimação do poder político pela maioria, o pluralismo partidário e a alternância no poder." (PETIT, 2006, p. 195) Para essa corrente a democracia seria meio e fim da transformação social.

Oposta a essa corrente, a *Convergência Socialista* defendia a idéia de que o socialismo devia basear-se na democracia direta, que garantiria os direitos sociais de forma efetiva. Apesar das divergências, Petit (2006) lembra que havia uma concordância no que dizia respeito à necessidade de acúmulo de forças por parte das classes populares, para a disputa de hegemonia, mas a discordância surgia quanto à importância que deveria ser dada à participação no processo eleitoral e nos movimentos sociais e sindicatos. O autor afirma que:

> Enquanto a ´esquerda´ petista tendia a priorizar a organização e as lutas dos sindicatos e dos movimentos sociais, a ´direita´, representada então pela corrente *Um Projeto para o Brasil*, priorizava a ocupação dos espaços institucionais obtidos por via eleitoral. No ´centro´ situava-se a tese de *Articulação Nacional*, na qual defendia que a construção da sociedade socialista não podia se pautar exclusivamente pela ocupação dos espaços institucionais. (...) A ação de um governo democrático e popular somente pode avançar na transformação das estruturas sócio-econômicas do país e do Estado se contar com o apoio e a mobilização das entidades e organizações representativas da sociedade civil. (PETIT, 2006, p. 196)

Petit (2006) afirma que a *Articulação Nacional* sempre conseguiu manter a hegemonia no partido; a *Convergência Socialista*, após o congresso de 1991, abandona o partido

por não aceitar a proibição imposta que a impedia de manter atuação independente, sede e jornal próprios, além de vínculos a instituições internacionais. Em 1994, egressos dessa corrente fundam o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores-Unificado). Essas reflexões também podem ser encontradas em Iasi (2006). Segundo este autor, desde o Congresso de 1991, o socialismo deixou de ser a palavra chave nos documentos programáticos do partido e foi substituído por democracia.

Vejamos, a seguir, esse embate pela definição/especificação de uma noção, ser esquerda ou ser socialista, tomado como seu sinônimo[8], ou como ideal que fundamenta o ser de esquerda, em trechos de documentos assinados por representantes de tendências opostas no PT, no contexto do primeiro mandato do governo Lula:

> (1) A votação do novo salário mínimo de R$ 260, no mês de junho, levou ao extremo as contradições vividas pela esquerda brasileira desde a posse do governo Lula. (...) O governo encaminhou, na questão social de maior impacto simbólico junto à população, uma posição profundamente antipopular, oposta àquela que o PT e o conjunto da esquerda sempre defenderam.(...) temos um crescente descrédito do governo e da esquerda na sociedade, com a erosão das referências programáticas de esquerda, socialistas ou classistas junto aos setores mais politizados e organizados das camadas populares. Os danos para a formação da consciência e para a construção da identidade própria dos trabalhadores e dos excluídos são incalculáveis. (...) Faz-se necessário, a partir destas experiências, reencontrar um caminho estratégico, um horizonte mais amplo que possa nos tirar da paralisia e afirmar um pólo de esquerda com condições de pesar na correlação de forças. (ALENCAR, 2004)

> (2) (...) o socialismo tornou-se mera referência retórica (após citar os principais traços do PT antigamente) a consulta às bases, uma ficção (...) a verdade é que o partido rendeu-se ao neoliberalismo.(...) As circunstâncias concretas da conjuntura impedem a reunião de todos os socialistas autênticos em uma única organização política (...) Por isso surgiu, simultaneamente, em diversas vertentes, a idéia de se realizar, com todos os núcleos da diáspora socialista uma reflexão exaustiva sobre os novos caminhos que o socialismo precisa trilhar (...)
> (SAMPAIO, 2005, A8)

[8] Alguns defendem que a esquerda não pode ser associada unicamente aos ideais socialistas. Entretanto, esse posicionamento não constituirá objeto de análise nesta pesquisa.

> (3) A partir do I congresso, o PT formulou uma condenação explícita do autoritarismo e adotou uma concepção democrática de socialismo (...) evitou dois equívocos: o primeiro comum aos liberais conservadores, que reduzem a democracia a regras formais; o segundo, comum à esquerda tradicional, que concebia a democracia como um movimento sem regras. No seu conceito de democracia substantiva e participativa, o PT não prescinde de entendê-la como constituída de regras e normas. O PT soube redefinir a noção de democracia numa nova síntese, incorporando o melhor do liberalismo democrático e o melhor da esquerda democrática. (...) O principal desafio do PT, neste novo período, consiste em atualizar seu ideário político e programático (...) deve abarcar e combinar duas perspectivas: a perspectiva da sociedade e a perspectiva do Estado. (GENOÍNO, 2005)

> (4) A ação política da esquerda deve partir de uma crítica contundente às instituições sociais, econômicas e políticas e desembocar num profundo programa reformador das mesmas, visando radicalizar a democracia, ampliar a cidadania – criando novas esferas de participação social e política – e garantir direitos. Um programa reformador deve voltar-se para a reconstrução do Estado, capacitando-o para uma ação eficaz no provimento de serviços públicos essenciais (...) A social-democracia européia, após anos de indefinições e derrotas eleitorais, está em franca ascensão. (GENOÍNO, 1999)

Plínio Arruda Sampaio e Chico Alencar abandonaram o partido. Ambos pertenciam a correntes mais "à esquerda do PT". Parece-nos que esses enunciadores realizam gestos de afirmação/destituição de identidade político-discursiva: mobilizam uma argumentação *ad hominem*, atribuem ao PT a imagem de um partido contraditório, incoerente, atribuem à organização uma mudança de identidade: "o partido redeu-se ao neoliberalismo"; ao mesmo tempo, Alencar (2004) e Sampaio (2005) argumentam a necessidade de se afirmar uma identidade de esquerda ou socialista, Sampaio (2005) fala de "socialistas autênticos"; Alencar (2004) defende "(...) referências programáticas de esquerda socialistas ou classistas"

Já Genoíno (1999, 2005) , pertencente à corrente *Demoracia Radical*, de apoio ao PT-governo, confirma as reflexões de Pere Petit (2006) sobre o posicionamento dessa corrente quanto à definição do ser esquerda, ser socialista. Genoíno (1999, 2005)

defende uma atualização ideológica programática no âmbito da ação política de esquerda; reivindica uma noção de ser esquerda caracterizada pelos seguintes traços: pauta-se por uma "concepção democrática de socialismo"; incorpora "o melhor do liberalismo democrático e o melhor da esquerda democrática"; propõe um "programa reformador das instituições", do Estado.

Após nossas primeiras análises desse embate pela definição do "ser de esquerda" no âmbito das práticas partidária e militante, sentimos a necessidade de compreender o fundamento ideológico dessa disputa nocional. Assim, iniciamos novas investigações a partir da leitura de artigos e de outros textos científicos escritos por intelectuais que se reivindicam de esquerda. Essa investigação nos conduziria à delimitação do *corpus* que apresentaremos nesta pesquisa. Na seqüência, vejamos quais as questões que a discursividade dos intelectuais nos apresentou.

1.3 A noção ser de esquerda no âmbito da prática discursiva acadêmica

Vimos no item anterior que muitos intelectuais abandonaram o Partido dos Trabalhadores. A grande imprensa acusa a *intelligentsia* de silenciar-se diante das incoerências do PT e do momento político. Um grupo de pesquisadores lançam um livro *O silêncio dos intelectuais*, cujos artigos buscam refletir sobre o papel dos intelectuais na política. Entretanto, durante o primeiro mandato do governo, podemos encontrar inúmeros livros, manifestos e textos na forma de artigos que avaliam o governo Lula. Concordamos com Petit (2006) para quem não se pode falar de um "pretendido" silêncio dos intelectuais e nem de sua "morte" no cenário de debate e de produção das idéias políticas.

Segundo Wolf (2006) esses intelectuais se viram diante de dilemas antigos: manter os ideais ou, em nome do realismo político, atuar como conselheiros do poder, justificando as ações deste? Adotar uma ética da convicção[9] (fidelidade irrestrita aos ideais e denúncia permanente do sistema) ou uma ética da responsabilidade (que define o sumo bem como sendo sempre circunstancial, relativo) sendo preferível tentar melhorar o real a confrontá-lo sempre a um ideal inacessível?

A tarefa do intelectual, assim, não seria opor-se eternamente, mas modular sua crítica, com intuito de estabelecer o que é ou não tolerável e saber; portanto, justificar o que é melhor, ainda que este não seja o sumo bem idealizado. Nesse caso, adverte o autor, corre-se o risco, sim, de traição aos ideais e de conversão a um realismo cínico, o que faz comumente o homem político, não devendo ser esta a atitude dos intelectuais. Já o culto à pureza das idéias pode conduzir a uma política do pior ou ao autoritarismo, em nome de ideais absolutos.

Um simples olhar sobre alguns dos títulos das obras assinadas por intelectuais já nos permite observar a manifestação da questão identitária no âmbito de produção das idéias da esquerda: *O PT das origens não existe mais* de Cyro Garcia (2001); *Zero à esquerda* de Paulo Arantes (2004); *"Novos ventos de esquerda" ou ar quente de uma nova direita?* de James Petras (2005); *A esquerda e o governo Lula* de Emir Sader (2005); *Uma esquerda fora de lugar* de Ricardo Antunes (2006); *Esquerda brasileira e tradição republicana – Estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula* de Luís Werneck Vianna (2006); *O que a esquerda deve propor*, de Roberto Mangabeira Unger (2008), para citar somente alguns.

---

[9] O autor retoma essas duas noções de ética, referindo-se a Max Weber (1951) , em sua obra *Le politique et le savant.*

Nessa discursividade, também encontramos gestos de afirmação e de destituição de identidade político-discursiva. Ora nos deparamos com a defesa do governo Lula e de sua identidade de esquerda, ora com a sua denúncia e refutação. Iremos encontrar também um campo fértil para o exame de diferentes ideais e de representações que delineiam um perfil do ser de esquerda.

Mas qual a natureza desses ideais de esquerda? Por que alguns intelectuais utilizam os adjetivos *classista*, *socialista*, *autêntica*, *revolucionária*, para qualificar o "ser esquerda" e outros, adjetivos tais como *democrática*, *reformista, social-democrata, democrática radical,* dentre outros? Essa diversidade de epítetos, como dissemos, apontam para feixes de sentidos associados a diferentes representações do ser esquerda, constituídas em diferentes contextos históricos, baseadas em diferentes reflexões teóricas, o que nos levou a estudar os fundamentos ideológicos e epistemológicos do conceito de ser esquerda. Entretanto, antes de nos aventuramos nesse estudo, lançamos outras interrogações que nos inquietam.

É possível que nós, estudiosos da linguagem, possamos investigar essa questão? Qual o vínculo entre os Estudos da Linguagem e a Política? Como um campo pode contribuir com o outro? Qual é a especificidade da abordagem do campo das Ciências da Linguagem em relação aos outros campos que pensam a política ou o político (A Filosofia Política, a Ciência Política e a História)? Quais seriam os referenciais teóricos e metodológicos apropriados para essa empresa? A fim de nos ajudar a tentar responder a essas questões, temos nos filiado às reflexões teóricas e metodológicas elaboradas por Patrick Charaudeau (2006), dentre outros, sobre o Discurso Político.

1.4 Possibilidades de análise do discurso político

O interesse dos estudiosos da linguagem pela política, remonta ao surgimento da Análise do Discurso na França, na década de 60. Charaudeau (2006) nos lembra que o início do estudo do Discurso Político naquele país coincidiu com a fundação de um novo paradigma cujas noções permitiram o estudo da língua não somente como sistema, mas como discurso (o que implica a consideração de um contexto sócio-histórico, de suas condições de produção, dos valores e dos universos de pensamento veiculados na materialidade lingüística). O autor salienta que os estudos do discurso político sempre priorizaram as idéias, os conteúdos; talvez, porque, antes, o jogo político pautava-se pela disputa entre sistemas de pensamento mais delimitados como esquerda/direita.

Entretanto esse lingüista, assim como Courtine (2006) e Habermas (1984, 1997) nos mostra que, contemporaneamente, assiste-se a um deslocamento da política, considerada atividade de defesa de idéias, para a política centrada na gestão do verbo, na espetacularização midiática, na persuasão/sedução, na projeção de imagens.

Para Charaudeau o fenômeno político fundamenta-se em uma guerra simbólica que visa ao poder: "(...) o discurso das idéias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímel (dizer (...) o Verdadeiro, O Falso e o Possível" (CHARAUDEAU, 2006, p. 46). Assim, para ele, a Análise do Discurso não deve se circunscrever somente à investigação do conteúdo político, mas deve abarcar também as estratégias de captação, de sedução do discurso político, entendido a partir de uma problemática de influência.

Charaudeau (2006) defende que o Discurso Político estrutura-se a partir de uma relação dialética entre conceito político e prática política. Esse discurso teria assim, um duplo fundamento. O conceito refere-se aos valores e princípios que organizam, problematizam a vida coletiva. Esses emergem nos lugares de elaboração dos sistemas de pensamento, fundam os ideais políticos, que pretendem se tornar referência para a ação e o posicionamento políticos. A AD pode contribuir para descrevê-los. Como nos diz o autor, os posicionamentos políticos resultam das linhas de pensamento diversas que se polemizam no espaço de produção, de circulação e de discussão de idéias políticas:

> As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros. Essa construção-reconstrução se opera segundo o lugar ocupado (...) e, ao mesmo tempo, segundo os posicionamentos dos indivíduos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 53)

Já a prática política implica tudo o que se refere à gestão da vida coletiva, aos procedimentos discursivos e argumentativos que visam à influência, à conquista, à manutenção ou ao questionamento do poder. A prática política realiza-se nos diversos atos de comunicação, ou em um espaço de comunicação[10], implica a gestão do verbo pelos atores políticos engajados nas cenas de comunicação política (comícios, debates, *slogans*, etc).

---

[10] O autor defende que o discurso político é produzido em diversos lugares, não somente no lugar da governança e da intelectualidade política. Charaudeau (2006) identifica três espaços de produção do discurso político além desse espaço da comunicação: o espaço de elaboração dos sistemas de pensamento e o espaço de comentário (que se refere aos discursos a respeito do político, não visam ao engajamento de sujeitos em ações, pode revelar opiniões, por exemplo, as conversas cotidianas, a mídia, que deveria contentar em comentar sem engajamento). Além desses lugares o autor propõe a apreensão do jogo político a partir de quatro instâncias: a política (espaço da governança, do poder fazer); a adversária; a midiática e a cidadã.

À luz dessas reflexões, nossa pesquisa objetiva investigar esse duplo fundamento do discurso político em textos de intelectuais brasileiros de esquerda. Como vimos, quando da apresentação de nossa hipótese, no item I, para nós, cada intelectual, quando se propõe a responder à questão: "o que é ser de esquerda?" reconstrói discursivamente, como diz Charaudeau (2006), diferentes crenças e saberes associados a diferentes representações de esquerda que surgiram em momentos históricos específicos. Vejamos, na seqüência, alguns referenciais teóricos e metodológicos que poderão nos ajudar nesta empresa.

1.5 Referenciais teóricos, metodológicos e definição do *corpus* da pesquisa

O duplo fundamento do discurso político apontado por Charaudeau (2006), leva-nos, então, em um primeiro momento, a interrogar o "em nome do quê se argumenta?", "quais ideais, quais valores são utilizados para definir o que é ser de esquerda?"; e, em segundo, "com quais estratégias discursivo-argumentativas? Com quais recursos lingüísticos busca-se afirmar/destituir identidades político-discursivas?"

A fim de responder a essas questões adotamos referenciais teóricos e metodológicos que nos permitissem uma análise contrastiva e representacional em Análise do Discurso. Para tal, adotamos as contribuições metodológicas da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (a partir de 1983), as reflexões de Simone Bonnafous (1983) e de Jean-Jacques Courtine (2006). No *Capítulo 7*, dialogaremos com as contribuições da Nova Retórica, de Perelman (1997, 2002), Plantin (1990, 2005) e Ruth Amossy (2000, 2007a, 2007b).

A Teoria Semiolingüística (TS) constitui, digamos, o carro-chefe de nossa pesquisa. Pensar o duplo fundamento do discurso político, tal como o concebe Charaudeau (2006), pensar a natureza do conteúdo político e de sua discursivização, leva-nos à necessidade de estabelecer um diálogo com outros campos disciplinares. Além disso, para Charaudeau, esse diálogo se faz necessário devido ao caráter multidimensional de todo ato de linguagem. Este possui, ao mesmo tempo, dimensões cognitivas, psicossociais e semióticas.

No âmbito de nossa pesquisa, sentimos necessidade de dialogar com dois domínios exteriores à AD,

i) as reflexões feitas por Pierre Ansart (1978, 1983), Juarez Guimarães (1999) e Norberto Bobbio (1995), no domínio da Filosofia Política e;

ii) as teorizações de Boaventura Souza Santos (2006, 2007) no campo da Sociologia Política.

Para nós o contato com esses autores é relevante, pois eles nos permitem compreender melhor a natureza das idéias políticas que fundamentam os conceitos e as representações mobilizados pelos intelectuais quanto definem o ser de esquerda.

Charaudeau (a partir de 1983) propõe, então, abordar o discurso a partir de um ponto de vista que o insere em uma problemática de conjunto que busca ligar os fatos de linguagem a certos fenômenos psicológicos e sociais: a ação e a influência. Essa empresa exige o contato com outros domínios; implica fazer questionamentos que tratem do fenômeno linguageiro a partir dos âmbitos externo e interno. Assim, Charaudeau afirma que toda análise do discurso deve considerar três aspectos:

i) o situacional (os sujeitos falantes, os rituais sociais e linguageiros que os governam, o contexto sócio-histórico, os diversos discursos que aí circulam);

ii) o semiótico/discursivo (as maneiras de organizar o discurso, de enunciar);

iii) o lingüístico (as categorias formais de língua, que dão instruções de sentido mais ou menos estáveis).

Além disso, a TS propõe uma abordagem em Análise do Discurso, ao mesmo tempo, empírico-dedutiva, contrastiva e representacional-interpretativa. O caráter empírico-dedutivo exige do analista partir de um material empírico, ou seja, a linguagem em seus diversos estratos semióticos (verbais, não-verbais, icônicos). A partir dessa materialidade, faz-se um "recorte" que constituirá o *corpus* da pesquisa.

Esse recorte deve conduzir à montagem do quadro teórico que fornecerá, então, os conceitos e categorias que permitirão a análise e a determinação de comportamentos linguageiros regulares (o "como dizer"), acrescentaríamos também (o "o que dizer"), em função de determinadas condições e restrições psicossociais. O estudo dessa regularidade permite fazer hipóteses sobre um gênero textual, suas variáveis ou transgressões.

A reunião de textos pelo critério da similaridade, segundo suas condições de realização situacionais permite que se estudem contrastes a fim de se perceber diferenças de realização de um determinado gênero/discurso ao longo do tempo, em contextos sócio-culturais distintos, por exemplo. Esse critério permite também a apreensão de sub-

genêros dentro de um gênero. O contraste pode ser interno (por exemplo, no discurso publicitário, pode-se organizar um *corpus* a partir de um mesmo produto a fim de contrastar as marcas ou, então, determinadas representações – da mulher, do homem) ou externo (a publicidade em vários países ou ao longo de um determinado período de tempo). O estudo das representações ocupa lugar central na TS.

Charaudeau (1999, p. 35) denomina sua abordagem em AD de "representacional e interpretativa", pois o objeto de estudo "é definido através de hipóteses sobre a existência de representações sócio-discursivas dominantes em um dado momento de uma sociedade (elas seriam, pois, sócio-históricas) e caracterizando um ou outro grupo social" A análise discursiva deve, então, partir da constituição de *corpora* formados por um conjunto de *signos-sintoma* que possam sinalizar determinados sistemas de valores. De acordo com Charaudeau (1999), tais signos podem ser localizados no léxico ("racismo", "imigração", "produtos *light*", "linha *diet*", dentre outros), em recorrências verbais (maneiras de falar) ou icônicas (*mise en scène* de imagens).

Buscando atender ao critério de similaridade, selecionamos um grupo de ensaios de intelectuais. Trata-se, em sua maioria, de textos comunicados em outros meios (revistas científicas publicadas em livros ou páginas eletrônicas, etc) que foram reunidos, posteriormente, sob a forma de coletânea em um livro. Escolhemos textos cujo objetivo principal fosse:

i) apresentar uma reflexão sobre a definição e os sentidos do ser esquerda ou;

ii) realizassem uma avaliação do governo Lula e dos rumos da esquerda, no período compreendido entre 2002-2006.

Esses dois grupos nos levaram à seguinte organização:

O *Grupo A* é constituído por ensaios que se caracterizam por uma preocupação mais conceitual; eles apresentam definições concorrentes do ser/dever ser de esquerda, eles constituirão material de análise nos capítulos 3, 4 e 5:

i) *A democracia como valor universal* de Carlos Nelson Coutinho (1992), texto que faz parte da coletânea intitulada: *Democracia e Socialismo*, uma reescrita do livro: *A democracia como valor universal e outros ensaios,* de 1984[11];

ii) *Utopia desarmada, intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana* de Jorge Castañeda (1994). Ele apresenta índices do ideal social-democrata; às vezes, denominado pelo autor de revisionista. Nesse livro, estaremos analisando, especificamente, enunciados da *Introdução* e do Capítulo intitulado: *Acrobacias argentinas – Para uma definição da esquerda latino-americana*;

iii) *Socialismo e Democracia* de Ivo Tonet (2004), publicado no livro *Democracia ou Liberdade?,* no qual o autor refuta algumas das premissas do ensaio de Carlos Nelson Coutinho (1992).

[11] Agradecemos imensamente a indicação da leitura de Carlos Nelson Coutinho pelo professor Antônio Augusto Faria, o Toninho, professor pertencente à linha E. A indicação foi decisiva para que pudéssemos propor uma análise contrastiva entre as tendências de esquerda.

iv) *Utopia mal armada*, ensaio de Ivo Tonet (2004), publicado no mesmo livro do ensaio anterior, trata-se de uma crítica ao livro de Castañeda (1994), mencionado no item II, no qual Tonet refuta a definição e os princípios propostos pelo mexicano. Tonet mobiliza representações associadas a uma esquerda revolucionária, crítica radical dos conceitos de Democracia, Estado e cidadania.

O *Grupo B* é formado por ensaios que avaliam o governo Lula e os rumos da esquerda. Eles apresentam uma opinião que manifesta um julgamento das virtudes e dos vícios do governo; nessa avaliação, eles manifestam, também, algumas referências explícitas ao ser/dever de esquerda, porém o número de enunciados para esse fim é menor do que nos ensaios do grupo A:

i) *A esperança equilibrista – o governo Lula em tempos de transição* de Juarez Guimarães (2004) (Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, editor do boletim eletrônico mensal *Periscópio*.

O texto foi publicado pela Fundação Perseu Abramo, criada em 1996, pelo PT para desenvolvimento de projetos político-culturais. Os ensaios reunidos por Guimarães em *A esperança equilibrista* foram publicados no boletim eletrônico *Periscópio* sob responsabilidade da mesma fundação e da Secretaria Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores. O autor também publicou em 2007 o livro *A esperança crítica – 13 ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita;* entretanto, não o incorporamos no

corpus, pois as análises desses textos voltam-se mais para o segundo mandato do governo Lula.

Este autor avalia de maneira mais positiva o governo, não o destitui de uma identidade de esquerda. Nutre esperanças no partido e no governo, considera o PT um partido que se pauta por valores de esquerda, argumenta que ele se apresenta como um governo de transição, capaz de levar o Brasil rumo a um Estado verdadeiramente republicano. Esse estudioso manifestará índices, em sua encenação discursiva, do ideal de esquerda democrata radical e republicano.

Para representar o contra-discurso escolhemos os ensaios:

i) *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*, de Edmundo Fernandes Dias (2006), membro fundador da ANDES – SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). Veremos que ele mobiliza representações ligadas a uma esquerda revolucionária, também crítica radical dos conceitos de Cidadania e de Estado, de filiação a Gramsci;

ii) *Esquerda Perplexa,* de Ivo Tonet (2005). Este foi o único texto encontrado desse autor que reflete sobre a conjuntura política durante o primeiro mandato do governo Lula. Ele se encontra publicado em sítio eletrônico.

Tanto Edmundo Fernandes Dias (2006), quanto Ivo Tonet (2005) avaliam negativamente o governo Lula; apresentam uma argumentação que busca destituir Lula, seu governo e o PT de uma identidade de esquerda.

A partir desses textos, estabelecemos um critério interno de comparação, qual seja, as representações sócio-discursivas, ou ainda, os *imaginários de verdade política* concorrentes do ser/dever ser de esquerda. Estaremos, ao longo deste trabalho, apresentando nossas reflexões sobre as dimensões do ato de linguagem manifesto nos ensaios propostas por Charaudeau (a partir de 1983):

i) *suas marcas lingüísticas*: a natureza das categorias de língua utilizadas pelos ensaístas no processo de marcação de identidade e nos jogos de validação/invalidação do outro; os campos semânticos caracterizadores dos posicionamentos e os valores que eles indiciam; o estudo dessa dimensão encontra-se, basicamente, nos capítulos 4 e 5, quando analisamos os ensaios do *Grupo A*;

ii) *dimensões situacionais do gênero*: a natureza dos estatutos e papéis sociais do sujeito ensaísta, a intencionalidade de base desse dizer, sua inserção no meio acadêmico e em um contexto sócio-histórico; fizemos reflexões sobre essa dimensão nos capítulos 6 e 7;

iii) *suas determinações semiótico-discursivas*: a natureza de alguns procedimentos argumentativos e retóricos recorrentes no gênero, suas estratégias de construção da imagem do outro; remetemos o leitor ao *Capítulo 7*.

Além da TS, incorporamos, também, algumas orientações metodológicas de Jean-Jacques Courtine (2006) e Simone Bonnafous (1983) sobre o discurso político. Bonnafous (1983) utiliza o conceito de *Seqüência Discursiva Autônoma* ou SDA. A autora emprega o método da Análise Automática do Discurso (AAD) de Pêcheaux a um *corpus* constituído por moções de membros do Partido Socialista da França quando do congresso de Metz. Como ponto de partida, o *corpus* é segmentado em SDAs: podem reduzir-se a uma frase ou a dimensões superiores a esta.

Essas seqüências são definidas na análise pela unidade de assunto. Funcionam como unidades superiores de comparação. Segundo a autora, o programa automático efetua operações de SDA em SDA e não frase a frase ou de parágrafo a parágrafo.

Segmentei o *corpus* da pesquisa a partir de um critério semelhante ao de Bonnafous (1983), reuni vários excertos (ver o *Anexo* digitalizado no CD que acompanha este trabalho) dos ensaios acima mencionados, onde aparecem:

i) definições concorrentes do ser esquerda na qual coletamos enunciados que apresentam referência ao (ou predicação/qualificação do) :

   a. "ser esquerda" ou "pensamento de esquerda"; "socialismo" ou "pensamento socialista"; revisionismo, reformismo, social-democracia, esquerda democrática, moderna, dentre outros;
   b. "ser de esquerda" ou "ser socialista", "ser neoliberal", "ser continuísta" como características de Lula ou do PT;

c. Estado; Estado de bem-estar social; sociedade civil, cidadania; democracia;

ii) avaliações concorrentes do governo Lula, no que se refere aos temas:

- governo Lula ou Lula;
- programas sociais;
- gestão econômica;
- pacto social;
- concepção de Estado;
- fontes da tradição do pensamento político brasileiro.

Os excertos provenientes dos ensaios de cada intelectual encontram-se numerados seqüencialmente. Seguimos o seguinte código para identificá-los:

Grupo A:

CNC SD nº 1...n) (Carlos Nelson Coutinho, Seqüência Discursiva nº 1)

JC SD nº 1...n) (Jorge Castañeda, Seqüência Discursiva nº...)

IT SD nº 1... n) (Ivo Tonet, Seqüência Discursiva nº...)

EFD SD nº 1...n) (Edmundo Fernandes Dias, Seqüência Discursiva nº...)

Grupo B:

DF JG CL SD nº 1...n)

(Discurso Favorável, Juarez Guimarães, Caracterização de Lula, Seqüência Discursiva nº...)

CD EFD CL SD nº 1...n)

(Contra Discurso, Edmundo Fernandes Dias, Caracterização de Lula, Seqüência Discursiva

nº...)

CD IT CL SD nº 1...n)

(Contra Discurso, Ivo Tonet, Caracterização de Lula, Seqüência Discursiva nº...)

No código, a posição onde se lê CL (Caracterização de Lula) pode ser preenchida também pelas siglas:

PS – (Programas Sociais)

GE – (Gestão Econômica)

PACS – (Pacto Social)

Def. estado (definição de Estado)

CT (Caracterização da tradição do pensamento político brasileiro)

A partir dos excertos, tentamos visualizar e compreender melhor as relações de antagonismo ou de alianças nos discursos de marcação de identidade da esquerda brasileira. Courtine (2006), ao estudar o discurso comunista na França, verifica a necessidade de analisar um discurso não somente em relação a ele mesmo, às suas elaborações diacrônicas e sincrônicas, mas também, em relação a um exterior, aos discursos com os quais ele mantém relações de antagonismo.

Courtine (2006) toma o enunciado político sempre como unidade dividida, sempre em uma relação interdiscursiva. Trata-se de perceber de que maneira um enunciado se refere (implícita ou explicitamente) a outros, seja para modificá-los, adaptar-se a eles ou negá-los. Em nosso *corpus*, veremos, é possível perceber tais relações interdiscursivas a partir de dois enfoques:

i) podemos estudar a polêmica estabelecida entre Ivo Tonet (2004) e Carlos

Nelson Coutinho (1992), ou entre Ivo Tonet (2004) e Jorge Castañeda (1994); ou ainda, nos ensaios de conjuntura, entre os enunciados de Edmundo Fernandes Dias (2006) ou Ivo Tonet (2005) e os de Juarez Guimarães (2004);

ii) podemos observar as relações que o dizer desses intelectuais entretêm com a tradição do pensamento marxista.

O método de Courtine (2006) propõe verificar a repetibilidade de elementos constitutivos de uma rede de enunciados parafrásticos que pertencem a discursos antagônicos. Busca-se fazer emergir paralelismos de evolução, aproximações entre grupos, sujeitos, pontos de vista. Os dois enfoques mencionados levam-nos, então, à necessidade de se estudar a dimensão argumentativa dos textos. O estudo dessa dimensão, no âmbito desta pesquisa, buscará enfatizar:

i) os procedimentos de recontextualização retórica de um discurso por outro, por meio dos quais um enunciador retoma os enunciados do adversário a fim de melhor refutá-los, de invalidar suas premissas e; ao mesmo tempo, de marcar uma identidade político-discursiva;

ii) nesse processo de recontextualização, mostraremos que os enunciadores projetam imagens de si e do outro; para estudar tal processo, adotamos como referencial teórico os estudos sobre o *ethos* oratório feitos no âmbito da Nova Retórica e da Análise do Discurso;

iii) buscaremos mostrar que as conceitualizações do ser esquerda apresentadas pelos intelectuais:

a. constituem argumentações distintas, buscam convencer os leitores da pertinência de um determinado ideal societário, de um ideal de viver junto;

b. fundamentam-se em crenças, em teorias e diferentes interpretações dos pensamentos marxista, lukaciano ou gramsciano; esses saberes, por sua vez, atuam como fontes para os *imaginários de verdade política* mobilizados, estruturam, como diz Boaventura Souza Santos (2007), diferentes *tópicas* em prol de um ideal de emancipação, de transformação social; pretendem tornar-se discursos de verdade em um determinado contexto.

Em nossa pesquisa, buscaremos mostrar os recursos lingüísticos a serviço desse processo argumentativo, da projeção de imagens de si e do outro. Como lembra Courtine (2006), um *corpus* constituído por conjuntos de enunciados parafrásticos pemite investigar diferenças lingüísticas de fraseologia, pelas quais se expressam as identidades.

Essa abordagem exige que se descrevam as escolhas sintáticas que sinalizam a refutação e a polêmica. Courtine (2006) ressalta que é preciso não dissociar a dimensão lexical de seu contexto sintático. Assim sendo, centraremos nossa atenção nos seguintes recursos lingüísticos que podem sinalizar os embates polêmicos, as pertenças, as negações e a projeção de imagens que emergem no processo de marcação/destituição de identidades:

1. nomes tematizados e determinados mais freqüentemente (como por exemplo, nossa proposta de verificar os contextos de ocorrência dos termos ser de esquerda, ser socialista, revisionista, Estado de Bem-Estar social, democracia, cidadania, entre outros);
2. a *modalização autonímica*;
3. o discurso relatado;
4. algumas estruturas sintáticas do tipo: SN[12] + SV- com traço semântico índice do perfil de uma política subserviente:

"O governo Lula subordina-se inteiramente ao capital internacional"; ou ainda SV + SN (ou Sprep) com traço semântico índice de uma política ou de político neoliberal, por exemplo: "A Fazenda reafirmou e radicalizou o

[12] Onde SN = sintagma nominal e SV = sintagma verbal. O sintagma refere-se aos elementos da língua (suas diversas classes de palavras) que estabelecem relações sintáticas na construção de uma oração. José Carlos de Azeredo (2000) afirma que se pode considerar como sintagma uma seqüência de unidades da frase quando esta satisfizer dois critérios: ser deslocável para outra posição no interior da sentença e ser substituível por uma unidade simples: por exemplo, o conjunto: "O governo Lula subordina-se inteiramente ao capital internacional" poderia também ser escrito ou falado: "Subordina-se o governo Lula, inteiramente, ao capital internacional", o que atende ao primeiro critério; a seqüência também obedece ao segundo critério, "Ele (= o governo Lula) subordina-se inteiramente ao capital internacional"; ou ainda, "O governo Lula subordina-se inteiramente a ele (= ao capital internacional)". Azeredo salienta que as unidades da oração podem ser reconhecidas por ocuparem certas posições na estrutura gramatical; assim, os sintagmas que ocupam o mesmo lugar na sentença são classificados da mesma maneira, por exemplo, *o governo Lula*, *A Fazenda* e *O Banco Central*, nas orações do nosso exemplo, são considerados como sintagmas nominais (SN) e *subordina-se*, *reafirmou e radicalizou*, *era entregue* são classificados como sintagmas verbais. Este autor considera cinco tipos de sintagmas, além destes dois, o sintagma adjetival (sadj.); o sintagma adverbial (sadv.) (em nosso exemplo temos o termo *inteiramente*; o sintagma preposicional (sprep.) (em nosso exemplo, teríamos o sprep. *ao capital internacional*, que completa o verbo *subordina-se*. Azeredo salienta que se trata de uma classificação tanto mórfica (baseada na classe da palavra que preenche o sintagma) quanto funcional (que diz respeito à posição do sintagma na estrutura da frase). De acordo com este mesmo autor, os sintagmas podem ser formados por um grupo de vocábulos ou por um vocábulo simples; pertencem a diferentes classes gramaticais; são, enfim, os verdadeiros constituintes da oração. Lembremos aqui os trabalhos de Maria Helena de Moura Neves (2002) que também nos ajudam a entender as conexões sintagmáticas. Para citar somente uma delas, remetemos o leitor à explicação da lingüista sobre a teoria da valência: esta considera o SV como unidade central da oração, ou ainda, o nó central que garante a unidade da frase, ele une os elementos em um feixe. O verbo, salienta a lingüista, rege actantes, como em um processo que constitui um drama em miniatura; assim, na frase, *x canta no banheiro*, o verbo cantar rege, subordina a si o actante X; ele atua como um átomo que atrai para si os demais elementos. A valência de um verbo é dada pelo número de actantes que o verbo pode reger, como diz a autora: "A valência consiste no conjunto de argumentos obrigatórios ou constituintes indispensáveis." (MARIA HELENA DE MOURA NEVES, 2002, p. 105). Adotamos aqui as nomenclaturas SV ou SN a fim de ilustrar sintaticamente os contextos de ocorrência dos itens lexicais mobilizados pelos sujeitos no processo de marcação ou de destituição de identidade política, não pretendemos fazer um levantamento quantitativo e exaustivo das formas, apenas mostrar algumas recorrências e a produtividade das estruturas nas estratégias discursivas e argumentativas.

> acordo com o FMI" (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 114). "O Banco Central, ao qual o novo governo pretende conceder autonomia, era entregue a um ex-dirigente máximo do *Bank of Boston*, segundo maior credor do Brasil e deputado eleito pelo PSDB." (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 114)

A partir desses referenciais teórico-metodológicos interrogamos, então: quais os ideais de esquerda são mobilizados nas encenações discursivas? O que se entende por este conceito atualmente? Como se dá a discursivização desses ideais de ser/dever de esquerda nos ensaios elencados? Como se manifestam as identidades políticas nos discursos? Qual é a natureza desse processo de marcação de identidade ideológica? Quais são os lugares de fala desses intelectuais na história de produção das idéias políticas brasileiras? Qual a relação que seus dizeres estabelecem com os textos e a reflexão marxista? Quais são as imagens projetadas nesse dizer? Como os valores e *imaginários de verdade política* materializam-se?

Antes de prosseguirmos nesta empresa, uma ressalva, assumimos aqui com Charaudeau (2006), que a Análise do Discurso Político não deve questionar a legitimidade da racionalidade política (como o faz a Filosofia Política), nem tampouco, os mecanismos que produzem comportamentos políticos (tarefa da Ciência Política), mas buscar descrever e analisar alguns ideais políticos que se reivindicam de esquerda e que se polemizam na atualidade; assim, talvez, poderemos contribuir para um diagnóstico que permita observar a articulação entre os ideais e as práticas políticas dos sujeitos intelectuais, mostrar suas artimanhas, seus comportamentos argumentativos e retóricos; enfim, contribuir para o estudo de uma nova ética política, na qual está em jogo "(...) a

questão da relação entre o conceito político como fundamento dos ideais e a política como prática de ajustamento a eles" (CHARAUDEAU, 2006, p. 315) Assim, sendo, convidamos o leitor a prosseguir a leitura deste trabalho ...

CAPÍTULO 2:

DO CONCEITO DE IDEOLOGIA À NOÇÃO DE IMAGINÁRIOS DE VERDADE POLÍTICA

2.1 – Da natureza da política e dos ideais políticos

Se vamos dedicar a primeira parte deste trabalho à questão: "em nome de quê, de quais valores se argumenta?" quando um intelectual busca definir a noção "ser esquerda", necessitamos, então, de refletir sobre o conceito de ideologia política: qual é a sua natureza? Quais são as suas funções em uma organização social? Quais são as suas formas de manifestação? Como esse conceito tem sido tratado no âmbito da Filosofia Política e das Ciências da Linguagem? Quais são os principais ideais políticos contemporâneos?

Desde a Grécia Antiga, pensadores tais como Platão e Aristóteles associam, cada um a seu modo, a política à arte de buscar o bem comum, a felicidade da *pólis*. Nessa busca, diferentes ideais e argumentações surgem a fim de conquistar adesão. Aristóteles, ao refletir sobre o que seria próprio de um governo afirma:

> Trata-se agora de dizer sobre o assunto do próprio governo, quais são aqueles que devem compor a cidade, e que qualidades devem possuir para que ela seja feliz e bem administrada. Duas condições são necessárias para alcançar o bem geral, primeiramente que haja um ideal e que o fim que se propõe seja louvável; depois que se encontrem quais são os atos que podem conduzir a esse fim. (ARISTÓTELES, 2005, p. 134)

Essa inter-relação entre um ideal, um fim e os meios ou atos para se alcançá-lo, parece-nos, constitui o fundamento primeiro de uma ideologia política. Mas toda ideologia é política, visa a fins práticos, à influência, à persuasão? Para nós, é relevante deixar claro, ao final desta seção, em que sentido estamos usando a expressão ideologia política e sua relação com o processo de marcação/afirmação/destituição de identidade. Diversos autores, Pierre Ansart (1978), Michel Meyer (1992) e Fábio Reis (2000), por exemplo, desdobram o conceito de ideologia em duas acepções.

Meyer (1992) postula a existência de ideologia *strictu* e *latu senso*. *Lato sensu*, para o autor, o espírito humano é essencialmente ideológico, liga o que vê, sente ou toca a uma idéia. As idéias resultam do processo de autonomização da linguagem, são universalizantes, pois aplicam-se a várias coisas; exercem função de sistematização e de justificação de crenças de um grupo. A ideologia s*tricto sensu* refere-se àquelas idéias que se tornaram políticas, visam à regulação das atitudes políticas e à legitimação de algum tipo de poder. Para o autor, aspiram constituir uma visão estável de certa realidade, ou ainda, uma visão totalizante da sociedade; evitam, assim, o questionamento.

Esse aspecto regulador das ações políticas também é acentuado por Reis (2000). Para este autor, a ideologia refere-se tanto a um conjunto de idéias, valores e crenças (visão de mundo de uma pessoa, de um grupo), quanto a um conjunto estruturado e coerente de idéias que aspiram guiar uma ação política. Nesta acepção, a ideologia política pressupõe intencionalidade/instrumentalidade e racionalidade. Como na definição de Aristóteles, Reis (2000) postula que a ação político-ideológica é exercida por um indivíduo capaz de avaliar, com autonomia, a relação entre meios e fins

(intencionalidade) e de buscar informação relevante (racionalidade) a fim de atingir com eficácia os fins almejados.

Essa busca de informações caracteriza-se por um processo de descentramento cognitivo do sujeito. Este pode ser alcançado na esfera da ação política, na qual ele pode agir reflexivamente e escapar ao controle difuso de uma ideologia dominante ou mesmo rever suas visões de mundo, "´dadas´ no condicionamento da identidade pessoal e política", diz REIS (2000, p. 75). Assim, para este autor, o principal objetivo buscado pela ação política seria o de

> (...) transformar a base da identidade coletiva e pessoal num problema de escolha voluntária e lúcida referida a fins a serem realizados. Isso se revela de maneira exemplar na ligação estabelecida na literatura marxista entre a identidade e a consciência de classe, de um lado, e de outro, certa ideologia política (...) que aponta um trabalho a ser feito ou uma missão a ser cumprida" (REIS, 2000, p. 73)

Lembra ainda o autor que os movimentos políticos nacionalistas, étnicos ou classistas:

> (...) tendem a apresentar-se como a expressão de coletividades cuja identidade parece de alguma forma prévia ou dada (adscrita) e é a referência aos fundamentos predeterminados da identidade que fornece *prima facie* a legitimidade de tais movimentos. (REIS, 2000, p. 73)

Reis advoga, então, que a adoção das ideologias políticas resulta de uma dialética entre as estruturas e determinações interiorizadas pelo sujeito e sua capacidade reflexiva para realizar escolhas, sua liberdade para aprender sobre si e mudar a si mesmo. Assim sendo, este autor afasta-se das abordagens sociológicas que consideram o comportamento somente um reflexo de normas inculcadas ou de posições de classe

(posição adotada por determinadas interpretações do marxismo)[13]. As duas acepções de ideologia apresentadas por Meyer (1992), *lato* e *strico sensu,* e por Reis (2000) leva-nos, então, a rever a concepção de ideologia como falsa idéia.

2.2 Ideologia: ocultamento, inversão da realidade ou dimensão simbólica constitutiva das sociedades e das ações políticas?

Simon (1978) lembra que o termo surgiu com Destutt de Tracy[14] para designar a "ciência das idéias", cujo objetivo era estudar como estas surgiam no espírito humano, visava garantir a existência das idéias corretas, a prevalência da razão sobre as crenças. Entretanto, algumas interpretações do pensamento marxista contribuiriam para que o termo assumisse sentido pejorativo.

Marx elabora uma critica ao idealismo hegeliano e às categorias políticas e econômicas burguesas. Diferentemente do idealismo, ele preconizava a necessidade de analisar as estruturas e relações sociais a partir de suas bases materiais: formas, meios e relações de produção da existência material. Essa base material determina a elaboração das outras esferas da atividade humana: jurídicas, políticas e culturais. O real, para o filósofo, são os indivíduos vivos e suas relações sociais fundadas no trabalho. São os homens que fazem a história, elaboram as idéias, as representações e não o contrário. No livro *A Ideologia Alemã*, Marx (2006) diz que:

---

[13] Para um estudo sobre as diversas interpretações do pensamento marxista, remetemos o leitor à obra *Democracia e Marxismo – crítica à razão liberal*, de Juarez Guimarães (1999), da qual tornaremos a falar no *Capítulo 3*.

[14] Löwy (1985) lembra que de Tracy faz parte da geração dos enciclopedistas do Iluminismo. Escreveu o livro *Eléments d´Ideologie*, no qual se defendia que a ideologia "(...) é o estudo científico das idéias e as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente." Tratava-se de estudar como os homens, através do seu relacionamento com o meio, passavam da percepção, dos sentidos às idéias. Seria uma abordagem cientificista materialista, segundo Löwy. Este autor lembra ainda que de Tracy e seus seguidores foram chamados por Napoleão pejorativamente de ideólogos, no sentido de "especuladores metafísicos".

> A produção de idéias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. (MARX, 2006, p. 51)

Para Simon (1978), o filósofo reconhece que as idéias, as opiniões e a consciência humana mudam de acordo com as condições materiais de vida; entretanto, ao analisar as contradições sociais, Marx busca mostrar que as idéias e os discursos econômicos, políticos e jurídicos erigidos pela burguesia criam falsas representações do real, distanciam-se dele, como também a religião. Os homens passam a organizar suas relações em função das representações que eles fazem de Deus ou de um Estado soberano, que estaria acima de todo interesse privado, que garantiria o bem coletivo (filosofia do Estado de Hegel).

Segundo essa interpretação, os indivíduos esquecem-se de que foram eles que criaram essas representações e passam a ser dominados por elas. As idéias autonomizam-se de suas condições de produção; assim, elas aparecem como abstrações, como inversão ou ocultamento da realidade. Marx (2006) refuta o idealismo, propondo uma filosofia da práxis, que parte da análise do real:

> Ao contrário do que sucede na filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, dito de outro modo, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se,

> sim, dos homens em sua atividade real e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente (...) Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, perdem toda a aparência de consciência que a elas correspondem, perdem toda aparência de autonomia. (MARX, 2006, p. 52)

A noção de ideologia como inversão ou ocultação da realidade, ou ainda, como essencialmente ligada a interesses de classe, viria a preponderar nas interpretações do pensamento marxista. Todavia, parece-nos relevante ressaltar que no próprio livro *A Ideologia Alemã*, Marx (2006) também reflete sobre o aspecto constitutivo das idéias, das representações que os indivíduos elaboram em suas relações com a natureza e em seus intercâmbios sociais, "É óbvio que, em todos esses casos, tais representações são a expressão consciente, seja real ou imaginária, de suas reais relações e atividades, de sua produção, seu intercâmbio, de sua organização política e social" (MARX, 2006, p. 51)

Além disso, Simon (1978) e também Ansart (1978) salientam que Marx reconhece, em muitas passagens de seus escritos, a relevância de se levar em consideração os meios de produção intelectual na luta ideológica, na manutenção ou rejeição de uma ordem social. Assim, esses meios e as instituições não seriam um epifenômeno, um reflexo mecânico das relações materiais. Esse caráter constitutivo das representações aponta para a necessidade de se compreender que elas adquirem, nas sociedades, um caráter de evidência, de justificação das práticas. Nesse sentido, Simon (1978) afirma:

> (...) Marx mostra no livro ´O Capital´ que a liberdade de mercado, a igualdade de relações entre patrões e empregados graças à idéia de salário como justo preço do trabalho, são representações evidentes para o capitalista, que estão por natureza nas coisas, uma vez que elas são

> idéias que permitem e justificam sua prática capitalista. (SIMON, 1978, p. 39)[15]

Assim sendo, achamos necessário, antes de caracterizar algumas das idéias políticas de esquerda preponderantes na atualidade, resgatar esse sentido da palavra ideologia que é, muitas vezes, negligenciado. Contemporaneamente, muitos estudos propõem tratar a problemática dos fenômenos ideológicos a partir do conceito de representações ou de imaginários sociais: Serge Moscovici (2005) da Psicologia Social, Pierre Ansart (1978, 1983), no âmbito da Filosofia Política e Patrick Charaudeau (2006), no âmbito da Lingüística e da Análise do Discurso.

2.3 Ideologia, funções de conjunto, campo conflitual e mecanismos de transmissão

Ansart (1978), antes de caracterizar as ideologias políticas tais como liberalismo e socialismo, assim como os autores vistos anteriormente, ressalta a dimensão constitutiva do fenômeno ideológico na organização da vida social e das ações políticas. Elas são um tipo de imaginário social, ao lado da religião e dos mitos. Para o autor, as vidas social e política supõem: a produção de significados, a evocação/legitimação de objetivos e a ampliação de valores propostos à ação comum. Quanto à ideologia política, ela indica os detentores da autoridade e suas formas de expressão, os meios e os fins da ação política, os princípios da boa organização social.

A reflexão de Ansart (1978) nos permite abstrair algumas funções que as ideologias políticas podem desempenhar:

---

[15] "Nossa tradução do francês: "Par exemple, Marx montrera dans **le Capital** que la liberté du marché, l´égalité des rapports entre patrons et ouvriers grâce à l´idée du salaire comme juste prix du travail, sont des représentations évidentes pour le capitaliste, qu´elles sont pour lui dans la nature des choses, puisque ce sont de telles idées qui à la fois, permettent et justifient sa pratique de capitaliste. Mais ces pensées ne font que traduire idéalement le rapport social d´exploitations entre capitaliste et travailleur"

i) função de integração (cognitiva, identitária, apaziguadora);

ii) de legitimação (persuasão, incitação e identificação);

iii) de designação e de explicação.

i) Função de integração

Ansart (1978) ressalta a imanência do simbólico, dos significados para o estabelecimento de toda sociedade política. É próprio de todo agrupamento o confronto de idéias que visam elaborar e renovar constantemente um imaginário coletivo, apontar sua identidade, suas aspirações, suas formas de organização, os valores e sua hierarquia. Nesse sentido, ela cumpriria, também, uma função apaziguadora, que afastaria a ambigüidade, diminuiria a sensação de inacabamento do real. Assim, a ideologia política aspira criar um "cimento simbólico", visa integrar a diversidade em uma unidade. Essa busca por uma integração de todos em torno de um projeto societário leva-nos a postular um vínculo necessário entre ideologia política e persuasão.

ii) Função de legitimação, persuasão, incitação e identificação

Os diversos ideais societários confrontam-se no espaço público a fim de manter um controle simbólico, de conquistar ou de manter alguma forma de poder. Para o autor, das modalidades do imaginário social, a ideologia política é a mais favorável à expressão e à intensificação dos conflitos. Trata-se de uma disputa permanente pelo estabelecimento de um novo consenso social, de uma nova racionalidade. Nessa disputa, Ansart (1978) ressalta, sobremaneira, a relevância da gestão do verbo, da retórica, para a adesão e identificação da maioria a um determinado ideal político. O

autor nos mostra que os signos políticos estão onipresentes no cotidiano; há uma multiplicidade de signos evocadores de significados políticos: o palácio, a assembléia republicana, os gestos, o caminhar, o uniforme, dentre outros.

Segundo o autor, para se entender a pregnância social das mensagens políticas, é preciso considerar os seus contextos históricos: os agentes, os meios simbólicos e técnicos, a freqüência de suas emissões, o contexto cultural e econômico das atitudes e a receptividade dos ouvintes. O autor lembra que:

> Seria (...) errôneo dissociar, numa situação (...) a elaboração sistemática e as múltiplas linguagens que dela assumem os elementos, transformam-nos, nela se inspiram, mais ou menos livremente, e cuja profusão constitui a logosfera que envolve o cidadão e lhe comunica explicações e incitações." (ANSART, 1978, p. 16)

Essa profusão de mensagens concorrentes faz com que a empresa ideológica seja pautada por uma lógica de validação e invalidação, legitimação e des-legitimação de possibilidades históricas, de modelos societais. Trata-se de uma lógica agonística na qual e pela qual "Os processos múltiplos empregados no discurso dos intercâmbios conflituais ordenam-se sobre eixos constantes, que são a desvalorização do adversário, a legitimação de si próprio e a exaltação das finalidades propostas." (ANSART, 1978, p. 80)

Essa lógica, segundo o autor, rege-se por uma "lei da distinção", que faz com que a identidade ideológica realize-se pela inscrição em um determinado lugar, pela diferenciação e identificação do sujeito em relação aos demais no campo conflitivo da produção e da propagação do discurso político.

Portanto, o discurso político, para Ansart (1978), comunica, ao mesmo tempo, "explicações", razões e, ao mesmo tempo, "incitações", paixões, ao seu público. Trata-se de um "´fazer crer´ que se duplica com um ´fazer amar´" (ANSART, 1978, p. 215) E, "Ao fazer amar, o trabalho da persuasão participa, portanto, do ´fazer agir´" (ANSART, 1978, p. 219). O autor lista uma série de recursos discursivos e retórico-argumentativos que sinalizam a invalidação e a violência simbólica; para ele, inerente ao campo ideológico: a sátira, a demonstração das contradições, a denúncia, a injúria, a indignação, a insinuação, a ameaça, a refutação. Nesse campo, a linguagem versará sobre o contestável, sobre o futuro e assuntos que exigem a deliberação.

Salientamos, aqui, a semelhança entre essas reflexões e aquelas elaboradas por Charaudeau (2006), que apresentamos no *Capítulo 1*. Semelhantemente ao lingüista, Ansart (1978) fala da necessidade de se considerar tanto o conteúdo, quanto as formas de transmissão, de gestão do verbo, quando do estudo do discurso político. Lembremos que nas segunda e terceira partes deste trabalho, dedicar-nos-emos ao exame dessa relevância da linguagem, de seus recursos retórico-argumentativos a partir da consideração dessa lógica agonística de que nos fala Ansart (1978). Agora, vejamos a última função.

iii) Designação, explicação

Ansart (1978) não atribui ao fenômeno ideológico somente um caráter de ocultação, de inversão da realidade, embora isso possa vir a ocorrer, como o autor exemplifica quando caracteriza a violência simbólica da Revolução Cultural Chinesa. Ele mostra que as idéias, as teorizações políticas que surgem respondem a um tempo sócio-histórico,

testemunham seus movimentos, suas tendências. O verbo ideológico vai, assim, designar e explicar imagens do poder, de sua natureza, das condições de seu exercício e um conhecimento sobre a sociedade. O autor lembra que as elaborações teóricas de Bossuet, Locke ou Marx, por exemplo, sinalizam um esforço para transpor ideologicamente os conflitos, as transformações, as realidades sócio-históricas em que viveram.

O discurso de Bossuet, lembra Ansart (1978), responde ao contexto francês na época de Luis XIV; propõe como ideal de sociedade o governo monárquico, de estatuto divino. Locke, por sua vez, busca vocalizar e refletir a estrutura da monarquia parlamentar da Inglaterra do século XVII; formula e legitima o direito natural do homem de possuir propriedade e também o pacto social. O autor fala, então, de uma homologia entre a linguagem dos autores e das sociedades em que viveram. Ambos formularam modelos de homem antagônicos; são, portanto, mediadores entre uma dada realidade e o simbólico, operam uma tradução das relações objetivas em estruturas significantes. Nessa perspectiva, para Ansart (1978), ambas as construções possuem uma verdade, somente compreendida relativamente aos conflitos a que respondem.

É possível, então, segundo o autor falar em uma "verdade ideológica", histórica, que assume o caráter de evidência para os sujeitos; apresentam, ao mesmo tempo, uma congruência com uma certa organização social e também distorções, sempre deixam na sombra aspectos da realidade. Considerar a historicidade das ideologias implica dizer, então, que não existem idéias, categorias e princípios fixos, absolutos, eternos, como defende também Löwy (1985, p. 15): "(...) todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade, têm de ser vistas, na sua limitação histórica."

Essa função designativa e explicativa, o conceito de ideologia *strictu* e *lato senso* de Meyer (1992), as reflexões de Reis (2000) levam-nos a concordar com Charaudeau (2006), o qual nos apresenta a possibilidade de pensar a questão ideológica a partir de uma problemática das representações sociais e dos imaginários sócio-discursivos.

2.4 Representações sociais e imaginários sócio-dicursivos: uma visão do fenômeno ideológico a partir de referenciais dos Estudos da Linguagem

Charaudeau (2006), ao pensar o que fundamenta os ideais políticos, inicia sua reflexão caracterizando estudos que criticam o conceito de ideologia como máscara ou ocultação do real. Nesse sentido estrito, lembra o autor, ela refere-se a um modo de articulação entre significação e poder, fundamenta-se em

i) legitimação (justificação de uma dominação);

ii) dissimulação (racionalização que mascara a dominação);

iii) fragmentação (pressupõe a oposição de grupos) e;

iv) reificação (naturalização da história).

O lingüista filia-se a Paul Ricoeur para quem o conhecimento social constitui-se por sistemas de representação, estes produzem uma simbolização do real. Essa simbolização é constitutiva da vida em grupo, logo os indivíduos encontram-se sempre enredados entre suas práticas sociais e as necessidades de conceituação, de interpretação dessas práticas; portanto, os sujeitos são sobredeterminados, em parte, pelas representações. Charaudeau (2006) aceita a definição de Moscovici da Psicologia Social, para quem os sujeitos constituem-se nas e pelas representações com o objetivo de adaptação e comunicação.

Para Charaudeau (2006), tais representações referem-se a maneiras de ver (discriminar/classificar) e de julgar (atribuir valores) por meio dos discursos; apresentam uma tripla dimensão:

i) cognitiva (percepção/organização mental);

ii) simbólica (interpretação do real) e;

iii) ideológica (atribuição de valores/normas societais).

Os discursos, segundo esse lingüista, constituem, então, uma fonte permanente de criação de saberes de conhecimento e de crença[16]. Charaudeau (2006) ressalta que a fronteira entre essas duas modalidades de saber é porosa; às vezes, o discurso político, por exemplo, estrategicamente, apresenta um saber de crença como um saber de conhecimento. São também esses saberes que fundam os sistemas de pensamento: i) teorias, ii) doutrinas e iii) ideologias.

i) As teorias fundam-se em saberes de conhecimento (conjuntos de certezas, postulados, axiomas), trata-se de um saber fechado, mas passível de discussão.

ii) As doutrinas constituem-se por ambos os tipos de saberes; trata-se de um discurso exclusivamente fechado; fundam sua legitimidade em uma tradição (oral ou escrita), instituída em um dogma; tornam-se insensíveis às contradições da experiência.

[16] Charaudeau (2006) afirma que os saberes de crença e de conhecimento estruturam as representações sociais. Eles contribuem para a formação de sistemas de pensamento. São materializados na e pela linguagem. Os primeiros estruturam-se por julgamentos e valores que incidem sobre os homens, seu pensamento e suas ações; os segundos buscam fixar verdades sobre os fenômenos, trata-se de uma razão científica que se ancora em instrumentos, conceitos e raciocínios generalizantes, impessoais.

iii) As ideologias, para Charaudeau (2006) constituem representações sociais erigidas em um sistema de idéias genéricas; semelhantemente às abordagens vistas nas seções anteriores, as ideologias fornecem a base para tomadas de posição e esquemas de conhecimentos que aspiram à universalidade, à totalidade. Para esse lingüista, elas fundamentam-se em valores (afetivos/normativos) que visam definir os princípios organizados em discursos de racionalização e auto-justificação. Esse autor também nos mostra que elas devem ser compreendidas a partir de um jogo de poder e de contra-poder, de disputa pela hegemonia de valores de um grupo social. Esse lingüista salienta o fato de que elas podem endurecer-se e tornar-se doutrinas; ele dá o exemplo do marxismo, do capitalismo e da psicanálise:

> (...) o marxismo pode ser considerado ora uma teoria, em função de sua tentativa de explicar sociopolitico-economicamente as sociedades ocidentais (o materialismo crítico), ora uma doutrina, na medida em que podia se referir a textos de um pai fundador (´uma religião da salvação´, afirma Morin, com seu profeta, Marx), ora uma ideologia, na medida em que respondia a aspirações humanas e afirmava princípios de vida (uma sociedade igualitária, sem classes). A psicanálise também é considerada uma teoria, uma vez que é objeto de discussões científicas, e uma doutrina, quando é objeto de polêmicas que acabam constituindo campos de poder (...) (CHARAUDEAU, 2006, p. 201-202)

Charaudeau (2006) propõe tratar os sistemas de pensamento a partir de uma problemática do discurso, em uma perspectiva interdisciplinar; lembra o autor que os outros domínios que buscam definir e classificar tais sistemas não esgotam o assunto. Desse modo, a Analise do Discurso pode contribuir para a demarcação das idéias e dos valores políticos, sem, contudo, prejulgar-lhes. Como já dissemos, este é o nosso objetivo. Mas de que maneira o analista do discurso pode apreender os ideais políticos, os seus valores e hierarquias na materialidade do dizer?

Para o autor, os ideais políticos constituem saberes que "constroem o real como universo de significações, segundo o princípio de coerência", elaboram, portanto, imagens que visam interpretar a realidade, organizam-na em um universo de significações, fundadores da identidade de um grupo; é possível, então, falar em imaginários sociais. Eles podem ser identificados em enunciados que podem ser agrupados semanticamente, por isto o autor os chama de *imaginários sócio-discursivos*.

Eles podem ser racionalizados por discursos, textos escritos ou orais, ou circular na sociedade de maneira inconsciente, sob a forma de evidências em maneiras de falar e de julgar. Expressam-se ainda em tipos de comportamento, em objetos emblemáticos, *slogans,* provérbios, máximas, torneios de linguagem. São da ordem do verossímel, aspiram transmitir uma verdade; portanto, são *imaginários de verdade* (essencializam uma certa percepção do mundo); ou ainda, podemos falar em *imaginários de verdade política*. Estes podem ser instrumentalizados para fins de persuasão, fornecem modelos de comportamento político em função das situações de comunicação.

Desse excurso que fizemos sobre o fenômeno ideológico, acreditamos ser preciso salientar: as ideologias políticas podem caracterizar-se, ao mesmo tempo, por uma intencionalidade/instrumentalidade e racionalidade; indicam sempre uma missão a ser cumprida, sinalizam identidades e posicionamentos; são constitutivas de toda ação política; surgem em um campo conflitual, de disputa por novas racionalidades; pressupõem; portanto, um trabalho de persuasão, de conquista da adesão de uma maioria em torno de um projeto de sociedade; vocalizam um tempo sócio-histórico, respondem a interesses de grupos ou classes; constituem, assim, uma "verdade

histórica"; manifestam-se por meio de discursos que veiculam determinados saberes de conhecimento ou de crença; esses saberes expressam-se sob a forma *de imaginários de verdade política.*

Ansart (1978) lembra que toda ideologia política expressa-se por uma "(...) linguagem de verdade que se enuncia na modalidade do dever-ser, dever-viver, uma vez que designa o bem-viver e a justa linha" (ANSART, 1978, p. 207) É preciso, agora, interrogar então: contemporaneamente, quais são as principais linguagens de verdade, ou ainda, quais são os principais *imaginários de verdade política* relacionados ao ser/dever ser esquerda em disputa no espaço de debate público? Quais tipos de saberes os estruturam? Quais são os valores mais difundidos, que ideais de "dever-ser", "dever-viver" eles apontam?

CAPÍTULO 3:
DIREITA/ESQUERDA: RAZÕES DE UMA DISTINÇÃO, A HISTORICIDADE E A MULTIPLICIDADE DO "SER DE ESQUERDA"

3.1 Fim da distinção direita/esquerda, fim da utopia de esquerda?

Antes de passarmos à caracterização de alguns ideais de ser esquerda, é preciso que se diga, existem discursos que refutam a aplicabilidade e a adequação dos conceitos direita/esquerda na atualidade. Após a queda do Muro de Berlim, do fim da experiência soviética, chamada de "socialismo real", alguns autores falam de "morte" ou do "fracasso da esquerda", dos ideais revolucionários (CHASIN, 1995). Para outros, a esquerda encontra-se "desorientada teoricamente" (TONET, 2004), incapaz de guiar uma ação eficaz no sentido de superar o capitalismo, o que contribuiria para a afirmação da hegemonia dos ideais neoliberais e do senso comum de que o capitalismo seria a única alternativa societária da história.

Diversos autores, tanto no âmbito da sociologia, a exemplo de Boaventura Souza Santos (2007), quanto no âmbito do estudo do Discurso Político, Menezes (2004) e Charaudeau (2006), falam da crise das grandes narrativas ou grandes utopias (a liberal, a socialista ou comunista). Esses teóricos e também Norberto Bobbio (1995) levam-nos a pensar a necessidade de se considerar o fenômeno da reconfiguração do conceito do ser esquerda ao longo do processo histórico.

Segundo Menezes (2004), a utopia liberal e a socialista dos países do Leste Europeu deram lugar a anti-utopias: a liberal geraria as mazelas sociais e os projetos totalitários do nazi-fascismo; a socialista, o autoritarismo do Estado burocrático soviético e a perda das liberdades democráticas. Assim, o termo utópico sofre uma depreciação no Discurso Político, no sentido de uma promessa não realizável.

Menezes (2004), baseando-se em Boaventura Souza Santos (2006), afirma que os Novos Movimentos Sociais (NMSs) permitem identificar o surgimento de um pensamento *heterotópico*. Esses movimentos surgem a partir de diversas lutas, para além da luta contra a exploração do trabalhador; como por exemplo, os movimentos feminista, de afirmação racial, de luta pela terra (MST) no Brasil, dentre outros. Veremos que essa diversidade de reivindicações, para Boaventura Souza Santos (2006, 2007), constituem argumentações em defesa de uma emancipação, de um ideal societário que se fundamentam em diferentes valores e representações sociais.

Nesse sentido, Menezes (2004) postula que os NMSs ampliam o domínio de práticas de linguagem nas quais o discurso político pode manifestar-se; a diversidade de movimentos faz surgir "(...) palcos e cenários de luta e intersubjetividade" (MENEZES, 2004, p. 192-93) que contribuem para o aparecimento de novas possibilidades de atuação política e; portanto, de novas configurações discursivas. Menezes vai assim, identificar, em cada espaço estrutural de poder[17] (doméstico, mundial, do mercado, da

[17] Mais adiante, na *Seção 3.4* detalharemos o conceito de *espaço estrutural* no conjunto de reflexões que faremos a partir da obra de Boaventura Souza Santos (2006, 2007). Menezes (2004) argumenta que é possível observar, em cada espaço e em cada gênero, regularidades situacionais, institucionais e imaginários sociais específicos; por exemplo, no espaço da cidadania, encontram-se os gêneros políticos – partidário, parlamentar, eleitoral, de governo, militante; no espaço mundial local, teríamos os gêneros da diplomacia; no espaço da produção, os gêneros institucional da empresa, do sindicato, etc.

cidadania, da produção e da comunidade), diversos gêneros textuais nos quais a discursividade política ocorre.

Charaudeau (2006.), ao analisar o contexto francês, também postula o fim da utopia de uma esquerda clássica, fundada na mística da classe operária, que lutava por uma transformação radical da sociedade. Essa utopia assentava-se na conquista da hegemonia do povo sobre a burguesia, no fim da exploração capitalista e no estabelecimento do igualitarismo. Para esse lingüista, o governo de Mitterrand marca essa mudança no projeto da esquerda na França; esta passa a aceitar a economia de mercado, a defender o imaginário de que "é preciso primeiro crescer para depois repartir o bolo"

Além disso, o discurso da esquerda começa a se caracterizar pela afirmação de um *imaginário frio*, da submissão aos imperativos econômicos, à gestão eficaz da economia em contraposição a um *imaginário quente*, da vontade revolucionária. Seriam signos desse *imaginário frio* siglas tais como o G7 e G8, o GATT, o FMI, a OMC, Davos e outros.

Esse autor lembra que as reações militantes deslocaram-se do campo sindical e anti-patronal para o da anti-globalização ou do humanismo. Prepondera, tanto no discurso da direita quanto no da esquerda, a idéia de uma impotência do Estado diante das forças do mercado. Os partidos políticos clássicos tendem a fazer alianças[18], e apresentam uma "reação centrista comum", advogando um "´ativismo gerencial´ para tentar casar as

[18] Lembremos as alianças do PT com partidos que não tinham tendência à esquerda, como o PL, mencionadas por Pere Petit (2006), no *Capítulo 1*. Ressaltamos também a presença dessa tendencialidade no primeiro semestre de 2008, quando quadros do PT sugeriram uma aliança PT e PSDB para a prefeitura de Belo Horizonte.

exigências de uma economia de mercado com uma eqüidade social" (CHARAUDEAU, 2006, p. 302).

Por outro lado, os partidos ditos extremistas tendem a evidenciar o adversário; seus discursos pautam-se por um radicalismo, pela denúncia que faz dos seus adversários a fonte de todos os males sociais, como diz Charaudeau (2006, p. 303), eles fundem em "(...) uma mesma categoria essencializada todos os concorrentes (...)" Por exemplo, o capitalismo seria o mal supremo para os socialistas; o ultraliberalismo e a globalização econômica, o maior inimigo para a extrema esquerda.

Essas reflexões permitem-nos observar que o discurso político oscila entre um maior radicalismo e a tentativa de obter consenso em torno de valores, o que leva à atenuação de oposições e de paixões políticas sustentadas por uma utopia revolucionária. No contexto político brasileiro, como veremos, encontramos inúmeros sinais dessas tendencialidades históricas no âmbito político apontadas por Charaudeau (2006). À guisa de exemplo, vejamos alguns depoimentos[19].

i) Sobre o fim da distinção direita/esquerda e a necessidade de se adotar um "pragmatismo":

> Essa divisão entre esquerda e direita é algo absolutamente superado. Hoje, a política é uma política de resultados para o cidadão, e ele não está preocupado se o político se diz de direita, de esquerda ou de centro.

---

[19] Neste capítulo, sentimos necessidade de ilustrar as proposições teóricas fazendo uso de trechos da revista *caros amigos*, edição de aniversário, nº 121, de abril de 2007, que apresentou a pergunta: "o que é ser esquerda?" a sessenta personalidades brasileiras (intelectuais, artistas, lideres de movimentos sociais, dentre outros). O trecho de Paulo Arantes (2004) foi mencionado porque alude diretamente à experiência da esquerda na França, mencionada por Charaudeau (2006); não encontramos referência direta ao caso francês em nosso *corpus.* O trecho de Bornhausen (2007) ilustra o discurso que advoga o fim da díade na contemporaneidade, proposição também não encontrada em nosso *corpus*.

> Ele está preocupado é com o resultado que vai obter de uma boa ação política de um representante. Os da esquerda consideram muito importante o assistencialismo, nós consideramos muito importante o emprego. Não somos nem de direita, nem de esquerda, somos modernos. Não somos conservadores, achamos que o país precisa de reformas, de mudanças, e olhamos o Brasil não por um mandato, olhamos o Brasil dentro deste século. O Brasil está atrasado, e o atraso se deve ao governo. Hoje vivemos o triângulo do atraso: injustiça social, Estado máximo e cidadão mínimo. Isso é que precisa ser recuperado. (BORNHAUSEN, 2007, p. 27)

ii) Sobre a crítica ao *imaginário frio*, à aceitação dos imperativos econômicos por políticos da esquerda:

> Como enuncia logo de saída o insuspeito Lester Thurow no *Futuro do Capitalismo*: acontece que o capital declarou guerra à força de trabalho e venceu, ponto. Estava na identificação de um estilo doutrinário inédito pontuado nos seus melhores momentos, por acessos de franqueza desse tipo – não é lá muito justo nem bonito, mas é assim que tem que ser. (...) Inédito também pela abrangência sem resto da denominação "único", tanto por estar vedada a recusa – 'there is no alternative', costuma martelar a sra. Thatcher, aliás, Tina - , quanto por ter engolido a velha esquerda – neste tópico, o exemplo vinha de casa mesmo: dois anos depois de eleito, François Mitterrand foi polidamente persuadido pelos 'mercados', se é que queria mesmo tornar a economia francesa moderna e competitiva, como então se começava a dizer, a fortalecer a moeda, restringir o orçamento, desonerar o capital e renunciar ao quase pleno emprego (...) (ARANTES, 2004, p. 115-116)

A presença de um *imaginário frio*, imputado ao discurso de algumas tendências de esquerda, a sua aceitação das regras do mercado, a "reação centrista" que permite todo tipo de alianças partidárias, acima de qualquer tendência ideológica, o fim da grandes narrativas ou utopias de esquerda, realmente, poderiam nos levar a acreditar no fim dos ideais de esquerda, identificados à luta pela emancipação, pela transformação radical da sociedade, ou ainda, à luta pela substituição do atual modelo societário capitalista por outro, ou seja, o modelo socialista ou mesmo comunista.

Entretanto, ainda encontramos inúmeros estudos que defendem a manutenção da distinção entre direita/esquerda, mesmo que demonstrem que o ideal de esquerda, por

exemplo, pode reconfigurar-se em cada momento histórico; ainda encontramos teóricos políticos que defendem a centralidade da categoria do trabalho e da classe operária na luta pela emancipação e a estratégia revolucionária para se alcançá-la; outros, na linha de Boaventura Souza Santos (2006, 2007), vão associar o ser esquerda a uma democracia de massas, que permita a plena participação e o fortalecimento da solidariedade entre os grupos.

3.2 Por que razões manter a distinção?

Norberto Bobbio (1995), apesar de reconhecer o pluralismo ideológico contemporâneo afirma que é preciso insistir na díade; ele afirma que:

> É incontestável que, hoje, uma das razões da desorientação da esquerda vem do fato de que no mundo contemporâneo emergiram problemas que os movimentos tradicionais da esquerda jamais se tinham posto, ao mesmo tempo em que perderam validade alguns dos pressupostos sobre os quais haviam se apoiado não só o próprio projeto de transformação da sociedade mas também a sua força. Eu mesmo já insisti várias vezes sobre isso. Nenhuma pessoa de esquerda (sinistrorso) pode deixar de admitir que a esquerda de hoje não é mais a mesma de ontem. Mas, enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniqüidades das sociedades contemporâneas – hoje talvez menos ofensivas do que em épocas passadas, mas bem mais visíveis – , eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história." (BOBBIO, 1995, p. 23-24)

Salientamos, nessa passagem, que o autor,

i) aponta para uma modificação do ideal de esquerda ao longo da história;

ii) alude não a uma, mas indica a possibilidade de que exista mais de uma esquerda e;

iii) considera, como fundamento desse ideal, uma paixão de base, qual seja, a indignação diante dos sofrimentos, ou ainda, a negação de uma realidade e a necessidade de sua transformação.

Essas reflexões, levam-nos então, a interrogar: com que argumentos, geralmente, defende-se a legitimidade e a funcionalidade da díade atualmente? Que critérios podemos utilizar para se distinguir seus termos? Se a esquerda de hoje não é mais a mesma de ontem, qual seria o seu perfil atual? Questão que se intensificou, no Brasil, com a avaliação do governo Lula, como vimos na *Seção 1*, do *Capítulo 1*. E a esquerda, ou esquerdas de ontem, estão totalmente ultrapassadas? Não encontramos mais ecos de suas representações nos discursos, nos posicionamentos atuais? Vejamos algumas possibilidades de responder a essas questões.

A origem dos nomes direita, esquerda e centro, lembremos, surge no contexto da Revolução Francesa e associa-se à topografia parlamentar da Assembléia Nacional Francesa. Após a derrubada do Antigo Regime, diversas facções disputam a hegemonia na fase que ficou conhecida como Monarquia Constitucional: o rei tinha poderes (por exemplo, nomear ministros), porém mais limitados: os deputados representantes do Terceiro Estado[20] sentavam-se à esquerda do rei enquanto os do clero e da nobreza

---

[20] A Wikpédia nos permite abstrair a seguinte divisão: Primeiro Estado (composto pelo Alto Clero - 0,5% da população francesa - identificava-se com a nobreza e negava reformas, e pelo Baixo Clero, identificado com o povo; Segundo Estado (constituído pelos membros da corte, sobreviviam "(...) à custa do Estado, por uma camada provincial, que se mantinha com as rendas dos feudos, e uma camada chamada Nobreza Togada, em que alguns juízes e altos funcionários burgueses adquiriram os seus títulos e cargos, transmissíveis aos herdeiros (...)" - 1,5% dos habitantes) e o Terceiro Estado ("(...) constituído por burgueses, camponeses sem terra e os ´sans-culottes´, uma camada heterogênea composta por artesãos, aprendizes e proletários, que tinham este nome graças às calças simples que usavam, diferentes dos tecidos caros utilizados pelos nobres. Os impostos e contribuições para o Estado, o clero e a nobreza incidiam sobre o Terceiro Estado, uma vez que os dois últimos não só tinham isenção tributária como ainda usufruíam do tesouro real por meio de pensões e cargos públicos.")

sentavam-se à direita de quem entrava no recinto das reuniões. Como mostra o texto da Wikpédia (enciclopédia eletrônica): "À extrema direita, o rei e a aristocracia se recusavam a aceitar qualquer compromisso. À extrema esquerda, a pequena e média burguesia sentiam-se lesadas e enganadas."

No ano de 1792, a monarquia seria abolida pela mobilização popular e nova Assembléia Constituinte é criada (A Convenção Nacional); a revolução radicaliza-se e a divisão mantém-se, desta vez, entre os Girondinos (representantes da grande burguesia, contrária ao aprofundamento da revolução, à participação popular), que se sentavam à direita da mesa da presidência, nos bancos inferiores; os Jacobinos (representantes da pequena burguesia que defendiam a ampliação dos direitos do povo) e sua facção mais revoltada (os *raivosos*), sentavam-se à esquerda, nos bancos superiores (eram denominados *montanha*) e, ao centro, (chamados de *planície* ou *pântano*) ficava um grupo de burgueses sem posicionamento definido, votava as propostas que tinham mais chances de vencer.

Essa breve incursão na história dos termos parece confirmar a insistência de Norberto Bobbio (1995) para quem os termos direita/esquerda são antitéticos, exclusivos e exaustivos e vão continuar existindo enquanto existirem conflitos políticos.

Esse filósofo retoma discursos que refutam a díade e apresenta algumas objeções a eles. Há discursos que preconizam o fim ou a crise das ideologias; outros afirmam que as sociedades democráticas impedem uma visão dicotômica da política; pressupõem, ao contrário, a existência de uma diversidade de grupos concorrentes e o exercício da tolerância; esses grupos podem superpor-se; às vezes, integram-se ou separam-se conforme as circunstâncias; nesse jogo, são possíveis inúmeras combinações.

O pluralismo de filiações políticas e sociais fazem com que cada cidadão torne-se um sujeito político "transversal", o que leva à necessidade de ampliar os critérios de diferenciação. Bobbio (1995) também lembra os discursos que atribuem à díade uma perda do seu valor descritivo em relação aos novos problemas que surgiram na contemporaneidade. Além disso, a queda do muro de Berlim, o fim da experiência do "socialismo real" também levaria à inutilidade da diferença.

Para refutar o discurso sobre o fim das ideologias, Bobbio (1995) afirma que estas não deixaram de existir, mas aquelas do passado foram substituídas por outras. Ele defende que os termos não se reduzem a puras idéias, à pura expressão de um pensamento ideológico, mas designam programas contrapostos quanto à ação política a ser seguida na resolução de problemas sociais; trata-se, portanto, de diferenças de interesses e de valorações associadas a uma *praxis*.

Quanto ao argumento do "pluralismo das sociedades democráticas" como razão para invalidar a díade, o filósofo afirma que essa realidade não exclui a existência de uma linha contínua sobre a qual, entre os pólos direita-esquerda, é possível indentificar uma série de posições intermediárias; entre, por exemplo, uma esquerda inicial e uma esquerda final, entre uma esquerda moderada que tende ao centro e uma extrema-esquerda que ao centro se opõe. Isso permitiria explicar os fenômenos de esquerdismo ou direitismo em alguns contextos históricos.

Essa linha contínua entre os dois pólos, nos sistemas democráticos com acentuado pluralismo, permite surgir o que Bobbio (1995) chama de um *terceiro incluído* (uma tendência que se firma pela exclusão dos ideais da díade direita/esquerda, o que caracterizaria o centro) ou um *terceiro inclusivo* (que se apresenta como uma doutrina

em busca de uma *práxis*). Segundo o filósofo o *terceiro inclusivo* representa uma política conhecida como Terceira Via, da qual o imaginário político oferece inúmeros exemplos. Seria exemplo desse fenômeno o socialismo liberal ou social-liberalismo, que passou a ter crédito junto à esquerda em crise e que se apresenta como paradoxal, pois busca uma síntese dialética entre dois sistemas de pensamento, segundo o autor, irredutíveis.

Se voltarmos ao *Capítulo 1* deste trabalho, veremos que os excertos de José Genoíno parecem conter índices semelhantes a esse *terceiro inclusivo* de que fala Bobbio (1995), pois defende a fusão, em uma síntese, do que existe de melhor do liberalismo democrático e da esquerda democrática. Essa concepção, como veremos mais adiante, é contraditada por outros posicionamentos de esquerda, digamos, mais "radicais", que tendem a considerar o centro uma "direita camuflada", por este ter abandonado os ideais de superação total do capitalismo.

Veremos que são justamente os posicionamentos ditos "mais radicais", em nosso *corpus*, que nos permitem identificar o processo de marcação/destituição de identidade política. Eles, via de regra, definem o conceito de ser esquerda fundamentando-se estritamente nas reflexões filosóficas de Marx e de seus seguidores (Lukács ou Gramsci, por exemplo) e consideram "desvio" de ideal, ou desvirtuamento conceitual, qualquer outra definição, baseada em outros pressupostos teóricos; como, por exemplo, a definição proposta por Genoíno (1999, 2005), que admite uma fusão de ideais.

Esses posicionamentos mais radicais e as reflexões de Bobbio (1995) sobre a linha contínua entre os pólos direita-esquerda, que admite a existência de uma "esquerda

moderada", levam-nos, assim, a pensar a multiplicidade de significações que o conceito ser/dever ser de esquerda pode adquirir; como dissemos antes, de acordo com os contextos históricos, com os posicionamentos dos sujeitos e suas filiações teóricas; o que resulta em reconstruções discursivas diferentes do conceito. Assim sendo, propomo-nos, na seqüência, a refletir sobre o vínculo entre conceituação/simbolização e o devir histórico.

3.3 Os conceitos e o dinamismo histórico

Bobbio (1995), baseando-se em Ravelli, afirma que os conceitos direita/esquerda não são absolutos, ontológicos, ou seja, não indicam conteúdos fixados para sempre, não se identificam a sistemas de governo, mas sinalizam posturas de fundo, intenções e não totalidades históricas; podem indicar conteúdos diferentes conforme o tempo e as situações. Apesar dessa relatividade, Bobbio (1995) defende que tanto um ideal quanto o outro possui um núcleo básico de sentidos. Por exemplo, o que definiria a esquerda seriam os valores de emancipação, de igualdade e de liberdade. Assim, seria uma política de esquerda aquela que buscasse propiciar uma maior igualdade para todos em uma sociedade. Paul Veyne (1976), Reinhart Koselleck (2006)[21], e Boaventura Souza Santos (2007) nos oferecem reflexões que vão no mesmo sentido do filósofo italiano.

Para Veyne (1976), a não fixidez do conteúdo sêmico dos conceitos advém, mesmo, do caráter dinâmico e cambiante do devir histórico; este é constituído por núcleos de necessário e muito de contingência; nessa perspectiva, não é possível ao historiador, aceder a um conhecimento imediato do devir dos acontecimentos, eles aparecerão

[21] Agradecemos imensamente à Profa. Júnia Diniz Focas pela indicação da leitura de Koselleck. O texto foi de capital importância para que pudéssemos entender melhor o dinamismo dos conceitos históricos.

sempre de maneira parcial e confusa; exigem, portanto, um trabalho de conceitualização filosófica e não de explicação científica.

Segundo esse autor, os sistemas, as explicações elaboradas pela História são epistemologicamente indefinidos, assim, a tarefa dessa disciplina consiste em um esforço de conceitualização que visa apreender e explicitar o real. Como lembra Veyne (1976), nesse esforço, conceitos novos podem aparecer, alcançar sucesso, reconfigurar-se ou morrer.

No mesmo sentido, Koselleck (2006) afirma que não se pode conhecer o movimento histórico por meio dos mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido. Para esse autor, com o tempo, os pares conceituais antitéticos, tais como o par direita/esquerda, sofrem uma "alteração qualitativa", devido às experiências do devir que criam novos horizontes e expectativas; feixes de significados novos podem ser atribuídos a um conceito, outros "empalidecem". Se voltarmos à nossa *Metodologia*, um simples olhar nos sintagmas *esquerda classista*, *esquerda autêntica*, *esquerda democrática*, ou *social democrata*, pemitem-nos observar que os diferentes epítetos atribuídos ao nome *esquerda* constituem índices desse processo de reconfiguração semântica pelo qual um conceito pode passar de acordo com o devir ou com os posicionamentos dos sujeitos.

As reflexões de Boaventura Souza Santos (2007), a nosso ver, representam um esforço teórico para o entendimento das possibilidades de significação que o ser/dever ser de esquerda pode assumir atualmente. Esse esforço integra o conjunto de estudos do sociólogo que realiza uma crítica ao paradigma epistemólogico hegemônico da

racionalidade científico-instrumental e à vinculação da noção de poder unicamente à noção de Estado.

Boaventura Souza Santos (2007) identifica uma perda de confiança epistemológica na ciência e no direito modernos. A racionalidade científica não conseguiu cumprir suas promessas de emancipação do ser humano: a promessa de dominar a natureza produziu catástrofes ecológicas; a garantia de paz eterna, via mercado, resultou em guerras pelo poder; o ideal de uma sociedade justa e livre foi substiuído pela exploração e colonização do Terceiro Mundo. O princípio do mercado, lembra o autor, preponderou sobre os princípios da comunidade e do Estado.

Esse sociólogo faz uma crítica ao senso comum que institui a Globalização como única alternativa societária para os tempos atuais. Ele propõe, então, pensar uma globalização anti-hegemônica que se manifesta a partir de um paradigma emergente de emancipação. Este apresenta-se como uma possibilidade de alternativa ao atual, o da racionalidade técnico-científica. Os NMSs sinalizam, segundo Boaventura Souza Santos (2006, 2007), a formação desse novo paradigma, constituem uma das manifestações da globalização contra-hegemônica.

Essas novas formas de luta, sobretudo as surgidas no *Sul global*[22], não correspondem mais àquelas que foram referência para esquerda ao longo do século XX. Além disso, as tradições teóricas desse ideal (o "cânone de esquerda nortecêntrico", expressão do autor) não previram tais movimentos; portanto, há uma carência de elaborações epistemológicas suficientes para explicitá-los. Assim, o autor advoga a necessidade de

[22] O autor utiliza essa expressão para se referir às opressões que ocorrem no Sul, provocadas pelos processos de colonialismo e imperialismo das nações desenvolvidas do Norte. O adjetivo *global* deve-se ao fato de que, atualmente, essas opressões globalizaram-se, são vividas, também, pelos grupos de trabalhadores estrangeiros, pelos conflitos étnicos.

se "reinventar mapas" interpretativos para compreender as idéias e as práticas de esquerda na contemporaneidade.

O sociólogo considera o Fórum Social Mundial (FSM) um termômetro que permite avaliar até que ponto uma nova esquerda está se formando no cenário mundial. Ele aponta para uma diversidade de concepções de dignidade humana, de idealidades societais, ao mesmo tempo, únicas e contraditórias; apontam para novas utopias. Contudo, elas não se ajustam mais às vias de transformação social já experenciadas no devir histórico; ou seja, as vias revolucionária ou reformista/gradualista[23]. Esta última, segundo o autor, preponderou na história das idéias e das práticas de esquerda, é chamada, no contexto de sua obra, de "esquerda convencional".

A proposta de conceitualização do ser/dever ser de esquerda que Boaventura Souza Santos (2007) apresenta, não será; portanto, aquela associada a ambas as temporalidades mencionadas: a revolucionária (almejada pelos socialistas ou comunistas) ou a reformista; mas será, como diz o autor, "radicalmente democrática".

3.4 Da multiplicidade de ideais de esquerda

3.4.1 Um ser de esquerda democrático radical?

> Não há, na verdade, um fim das ideologias e sim milhares de fins e outros tantos renascimentos. (ANSART, 1978, p. 265)

Ansart (1978), ao refletir sobre o futuro das ideologias políticas, prevê a afirmação de um pluralismo ideológico e das ideologias produtivista e consumista. Parece-nos que as

[23] Nos próximos itens deste capítulo pretendemos explicar melhor a origem dos nomes à luz do contexto histórico em que surgiram.

previsões de Ansart (1978) confirmaram-se, como nos mostram os saberes de conhecimento da sociologia e da filosofia política ou da Análise do Discurso Político de Charaudeau (2006) e de Menezes (2004). Como foi visto na seção anterior, Boaventura Souza Santos (2006, 2007) realiza uma crítica tanto às racionalidades político-econômica e técnico-científica liberais (a promessa do progresso econômico, de igualdade de direitos políticos), quanto ao chamado "socialismo real" (experiência comunista dos países do Leste Europeu). Habermas (1984, 1997) também nos apresenta críticas semelhantes às de Boaventura Souza Santos (2006, 2007).

Esses pensadores, cada um à sua maneira, defendem a necessidade de redefinição dos conceitos de democracia, de cidadania e de socialismo. As formulações teóricas de ambos sinalizam o surgimento de um ideal de "ser/dever ser" esquerda (ou socialista) caracterizado pela defesa de uma democracia participativa, radical, em contraposição a uma democracia simplesmente representativa, liberal. Ambos os autores argumentam que a racionalidade política liberal reduziu o político e a garantia dos direitos à esfera estatal. Preconizam, então, a necessidade de uma destranscedentalização do político.

Para Boaventura Souza Santos (2006), a distinção da teoria liberal entre de um lado, o Estado (*locus* onde se exerce o poder, garantia da soberania absoluta e da universalização dos direitos) e, de outro, a sociedade civil (lugar dos interesses privados, do direito de possuir bens e propriedade) transformou-se em uma ortodoxia conceitual que impede a compreensão das mudanças sociais do presente.

Para esse sociólogo, quando se limitou o ideal democrático à esfera estatal, naturalizou-se (no âmbito conceitual e prático) a idéia de uma sociedade civil como lugar somente

das relações econômicas, neutralizou-se; assim, o seu potencial emancipador, conduziu-se os indivíduos à passivização política. Nessa perspectiva, a cidadania restringe-se ao direito ao voto, a uma relação vertical cidadão-Estado, o que contribui para a exclusão de outras formas de participação; a representatividade é naturalizada, ou seja, esquece-se de que ela, no sistema capitalista, pode vocalizar interesses corporativistas e perder o contato com os anseios populares.

Todavia, tanto Boaventura Souza Santos (2006) quanto Habermas (1984) mostram a necessidade de se perceber que a sociedade civil, ao longo do processo histórico, foi criando formas de atuar politicamente; em seu âmbito, também, travam-se inúmeras relações de poder. Essa tendência histórica parece ter levado Boaventura Souza Santos (2006) a propor um deslocamento do lugar de poder político da esfera jurídico-institucional do Estado capitalista para o que ele chama de *espaços estruturais de poder* que se inter-relacionam dinamicamente. Nessa perspectiva, é possível falar não somente em uma, mas em várias sociedades civis, nas quais algum tipo de poder encontra-se em disputa.

Boaventura Souza Santos (2006) propõe esse deslocamento do lugar de poder a partir das reflexões de Foucault. O sociólogo lembra que, para Foucault, a forma de poder mais importante na sociedade, desde o século XVIII, não seria exercida pelo Estado, mas pelos diversos discursos de saber produzidos nas diferentes disciplinas da ciência moderna e nas instituições[24]. Esses poderes disciplinares encontram-se dispersos no tecido social, não possuem centro e são exercidos horizontalmente entre os sujeitos; impõem uma disciplinarização dos corpos; seriam, então, introjetados pelos sujeitos ao

[24] Remetemos o leitor ao livro do autor: *A verdade e as formas jurídicas*.

longo do seu processo de subjetivação e determinariam maneiras de ser, de viver e de conhecer.

Para Boaventura Souza Santos (2006, 2007) essa concepção, ao postular que os poderes estão em todo lugar e funcionam sempre da mesma maneira, não prevê possíveis relações ou cumplicidades entre eles, ou mesmo hierarquias. O sociólogo advoga, então, que o poder é sempre exercido a partir de constelações, de combinações entre poderes exercidos nos diversos *espaços estruturais*. A fim de visualizar e entender melhor essa proposição teórica, tomamos a liberdade de reproduzir, na íntegra, o quadro proposto pelo sociólogo, em 2007, na página seguinte:

DIMENSOES / ESPAÇOS ESTRUTURAIS	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
ESPAÇO DOMÉSTICO	Diferença sexual e geracional	Casamento família, e parentesco	Maximização da afectividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo, cultura familiar
ESPAÇO DA PRODUÇÃO	Classe e natureza enquanto "natureza capitalista"	Fábrica e Empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito da produção	Produtivismo, Tecnologismo, Formação profissional e cultura empresarial
ESPAÇO DE MERCADO	Cliente-consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e maximização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massas
ESPAÇO DA COMUNIDADE	Etnicidade, raça, Nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações populares de base, Igrejas	Maximização de identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
ESPAÇO DA CIDADANIA	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
ESPAÇO MUNDIAL	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, org. e associa ções interna-cionais tratados internacionais	Maximização da Eficiência	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global

O sociólogo nos mostra que os *espaços estruturais* são matrizes geradoras de desigualdade e opressão, e, ao mesmo tempo, de lutas emancipatórias. Eles são lugares de produção e reprodução de trocas desiguais na sociedade capitalista; assim, as seis formas de poder, de direito e de conhecimento tendem a naturalizar representações, identidades hegemônicas e maneiras de interação social. Tais padrões interacionais normatizam-se, são tidos como necessários, tendem a estabilizar as expectativas dos indivíduos e dos grupos; sinalizam, desta forma, como diz o autor, um senso comum dominante, um *mapa de estrutura-ação* que rege a sociedade capitalista.

Em cada espaço, configuram-se as seguintes formas de poder/opressão e de trocas desiguais, respectivamente: o domínio do marido/pai sobre a mulher e os filhos; do patrão/proprietário ou empresa/fábrica sobre o empregado; da mercadoria sobre o indivíduo (este transforma-se também em mercadoria); do imperialismo identitário de um grupo sobre outro ou do nativo sobre o estrangeiro; do Estado sobre as demais esferas da sociedade e; finalmente, o domínio do centro sobre a periferia, sob a forma de imperialismo comercial, no *espaço mundial*.

Para superar o senso comum dominante, o sociólogo defende a criação de um novo conhecimento emancipatório, cuja formação depende do resgate e da reinvenção de duas tradições marginalizadas pela modernidade:

i) o princípio da comunidade de Rousseau, o que permitiria a implementação de uma democracia de massas e;

ii) os conhecimentos da Nova Retórica, a partir de Perelman; o autor, no contexto de sua obra, vai redefini-la com o nome de Novíssima Retórica. Segundo Boaventura Souza Santos (2007), as contribuições teóricas dessa

disciplina possibilitariam aos grupos um constante debate público que poderia resultar na criação de um novo consenso societário emancipatório.

Vejamos, na seqüência, o desdobramento dessas duas proposições.

A Nova Esquerda, a Retórica e a construção de uma nova *tópica emancipatória*

Para Boaventura Souza Santos (2007), a formação de um novo conhecimento emancipatório emergente deveria se fundamentar na construção de novos sensos comuns anti-hegemônicos em cada *espaço estrutural*. Seria esse conhecimento que permitiria desnaturalizar o senso comum conservador (seus ideais de vida, seus padrões interacionais, suas formas de poder e de direito). Como vimos na seção anterior, esse novo senso comum estaria, na visão do sociólogo, sendo gestado a partir das experiências dos NMSs.

Os grupos sociais oprimidos, apresentam, no cenário local-mundial, diferentes argumentações, representam comunidades interpretativas; como diz o autor, constituem uma "ponóplia de comunidades político-culturais" lutando, discursivamente e na prática, pelo estabelecimento de formas alternativas de vida, de novas formas de solidariedade. Trata-se, então, de um conhecimento retórico que permite o questionamento da forma de conhecimento técnico-científico. Por essa razão, Boaventura Souza Santos propõe (2007) um resgate do instrumental conceitual-analítico da Retórica, a partir de Aristóteles e de Perelman, nos anos 50.

Perelman (1997, 2002) (veremos mais detalhadamente *no Capítulo 7)* atribui a eficácia de um discurso ao seu poder de convencimento e de persuasão; o convencimento

depende da aceitação, por um auditório, dos fatos, verdades e pontos de vista partilhados em uma sociedade.

Boaventura Souza Santos (2007) pensa uma Novíssima Retórica. Esta deveria intensificar a dimensão dialógica da Nova Retórica, pois, na avaliação do sociólogo, a dinâmica entre orador e auditório deve deixar de ser rígida e prever uma intermutabilidade entre posições de orador e posições de auditório. Nessa concepção, os auditórios encontram-se em constante mutação, sinalizam processos sociais. Desta forma, é preciso que se examine constantemente o seu surgimento, desenvolvimento e extinção. Esse saber retórico, na visão do sociólogo, permitiria um debate e uma análise constantes daquilo que seria considerado melhor em cada situação histórica.

O sucesso de cada movimento social, de cada grupo, dependerá, nessa arena argumentativa, da força de convencimento dos fatos e das verdades propostas pelo grupo para o estabelecimento de ideais societários. Nessa perspectiva, as comunidades, os movimentos sociais, em cada época, constituem auditórios específicos, partilham determinados lugares comuns (*loci*, ou ainda *topos*, no plural *topoï*)[25] que são pontos de vista amplamente aceites.

A formação do novo conhecimento emancipatório que deveria constituir a Nova Esquerda e guiar as lutas dos movimentos assenta-se, assim, em uma dimensão dialética, na disputa entre *topoï* contrários, entre diferentes verdades e fatos, como diz o

[25] Perelman (2002, p. 94-111) retoma a classificação de Aristóteles dos tipos de lugares, *topoi*, utilizados para fundamentar os valores com os quais se argumenta, eles seriam os pontos de partida para o processo argumentativo: os lugares comuns e lugares específicos. Os primeiros, grosso modo, referem-se a raciocínios de ordem geral, utilizáveis em todos os gêneros e situações de discurso; os segundos são idéias próprias a uma ciência ou gênero oratório (*deliberativo, judiciário* ou *epidícdico*). Veremos de maneira mais detalhada esses conceitos no *Capítulo 7*.

autor: "(...) a polaridade dos pares tem de ser dialética: um *topos* contraposto a outro *topos* enquanto artifício argumentativo para inventar novos *topoï*, novos campos de conhecimento partilhado e, eventualmente, de novas batalhas argumentativas." (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, p. 105, 2007)

Considerando *os espaços estruturais* vistos no quadro, o autor defende a necessidade de se afirmar as seguintes *tópicas* anti-hegemônicas:

- no *espaço doméstico*: a *tópica patriarcal* (que fundamenta um discurso argumentativo dominado pelo marido/pai) deve ser substituída pela *tópicas* da libertação da mulher, da cooperação (a partilha de autoridade) das comunidades afetivas e da democracia;
- no *espaço da produção*: a *tópica do capital* (assente em um direito imposto pelo patrão ou, às vezes, negociado pelo sindicato, regido pela ideologia produtivista) deve ceder lugar a uma *tópica eco-socialista;* esta, para o autor, fundamentar-se-ia em uma democracia econômica matrizada pela participação e auto-gestão; visaria a produção de bens sociais, com valor de uso e auto-sustentável (pequena agricultura, cooperativas auto-geridas, dentre outras);
- no *espaço do mercado*: o autor propõe a substituição da *tópica do consumismo fetichista* pelas *tópicas* das necessidades radicais, dos meios de satisfação genuínos e da democracia. Esse novo senso comum teria o poder retórico de erradicar o fetichismo das mercadorias (forma de poder nesse espaço) e a coisificação das pessoas, mecanismos que, segundo o autor, são expressos por um sistema semiótico veiculado globalmente pelo imperialismo cultural;

- no *espaço da comunidade*: a *tópica* deste espaço deveria se fundamentar em uma hermenêutica democrática, cosmopolita, multicultural, ou seja, deveria constituir-se de comunidades com identidades múltiplas, inacabadas (o autor cita os movimentos populares latino-americanos, as CEBs[26], os movimentos de direitos humanos). Para Boaventura Souza Santos (2007), essa *tópica* multicultural poderia fazer frente à forma de poder hegemônica baseada na diferenciação desigual expressa nas lutas entre definições imperialistas e subalternas de identidade;
- *no espaço mundial*: uma *tópica do Sul* poderia substituir uma *tópica do Norte*. A primeira se caracterizaria por um discurso argumentativo e por um direito cosmopolita que visariam a erradicação da hierarquia centro-periferia, fundada em um imperialismo comercial baseado na transferência de mais-valia para o centro. O autor propõe a necessidade de se aprender com o Sul;
- no *espaço da cidadania*: uma *tópica democrática fraca* deveria ser substituída uma *tópica democrática forte*.

Boaventura Souza Santos (2007) lembra que a forma de poder, nesse espaço, a dominação, é a mais institucionalizada de todas e foi erigida como única forma de poder pela racionalidade política liberal, encontra-se disseminada em todos os demais espaços (por exemplo, a influência exercida pelo Estado nos espaços doméstico, da produção,

---

[26] Definição segundo a *Wikipédia*, enciclopédia eletrônica: "As **Comunidades Eclesiais de Base** (**CEB**) são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 70 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. Através do *método ver-julgar-agir* buscam olhar a realidade em que vivem (VER), julgá-la com os olhos da fé (JULGAR) e encontrar caminhos de ação impulsionados por este mesmo juízo á luz da fé (AGIR). A ação encontra respostas variadas segundo as circunstâncias, transcendendo os limites das igrejas. Estas comunidades impulsionaram a criação de clubes de mães, associações de moradores, inserção no movimento operário, e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social. Durante a luta contra a ditadura militar, deram uma grande contribuição à redemocratização do Brasil."

dentre outros). A *tópica democrática forte* fundamentar-se-ia, então, em uma democratização radical das relações sociais nos seis espaços estruturais, esta estruturar-se-ia em uma dupla obrigação política – a vertical (cidadão-estado) e a horizontal (entre cidadãos e associações). Vejamos, então, o outro pilar que sustenta a concepção do ser/dever ser de esquerda de Boaventura Souza Santos.

O resgate do princípio da comunidade e o *topos* do socialismo como democracia-sem-fim

Segundo Boaventura Souza Santos (2006), os NMSs, cuja emergência intensifica-se nas décadas de 80 e 90, marcam o aparecimento de movimentos transclassistas: lutam pela emancipação de opressões que vão além daquelas assentadas no espaço da produção e contestam a hegemonia da classe trabalhadora como único sujeito da luta pela emancipação social.

O sociólogo atribui essa perda da centralidade da classe operária no processo de emancipação social aos mecanismos que o capitalismo encontrou para se perpetuar (a transnacionalização da produção, a difusão social da força de trabalho assalariada) e ao processo de integração do operariado pelo chamado Estado-Providência. Na análise de Boaventura Souza Santos (2006), a transnacionalização da produção contribui para uma fragmentação e heterogeneização do operariado, processo que conduz a um isolamento da classe e de sua despolitização. O autor salienta que

> (...) a articulação entre o isolamento político do operariado e a difusão social da força de trabalho (...) é responsável pela situação paradoxal de a força de trabalho assalariada ser cada vez mais crucial para explicar a sociedade contemporânea e o operariado ser cada vez menos capaz de

> organizar a transformação não-capitalista desta. (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 2006, p. 272)

O Estado-Providência resultou das lutas da classe trabalhadora por conquistas que a proporcionassem maior bem-estar social. Como afirma o sociólogo, o operariado não foi o sujeito monumental da emancipação, como Marx previra, mas foi um agente de transformações progressistas, pavimentou o caminho dos NMSs. Esse Estado surgiu, lembremos, no contexto do projeto social-democrata alemão de reivindicações pela extensão de direitos e das instituições aos trabalhadores: a integração destes ao circuito do consumo, com aumento salarial e garantias previdenciárias.

Boaventura Souza Santos (2006) associa o Estado-Providência à segunda fase do capitalismo (qualificada de organizada)[27]. Resulta dessa integração um segundo nível de cidadania, a social, em contraposição à primeira forma, ou seja, a cidadania civil (da teoria liberal, atomizante, estatizante). Entretanto, para o sociólogo o "compromisso social-democrata" não lograria êxito no processo de emancipação; contribuiu, outrossim, para uma maior burocratização e vigilância estatal, sujeitou o indivíduo ao consumo:

> Reside nisto verdadeiramente a integração social e política do operariado no capital, um processo lento de desradicalização das reivindicações operárias obtido em grande medida através da crescente participação das organizações operárias na concertação social, nas políticas de rendimentos e preços e mesmo na gestão das empresas, um processo cuja dimensão política é hoje conhecida como corporativismo. (BOAVENTURA, SOUZA SANTOS, 2006, p. 248)

---

[27] Boaventura Souza Santos (2006) apresenta três fases do capitalismo: a primeira, caracterizada pela hipertrofia total do mercado em detrimento do papel do Estado e da comunidade; a segunda, pauta-se por um equilíbrio maior entre o princípio do mercado e os princípios do Estado e da comunidade que passam a exercer maior pressão sobre os imperativos econômicos, fase denominada de Estado-Providência; a terceira fase marca-se por uma re-hegemonização do princípio do mercado, com a colonização de parte deste pelos princípios do Estado e da comunidade. O autor afirma que o *reganomics* e o *thatcherismo* foram as manifestações mais expressivas da terceira fase.

Como alternativa a essa redução do campo do político, as reflexões teóricas do sociólogo apontam, como já dissemos, a necessidade de afirmação do princípio da comunidade de Rousseau em contraposição aos princípios do mercado e da regulação estatal[28]. Para Boaventura Souza Santos (2006), somente o princípio da comunidade teria "mais virtualidades para fundar as novas energias emancipatórias" (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 2006, p. 263). Trata-se, para o autor, de uma politização radical do social, do cultural e do pessoal que poderia/deveria levar à afirmação de uma vontade coletiva soberana. Boaventura Souza Santos assim define esse ideal democrático:

> A idéia de obrigação política horizontal entre cidadãos, a idéia de participação e de solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no auto-governo, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção social útil. (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 2006, p. 263)

Tal politização do social pode revelar, segundo o autor, as limitações da cidadania liberal e da social que se circunscrevem nos marcos do Estado. O sociólogo parece, assim, redefinir o ideal socialista, ou de esquerda; este não se fundamentaria mais na centralidade do operariado, na luta classista, não visaria ao futuro, mas ao aqui e agora das lutas travadas pelos NMSs (nossos os grifos):

> Mas enquanto futuro, o socialismo não será nunca mais do que uma qualidade ausente. Isto é, um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente. Dada a acumulação de riscos insocializáveis e inseguráveis, da catástrofe nuclear à catástrofe ecológica, a

[28] Roy C. Macaridis (1980) lembra que Rousseau amplia a teoria da participação; traça um modelo de democracia caracterizada pela soberania popular; defende o governo direto pelo povo, através da prática plebiscitária nas diversas cidades. Esse modelo democrático consubstanciava-se na possibilidade de formação de uma vontade geral.

> transformação emancipatória será cada vez mais investida de negatividade. Sabemos melhor o que não queremos do que o que queremos. Nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido, é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. *O socialismo é a democracia sem fim.* (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 2006, p. 277)

Voltando à seção anterior, na qual refletimos sobre a formação de um novo senso comum emancipatório, acreditamos que é preciso ressaltar que o epíteto "democrática", ou ainda "radicalmente democrática", constitui, a nosso ver, um arqui-traço semântico do conceito da "nova esquerda" proposto pelo sociólogo. Outro autor que parece associar esse traço semântico ao conceito de esquerda é Habermas (1984, 1997).

Habermas (1984, 1997) também defende um ideal político que se pauta pela radicalização da democracia, de sua redefinição em relação à democracia e à cidadania liberal. Esse filósofo empreende um estudo histórico da gênese e do desenvolvimento da esfera pública burguesa. Baseando-se em Marx, o filósofo critica a cisão Estado/sociedade civil e a falta, neste modelo, de pressupostos sociais reais para uma igualdade de participação política na esfera pública e para a aquisição de propriedades.

Habermas (1984) capta o momento no qual a esfera pública burguesa, habitada por uma elite empenhada na defesa de seus interesses ("um público de pessoas privadas"), passa a ser reivindicada por novos grupos, por novas forças sociais. Esse autor sinaliza, a partir dessa constatação, uma tendência ao surgimento de uma esfera pública repolitizada, onde seria possível a formação de uma opinião pública ou de uma vontade coletiva soberana, capaz de exercer influência:

> A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o ´social´ podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia (...) formas privadas (...) As leis gerais de intercâmbio das pessoas privadas entre si tornaram-se agora uma questão pública. Na discussão que as pessoas privadas logo passaram a ter em torno dessa questão com o poder público, a esfera pública burguesa chegou à sua função política: as pessoas privadas reunidas num público transformaram publicamente em tema a sanção da sociedade como esfera privada. Ora, porém, pela metade do século XIX, era de se prever que essa esfera pública devido à sua própria dialética, passaria a ser ocupada por grupos que, por não disporem de propriedade, e, com isso, de uma base para a autonomia privada, não poderiam ter interesse na manutenção da sociedade como esfera privada. Se eles, como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base. Assim que a massa dos não proprietários transformam em tema de seu raciocínio público as regras gerais do intercâmbio social, a reprodução da vida social torna-se (...) uma questão geral e não mais a sua forma de apropriação privada. (HABERMAS, 1984, p. 153)

Essa formação de uma vontade coletiva deveria se assentar em um processo de livre discussão, de livre negociação, nos marcos de uma democracia republicana em contraposição à democracia liberal, que restringe a participação ao direito ao voto, ao sistema representativo. O autor defende que, na perspectiva republicana, a formação de uma opinião pública e de uma vontade geral deveria ser fruto de um entendimento ético, o qual resultaria de procedimentos argumentativos, racionais, de uma auto-determinação democrática de pessoas que deliberam visando a um consenso. Este teria força para influenciar os processos administrativos e econômicos em favor da maioria.

Habermas (1997) pensa, então, a possibilidade da emancipação a partir de uma teoria do discurso que prevê a possibilidade de institucionalização dos fluxos comunicativos visando à deliberação, ao estabelecimento da vontade geral. Como diz o autor: “A procedimentalização da soberania popular e a ligação do sistema político às redes periféricas da esfera pública política implicam a imagem de uma sociedade

descentrada." (HABERMAS, 1997, p. 21). Essa vontade geral deveria resultar, nessa perspectiva, de uma *razão comunicativa,* ou ainda, de um *poder produzido comunicativamente*, em detrimento de uma *razão instrumental*, a qual implica ação em prol de interesses particulares, que visariam o bem somente de um grupo ou de um indivíduo:

> A soberania do povo retira-se para o anonimato dos processos democráticos e para a implementação jurídica de seus pressupostos comunicativos pretensiosos para fazer-se valer como poder produzido comunicativamente. Para sermos mais precisos: esse poder resulta das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente, as quais encontram, por seu turno, uma base nas associações de uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado quanto da economia. (...) Nesta linha a teoria do discurso considera o sistema político como um sistema de ação ao lado de outros, não o centro, nem o ápice, muito menos o modelo estrutural da sociedade. (HABERMAS, 1997, p. 24-25)

Os saberes de conhecimento desenvolvidos por Boaventura Souza Santos (2006, 2007) e por Habermas (1984, 1997) sobre o social testemunham, a nosso ver, tendencialidades e possibilidades históricas; parece-nos que eles transmitem ideais de "bem viver", de "dever ser" como nos lembra Ansart (1978); traduzem uma vontade de constituição de um *novo consenso político*, como afirma Boaventura Sousa Santos (2007).

À guisa de exemplo, vejamos um excerto do *corpus* pertencente ao conjunto de *seqüências discursivas* (SD) extraídas dos ensaios de Carlos Nelson Coutinho (1992). Acreditamos que ele constitui um bom termômetro sinalizador de *imaginários de verdade política* relacionados ao "ser" ou "dever ser de esquerda" democrático, cidadão, que abrange a luta política dos NMSs; ou, dito de outro modo, sinalizam uma nova

tópica emancipatória no sentido proposto por Boaventura Souza Santos (2007) (nossos os grifos):

> CNC SD nº 6) "Decerto, mesmo do ponto de vista estritamente político-institucional, a democracia socialista não será a continuação direta da democracia liberal; impulsionado por condições econômico-sociais mais favoráveis, o processo de democratização poderá alcançar novos patamares no socialismo. Por um lado, ocorrerá a *criação* de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal; por um lado, terá lugar uma *mudança de função* de alguns velhos institutos, como os parlamentos. Mas seria um equívoco supor que esse novo patamar do processo de democratização só possa se manifestar, em todos os seus aspectos, *após* a plena conquista do poder pelos trabalhadores. Assim como uma nova ordem econômico-social já começa a se desenvolver no interior da sociedade capitalista, também esses elementos de uma nova democracia – de uma democracia de massas – já se esboçam e tomam corpo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico, no seio dos regimes políticos democráticos ainda sob hegemonia burguesa. (...) No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para permitir que as forças produtivas possam se desenvolver de modo adequado à emancipação humana; no segundo, trata-se de suprimir a dominação burguesa sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade." (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 22-23)

Parece-nos que Carlos Nelson Coutinho (1992) apresenta uma argumentação semelhante à de Boaventura Souza Santos (2006) e Habermas (1997): elabora uma crítica à democracia liberal e propõe uma redefinição do conceito de democracia; este recebe os seguintes traços nucleares de significação: *socialista* e *de massas*. Compõe também o campo semântico associado ao conceito de Carlos Nelson Coutinho (1992): *processo de democratização*; *novos institutos políticos;* em outras seqüências, o intelectual fará referência também a *novos sujeitos coletivos* (cf. SD nº 7). Além dessas semelhanças, ressaltamos a crença de que a emancipação não será fruto de uma utopia revolucionária, comumente associada ao ideal de uma esquerda radical, mas sim de um processo.

Posicionamento semelhante também é encontrado no discurso de outros intelectuais, não diretamente ligados à produção de idéias no campo da esquerda, como podemos ver no depoimento da jornalista Tereza Cruvinel à revista *caros amigos*:

> Mas eles (a direita e os liberais) acham que o Estado deve encolher e recolher-se, deixando que o mercado, com sua ´mão invisível´, resolva sozinho o problema social. A esquerda, pelo contrário, acha que, sem uma ação decidida do Estado e um protagonismo forte da sociedade organizada (em lugar da mítica classe operária do passado), não chega em tempo menor a uma sociedade mais justa (...) Incorporou bandeiras novas, como a ecologia, o direito das minorias étnicas e sociais, a defesa das diferenças, inclusive de gênero e opção sexual. (...) mas continua carecendo, gritantemente, de uma base teórica, como aquela que foi lançada por Marx e Engels e que segue sendo, ainda, a melhor ferramenta para a interpretação do capitalismo. É uma atitude diante da vida, que envolve compromissos mais radicais diante de questões como a igualdade, a democracia, o respeito às diferenças, ao meio ambiente. (...) (CRUVINEL, 2007, p.31)

Achamos interessante notar que Cruvinel, assim como Carlos Nelson Coutinho (1992), aponta para a afirmação de uma cidadania participativa, que implica a incorporação de "outras bandeiras" ao ideal do "ser" ou "dever ser de esquerda"; ou seja, a atuação dos NMSs. A jornalista também sinaliza a perda da centralidade da classe operária no processo de emancipação, tendencialidade apresentada por Boaventura Souza Santos.

Além desses posicionamentos, como dissemos no *Capítulo 1*, encontramos em nosso *corpus* e nos depoimentos da revista *caros amigos*, a defesa do "ser" ou "dever ser de esquerda" que afirma a centralidade da categoria do trabalho, do *espaço da produção* e da luta de classes para se conceituar o ideal político de esquerda. Alguns desses posicionamentos denunciam o discurso que advoga a possibilidade de um novo conceito de democracia, da ampliação do Estado e da cidadania; falam também de uma

cooptação da esquerda ou direitização de políticos e partidos de esquerda que adotaram a via gradualista ou reformista.

São esses posicionamentos que nos levam, então, a interrogar: por que, ainda, a defesa da categoria do trabalho no processo de emancipação? Por que a crítica radical à natureza da democracia, do Estado e da Cidadania? Qual a natureza desse posicionamento? Quais são os valores, os saberes de conhecimento que estruturam essa argumentação? Essas questões nos levam a continuar refletindo sobre o "em nome de que se argumenta quando da definição de um ideal político?". Vejamos, então, outras configurações do "ser" ou "dever ser de esquerda" no cenário de produção de idéias políticas; elas apontam para a existência de outros discursos argumentativos, sinalizam outras *tópicas* que fundamentam outras idéias sobre a natureza do processo emancipatório.

3.4.2 Outros ideais de esquerda e a tradição das idéias socialistas

No âmbito de produção de idéias da esquerda, Jean-Marie Domenach (1972), Michael Löwy (1975), Andrew Vincent (1995) e Juarez Guimarães (1999) permitem-nos identificar, no contexto da II Internacional[29], em 1889, o surgimento de interpretações concorrentes do pensamento marxista que viriam a determinar o pensamento e o agir políticos de esquerda.

---

[29] Segundo Lowy (1989), "A fundação da Primeira Internacional e a da Segunda foram as primeiras tentativas dos setores mais avançados do movimento operário (com a ajuda de Marx e Engels) de dar uma expressão orgânica e ativa ao programa internacionalista.", disponível em http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=543, acesso em 8 de maio de 2008.

Guimarães (1999), por exemplo, mostra-nos que a obra de Marx suscitou duas concepções de história divergentes, uma determinista, a outra praxiológica. Para Vincent (1995), trata-se da principal divisão filosófica no marxismo. A partir dessas concepções, Guimarães (1999) caracteriza diversas apropriações e interpretações do pensamento marxista. Este autor reflete, então, sobre o stalinismo, o revisionismo ou social-democracia, os pensamentos de Gramsci, de Lukács, da Escola de Frankfurt, do estruturalismo de Althusser e de Habermas.

As concepções deterministas da história, ressalta Guimarães (1999), preponderariam na história do marxismo. Segundo o autor, elas consideram o futuro das sociedades e do agir social pré-determinados por razões objetivas, fora do controle dos sujeitos. Grosso modo, elas baseiam-se em uma leitura de alguns escritos de Marx que previam um fim do capitalismo, devido às suas contradições, afirmavam a tese da pauperização crescente do proletariado e de sua ascensão ao poder por uma revolução. Elas podem caracterizar-se, também, pela afirmação do marxismo somente como um pensamento materialista e cientificista, que prega a total determinação da instância econômica sobre as espirituais (política, jurídica, cultural); fundamentam-se em uma visão histórica marcada por um fatalismo ou por um evolucionismo linear.

Na avaliação de Guimarães (1999), a afirmação dessas visões decorreria do desejo de alguns dos seguidores de Marx para legitimar o seu pensamento como ciência. Elas constituem o que ficou conhecido como “socialismo científico”, de orientação positivista e racionalista. Guimarães (1999) apresenta uma cronologia da expansão dessas correntes: um primeiro momento teria vindo com as obras filosóficas de divulgação do marxismo a partir de Engels; o segundo, teria iniciado a partir da II

Internacional, com Kautski e Plekhanov; o terceiro, viria com a sistematização do marxismo como doutrina na URSS no período stalinista. Tal visão cientificizante apareceria, depois, em Louis Althusser, na década de 60.

Ainda, seguindo Guimarães (1999), tais concepções resultaram em uma "vulgarização" do pensamento marxista. Esta forneceu as razões para uma crítica liberal dogmática que imputa ao marxismo incoerências e a impossibilidade de gerar um projeto democrático. Além disso, ela contribuiu para que a visão de mundo liberal fosse naturalizada e considerada etapa civilizatória definitiva. O autor ressalta, contudo, que a obra do filósofo alemão sinaliza uma tensão entre a concepção determinista e a praxiológica. Sobretudo nas obras de juventude, é possível perceber uma ênfase na ação humana para o seu processo de emancipação.

Na concepção praxiológica, o curso da história seria definido de modo específico de acordo com a vontade organizada dos atores que se enfrentariam nos conflitos gerados pelo processo de produção/reprodução material. O devir histórico seria sempre mediado pelos complexos político-culturais. Essa visão, argumenta Guimarães (1999), estaria indicada nas obras da segunda fase do filósofo Lukács[30] e teria sido plenamente desenvolvida pelo italiano Antonio Gramsci. As postulações teóricas desses dois pensadores, veremos, têm fornecido fundamentos para a afirmação de um posicionamento de esquerda e de *imaginários de verdade política* associados a um

[30] Guimarães (1999) identifica uma tensão, na obra do filósofo húngaro entre duas concepções de ontologia. Nas obras iniciais, a noção de práxis é retomada, Lukács considera a noção de humanidade socializada a pedra angular do marxismo; ou seja, a essência do homem seria dada pela totalidade de suas relações sociais; entretanto, ele acreditava no declínio inevitável do capitalismo, a classe operária seria essencialmente revolucionária, alcançaria um maturidade ideológica através da atuação do partido; a consciência seria a expressão de uma necessidade histórica. Nesse sentido, lembra Guimarães (1999), alguns teóricos afirmam que o húngaro teria conferido um poder mítico ao partido e à classe. Posteriormente, o filósofo viria a considerar que as mudanças sócio-históricas estariam abertas às possibilidades históricas alternativas, definidas pelas ações humanas.

ser/dever ser de esquerda humanista-revolucionário. Esse ideal contrapõe-se, em alguns ensaios que constituem o *corpus,* à esquerda que viria a ser conhecida como revisionista, reformista; ou ainda, social-democrata.

3.4.3 Um ser de esquerda social-democrata, do Estado de Bem-estar Social?

O revisionismo surge no contexto da II Internacional. Ele viria a ser conhecido como social-democracia. Seu maior expoente, Eduard Berstein (do partido social-democrata alemão, o SPD), propõe rever criticamente algumas das teses de Marx. Segundo Guimarães (1999), Berstein se opõe ao socialismo científico que previa o fim inevitável do capitalismo a partir de suas contradições; para esse autor, ao contrário, o capitalismo tenderia a estabilizar-se por meio de suas reformas, os trustes e os créditos; além disso, previa uma crescente democratização do capital (sociedades por ações, pequenas empresas) e política (maior acesso à participação política). Essa tendência preconiza, então, que o socialismo adviria da conquista do poder através do processo eleitoral e da constituição de um Estado forte, que garantisse a extensão de direitos e a regulação econômica; ou seja, o Estado-providência. Essa estratégia ficaria conhecida como "gradualista".

Para Roy C. Macridis (1980), o revisionismo foi adotado pela maioria dos partidos socialistas e resultou em um endosso do núcleo político do liberalismo, mas ao mesmo tempo, contribuiu para mobilizar os trabalhadores para a obtenção de conquistas. Posicionamento semelhante, pode ser encontrado também em Boaventura Souza Santos (2006), como vimos na seção 3.4.1.

Macrides (1980) afirma que a social-democracia constui uma grande síntese (o que confirma as postulações de Bobbio (1995), vistas na seção 3.2) entre um liberalismo-radical (garantia dos direitos civis, da propriedade privada) e um ideal democrático-socialista (da regulação estatal, da extensão de direitos). Macridis (1980) afirma que as teses dessa tendência fundamentam-se em três princípios: i) o tempo (propagação gradual do socialismo); ii) educação (persuasão para mostrar a superioridade do socialismo) e iii) ação (via parlamentar).

Esse ideário passa a ser contraditado, no contexto da II Internacional, por membros do próprio SPD, como Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht (da Liga de Spartacus)[31]. Em 1914, eles rompem com o Partido Social-democrata, pois, no parlamento, os membros desse partido votam pela aprovação de créditos para financiar a guerra de independência da Rússia, optando pelo nacionalismo em detrimento do caráter internacionalista da luta operária. Na avaliação dos espartaquistas, os social-democratas optam por adotar os interesses da burguesia alemã, que entrega os jovens alemães à morte. Cabe lembrar que em 1917, Lênin e Trotsky lideram a revolução russa e depõem o czarismo e o governo subseqüente de Kerensky. Esse modelo de revolução impõe-se em vários países. Luxemburgo, Lukács e Korsch reagem contra essa tendência, pois desconsidera as particularidades culturais e históricas de cada país.

Desse movimento, resultaria uma esquerda revolucionária, defensora dos princípios de Marx e crítica das interpretações deterministas de seu pensamento. Matos (1993, p. 14)

---

[31] Como lembra Olegária G. F. Matos (1993), na Alemanha, ocorreram duas insurreições operárias no início do século XX, uma em 1918, que proclamou a república e outra, em 1923, que foi abafada pelo Partido Socialista Alemão, então, governo. Esse fato contribuiu para um enfrentamento entre a classe operária e o governo durante cinco anos. Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht foram os líderes desse movimento, através da atuação da Liga de Spartacus.

salienta o fato de que Lukács via a necessidade de " (....) refilosofar o marxismo que abandonara seu papel de ´ciência da história´ de ´teoria da alienação´ para se converter em um dogmatismo positivista" Esse filósofo e também Gramsci viriam a enfatizar a necessidade de se pensar o processo de emancipação a partir de uma dialética entre a autonomia humana e as estruturas sociais que o determinam.

3.4.4 Um ser de esquerda revolucionário, crítico dos conceitos de Democracia, Estado e Sociedade Civil?

i) A visão de Lukács

A corrente humanista, a partir de Lukács, considera o marxismo como uma ontologia do ser social, ou seja, como uma reflexão sobre o processo de tornar-se homem do homem, este é um ser que se auto-constrói de maneira processual e social; os sujeitos não seriam totalmente determinados pelo econômico, viveriam a liberdade como uma opção diante de possibilidades concretas e alternativas que se apresentariam a cada momento do devir histórico; o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, exerce uma mediação entre o homem e a natureza e entre os homens, ele deveria ter a função de fundar uma autêntica comunidade humana.

Os intelectuais que se filiam a essa linha argumentam que de acordo com a reflexão marxista, o processo de trabalho no capitalismo não permite o domínio consciente do homem sobre o seu processo de autoconstrução, o que resulta em estranhamento e desumanização. A lógica do capital e de suas instituições políticas impossibilitam ao homem viver em uma autêntica comunidade humana, que deveria ser pautada pela fruição da vida física e espiritual.

Para uma verdadeira emancipação humana seria necessária uma revolução que eliminaria o Estado e a racionalidade política burguesa. Fundamentando-se, sobremaneira, nas obras de juventude de Marx[32], os defensores desse pensamento, salientam que para o filósofo alemão, a separação entre sociedade política e sociedade civil não elimina as contradições sociais; o Estado existe como garantia das liberdades individuais e igualdades políticas, mas a natureza das relações de produção da sociedade capitalista alimentam as desigualdades sociais na esfera da sociedade civil. Ivo Tonet (1995) e Mauro Iasi (2006), por exemplo, mencionam a análise de Marx do Estado Inglês, que sempre oscilou entre assistencialismo e repressão para tentar resolver os males sociais.

Nessa abordagem, a emancipação política foi somente um passo em direção à emancipação humana. O intelecto político, para Marx, lembra Ivo Tonet (1995), não entende que a origem dos males advém de dimensões estruturais do capitalismo e de sua racionalidade política; ao contrário, atribui esses males à imperfeição humana, à falta de vontade política, à insensibilidade governamental, a políticas equivocadas, à indolência do pobre. Assim, um dos pilares dessa argumentação é a refutação da premissa revisionista do Estado de bem estar social, ou de substituição de um Estado por outro, como caminho para eliminar os males; o Estado seja qual for sua forma (imperial, autocrática, democrática) torna-se sempre instrumento de opressão e coerção (direta ou consensual).

ii) A visão de Gramsci

Segundo Guimarães (1999), Gramsci, assim como Lukács, também faz uma crítica à assimilação do marxismo a princípios positivistas e evolucionistas das ciências naturais

[32] Remetemos o leitor ao texto de Marx (2003), *Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução,* no qual o filósofo reflete sobre a racionalidade política liberal.

e propõe definir o marxismo como uma teoria ou filosofia do ato, ou da *práxis*. Nesse sentido, parece-nos, ele estaria sendo, então, fiel à *Tese XI* de Marx a Feuerbach (os grifos são do autor): "Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é *transformá-lo*." (KARL MARX, 2006, p. 120). Guimarães (1999) caracteriza alguns conceitos fundamentais do edifício teórico gramsciano: a disputa pela hegemonia, a formação de uma vontade coletiva, os intelectuais orgânicos, dentre outros.

Para Gramsci, as formações sociais, em cada etapa do devir histórico, caracterizam-se pela disputa pela hegemonia do poder. Nessa disputa, determinados grupos lutam para a construção, conservação ou superação de uma determinada ordem social. Essas lutas seriam desencadeadas e guiadas pela formação de uma vontade coletiva, que buscaria afirmar uma determinada visão de mundo, uma nova racionalidade. Nessa perspectiva, as práticas capitalistas constroem uma racionalização que se impõe como universal, como única forma de sociabilidade. A teoria liberal seria um elemento de potencialização do desenvolvimento da classe dominante. As categorias de Estado, de democracia e de cidadania seriam *fetiches* que constituem a institucionalidade capitalista.

Em contraposição à racionalidade capitalista, Gramsci propõe pensar o marxismo como uma nova concepção de mundo. Como lembra Guimarães (1999, p. 150), ele deveria "(...) ser compreendido como princípio hegemônico de uma nova civilização assim como o liberalismo coesiona e organiza a visão de mundo própria da civilização capitalista" Esse princípio, ainda, seguindo Guimarães, seria a *práxis* humana autônoma que levaria à emancipação.

Assim, na perspectiva gramsciana, a ideologia política, como lembra Simon (1978), constitui um aspecto constitutivo da formação das classes. É ela quem orienta as ações e atitudes dos grupos sociais; e toda classe produz seus *intelectuais orgânicos* que seriam responsáveis pela produção, homogeneização e modificação das visões de mundo norteadoras de um determinado *bloco histórico*, ou seja, aqueles grupos ou classes que constituem o núcleo da hegemonia em um determinado período.

Essa consideração da *práxis*, da formação de uma vontade coletiva objetivada aponta para um conceito de homem como um centro de interconexão, sempre em relação com os demais, capazes de mudanças; nessa perspectiva, as determinações naturais e sociais, lembra Guimarães, não seriam, para Gramsci, imutáveis; essa tensão entre a liberdade e as determinações sociais constituiria o núcleo central da personalidade humana: "As opções humanas, o exercício de suas qualidades morais, as suas paixões – sempre em tensão com os condicionamentos do real – formam este caldo de cultura da subjetividade em que se alimenta o curso da história" (GUIMARÃES, 1999, p. 159)

Poderíamos continuar caracterizando outros ideais de ser esquerda, baseados no socialismo. Andrew Vincent (1995) e Macridis (1980), por exemplo, nos mostram a existência do eurocomunismo, do socialismo cristão[33], do trotskisquismo[34], do maoísmo, dentre outros. Do ponto de vista histórico, seria ainda necessário falar dos socialistas utópicos, e dos fabianos, dentre outros. Entretanto, como afirma Vincent

---

[33] Remetemos ao leitor ao nosso artigo intitulado: *A gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários,* no qual refletimos sobre os valores e imaginários do ser/dever ser esquerda humanista cristão no obra de Fei Betto, *a mosca azul* de 2006.

[34] Vamos lembrar aqui nosso trabalho intitulado: Imaginários, enunciados estereotípicos e marcação de identidade política no documento "Conheça o PSTU – venha construir um partido revolucionário", no qual analisamos o processo de afirmação de identidade nesse partido de linha trotskista. O trabalho foi apresentado no XI Colóquio Internacional de Psicologia e Sociologia Clínica – Sociedade Contemporânea, Rupturas e Vínculos Sociais, realizado de 10 a 13 de abril de 2007, na Universidade Federal de Minas Gerais.

(1995), a cisão entre interpretações científicas e humanistas foi a principal divisão filosófica no pensamento marxista. O estudo de Guimarães parece confirmar essa opinião.

Para nós é de fundamental importância o resgate histórico das três tendências vistas neste capítulo, porque suas proposições teóricas fundamentam o dizer dos intelectuais cujos ensaios integram o *corpus* da pesquisa. Como dissemos anteriormente, e é uma de nossas hipóteses, cada intelectual define o ser/dever ser de esquerda de acordo com um posicionamento teórico e com o momento histórico vivido, cada tendência apresenta uma argumentação em prol de uma alternativa societária, de um ideal de ser/ viver em conjunto, constitui-se, portanto, de premissas e de uma *tópica* pela emancipação social, como diz Boaventura Sousa Santos (2007).

Mas, então, como apreender discursiva, retórica e lingüisticamente a presença dessas tendências? É preciso agora tentar responder à segunda questão lançada no início desta pesquisa: "com que estratégias, com que recursos lingüísticos os intelectuais de esquerda argumentam, buscam afirmar/destituir identidades quando definem o ser/dever esquerda"?

PARTE II

SUBJETIVIDADE, ALTERIDADE E MARCAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICO-DISCURSIVA: ASPECTOS ENUNCIATIVOS E INTERDISCURSIVOS

CAPÍTULO 4:

EM BUSCA DA DISCURSIVIZAÇÃO DA NOÇÃO DO SER/DEVER SER DE ESQUERDA

A lógica agonística subjacente ao discurso político, como nos mostra Ansart (1978), leva esse discurso a estruturar-se pela validação de si e pela invalidação do adversário. Reflexões teóricas no âmbito dos Estudos da Linguagem, dos Estudos Culturais e da Psicologia Social nos permitem observar que a constituição da subjetividade/identidade dos sujeitos caracteriza-se por processos de identificação e diferenciação. Assim, os conceitos-chave para nós, neste momento, serão os de alteridade e de dialogismo.

Esses conceitos nos levam a pensar o Eu, sempre em relação a um Outro, a um Tu. Tal relação está presente nas postulações teóricas de Émile Benveniste (1989, 1995), de Mikhail Bakhtin (1981, 1986, 1988a e 1988b), nos desdobramentos teórico-analíticos das reflexões desse filósofo propostos por Jacqueline Authier-Revuz (1982, 1990, 1998, 1999, 2000) dentre outros. A Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (a partir de 1983) também considera o processo interativo entre essas duas instâncias da comunicação na definição do ato de linguagem.

Esses autores nos mostram que, para se pensar o processo de afirmação/destituição de identidades nos discursos dos intelectuais será sempre necessário considerar uma dialética entre um interior e um exterior, as relações polêmicas e contraditórias que se

estabelecem entre eles. Trata-se de analisar o diálogo, às vezes concordante, às vezes tenso, que se estabelece entre os discursos. Existem diversas formas de diálogo: i) entre os parceiros *in praesentia*, ii) o monologal (no qual o interlocutor está ausente), iii) o interior (do sujeito consigo mesmo) e, também, iv) o diálogo do sujeito com os outros discursos que o constituíram no processo de formação de sua subjetividade. Vejamos algumas dessas perspectivas e suas implicações para a análise das tensões entre os três ideais de esquerda considerados anteriormente.

O exame dos recursos lingüísticos da enunciação, neste capítulo, serão de fundamental importância para a abordagem do processo de projeção de auto e de hetero-imagens proposta no *Capítulo 7*.

4.1 – Da subjetividade na linguagem (primeiras teorizações): o EU que determina/instaura o OUTRO?

Dissemos, no *Capítulo 1, Seção 1.4*, que o estudo do discurso político, segundo Charaudeau (2006), coincidiu com a afirmação de um novo paradigma nos Estudos da Linguagem, que permitiu alguns deslocamentos na definição do seu objeto de estudo: da língua, estrutura sempre estável, para a língua como sistema instável, variável, determinado por variáveis sociais e históricas, da frase abstrata para o texto e suas condições de enunciação. Os trabalhos de Émile Benveniste sobre a subjetividade e o processo enunciativo nos anos 60 e 70 contribuíram para a consolidação de novos pontos de vista sobre o fenômeno da língua/linguagem.

Benveniste (1995), no seu livro *Problemas de Lingüística Geral I*, pondera que não se pode reduzir o conceito de linguagem a um mero instrumento de comunicação. Outros meios também servem para esse fim (o mimo-gestual, por exemplo); além disso, uma tal redução faz parecer que a linguagem seria um artefato, exterior, criado pelo homem e não uma dimensão essencial, uma propriedade definidora da natureza humana. Nessa perspectiva, o homem constitui-se como sujeito *na* e *pela* linguagem.

A subjetividade é definida pelo autor como a emergência no ser da propriedade fundamental da linguagem de permitir simbolizar o próprio ser, o EU, o interlocutor, o TU e o mundo: "(...) não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo." (BENVENISTE, 1995, p. 288). Nessa abordagem, a enunciação é entendida como um colocar a língua em funcionamento por um ato individual; antes desse ato, a língua é somente uma possibilidade de língua. Portanto, o Ego é considerado como o centro da enunciação e constitui-se por contraste: "Eu não emprego o ´eu´ a não ser dirigindo-me a alguém, que será, na minha alocução, um tu."; o que pressupõe uma reciprocidade, EU posso me tornar TU na alocução daquele que se designa por EU.

A linguagem constitui, então, o *locus,* por excelência, da expressão da subjetividade através das formas lingüísticas que giram em torno do EU, que enuncia em um determinado tempo e espaço. EU e TU possuem uma referência própria, correspondem, cada vez, a um único ser, só adquirem valor em cada instância de enunciação; são, portanto, diferentes dos outros signos que se referem "(...) a uma noção constante e ´objetiva´, apta a permanecer virtual ou atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta." (BENVENISTE, 1995, p.

278). Nesse sentido, o autor define a instância de enunciação como sendo formada de atos discretos, cada vez únicos, pelos quais a língua é atualizada por um determinado locutor.

Além dos pronomes pessoais, Benveniste (1995) elenca outros índices que integram o que ele chama de *aparelho formal da enunciação*. Esse conjunto de formas coloca sempre o locutor em uma relação constante com sua enunciação; é possível, então, perceber as marcas do sujeito que enuncia na materialidade do enunciado. Seriam essas marcas: os *índices de ostensão* (os pronomes demonstrativos); as formas temporais (verbais, adverbiais de tempo e espaço); as frases interrogativas, de incitação, os modos verbais, e a própria asserção; como lembra o autor, a expressão de uma certeza através de um enunciado seria a manifestação mais comum da presença do locutor.

Os pronomes pessoais, os demonstrativos (este, esse, aquele), as desinências verbais, advérbios e locuções adverbiais de tempo/espaço são considerados índices de "mostração", chamados de *dêiticos*; ou seja, unidades lingüísticas cuja significação e referência exigem a consideração imediata de elementos da situação de comunicação.

Wander Emediato (2006)[35] lembra que Todorov refere-se também a uma *dêixis cotextual*, esta abrange os termos cujo significado depende de outros termos, expressões ou proposições *já enunciados no mesmo texto e que eles representam; são chamados de*

[35] Estamos nos referindo a um texto elaborado pelo professor e apresentado na disciplina: Seminário Tópico Variável: Discurso e Informação, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da UFMG, em 2006.

termos representantes. Esses *dêiticos cotextuais* (referências endofóricas) são definidos por Todorov em oposição aos *dêiticos contextuais*, indiciais (referências exofóricas). Estudos contemporâneos de Kerbrat-Orecchioni (1997) e Charaudeau (1992)[36], por exemplo, continuaram a desenvolver a investigação sobre as marcas da subjetividade na língua e propõem diversas possibilidades de descrição e classificação do fenômeno.

4.1.1 Subjetividade e competência ideológica

Kerbrat-Orecchioni (1997) apresenta a categoria de subjetivemas, unidades de significantes cujo significado contém um traço subjetivo e cuja definição semântica exige a menção do seu utilizador. Para a autora, quando um sujeito necessita referenciar um objeto no mundo (real ou imaginário) ele seleciona unidades lexicais e sintáticas que o permitem apresentar-se de maneira objetiva (o que implica um esforço para subtrair todo traço de sua presença) ou subjetiva (na qual ele se coloca como fonte avaliadora das asserções). Kerbrat-Orecchioni (1997) distingue as seguintes categorias de subjetivemas: os axiológicos, os não-axiológicos, os afetivos e os modalizadores.

i) O*s axiológicos*

Essa categoria abrange, de modo geral, as classes dos substantivos e dos adjetivos. Trata-se de termos que realizam, a um só tempo, uma descrição do objeto denotado e um julgamento avaliativo (apreciativo/depreciativo) sobre o objeto pelo sujeito da enunciação.

[36] Remetemos o leitor à obra *Grammaire du Sens et de l´expression* de Charaudeau (1992).

A autora sempre ressalta que tal julgamento depende dos sistemas de avaliação do locutor, de suas tendências ideológicas, além dos contextos de uso das palavras, das intenções dos falantes; assim, ela afirma que a instabilidade "(...) de investimentos axiológicos que se observa nas competências lexicais devem-se, sobretudo, à diversidade de competências ideológicas que elas refletem (...)"[37] (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 76). De modo geral, as unidades lexicais de uma língua são carregadas de uma dose mais ou menos forte de subjetividade, e pode-se distribuí-las em uma escala (do mais objetivo ao mais subjetivo). Além disso, qualquer termo neutro da língua pode adquirir um traço axiológico.

O traço avaliativo pode localizar-se:

- em um sufixo que reforça o valor positivo ou negativo do objeto;
- no semantismo da palavra (ou conjunto de traços sêmicos que a caracterizam) ;
- no nível da representação referencial. Assim, pode ocorrer que termos que contêm uma conotação axiológica em um momento da história, perdem-na com o passar do tempo. Para a autora, será a atitude dos falantes da língua em um determinado período em relação aos objetos referenciados que determinará os valores axiológicos das palavras.

[37] Retirado do trecho no original: "Mais l´instabilité des investissements axiologiques que l´on observe dans les compétences lexicales tient surtout à la diversité des compétences idéologiques qu´elles reflètent: à la diference de ´poujadisme´, ´reformisme´, ´electoralisme´, ´racisme´, ´sexisme´, ´ jeunisme´, etc, qui fonctionnent régulierement comme des termes injurieux et peuvent donc être considerés comme marques en langue des mots tels comme ´communisme´, ´nationalisme´, ´ordre´ ou ´discipline´ sont entiérement solidaires, en ce qui concerne leur connotation axiologique, de la spécificité du lieu ideologique d´où parle L- soit que les ´informations préalables´ que l´on posséde sur lui permettent d´interpréter axiologiquement un énoncé en lui-même indéterminé, soit qu´au contraire les proprietés internes de l´énoncé permettent d´en inférer certaines caractéristiques de ´l´idéolecte´ dont releve son énonciateur."

ii) *Os não axiológicos*

Referem-se praticamente aos adjetivos que implicam uma avaliação qualitativa ou quantitativa de um objeto denotado: grande, pequeno, longe, perto, quente. Possuem caráter graduável e dependem das normas de avaliação que o sujeito possui para as categorias do objeto que avalia. Eles podem ser empregados em uma estrutura exclamativa, o que lhes imprimiria um traço afetivo ou axiológico.

iii) *Os afetivos*

Enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto denotado e uma reação emocional do sujeito: por exemplo, "essa triste realidade" Podem também referir-se a termos que exercem uma função predicativa: "X está triste."

iv) *Os modalizadores*

Referem-se a expressões que especificam o grau de adesão ou de certeza do sujeito em relação às suas asserções. Suas atitudes podem ser de constatação, de hipótese, de certeza, de dúvida; podem, ainda, expressar uma necessidade ou uma deontologia (algo que, na avaliação do sujeito, deva ou precise ser feito). Nicole Le Querler (1996)[38], apresenta um estudo no qual ela classifica as modalidades em:

[38] Tomamos conhecimento dos estudos sobre a modalidade propostos por Le Querler (1996) na disciplina: Tópico Variável em Análise do Discurso: Teorias do Discurso, oferecida pela nossa orientadora Ida Lúcia Machado, ofertada em 1999.

- *epistêmicas*: permitem ao locutor expressar seu grau de certeza em relação ao que assevera. O conteúdo pode ser modalizado por i) um verbo (saber, duvidar, ignorar, etc); um advérbio modal epistêmico (talvez, sem dúvida, provavelmente, etc); ii) advérbios ou locuções adverbiais aproximativos (aproximadamente, por volta de...); iii) marcadores morfológicos (o futuro do pretérito, o futuro do presente);
- *apreciativas*: o locutor exprime sua apreciação (aprovação, indignação) relativamente ao conteúdo proposicional. O sujeito pode se valer de diferentes marcadores lexicais, morfológicos e entonativos: i) advérbios (felizmente); ii) interjeições e iii) verbos (apreciar, lamentar, etc);
- *intersubjetivas*: permitem ao sujeito marcar o que ele pretende impor ou propor (a título de ordem, conselho, sugestão, permissão) ao interlocutor; por exemplo, pode vir expressa em expressões do tipo (é preciso que...)

Além dessa subjetividade mais marcada, às vezes, inscrita no semantismo dos termos, o estudo de Kerbrat-Orecchioni (1997) também identifica uma subjetividade interpretativa; ou seja, ao escolher um determinado termo para realizar uma denominação, o falante estará enfatizando uma ou outra propriedade do objeto e deixando na sombra outras. Essa escolha orienta a interpretação do denotado em uma certa direção analítica; nesse sentido, toda designação, salienta a autora, é tendenciosa; por exemplo, ao se falar do aborto, pode-se optar entre a palavra “fetos” ou um eufemismo “pequenos seres” Nesse caso já estaríamos no terreno da argumentação e da retórica, assunto ao qual nos dedicaremos com maior profundidade no *Capítulo 7*.

Agora, é momento de interrogarmos: de que maneira os filósofos e estudiosos da sociologia e da política que constituem nosso *corpus* apropriam-se desse *aparelho formal da enunciação*? Como as competências ideológicas, para utilizar a expressão de Kerbrat-Orecchioni (1997), determinam a axiologização de alguns termos? Iniciemos, então, na próxima seção, o estudo da presença do sujeito filósofo político (ou do intelectual que reflete sobre o (a) político (a)) através da localização e da interpretação das marcas textuais de sua enunciação ensaística. Não é nosso objetivo fazer uma descrição e análise exaustiva das formas, mas mostrar os processos linguageiros que determinam a marcação/afirmação de identidade político-discursiva.

4.1.2 As marcas da relação entre o EU e o OUTRO no dizer dos intelectuais de esquerda

Cossuta (1994), ao estudar as características enunciativas do discurso filosófico, identifica uma função autor em sua origem. Ela permite ao filósofo organizar as referências intra e extra-textuais. É possível, então, perceber um ponto de vista unificado, uma referência enunciativa que permite relacionar o texto a uma instância que o produz. Essa instância, habitualmente, lembra o autor, manifesta-se de maneira objetivante, o que contribui para fazer com que o texto filosófico caracterize-se pela impessoalidade, pelo desejo de universalidade. Nesse caso, o filósofo se esforçaria para apagar qualquer rastro de subjetividade e buscaria se anular para deixar uma determinada verdade falar.

Entretanto, Cossuta (1994) menciona e analisa muitos textos nos quais a primeira pessoa exerce papel fundamental na argumentação, nas análises conceituais e nos

modos de exposição da escrita filosófica. Esse autor salienta que o mais comum é encontrar regimes mistos que conjugam um sujeito enunciador universal e um sujeito referência, que testemunha a imagem de uma presença, de uma paternidade e garante o controle discursivo.

Cossuta (1994) analisa, então, a natureza das três posições enunciativas vistas anteriormente, com Benveniste: o EU (diz respeito às relações entre uma determinada verdade e sua efetuação na linguagem e no discurso pelo sujeito); o TU (no texto filosófico, desempenha funções didáticas e pedagógicas) e o ELE (abarca os outros discursos, outras doutrinas com os quais o filósofo dialoga de maneira concordante ou discordante). Assim, nessa discursividade, a 3ª pessoa exercerá uma função intertextual ou polêmica, como veremos, ao longo deste capítulo e de maneira mais detalhada no *Capítulo 5*.

Nos ensaios que constituem nosso *corpus* também encontramos regimes mistos de enunciação, nos quais os sujeitos filósofos políticos se apresentam, ao mesmo tempo, como porta-vozes de um determinado saber científico das Ciências Sociais e como militantes, como alguém que coloca seus saberes de conhecimento a serviço de uma causa, de uma transformação social; como vimos, é nossa hipótese, cada intelectual define os ser/dever ser esquerda fundamentando-se em diferentes saberes de conhecimento, apresentam uma argumentação constituída de determinadas premissas e *tópicas* em prol da emancipação social; vejamos, a seguir, algumas seqüências discursivas. Privilegiamos, neste ponto, excertos extraídos do *Prefácio* ou da *Introdução* dos livros pesquisados e que compõem o *Grupo A* de ensaios.

i) O ser/dever ser de esquerda democrata radical

> CNC SD nº 1[39]: Em 1979, publiquei o ensaio ´A democracia como valor universal´, dividido em duas partes, ´Algumas questões de princípio sobre o vínculo entre socialismo e democracia política´ e ´O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à via prussiana´. O ensaio gerou polêmicas, provocando dissensos e consensos; se, por um lado, valeu-me duras críticas, tanto de doutrinários ´marxistas-leninistas´ quanto de liberais, também deu lugar, por outro, a que muitos dos seus leitores expressassem, pública ou privadamente, concordância essencial com as teses centrais ali propostas. Penso não ser demonstração de excessiva vaidade a minha crença de reavaliação da democracia pela esquerda brasileira, reavaliação que, diga-se de passagem, possibilitou a alguns dos seus segmentos – os mais expressivos – enfrentarem com razoável serenidade, (...) a crise terminal do chamado ´socialismo real´ (...)
>
> De 1979 até hoje, tive inúmeras oportunidades de continuar discutindo as teses daquele ensaio, seja no âmbito de minha militância política (em particular, num primeiro momento, com os então companheiros do PCB, e, mais tarde, com os atuais do PT), seja nos quadros da Universidade (...) As resistências que essas teses encontraram e ainda encontram, mas também e sobretudo as muitas simpatias e apoios que despertaram e continuam a despertar, têm fortalecido a minha convicção de que, no essencial, eu estava certo. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 7-8)

A seqüência acima foi extraída do prefácio do livro, pode-se perceber um conjunto de referências enunciativas em torno do EU que sinalizam as marcas da subjetividade do filósofo político, os dêiticos de pessoa, temporais, espaciais e alguns termos e expressões axiológicos e modalizadores.

Os dêiticos temporais *Em 1979*, *de 1979 até hoje publiquei*, por exemplo, remetem o leitor ao período no qual parece ter surgido ou intensificado a preocupação do filósofo com a relação entre democracia e socialismo. Lembremos que o País vivia o processo de abertura durante a ditadura militar. Parece-nos que essa realidade fez com que a

---

[39] Lembremos aqui nossa notação que identifica as *seqüências discursivas*: CNC SD nº 1...n) (Carlos Nelson Coutinho), Seqüência Discursiva nº 1); JC SD nº 1...n); Jorge Castañeda, Seqüência Discursiva nº...); IT SD nº 1... n) (Ivo Tonet, Seqüência Discursiva nº...).

questão da democracia aparecesse no topo da hierarquia de valores políticos defendidos por Carlos Nelson Coutinho (1992).

Entretanto, observe-se que se trata da defesa de uma renovação do conceito de democracia, nos moldes vistos no *Capítulo 3*. Como vimos, Carlos Nelson Coutinho (1992) advoga o fortalecimento da sociedade civil sobre o Estado, a formação de uma vontade coletiva geral, uma articulação entre a democracia representativa e a democracia de massas.

Além disso, a democracia aparece como uma alternativa para o socialismo em contraposição ao "chamado ´socialismo real´" Essas teses são sinalizadas pelas modalidades epistêmicas: *a minha crença de reavaliação da democracia pela esquerda* e *a minha convicção de que, no essencial, eu estava certo*. Parece-nos que essas modalidades acumulam, também, um valor deôntico, apontam para a realização de algo da ordem do necessário de acordo com o sistema de crenças do enunciador; indiciam, parece-nos, a *tópica emancipatória* preconizada por Boaventura Souza Santos (2007).

O trecho revela um dizer auto-reflexivo, metalingüístico, no qual o enunciador sinaliza o caráter sempre polêmico das teses e dos conceitos que se apresentam na fala ensaística, como veremos quando do estudo das características gerais do gênero no *Capítulo 5*. Os dêiticos espaciais *no âmbito de minha militância política* e *nos quadros da Universidade* nos informam a dupla inscrição institucional do sujeito, sua pertença ao mundo acadêmico, científico e também militante. Essa dupla pertença parece conferir autoridade às asserções feitas nos ensaios, legitimam e credibilizam o dizer.

Chamamos atenção para as referências ao OUTRO, este abrange: i) aqueles com os quais o enunciador mantém acordo: *os então companheiros do PCB, e, mais tarde, com os atuais do PT* e ii) aqueles dos quais se afasta: doutrinários *´marxistas-leninistas´* e *liberais*. Na progressão do texto, observa-se que Carlos Nelson Coutinho (1992) também distancia-se dos social-democratas; apesar de reconhecer seus avanços, discute seus limites e propõe um *reformismo alternativo* (expressão do autor), em prol da socialização da política. Ele critica a estratégia revolucionária dos maxistas-leninistas (assalto ao poder, partido único). O termo revolução aparecerá, no pensamento desse filósofo, com uma outra conotação, ele será associado ao *processo de democratização*. Vejamos a seguir, de que maneira a subjetividade manifesta-se em outra tendência do pensamento de esquerda.

ii) O ser/dever ser de esquerda social-democrata do Estado de Bem-estar Social

Nas *seqüências discursivas* oriundas da *Introdução* e do *Capítulo 1* de Jorge Castañeda (1994), não identificamos marcas de primeira pessoa, o que poderia nos levar a pensar em um dizer mais objetivante; entretanto, os traços da subjetividade desse enunciador manifestam-se por meio de outros índices: os modalizadores e os axiológicos, por exemplo. Vejamos algumas *seqüências discursivas* da *Introdução* (nossos os grifos):

> JC SD nº 4) <u>Certamente</u>, com exceção de Cuba e, por um tempo, da Nicarágua, a esquerda fracassou de maneira sistemática em seus esforços para fazer a revolução e transformar o mundo. Mas, fora do poder, converteu-se em um dos elementos mais influentes na evolução política da região (...) (CASTAÑEDA, 1993, p. 20)

> JC SD nº8) <u>Este livro</u> tem como objetivo determinar se essa <u>obstinada sobrevivência</u> ainda é capaz de se sustentar, e se a pertinência da

> esquerda que a tornou possível ainda continua vigente. A resposta é afirmativa, mas em termos. Ainda que muitas posturas tradicionais da esquerda tenham perdido sentido com o fim do campo socialista, não se pode esquecer que persistem os traços clássicos das sociedades latino-americanas, assim como a necessidade imperiosa de transformá-los. Se, após um processo de introspecção e análise, doloroso mas inevitável, a esquerda conseguir se reconstruir e se adaptar aos novos tempos sem perder o rumo nem o espírito, ela terá condições de desempenhar um papel fundamental na realização das mudanças pendentes na América Latina. Esse texto se propõe a contribuir para tal *aggiornamento*. (CASTAÑEDA, 1993, p. 21)

Nas seqüências acima, o enunciador apresenta os seus objetivos, emprega a terceira pessoa, fazendo referência à obra: *este livro* ou *esse texto*. O axiológico *obstinada* (qualificador do nome *sobrevivência*) sinaliza a presença de uma voz que reivindica a atualidade do ideal político de esquerda para realizar transformações na América Latina. Contudo, o enunciador fala da necessidade de uma modernização, de uma revisão desse ideal, devido aos seus "fracassos" para fazer a revolução e ao fim da experiência socialista. Na progressão do texto, Jorge Castañeda (1994) vai delineando seu perfil de esquerda (nossos os grifos):

> JC SD nº 31) Apesar de muitas limitações, na política contemporânea e na atual globalização econômica negar-se a jogar no mesmo campo, não importando o quanto este campo esteja disputado, equivale a condenar-se à marginalidade. A esquerda necessita de um programa; requer uma alternativa, não tanto por ser essa alternativa intrinsecamente desejável, mas porque sem ela não sabe para onde se dirigir. Mas isso conduz a outro dilema: a dolorosa escolha entre defender um modelo diferente – como foi o socialismo durante mais de um século – ou adaptar e moldar os existentes, transformando-os em algo novo e que, no entanto, não se oponha totalmente ao *status quo*. A primeira opção contém a vantagem do contraste: ataca as causas do atual estado de coisas. Sua desvantagem é parecer ilusória no mundo de hoje. A principal debilidade da segunda opção está em seu idealismo reformista: mudar os efeitos sem tocar nas causas. Mas sua força vem de sua viabilidade: um programa reformista é realista, por mais remota que sua realização possa parecer. (CASTAÑEDA, 1993, p. 354)

> JC SD nº 33) A alternativa da esquerda latino-americana deve apoiar-se em três pilares, (...) Primeiro, agora que desapareceu na prática a sufocante oposição entre socialismo e mercado, a esquerda deve maximizar as diferenças entre as economias e modelos de mercado

> existentes. Segundo deve explorar a fundo a maior influência proporcionada pelas mudanças na situação internacional, na medida em que a globalização dos fluxos econômicos implica, cada vez mais, a globalização das conseqüências da pobreza do Terceiro Mundo. (...) De novo, vislumbra-se um mal maior que aumenta a única verdadeira vantagem da esquerda moderada: ser um mal menor. (CASTAÑEDA, 1993, p. 355)

Nas seqüências acima, o enunciador mobiliza uma série de modalidades deônticas a fim de defender a necessidade de uma reconstrução da esquerda: *a esquerda necessita de*...; *a esquerda deve apoiar-se em*... Nessa reconstrução, o EU faz referências a uma alteridade com a qual mantém relações de aproximação ou de distância, defende uma via reformista, a qual ele julga ser viável por oposição à via revolucionária do chamado "socialismo real" Nesse ponto de vista, o termo "reformismo" recebe uma axiologização positiva, como mostra a predicação "é realista" e a estrutura *sua força vem de sua viabilidade*.

Em outra seqüência, o enunciador afirma que a nova concepção de esquerda: "(...) obviamente não será comunista, não irá se inspirar na União Soviética e nem sequer será marxista." Em outros pontos do seu texto, Castañeda (1994) faz referências positivas recorrentes à democracia e ao Estado de Bem-estar social. Esse ponto de vista, como dissemos, tem sido refutado pelo ideal humanista-revolucionário, vejamos, então, alguns traços de sua subjetividade.

iii) O ser/dever ser de esquerda revolucionário crítico radical dos conceitos de Democracia, Estado e Cidadania

Os ensaios de Ivo Tonet (2004) realizam críticas aos pensamentos de Carlos Nelson Coutinho (1992) e de Jorge Castañeda (1994). Neles, o enunciador manifesta-se tanto

pelo EU quanto pelo NÓS (índice de impessoalidade da fala acadêmica). O EU faz-se porta-voz de um ideal que almeja uma transformação social radical, o que implica a total superação da ordem capitalista, vejamos (nossos os grifos):

> IT SD nº 1 A tônica do debate social contemporâneo é bem definida por E. Hobsbawn quando diz que, atualmente, as divergências entre liberais e socialistas não dizem mais respeito ao socialismo, mas sim a capitalismo. O que significa afirmar que está fora de cogitação a possibilidade de superar a ordem do capital. Trata-se apenas, de aperfeiçoá-la. Que os liberais assim pensem, compreende-se. Afinal, não se pode pedir aos liberais que tomem posição contra o capitalismo. Mas os malabarismos que os socialistas ´moderados´ têm que fazer para distinguir-se dos liberais depois de ter aberto a mão – sob as mais variadas formas – da superação da exploração do homem pelo homem, são realmente extraordinários. Aceito como ponto de partida o aperfeiçoamento gradativo desta ordem social – ainda quando isto seja visto como um passo para ultrapassá-la – todo o raciocínio se torna dicotômico: ou socialismo (dito real) ou capitalismo (com ´controle social´); ou reforma ou revolução (segundo o ´modelo´ leninista); ou ditadura ou democracia; ou monolitismo ou pluralismo; ou igualdade ou liberdade; ou dogmatismo ou pluralismo; ou o utópico ou o ´possível´. E então, toda tentativa de defender a superação radical da atual ordem social é rotulada de utópica, romântica, ortodoxa, fechada, sectária, etc. O que implica também extraordinários esforços para desqualificar o marxismo como o método mais adequado (...) para pensar o mundo e orientar sua transformação. (...)
>
> É nossa convicção que não é preciso ser dogmático, sectário, utópico, romântico, fechado ao debate, partidário do socialismo (dito real), da ditadura ou da igualdade contra a liberdade para defender o marxismo como método mais adequado – o que, de modo nenhum, exclui o debate com outras metodologias – para capturar o processo social e para defender o socialismo como o patamar superior da existência humana, possível, mas não inevitável. (IVO TONET, 2004, p. 7-8)

O que ressalta, imediatamente, neste prefácio é a referência imediata aos OUTROs com os quais o enunciador se relaciona: observe-se que ele se afasta dos *liberais*, dos *socialistas moderados* e daqueles que se esforçam para *desqualificar o marxismo*. Já no prefácio, Ivo Tonet (2004) sinaliza o caráter polêmico de seu dizer e reivindica o marxismo como quadro teórico e metodológico para se pensar um novo ideal societário.

Sua atitude em relação a esse quadro é de absoluta certeza, como indica a modalidade epistêmica *é nossa convicção que*...

Observe-se que, diferentemente de Jorge Castañeda (1994), o termo *moderados* é axiologizado negativamente, não se trata de um *mal menor*, mas referencia aqueles que, na opinião do enunciador, *abriram mão* do ideal socialista da radical superação do capitalismo. Nos ensaios, Ivo Tonet (2004) afasta-se tanto de Jorge Castañeda (1994) que mobiliza em sua argumentação uma *tópica* em prol da humanização do capitalismo por meio de um Estado de bem-estar social, quanto de Carlos Nelson Coutinho (1992), que advoga um conceito de democracia como valor universal, independente da racionalidade burguesa.

Como se observa, nestes excertos de Ivo Tonet (2004) e nos demais apresentados, o OUTRO, como postula Cossuta (1994), exerce uma função intertextual (faz referência ao texto e ao discurso do outro) e polêmica. Para se constituir, o EU diferencia-se de um OUTRO; estabelece relações de proximidade, de concordância, de identificação ou de afastamento, de discordância, de estranhamento; trata-se, como vimos, de um processo pelo qual as identidades são construídas. Esse fato nos leva, então, a refletir mais detidamente sobre outras formas de manifestação da subjetividade nas quais o enunciador estabelece relações com uma alteridade, ou com os outros discursos. Benveniste (1989, p. 90) afirma que

> Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

Assim sendo, nas próximas seções, tentaremos responder às perguntas: qual é a natureza desse processo no qual, ao escrever, o enunciador faz outros indivíduos falarem? Qual é a natureza das formas lingüísticas que manifestam essa alteridade? Nos ensaios em tela, quais são as vozes que os sujeitos ensaístas encenam em seu dizer no processo de afirmação/destituição de identidades?

4.2 – O dialogismo imanente e as práticas sócio-históricas da linguagem: o EU determinado/ atravessado pelo OUTRO?

Se consideramos os estudos sobre a alteridade a partir de Mikhail Bakhtin (1988a), poderíamos fazer uma reformulação em parte do contéudo da citação de Benveniste, vista na seção anterior: além do enunciador fazer outros indivíduos enunciarem, colocando-os em cena, é possível perceber que outros falam na voz do enunciador, que o seu dizer testemunha, consciente ou inconscientemente, outras vozes.

Bakhtin (1986) propõe uma filosofia da linguagem a partir de um ponto de vista marxista; assim, para ele, a consciência possui um caráter social e histórico. Esse filósofo refere-se a uma *ideologia da vida*[40] que confere sentido às ações e às experiências humanas. Nessa perspectiva, o grupo social determina os gostos, os valores, as visões de mundo; enfim, o discurso interior do indivíduo.

Para o filósofo russo, a criatividade individual, a recepção ou a expressão de toda palavra é orientada socialmente, expressa visões de classe. Essa orientação social da

[40] O conceito é apresentado pelo autor na obra *Bakhtin School Papers,* organizada por Ann Shukman do departamento de lingüística da Universidade de Essex, Inglaterra.

palavra refere-se a dois níveis de diálogo: a interação verbal entre os interlocutores e entre o sujeito e os discursos que ele interiorizou durante seu processo de subjetivação.

Assim, a interação, ou o dialogismo, constitui a verdadeira substância da língua; as situações de comunicação modelam a enunciação, impõem-lhe uma forma e um tema. As palavras são extraídas de um estoque social de signos cuja enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais e pelas enunciações anteriores: "Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas a fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta." (BAKHTIN, 1986, p. 124)

Nessa corrente ininterrupta, as palavras passam por uma constante reavaliação de seus significados, adquirem novas apreciações de um contexto a outro, de uma enunciação a outra. Nessa abordagem a compreensão adquire o caráter de uma resposta avaliadora, de uma réplica na qual a apreensão de um discurso por outro submete-se, sempre, a um novo horizonte apreciativo, adquire novos contornos ideológicos. Bakhtin (1988a) refletiu sobre esse processo de recontextualização da palavra do outro[41] tomando por objeto tanto o texto literário, o romance, quanto os gêneros retóricos. Em ambos, o filósofo ressalta a importância de se analisar o contexto que enquadra o discurso do outro:

> O contexto que enquadra, lapida os contornos do discurso de outrem como o cinzel do escultor, entalha uma imagem de língua no empirismo frusto da vida do discurso; ele confunde e alia a aspiração interior da linguagem de outrem às suas definições exteriores objetivadas. O discurso do autor representa e enquadra o discurso de outrem, cria uma perspectiva para ele, distribui suas sombras e suas

[41] Remetemos o leitor à nossa dissertação de mestrado intitulada: *A função dos índices de polifonia a construção e desconstrução de imagens em textos opinativos*, defendida em 2001, na qual mostramos de que maneira na retomada de um discurso por outro, imagens são projetadas dos enunciadores, traços éticos positivos ou negativos são atribuídos àqueles que têm seu discurso relatado.

> luzes, cria uma situação e todas as condições para sua ressonância, enfim, penetra nele de dentro, introduz nele seus acentos e suas expressões, cria para ele um fundo dialógico. (BAKHTIN, 1988a, p. 156)

No discurso do romance, ocorre uma representação artística da pessoa que fala, de sua língua e do seu discurso. Seria específico desse gênero: a recriação do *plurilinguismo social*[42], tecido por diversas *linguagens sociais*[43] e a encenação de várias vozes, daquilo que o autor chama de consciências *plenivalentes* e *eqüipolentes*[44]. Tal encenação caracteriza a escritura polifônica, oposta à escritura monofônica (própria dos discursos autoritários e dogmáticos). Nos gêneros retóricos, a representação/apreensão do discurso do outro submete-se a objetivos práticos, engajados; o enunciador reacentua, modifica, avalia os sentidos produzidos pelo outro, aderindo-se a eles ou refutando-os.

Uma das formas de manifestação desse processo de reacentuação, de reavaliação da palavra de acordo com o contexto pode ser vista na seção 4.1. Como vimos, os termos *revisionismo* e *moderados* recebem colorações axiológicas diferentes nas falas dos intelectuais[45]. Jorge Castañeda (1994) (na SD nº 31), atribui ao primeiro um traço mais positivo, valorizante, trata-se de uma opção *realista*, *viável*; Carlos Nelson Coutinho

---

[42] Esse termo, também traduzido por algumas versões da obra de Bakhtin (1988a) como: *heteroglossia*, refere-se ao *"... conjunto de linguagens diferentes que compõem o discurso do prosador-romancista*".

[43] Uma linguagem social refere-se a um discurso peculiar que tipifica um extrato específico da sociedade: profissional, relativo a uma dada faixa etária, etc.

[44] O termo *plenivalentes* refere-se às vozes *"(...) plenas de valor, que mantêm com outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes de um grande diálogo*" (BAKHTIN, 1981, p.2). O termo *eqüipolentes* refere-se às *"... consciências e vozes que participam do diálogo com outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se objetificam, não perdem o seu SER enquanto vozes e consciências autônomas*." (*Ib*.:2)

[45] Remetemos o leitor ao texto: *Uma identidade reformista para a esquerda*, de Alberto Aggio, publicado na revista *Política Democrática*, Ano VIII, nº 22, de out/nov/2008; no ensaio de Aggio, ele também axiologiza positivamente o termo.

(1992), apesar de reconhecer os limites da social-democracia, também exalta seus méritos (nossos os grifos):

> (CNC SD nº 33) (...) Penso ter chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a social-democracia é parcialmente responsável) e reconhecer claramente que essa opção pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do ´ocidente´ significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, mais amplas, sobretudo no que se refere à democracia, do que nos países ´orientais´ que seguiram um caminho não capitalista (os chamados países do ´socialismo real´) (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 41)
>
> (CNC SD nº 33) Isso não significa, contudo, que se deva abandonar a crítica aos limites do movimento social-democrata, expressos sobretudo na incapacidade de transformar o significativo processo reformista que desencadeou num efetivo movimento de superação da lógica do capital e de suas mais gritantes contradições (desemprego, degradação do meio ambiente, fenômeno de apatia e de alienação, etc). (...) (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 42)

Em entrevista[46] recente, em novembro de 2008, Coutinho reafirma as teses que sustenta em seu ensaio de 1992; argumenta que a social-democracia foi insuficiente para empreender reformas revolucionárias no sentido de provocar rupturas no sistema neoliberal a fim de eliminar as desigualdades de classe.

Para Ivo Tonet (2004), o reformismo representa um desvio do ideal socialista, cujo objetivo seria induzir a esquerda a manter a ordem capitalista; observe-se, no trecho abaixo, que Ivo Tonet (2004) nega uma identidade de esquerda à proposta de Jorge Castañeda (1994) (nossos os grifos):

> IT SD nº 48) Em si mesmo, o livro de Castañeda não traz nenhuma contribuição positiva para ´compreender o que poderia e deveria ser a

[46] Indicamos ao leitor a entrevista do pesquisador disponível em vídeo no *site*: www.socialismo.org.br.

> esquerda latino-americana´ Mas ele tem uma virtude: expõe a nu a miséria de uma razão que, a título de ´modéstia´ e ´realismo´, e pretendendo-se de esquerda, se propõe a mais arrogante e perversa das tarefas: induzir a esquerda a engajar-se com convicção na perpetuação de uma ordem social desumana. (IVO TONET, 2004, p. 103)

Como veremos, essa acentuação/(re)avaliação da palavra de acordo com os horizontes ideológicos dos sujeitos apresenta-se recorrente no *corpus*, como testemunham as ocorrências dos termos *democracia*, *cidadania*, *Estado de bem-estar social*, dentre outras. Além disso, é ainda preciso observar as outras formas discursivas que manifestam esse processo, estamos nos referindo, basicamente, ao discurso relatado e aos termos entre aspas, como podemos ver na seqüência acima e dos quais nos ocuparemos no próximo capítulo.

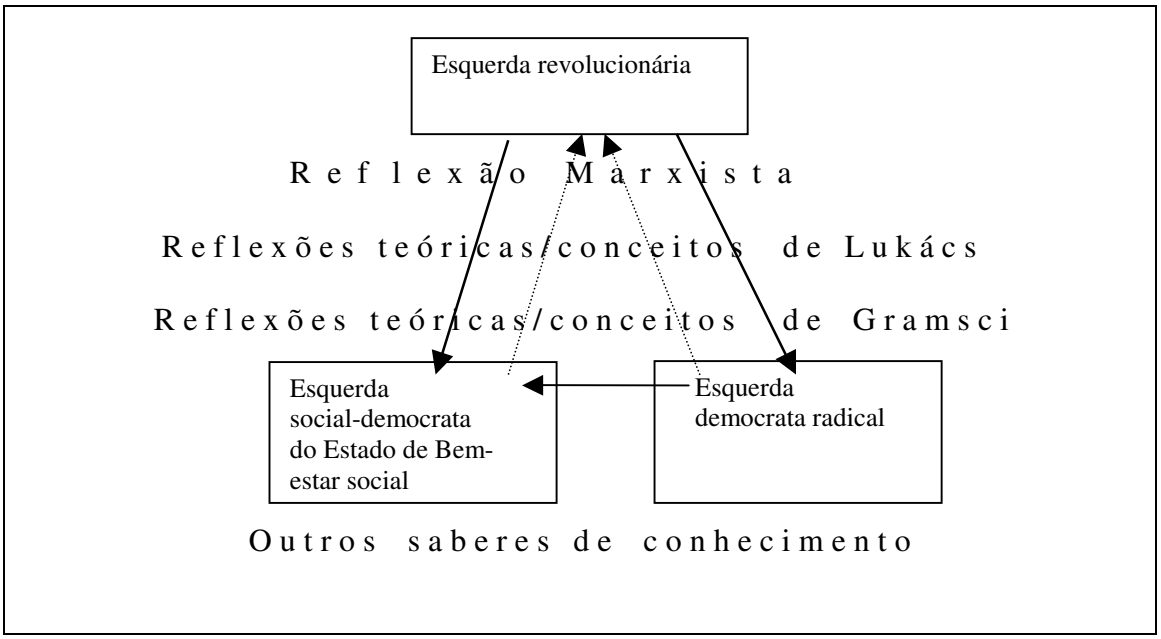
As reflexões de Bakhtin (1981, 1986, 1988a, 1988b) nos levam, então, a lançar um olhar diferente sobre o fenômeno da constituição da subjetividade/identidade. Não se trata, nesta abordagem, de pensar, somente, em um EU que institui um OUTRO na cena enunciativa, fonte das referências, mas em um EU atravessado pelo discurso do OUTRO, por um EU cuja consciência e cujas referências identitárias constituem-se pela interiorização de OUTROS, com os quais o sujeito mantém relações de adesão, identificação ou de refutação, de polêmica.

Ao refutar o outro, ao polemizar com outro, um discurso argumenta e contra-argumenta, recontextualiza retoricamente a palavra do outro; assim cabe-nos perguntar, qual a natureza desse processo de recontextualização retórica da palavra do outro nos ensaios analisados? Quais os recursos lingüísticos estão a serviço desse processo? Qual a relação da refutação, da polêmica com a marcação de identidade político-disursiva?

CAPÍTULO 5:

A POLÊMICA DISCURSIVA E O PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO RETÓRICA DO DISCURSO DO OUTRO

Os enunciados coletados que constituem nosso *corpus* parecem apontar para uma regularidade de posicionamentos, uma certa estabilidade semântica. Como vimos, as *seqüências discursivas* analisadas indicam relações polêmicas entre três concepções de esquerda, testemunham argumentações que mobilizam, se estivermos certos, diferentes *tópicas* em prol de uma idéia de emancipação social. A fim de tentar visualizar melhor essas relações, vejamos o seguinte quadro, que, talvez, possa representar as relações polêmicas entre os ideais de ser/dever ser de esquerda:



Expliquemo-nos. Cossuta (1994) afirma que a enunciação do filósofo apresenta dois tipos de relação com outro, a dialógica e a polêmica. É constitutivo desse dizer, de sua identidade, a filiação, a inscrição a um campo de saber, a restituição de um domínio; por outro lado, o sujeito filósofo polemiza, refuta um outro.

Nessa perspectiva, os dizeres dos intelectuais que constituem nosso *corpus* estabelecem diferentes tipos de relações com a reflexão marxista e suas interpretações por Lukács, Gramsci e outros; assim, eles constituem o fundo dialógico sobre o qual erigem os ideais de ser/dever ser de esquerda; às vezes, esse pano de fundo é negado em bloco, como o indica, por exemplo, o texto de Jorge Castañeda (1994); às vezes, é utilizado para justificar a pertinência da socialização da política e da necessidade de redefinição da democracia, como o faz Carlos Nelson Coutinho (1992); já o posicionamento de Ivo Tonet (2004) reivindica fidelidade à reflexão marxista, sobretudo aos seus textos de juventude e ao seu método.

As setas no quadro indicam as relações de polêmica, as refutações que ocorrem quando um discurso refere-se ao (ou recontextualiza o) discurso do outro. Nessa relação do EU com o OUTRO, como lembra também Cossuta (1994), é possível identificar uma série de referências, ora refutativas, de desqualificação, ora admirativas, valorizantes; ora o outro é apresentado de maneira mais neutra, ora mais subjetiva.

Mantemos uma distinção entre setas negritadas e pontilhadas. As setas negritadas indicam que vamos observar o processo de refutação a partir do posicionamento da *esquerda revolucionária crítica dos conceitos de Democracia, Estado e Cidadania*. As setas pontilhadas indicam que é possível se pensar em outros pontos de observação, que teriam como ponto de partida fontes textuais pertencentes aos outros ideais; por exemplo, podemos, eventualmente, encontrar um texto cujos enunciados refutam as

premissas da *esquerda revolucionária*. Como se observa, não indicamos uma seta indo da *esquerda social-democrata* em direção à *democrata radical*; pois, em nosso *corpus*, não encontramos pontos de polêmica entre elas; na verdade, como veremos, o ideal social-democrata também axiologiza positivamente a democracia ou a necessidade de sua atualização e fortalecimento, ponto de vista de Jorge Castañeda (1994).

Mas, então, como perceber linguisticamente o processo de marcação de fronteiras entre esses discursos? Quais são as categorias semânticas consideradas positivas e negativas para os discursos dos intelectuais em análise?

5.1 Entre as heterogeneidades constitutiva e mostrada: as marcas lingüísticas indicadoras das fronteiras entre os discursos

Cossuta (1994) salienta que a polêmica entre dois discursos pode ser pensada mesmo na ausência de qualquer marca explícita de ruptura/polêmica na materialidade do dizer. Este autor lembra que, às vezes, a simples co-presença de afirmações contraditórias apontam para a pluralidade de pontos de vista no texto. Esse autor aconselha que, para se apreender as figuras de integração ou de ruptura, deve-se observar os prefácios, as notas de roda pé, o jogo de citações, alusões e referências.

Na Análise do Discurso, os trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (a partir de 1982) permitem-nos relacionar o jogo de citações e de retomadas de um discurso por outro ao processo de marcação/destituição de identidades. Ela observa o fenômeno da alteridade linguageira a partir de duas noções centrais: *a heterogeneidade constitutiva* e a *heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada).*

Para Authier-Revuz (1982), no processo de constituição de identidade, o sujeito é atravessado por duas ordens de alteridade: i) um *outro* que se refere aos discursos historicamente constituídos; trata-se do dialogismo bakhtiniano; e ii) um *Outro*, que remete ao inconsciente, tal como formulado na teoria de Lacan. Assim, o dizer sempre será marcado por uma *heterogeneidade radical*, *constitutiva*; ela configura-se como uma "exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não-localizável e não representável" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 36); para se apreendê-la, o analista deve formular hipóteses a partir de uma memória discursiva.

O sujeito, constitutivamente descentrado por um *outro/Outro*, representa-se, ilusoriamente, no fio do seu dizer, como sendo o centro da enunciação; ao escrever e ao falar, ele se vê compelido a criar imagens que sinalizam o encontro que ele faz com essa alteridade. A criação de tais imagens resulta do uso de estratégias e de formas lingüísticas pelas quais o enunciador negocia com outros discursos e com outros sentidos que o atravessam e incidem localmente em seu dizer. Essas estratégias e formas permitem-nos apreender, então, uma *heterogeneidade mostrada* na materialidade do dizer.

Esse nível de heterogeneidade pode ser marcada no discurso por formas explícitas, unívocas e inventariáveis, tais como o discurso relatado (direto e indireto) (DR), a *modalização autonímica* (MA), a *modalização em discurso segundo*[47], (MDS), ou pode

[47] Como dissemos em nossa dissertação de mestrado (2001), "Através da identificação e da descrição de inúmeras estruturas lingüísticas que realizam os processos de MDS e MA, a autora define um campo para a representação de um discurso por outro, no qual ela estabelece a seguinte oposição: no discurso relatado fala-se do dizer de um outro (real ou fictício), este é tomado como objeto, podendo assumir as configurações sintáticas próprias ao Discurso direto ou indireto e discurso direto livre; no âmbito da MDS e da MA, fala-se sob a influência das palavras de um outro, ou ainda, com as palavras de um exterior. Na MDS, ao enunciar um determinado conteúdo proposicional, o falante marca que esse ato de referência depende, ou ainda, encontra-se sob a influência de um exterior. As formas que compõem a MDS fazem parte de um paradigma de elementos modalizadores. Assim, as estruturas do tipo: ´segundo X´, ´de

ser não-marcada; compõe esse conjunto, o discurso indireto livre, as alusões, a ironia, dentre outros; dependem tais formas da interpretação do contexto linear e/ou situacional. Segundo a autora, essas configurações estabelecem um *continnuum* entre a heterogeneidade constitutiva e a representada, mostrada. Através dessas formas, o sujeito revela uma estratégia na qual ele:

i) delimita o seu discurso em relação a um exterior, estabelece relações de precaução, de diferenciação, de conivência ou de especificação de sentidos;

ii) busca converter uma heterogeneidade constitutiva no traçado de uma "fronteira interior/exterior" (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 337), sinalizando, assim, sua busca de identidade discursiva, de fortalecimento de seu estatuto de enunciador.

Vejamos algumas formas lingüísticas pelas quais o enunciador busca traçar fronteiras entre o EU e o OUTRO, pelas quais o MESMO, o *UM* busca controlar metaenunciativamente o *NÃO-UM*[48]; estamos nos referindo à *modalização autonímica* e ao discurso relatado. Salientamos que, em todas essas modalidades, é preciso considerar o processo de recontextualização retórica do discurso do outro de que fala Bakhtin: quando se referencia ao (ou se representa/relata o) discurso do outro, um *discurso Agente* sempre o faz de acordo com sua competência ideológica, com suas

---

acordo com X´, etc. — indicializadoras da modalização em discurso segundo — estariam no mesmo paradigma de expressões tais como: ´parece-me´, ´ é certo´, ´talvez´" (LESSA, 2001, p. 70-71)

[48] Termos utilizadas pela autora: a) um *UM* refere-se ao discurso em si fazendo; b) o *NÃO-UM*, ao discurso do *outro/Outro*.

intenções; encena; portanto, os enunciados do *discurso Paciente* em uma determinada luz, criando desse discurso e daquele que o profere determinadas imagens.

i) *A modalização autonímica*

Essa estratégia discursiva assinala um tipo de *não coincidência*[49] do discurso consigo mesmo em relação ao *outro/Outro* que o atravessa. Ela é definida como uma retomada reflexiva de um elemento X na cadeia do dizer, pela qual o enunciador usa e comenta ao mesmo tempo uma determinada palavra; metaforicamente, trata-se de uma "laçada" – do francês *boucle* – metaenunciativa que remete a um autocomentário, a uma auto-representação do dizer. A autora descreve e analisa inúmeras formas e configurações lingüísticas que materializam essa estratégia. Observaremos somente dois grupos para nossos propósitos; ressaltamos que essa classificação encontra-se esboçada em nossa dissertação de mestrado:

1. a modalização do dizer de *X* é feita através de um autocomentário explícito:

[49] Em nossa dissertação de mestrado apresentamos os quatro tipos de não-coincidências definidos pela autora: "A autora delineia quatro tipos de não-coincidências, que aqui, resumiremos em dois grupos: 1) relacionadas ao dialogismo bakhtiniano: a) *não-coincidência* entre os interlocutores: ao marcá-la, o enunciador prevê e inscreve, no seu dizer, o outro, imediatamente presente no ato comunicativo. Essa estratégia visa estabelecer um universo comum de partilha de sentidos, ou ainda, reflete uma tentativa de demarcação de um discurso (assumido por um enunciador) em relação ao dizer do seu co-enunciador; b)- *não-coincidência* do discurso consigo mesmo: atesta a presença da heterogeneidade constitutiva, fundadora da consciência e da enunciação, remete-nos ao fato de que todo discurso é produzido no meio do já dito. 2) relacionadas à realidade do sistema da língua: c) *não-coincidência* entre a palavra e a coisa a nomear: atesta a oposição entre o sistema da língua — finito, composto de unidades discretas — e o real, infinito, a ser nomeado. Ao marcá-la, o enunciador pode sinalizar: uma (in)adequação entre a palavra e a coisa a ser nomeada; a falta de um termo para designar algo; a intencionalidade, o desejo do sujeito enunciador no emprego de uma palavra ou conformidade às normas. d) *não-coincidência* entre as palavras: remete às possibilidades de equívocos de sentido inscritas no sistema significante da língua. Constituem imagem dessa não-coincidência: a polissemia, a homonímia, o trocadilho, o paragramatismo, dentre outras." (LESSA, 2001, p.72)

a1. *X, como você diz* — a nomeação realiza-se exclusivamente com as palavras de um exterior, o enunciador, momentaneamente, cede a voz ao outro;

b1. *X*, *Y*, como você diz — o enunciador encena duas possibilidades de nomeação para um mesmo referente, trata-se de uma "multinomeação" que "...acoplando um *X* a um *Y* que o redobra, aí inscreve... o espaço de múltiplos trajetos *entre dois*" (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 336).

2. a modalização do dizer de *X* é feita por um elemento supra-segmental (aspas, itálico, entonação). Neste conjunto, salientamos as formas:

a2. *"X"* — que remete a uma exterioridade discursiva;

b2 *X, ou seja, Y; X, ou Y; X,Y:X-Y; X(Y)* — em que, "...algumas formas serão interpretadas inicialmente como MA, remetendo a um discurso outro em seguida..." (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 14). Essas formas sinalizam a justaposição de dois territórios discursivos, um interior, identificado ao discurso em processo, e outro, podendo ser identificado a um exterior, a partir de hipóteses relativamente a uma *memória discursiva*.

ii) O discurso relatado

Tanto Authier-Revuz (1998) quanto Maingueneau (1984) mostram que, quando se relata as palavras de outrem, o que se está em jogo não é meramente o relato de uma frase ou de um enunciado, mas de todo um ato de enunciação. Maingueneau salienta que:

> É preciso não perder de vista que a citação não é somente um fragmento de enunciado; ela pode ser somente isso quando se faz dela uma exploração mínima, mas com o enunciado vêm as palavras, o

> estatuto do enunciador e do enunciatário, o modo de enunciação, a intertextualidade... (MAINGUENEAU, 1984, p. 120)[50]

Ainda, segundo este autor, a citação é considerada um simulacro, uma "teatralização de uma enunciação anterior" (MAINGUENEAU, 1987, p. 85). Para Authier-Revuz (1998), nessa teatralização, um determinado Locutor, em um tempo e em um espaço, reconstrói uma outra cena enunciativa, real ou imaginária; esta se torna presente somente através da descrição que o Locutor faz dela na mensagem que profere. Algumas conseqüências derivam desse processo de descrição:

i) a reconstrução que o Locutor faz da outra cena enunciativa será sempre parcial, subjetiva, nenhum DR pode ser considerado uma restituição completa e fiel de um outro ato de enunciação; mesmo quando ocorre repetição literal de uma mensagem, observe-se que é o Locutor quem escolhe a maneira de descrever os elementos da situação anterior;

ii) nesse processo de recontextualização de uma outra cena enunciativa, deve-se prestar atenção no sintagma introdutor – componente sentencial que abrange as escolhas lexicais dos verbos de dizer (*dicendi*), a nomeação dos indivíduos (interlocutores da outra cena), bem como a escolha dos elementos adverbiais; ou seja, esses elementos recebem um axiologização (positiva ou negativa) de acordo com a competência ideológica, e os interesses retóricos do Locutor.

---

[50] Nossa tradução do original: "Il ne faut pas perdre de vue que la citation n´est pas seulement um fragment d´énoncé; elle peut n´être que cela quand il en est fait une exploitation minimale, mais avec l´énoncé viennent les mots, le statut de l´énonciateur et du destinataire, le mode d´énonciation, l´interlextualité..."

Tomando o quadro apresentado no início deste capítulo, vamos ilustrar como essas estratégias analisadas por Authier-Revuz (a partir de 1982) podem estar a serviço do processo de afirmação/destituição de identidades, como esses recursos discursivos permitem observar a marcação de fronteiras entre o EU e o OUTRO.

5.2 A polêmica entre duas tendências de esquerda

Dentre os ensaios analisados ao longo do processo de formação do *corpus*, encontramos maior índice do processo de afirmação/destituição de identidade político-discursiva nos ensaios de Ivo Tonet (2004), de Edmundo Fernandes Dias (2006), de Florestan Fernandes (19950) e Welmowicki(2001)[51]; estes dois últimos não integram diretamente a massa de dados analisada*;* porém, pertencem à *memória discursiva* relacionada à esquerda revolucionária. Nesta seção, tomaremos o ensaio de Ivo Tonet (2004) *Socialismo e Democracia* que polemiza com o texto de Carlos Nelson Coutinho (1992), *Democracia como valor universal*. Vejamos, primeiramente, o campo semântico considerado positivo por Carlos Nelson Coutinho (1992) e alguns *imaginários de verdade política* mobilizados por esse filósofo. Como vimos, com Boaventura Souza Santos (2007), eles integram uma *tópica* que manifesta um desejo de emancipação social.

5.2.1 As representações do ser de esquerda democrata no discurso de Carlos Nelson Coutinho

[51] Remetemos o leitor aos artigos: *Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein*, de José Welmowiccki (2001) e *Nós e o marxismo*, de Florestan Fernandes (1995).

Democracia como valor universal. Toda a argumentação de Carlos Nelson Coutinho (1992) esforça-se para justificar e validar essa asserção. O exame dos índices de alteridade vistos na seção anterior, permitem-nos observar que o enunciador sinaliza pontos de sutura aos seguintes textos/discursos:

- o documento do V Encontro do PT, (SDs 2, 6 e 12);
- a reflexão de Marx, (SDs 2, 3, 8, 11, 13);
- Lukács, (SDs 3, 4);
- Agnes Heller (discípula do pensador húngaro) (SD 3);
- um documento do Partido Comunista Italiano (SD 5);
- Mikhail Gorbachev, (SD 5);
- Gramsci, (SD nº 7, 11).

Esses pensadores e seus respectivos textos/discursos constituem, digamos, o fundo dialógico sobre o qual Carlos Nelson Coutinho (1992) constrói e fundamenta seu pensamento. Eles são utilizados como argumentos de autoridade que permitem ao enunciador justificar, validar a sua tese central: a democracia constitui um valor universal, transcende a racionalidade capitalista, na qual tiveram sua gênese; os valores propostos pelo documento do PT: "liberdades políticas e democracia formais" que seriam "*próprias* do capitalismo", afirma Carlos Nelson Coutinho (1992), constitui *uma meia-verdade*, pois têm sido objeto de conquista das classes trabalhadoras ao longo do processo histórico; ele afirma que (nossos os grifos):

> CNC SD nº 2) (...) Para o materialismo histórico, contudo, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. É do próprio Marx a observação segundo a qual a arte de Homero não perde seu valor universal – e conserva até mesmo sua função de modelo – apesar do desaparecimento da sociedade grega primitiva na qual essa arte teve sua

> gênese. Embora deva ser concretizada em cada esfera do ser social, essa observação histórica de Marx tem alcance metodológico geral. Desse modo está de pleno acordo com o método marxista afirmar que nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa onde tiveram sua gênese, nem subjetivamente, para os atores empenhados nesse desaparecimento, perdem seu *valor universal* muitas das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 18-19)

Ao longo da progressão textual, esses valores vão sendo retomados, recategorizados positivamente, vão; assim, assumindo inúmeras configurações lingüísticas, entram em arranjos sintáticos diferentes:

> CNC SD nº 4) As múltiplas objetivações que formam a democracia moderna surgem como respostas, dadas em determinado nível concreto do processo de socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política. Embora formem um conjunto sistemático, essas objetivações vão se desenvolvendo ao longo do tempo, razão pela qual Lukács, ao falar de democracia, prefere corretamente usar o termo ´democratização´, já que para ele, ´trata-se aqui, ontologicamente, de um processo e não de um *estado*. Essa democratização torna-se um *valor* (ou manifesta sua natureza de valor na medida em que contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem. Justifica que agreguemos ao substantivo *valor* o qualificativo de *universal* o fato – historicamente inquestionável – de que as objetivações democráticas são capazes de promover essas explicitações e esse enriquecimento em diferentes formações econômico-sociais, vale dizer, tanto no capitalismo quanto no socialismo. O consenso hoje quase unânime em torno do valor universal da democracia é a expressão subjetiva de um fenômeno particularmente objetivo. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 20-21)

> CNC SD nº 5) Portanto, não basta constatar o valor que continuam a ter para as forças do progresso, nas sociedades capitalistas de hoje, a conservação e o desenvolvimento das instituições democráticas, os quais são assegurados em grande parte, e muitas vezes em oposição à burguesia, pela luta organizada dos trabalhadores. É preciso também afirmar que tanto a fase de transição quanto no socialismo realizado continuam a ocorrer situações que só a democracia política será capaz de resolver no sentido mais favorável ao enriquecimento do gênero humano. (...) Reconhecendo explicitamente essa necessidade, Mikhail Gorbachov não hesitou em dizer, recentemente, que a democracia é um ´valor em si´. Como afirma um recente documento do Partido Comunista Italiano, ´a democracia não é *um* caminho para o socialismo, mais sim *o* caminho *do* socialismo´ (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 21-22)

Após explicar o que entende por *valor* e por *universal*, o filósofo passa a caracterizar a natureza do tipo de democracia reivindicada. Muitos dos seus elementos confirmam as teorizações de Boaventura Souza Santos (2006, 2007) e de Habermas (1984, 1997), vistas no *Capítulo 3*. O ideal de democracia idealizado por Coutinho constitui-se a partir dos seguintes imaginários, como atestam as próximas *seqüências discursivas* (nossos os grifos):

- O imaginário da democracia de massas, da socialização da política, de novos institutos democráticos e de sujeitos coletivos

> CNC SD nº 6) Decerto, mesmo do ponto de vista estritamente político-institucional, a democracia socialista não será a continuação direta da democracia liberal; (...) Por um lado, ocorrerá a *criação* de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal; por uma lado, terá lugar uma *mudança de função* de alguns velhos institutos, como os parlamentos. (...) Assim como uma nova ordem econômico-social já começa a se desenvolver no interior da sociedade capitalista, também esses elementos de uma nova democracia – de uma democracia de massas – já se esboçam e tomam corpo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico, no seio dos regimes políticos democráticos ainda sob hegemonia burguesa. (Como vimos, isso é reconhecido explicitamente nas resoluções do V Encontro). No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para permitir que as forças produtivas possam se desenvolver de modo adequado à emancipação humana; no segundo, trata-se de suprimir a dominação burguesa sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 22-23)

> CNC SD nº 7) Esses novos institutos democráticos, expressões da auto-organização popular, formam o que Gramsci chamaria de organismos da ´sociedade civil´: são os partidos de massa, os sindicatos, as associações profissionais, os comitês de empresa e de bairro, as organizações culturais etc. É por meio deles que as massas populares, e em particular a classe operária, organizam-se de baixo para cima, a partir das bases, constituindo o que poderíamos chamar de *sujeitos políticos coletivos*. (...) Em primeiro lugar, ao agrupar massas humanas e diversificar seus interesses em função de uma crescente divisão do trabalho, a dinâmica do capitalismo estimula essa *socialização da política*, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos

> empenhados organizadamente na defesa de seus interesses. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 23)

- O imaginário da ampliação do Estado

> CNC SD nº 11) Nos primeiros regimes liberais, de participação restrita, o Estado aparecia praticamente como o único ator político coletivo. Com a socialização da política, essa situação se altera: surge uma complexa rede de organizações coletivas, de sujeitos políticos de novo tipo, com um papel mais ou menos determinante na formação dos equilíbrios de poder. Com isso, a esfera da política se amplia para além do âmbito do Estado em sentido estrito, ou seja, das burocracias ligadas aos aparelhos executivos e repressivos. Ao lado do Estado-coerção, surge o que Gramsci chamou de ´sociedade civil´, formada pelo conjunto plural dos sujeitos políticos coletivos ou – na terminologia do pensador italiano – pelos ´aparelhos ´privados´ de hegemonia´. Com o aparecimento na esfera pública de múltiplos interesses *organizados*, a obtenção do consenso – da hegemonia obtida através da negociação – tornou-se o recurso principal da ação política. Se Gramsci ´ampliou´ a teoria do Estado que herdara de Marx, nele incluindo a esfera da hegemonia e do consenso, fez isso precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, do processo de democratização – introduzira na vida social. (...) (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 26)

> CNC SD nº 12) Cabe aqui um parênteses: é importante registrar que as resoluções do V Encontro do PT reconhecem implicitamente que a sociedade brasileira se ´ocidentalizou´, e que possui hoje um Estado razoavelmente ´ampliado´ (...) Essa afirmação é plena de conseqüências (nem todas explicitadas nas resoluções do V Encontro) para um estratégia de luta pelo socialismo: como veremos adiante, se o Estado, ao se ´ampliar´, deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora em seu interior), isso impõe a necessidade de um novo conceito de revolução. Na medida em que o Estado brasileiro se ´ampliou´, então esse novo conceito deve ser válido também para o nosso país. (CARLOS NELSON COUTINHO, 1992, p. 26)

As seqüências discursivas acima permitem-nos abstrair as seguintes unidades de sentido consideradas positivas e que constituem o núcleo semântico caracterizador da identidade do ser de esquerda democrático vocalizado por Carlos Nelson Coutinho

(1992): a democracia como valor universal, democratização, democracia de massas, novos institutos democráticos, auto-organização popular, sujeitos políticos coletivos, socialização da política, ampliação do Estado, luta pela hegemonia e consenso.

Em outro ensaio do autor, parte da mesma coletânea, observa-se que ele se indexa também ao ideal rousseauniano da formação da vontade geral. Recentemente, em um texto publicado em dezembro de 2008[52], Coutinho defende a tese de que a democracia é um conceito em disputa; fala dos limites desta instituição no sistema liberal ou neoliberal e apresenta os postulados de Rousseau; este, segundo Carlos Nelson Coutinho, elaborou uma crítica radical da sociedade burguesa do século XVIII, apontou os limites ideológicos do liberalismo e indicou os caminhos para uma sociedade alternativa, democrática e popular.

Vejamos, na seqüência, como essas unidades de sentido, esses *imaginários de verdade política* são refutados por Ivo Tonet (2004).

5.2.2 O discurso de Carlos Nelson Coutinho recontextualizado por Ivo Tonet e as representações do ser de esquerda revolucionário

Diferentemente de Carlos Nelson Coutinho (1992), os ensaios de Ivo Tonet (2004) analisados apresentam um fundo dialógico constituído somente pelos textos de Marx e por representantes da esquerda revolucionária, como Lukács e Chasin, por exemplo. Em seu texto, *Socialismo e Democracia*, Ivo Tonet (2004) refuta as premissas da esquerda democrata ou social-democrata reivindicando fidelidade ao pensamento e aos conceitos

[52] Conferir o *site*: www.socialismo.org.br

de Marx. Ele mobiliza a técnica de retorsão; ou seja, primeiramente, ele referencia (ou relata) o pensamento do OUTRO, para logo em seguida, refutar-lhe e apresentar os conceitos que julga estar conformes à reflexão marxista.

Ivo Tonet (2004) inicia seu texto lembrando que duas foram as posições dos socialistas diante da questão sobre a compatibilidade ou não entre socialismo e democracia: em um primeiro momento, o da experiência soviética, as instituições democráticas foram consideradas expressões dos interesses burgueses e instrumentos táticos, para logo em seguida, serem suprimidos, o que resultou na ditadura; em um segundo momento, a maioria da esquerda, em todo o mundo, propõe uma reforma que deveria proceder a um reordenamento democrático. Em seguida, o autor apresenta as reformulações dos conceitos de Estado, democracia, socialismo e sociedade civil, propostos pelo discurso adversário, que é, então, retomado como *discurso Objeto*:

> IT SD nº 53) A reformulação começou pelo reexame dos conceitos de Estado, sociedade civil e democracia. Partia-se da constatação de que, após a segunda metade do século XIX, o Estado tinha se ampliado de tal forma que já não correspondia ao conceito estreito que dele tinham Marx e Engels. (...) Com a complexificação da sociedade, teriam surgido muitos organismos que se interpunham entre o Estado e o sistema produtivo. Deste modo, a governabilidade dependia muito mais do consenso do que da coerção. (...) Neste processo o Estado teria sofrido uma alteração na sua natureza, o que também alteraria a estratégia revolucionária. (IVO TONET, 2004, p. 130-131)

> IT SD nº 54) A redefinição do conceito de Estado também supôs uma reformulação do conceito de sociedade civil. Sabe-se que para Marx (1986:54), esta era definida como ´todo intercâmbio material dos indivíduos, no interior de
> uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas`. Mas para a esquerda, sociedade civil passou a significar o conjunto dos organismos não estatais criados pelos indivíduos por seus interesses e direitos. Não se contestava a prioridade da economia, mas ela era colocada na sombra, para ressaltar a importância da nova sociedade civil (...) Deste modo, a oposição fundamental passava a se dar agora, entre o Estado e a nova sociedade civil e não mais no interior da

> sociedade civil (segundo Marx). Em decorrência, quanto mais organizada, consciente e atuante a nova sociedade civil, melhor poderia ela controlar o Estado (...) (IVO TONET, 2004, p. 131)

> IT SD nº 55) Também o conceito de democracia passou por uma profunda revisão. Se antes a democracia era considerada um valor particular, burguês, agora era entendida como um valor universal, ou seja, um instrumento capaz de contribuir para o enriquecimento do gênero humano. De acordo com C.N. Coutinho (idem:21) (...) (IVO TONET, 2004, p. 131)

Ressaltamos, nas seqüências acima, o uso do futuro do pretérito –RIA; ele constitui, digamos, a primeira marca da distância do posicionamento de Ivo Tonet (*discurso Agente*) em relação às premissas do outro ideal que são recontextualizadas; esse enunciador sinaliza, assim, uma não adequação entre a teorização proposta e o que ocorre na efetividade. Observe-se as estruturas: *Sabe-se que para Marx (1986:54)* e *(segundo Marx)*; elas parecem indicar o objetivo do autor em manter fidelidade às formulações originais do filósofo alemão. Na progressão do texto, torna-se recorrente a presença de incisos alusivos a Marx. Ivo Tonet (2004) não abre mão do vínculo ontológico entre as instituições democráticas, a cidadania, o Estado e a racionalidade burguesa. O dizer desse filósofo mobiliza, então:

- o imaginário do Estado à serviço da classe dominante, dos interesses do capital (nossos os grifos):

> IT SD nº 58) A primeira discordância em relação às formulações anteriores é quanto à natureza do Estado e da sociedade civil e suas relações. Para Marx, como já vimos, a sociedade civil é o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, na produção material, numa determinada fase da história. E ela constitui a dimensão social fundante. A partir dela – e de forma mediada, que assegura tanto a dependência ontológica quanto a especificidade própria e a autonomia relativa – surgem as outras esferas da atividade humana, com funções específicas. Uma delas é a esfera da política e do Estado, no caso da sociabilidade capitalista, integrada também pela democracia e pela

> cidadania. A origem desta esfera e sua *natureza essencial* estão ligadas à existência das classes sociais e consistem na defesa dos interesses das classes dominantes; o que não significa que sejam um instrumento exclusivo das classes dominantes. Que esta defesa seja feita sob a forma de coerção e/ou do consenso tem, certamente, um grande peso na definição dos caminhos para a luta social, mas em nada altera a natureza essencial desta esfera. Daí o caráter essencialmente negativo da política tem para Marx. (IVO TONET, 2004, p. 131-133)

> IT SD nº 59) A alteração da natureza do Estado, afirmada pela teorização anterior, transformando-o apenas no resultado de uma correlação de forças que pode ser hegemonizada por classes sociais antagônicas, rompe a dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil (Marx) e, no caso desta formação social, a dependência essencial do Estado para com o capital. (IVO TONET, 2004, p. 133)

> IT SD nº 60) Desde os textos de juventude até os de maturidade, Marx sempre foi muito enfático ao acentuar tanto a natureza essencial do Estado como dominação de classe, como a sustentação da inevitabilidade do desaparecimento do Estado. Nas Glosas críticas diz que, na medida em que aconteça uma revolução política (destruição do poder da burguesia) com alma social (transformações econômicas radicais), o Estado tende a desaparecer, não por decreto, mas por falta de base real. Há aqui, uma questão metodológica fundamental (...) (IVO TONET, 2004, p. 134)

Como vimos, no *Capítulo 3*, para a esquerda revolucionária, qualquer que seja a forma do Estado, sempre haverá algum tipo de cerceamento à livre organização, à autonomia do homem; observe-se como o enunciador introduz o pensamento de Marx na SD nº 60. Parece-nos que se trata de mais um índice do desejo do filósofo de enfatizar fidelidade irrestrita e inegociável ao ideal marxista. Essa tendência julga, então, que a conquista da democracia foi apenas um patamar na libertação do homem, mas que ainda se mostra limitado[53]; Tonet também refuta a definição de socialismo proposta pela teorização do ser/dever ser de esquerda democrático; para fazê-lo ele mobiliza:

---

[53] Em outro texto, o autor também explica com maior clareza ainda sua tese: "Ser cidadão é ser participante desta dimensão pública. Ser cidadão, portanto, não é ser efetivamente, mas apenas formalmente, livre, igual e proprietário. Por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que estes direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade de raiz jamais será eliminada. Há uma barreira

- o imaginário da liberdade plena via trabalho associado (nossos os grifos):

> IT SD nº 66) Ora a categoria fundamental na definição do socialismo é a liberdade. Não, porém a liberdade em geral, nem a liberdade expressa pela democracia e pela cidadania. Mas a *liberdade plena* (Tonet, 1993:88-9) Esta liberdade significa uma forma de sociabilidade na qual é o homem, e não as forças estranhadas, quem dirige – de modo consciente e planejado – o seu processo de autoconstrução social. É claro que, por força de sua natureza, este patamar é necessariamente social e universal (coletivo/global). Liberdade plena é, pois, autodeterminação. Mas, para que esta autodeterminação possa existir, ela tem como condições necessárias um alto grau de desenvolvimento tecnológico (capaz de produzir riqueza para satisfazer as necessidades de todos), a diminuição de tempo de trabalho necessário (que deixe um grande tempo livre à disposição da realização omnilateral dos indivíduos), a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado (como ato ontológico primário) e a substituição do valor de troca pelo valor de uso. (IVO TONET, 2004, p. 136-137)

Ao recontextualizar o discurso do outro, ao mesmo tempo que o EU marca, afirma uma identidade política caracterizada pela fidelidade irrestrita ao pensamento e aos conceitos marxistas, ele busca destituir o OUTRO de uma identidade de esquerda. Nas seqüências abaixo, esse procedimento de destituição de identidade, de marcação de fronteiras ocorre tanto pelo agenciamento do DR, que passa a ter valor de argumento de

---

intransponível no interior na ordem social capitalista. Conseqüentemente, a busca, hoje, pela construção de um mundo cidadão é uma impossibilidade absoluta. Em resumo: apesar dos aspectos positivos, para a emancipação humana, que marcam a cidadania, ele é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo *expressão* e *condição de reprodução* da desigualdade social e, por isso, da desumanização. Por isso mesmo, deve ser superada, não porém em direção a uma forma autoritária de sociabilidade, mas em direção à efetiva liberdade humana. (continua na próxima página).

O que, de fato, deve ser buscado é a emancipação humana. Esta, porém, é algo muito distinto da cidadania e da totalidade da emancipação política. A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. E esta erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação. Como diz Marx, nas *Glosas Críticas,* há uma distância infinita entre o cidadão e o homem, assim como entre a vida política e a vida humana.

Assim como o ato fundante da emancipação política é a compra e venda de força de trabalho, o ato originário da emancipação humana deve ser, necessariamente, o trabalho associado. Este ato pode ser definido, de início, como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, onde as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum. Como conseqüência, os homens detêm o controle consciente da integralidade do processo de trabalho." In.: http://www.espacoacademico.com.br/054/54tonet.htm

autoridade, quanto pela MA. Na seqüência abaixo, o enunciador convoca o pensamento de outro filósofo, José Paulo, que corrobora o ponto de vista de que a democracia não constitui um valor universal; depois, Ivo Tonet (2004) relata a fala de um militante do PT para destituir esse partido de uma identidade revolucionária, ligada aos movimentos populares, denominando-o de "partido da ordem"; vejamos:

> IT SD nº 72) É decorrência da própria concepção de socialismo que propusemos acima que *a democracia jamais pode ser suprimida pela força*. Sua eliminação só pode acontecer quando for substituída por uma forma superior de liberdade. Por isso mesmo, como afirma corretamente José Paulo, mesmo não sendo um valor universal, a democracia é um valor estratégico para os trabalhadores. O que se pode confundir esta afirmação com a idéia de que a democracia é **o** caminho para o socialismo. Esta última idéia não significa apenas que as liberdades democráticas não podem ser suprimidas pela força. Para além disto, ela significa que o eixo da luta está no parlamento. E que mesmo as lutas travadas fora dele devem ser canalizadas para dentro dele. (...) Assim como no caso do eurocomunismo, também o caso brasileiro, essa estratégia acaba transformando partidos ou movimentos que, em algum momento, tiveram caráter revolucionário, em partidos da ordem. É o que reconhece um integrante da direção do PT, quando após afirmar que o PT ´nasceu mais como movimento social do que como partido´, conclui que ´Hoje somos muito mais partido´ (Folha de São Paulo, 10/08/96). Acrescente-se partido socialista-democrático. (IVO TONET, 2004, p. 142-143)

O uso da MA com objetivo de destituir o OUTRO de uma identidade de esquerda constitui outra característica enunciativo-retórica muito recorrente nos ensaios da esquerda humanista-revolucionária; na seqüência abaixo, ao manter entre aspas os termos *esquerda democrática* ou *esquerda*, parece-nos que o enunciador sinaliza uma não adequação entre a palavra e o referente a ser nomeado:

> IT SD nº 73) (...) Como conseqüência de um conjunto de circunstâncias, entre as quais se destacam as derrotas sofridas pela classe trabalhadora ao longo das décadas, as grandes transformações que estão ocorrendo na economia e o extravio teórico da esquerda, tem-

> se, hoje, uma completa desorientação das lutas das classes subalternas. E as formulações da ´esquerda democrática´, ao fazer da luta institucional o eixo de todas as lutas sociais, contribuem poderosamente para essa desorientação. (IVO TONET, 2004, p. 144-145)

> IT SD nº 74) Para constatar essa desorientação, basta olhar para a história da CUT. Antes tão combativa, na contestação ao capital, hoje, sua tendência dominante vai claramente no sentido de privilegiar a negociação, até em concessões danosas para os trabalhadores. E não se pense que se trata de simples oportunismo e peleguismo. Trata-se tanto de confusão e do rebaixamento teórico da esquerda quanto da incapacidade de compreender a fundo as transformações que estão acontecendo no mundo atual (...) O resultado de tudo isto é lastimável: a grande proposta da ´esquerda´ se resume em administrar o Estado melhor (transparência, prioridades, honestidade) do que os donos do capital. (IVO TONET, 2004, p. 144)

A análise do conjunto das *seqüências discursivas* analisadas permite-nos abstrair determinadas unidades de sentido que constituem o núcleo semântico caracterizador da identidade político-discursiva encenada pelo ser de esquerda revolucionário vocalizado por Ivo Tonet (2004) e apontam para o desejo de afirmação de uma outra *tópica*, de um outro senso comum na política. Vejamos como elas se opõem a algumas das unidades que constituem a *tópica* apresentada pela teorização anterior (vide quadro na página seguinte):

Ser/dever ser de esquerda revolucionário crítico dos conceitos de Democracia, Estado e Cidadania	Ser/dever ser de esquerda democrata radical
sociedade civil (conjunto das relações que os homens estabelecem entre si na produção material, dimensão fundante, a partir da qual surgem as demais esferas da atividade humana – política, Estado, etc)	sociedade civil (*locus* de luta pelos interesses e direitos do conjunto de grupos que tentam alcançar consenso através da negociação a fim de conquistar hegemonia)
Estado (esfera essencialmente ligada à existência das classes sociais, representa a dominação de uma das classes sobre outras)	Estado (ao longo do processo histórico teve sua natureza alterada, ampliada, no sentido de se constituir em um palco de luta entre os interesses dos grupos)
Democracia (instituição essencialmente ligada à burguesia, à racionalidade capitalista, pode representar um valor estratégico)	Democracia (valor universal, transcende a racionalidade burguesa, testemunha as objetivações concretas e necessidades de libertação, constitui o caminho para o socialismo)
Socialismo (sinônimo de liberdade plena, forma de sociabilidade superior à democracia, à emancipação política, processo de autoconstrução social, consciente e planejado; autodeterminação, fundamenta-se no trabalho associado, patamar mais alto da liberdade humana, dimensão social fundante do ser social)	Socialismo (forma de sociabilidade fundada, garantida pela democracia redefinida, pela democracia de massas, em oposição à liberal; garantida pela afirmação do princípio da comunidade de Rousseau)

Após essa análise contrastiva que acabamos de realizar, apresentaremos algumas reflexões sobre o fenômeno de construção de identidade político-discursiva.

5.3 Considerações sobre o processo de construção de identidade político-discursiva: entre identificação, diferenciação e reflexividade

As reflexões teóricas sobre o fenômeno da alteridade e da interdiscursividade vistas neste capítulo levam-nos a entender a constituição/afirmação de identidade como um processo que resulta, ao mesmo tempo, da identificação/articulação do sujeito a determinados sistemas de pensamento (de conhecimento ou de crenças) e da diferenciação, da demarcação de fronteiras relativamente a outros sistemas, outros discursos indicadores de outros posicionamentos e ideologias. Essa afirmação é corroborada pelas teorizações no âmbito dos Estudos Culturais de Stuart Hall, Silva e Woodward (2000), por exemplo, e está em acordo com as definições de identidade política propostas por Pierre Ansart (1978, 1983) vistas no *Capítulo 2*.

Stuart Hall, Silva, Woodward (2000) mostram-nos que as identidades são construídas no e pelo discurso. Hall (2000) define a identidade como um ponto de encontro, ou como uma "sutura" bem sucedida do indivíduo às práticas discursivas e aos discursos que o interpelam. Estas representam para o sujeito uma injunção a ser e a parecer. As identidades resultam das posições que o sujeito é levado a assumir nas diversas instâncias de intercâmbio linguageiro, seriam, pois "(...) pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós." (HALL, 2000, p. 112). A uma historicização radical da categoria do sujeito, do sujeito *assujeitado*[54], Hall

[54] Os estudos iniciais da Análise do Discurso Francesa (ADF), de Michel Pêcheaux e outros, nos anos 60, postulam que as formações sociais são atravessadas, habitadas por formações ideológicas concorrentes. Em cada formação ideológica, em cada grupo social, é possível perceber um conjunto de regras que determinam o que pode ser dito, como e quais pessoas estão autorizadas a ocupar um determinado lugar de fala. Essas regras que estabelecem uma "zona do dizível suportável" (PÊCHEAUX, 1990), do "dizível legítimo" para um indivíduo, para um grupo ou uma instituição são denominadas *formações discursivas.* Esse conceito entra na Análise do Discurso a partir das leituras de Foucault. Para Pêcheaux, no processo de constituição da subjetividade, o indivíduo é interpelado pela (s) formação (ões) ideológica (s) e

propõe pensar a sutura do indivíduo às *formações discursivas* como um processo de articulação:

> Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja ´convocado´, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral. Isso (...) coloca (...) a identificação na pauta teórica" (HALL, 2000, p. 112)

O processo de diferenciação, para esse autor, abrange operações de marcação de fronteiras (eu/nós); inclusão/exclusão, avaliação (bom/mal). A diferença seria o processo pelo qual a identidade se configura, dizer "*(...) sou X (...) é parte de uma cadeia de negações, de expressões negativas de identidade (...)*" Trata-se de tomar aquilo que se é como norma pela qual se descreve ou se avalia aquilo que não se é. Como vimos, com Authier-Revuz (a partir de 1982), os sujeitos se valem de uma variedade de formas lingüísticas que deixam rastros, na materialidade do dizer, desse processo de marcação de fronteiras: o discurso relatado, a *modalização autonímica*, a *modalização em discurso segundo*, dentre outras.

Parece-nos que o ponto de vista de Hall (2000) aponta para um conceito construcionista de identidade; esta não pode ser considerada como algo dado, de uma vez por todas, mas sim, uma construção contínua do sujeito ao longo do seu processo de subjetivação e de intercâmbio linguageiro. Pressupõe, também, uma capacidade reflexiva do sujeito, como vimos com Fábio Reis (2000), no *Capítulo 2*, para quem o indivíduo pode adquirir a capacidade de rever suas visões de mundo, introjetadas em sua formação

---

discursiva (s) dominante (s) em uma dada formação social (por exemplo, a formação ideológica religiosa na Idade Média); o sujeito seria, então, *assujeitado* por um processo de introjeção de valores, de atitudes e de representações pertencentes à classe dominante. As significações seriam, assim, pré-construídas; no processo de subjetivação, esses *pré-construídos* adquirem o caráter de evidência para os indivíduos; eles viveriam a ilusão de serem os donos do seu dizer; o autor denominou esse processo de *efeito-sujeito*.

pessoal e política. Nesse sentido, Hall (2000) afirma que Foucault teorizou muito sobre os processos de interpelação ideológica e domesticação dos sujeitos pelos saberes disciplinares, mas não sobre a possibilidade de contestação, de recusa de identidades e padrões hegemônicos de ser/parecer.

Essa capacidade reflexiva do sujeito seria favorecida, para Setton (2002), pelas sociedades pluralistas contemporâneas; o sujeito se depara, freqüentemente, com várias referências e valores que podem fazê-lo repensar e atualizar referências adquiridas/inculcadas ao longo de sua trajetória social; portanto, "(...) o sujeito pode ver-se impelido a traçar suas próprias diretrizes de maneira cada vez mais consciente e reflexiva (...)" (SETTON, 2002, p. 7) Para esta autora, a identidade social está sempre em construção.

No âmbito da Filosofia Política, Ansart (1983), como Charaudeau (2006) e Setton (2002), argumenta que a sociedade é mergulhada em um mercado de símbolos que oferece inúmeras possibilidades de identificação/articulação para os sujeitos. O poder, ou o político (o intelectual político, o partido e seu programa) apresentam-se como defensores da justa causa, como encarnações e meios de realização dos valores supremos de uma coletividade. Do ponto de vista da formação do sujeito, intensifica-se, conseqüentemente, sua dispersão, surgem múltiplas possibilidades de pertenças e identificações.

O espaço político torna-se, assim, uma arena na qual travam, segundo Ansart (1983, p. 17-18), "relações dinâmicas entre as imagens de si e as de outrem, pois as qualidades da

auto-representação acompanha-se da valorização ou desvalorização de outrem"[55] Cada discurso político produzido nessa arena testemunha um núcleo de raciocínio de signos afetivos que constituem um conjunto de evidências centrais. Esse núcleo dá lugar a um esquema agonístico portador de uma lógica dialética que fornece a matéria-prima para a produção de mensagens persuasivas. Ele se estrutura por uma constelação de valores/imaginários que testemunham os (des)investimentos afetivos dos sujeitos. Ansart (1983) fala de uma bi-polaridade pulsional. Pode-se falar também de sensibilidades opostas que geram linguagens e meios expressivos antagonistas.

Parece-nos que a polêmica entre o ser/dever ser de esquerda revolucionário e os demais, vista ao longo deste capítulo, testemunha essa lógica agonística, dialética, de que nos fala Ansart (1983). Cada discurso, vai assim, manifestar um núcleo de sentidos, de signos que expressam as paixões políticas e adquirem um caráter de evidência para os seus enunciadores. Seguindo Boaventura Souza Santos (2007), podemos dizer que esse núcleo de sentidos constitui um discurso argumentativo em prol da afirmação de uma *tópica emancipatória;* sinaliza o desejo de propor uma alternativa societária à racionalidade capitalista.

E, para definir essa alternativa societária, para definir um ideal de ser/ dever ser de esquerda, reiteramos, cada sujeito o faz baseando-se em determinadas teorias, de acordo com seu posicionamento no campo político e com um momento histórico. Para nós, trata-se de diferentes construções ou reconstruções discursivas de um conceito, pelas quais os sujeitos manifestam uma identidade político-discursiva.

---

[55] Tradução de parte do trecho original: "Non seulement nos identités ne nous sont pas émotionnellment indifférentes mais s´y réalisent certaines de nos tensions intrapsychiques pour s´y résoudre ou pour s´y aggraver. En même temps se jouent, au niveau de cette sensibilité sociopolitique, les rapports dynamiques entre les images de soi et les images d´autrui puisque les qualités de l´auto-représentation vont de pair avec les valorisations et les dévalorisatios d´autrui."

O caráter dinâmico, reflexivo e construcionista das identidades parece-nos, permite-nos explicar fenômenos de mudança de posicionamentos que ocorrem no campo político, impedem que atribuamos uma essência ao conceito de ser/dever ser de esquerda.

No caso do Partido dos Trabalhadores, alguns estudiosos da trajetória da formação deste partido e dos seus membros, Mauro Iasi (2006) por exemplo, permitem-nos pensar o caráter reflexivo e construcionista das identidades político-discursivas. Iasi filia-se a Gramsci e defende que a formação da consciência humana é fruto de uma dialética constante entre determinações de estruturas objetivas (constituídas socialmente) e a intencionalidade dos sujeitos (expressa em diferentes momentos da *práxis*). Esse sociólogo realiza um estudo dos documentos do PT e mostra como o discurso e a prática desse sujeito-histórico modificam-se com o tempo. Iasi refuta a tese da "traição das direções" e afirma:

> Ainda que existam a responsabilidade pessoal e uma dimensão ética e moral nas escolhas que cada um de nós fazemos, as transformações ocorridas no PT, desde sua formação no final da década de 70 e início dos anos 1980 até sua chegada à presidência da república em 2002, não podem ser atribuídas, para o bem e para o mal, apenas às intenções e valores que guiaram seus agentes nos diferentes momentos. Como procuraremos demonstrar por meio da descrição do movimento próprio das resoluções, estas expressavam uma espécie de síntese para qual influíam a intencionalidade dos sujeitos, as condições conjunturais, entre elas, fundamentalmente, a dinâmica da luta de classes como expressão de um certo momento de constituição da classe trabalhadora como classe. (IASI, p. 529-530, 2006)

Para esse pensador, o dito "amoldamento" do partido à ordem capitalista é parte do processo maior de incorporação da classe trabalhadora aos ideais revisionistas, sociais-

democratas, de mudança através da luta política, de ampliação da democracia e de busca por melhores condições de vida para a classe operária.

O PT, inicialmente, nasceu como expressão das classes subalternas e de seus movimentos de contestação, diz Iasi (2006), em um momento no qual a classe operária sofria uma derrota pelo processo de reestruturação capitalista e no qual as experiências socialistas eram criticadas e estavam chegando ao fim. A trajetória do partido segue rumo a uma perda do contato com a militância; seu aparelho institucional-burocrático fortalece-se e passa a orientar sua ação para a conquista, cada vez maior, de cargos nos legislativos municipais e estaduais.

Segundo Iasi (2006), as camadas dirigentes do partido passam a ser formadas por membros de perfil pequeno-burguês, a classe trabalhadora passa a não ter mais acesso direto às funções orgânicas do partido:

> As mudanças gerais observadas nas resoluções partidárias, no sentido de uma clara inflexão moderada, correspondem a uma reorientação profunda na forma de organização do partido (substituição do processo de democracia direta pelas formas de democracia representativa, fechamento dos espaços democráticos de dissenso, burocratização e relativização do poder das instâncias partidárias substituídas por espaços de poder paralelo etc) e em sua ação política, processo que se acelerou com a conquista da Presidência em 2002, mas que pode ser identificado em germinação muito tempo antes. A questão central, portanto, é: houve uma alteração do caráter de classe do partido, ou mais precisamente, seus membros dirigentes e quadros mudaram de classe social e as formulações e horizontes estratégicos já refletem interesses de outra classe que não os trabalhadores? (IASI, p. 551, 2006)

Esse processo de reconfiguração identitária pelo qual passa o partido é sinalizado, ressalta Iasi (2006), no plano discursivo. A análise dos documentos feita pelo autor indica uma mudança de vocabulário, de palavras-chave que constituem as linhas de força da ideologia petista. Iasi salienta que "(...) palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes, vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda." (IASI, p. 535, 2006)

Esses fenômenos de reconfiguração identitária, salientamos, sempre causam polêmicas; no campo da esquerda, a aceitação, por intelectuais, de uma mudança dentro dos ordenamentos jurídicos e institucionais do sistema estatal capitalista pode ser considerada uma perda de valores de esquerda, de referenciais socialistas marxistas, o que dá origem a constantes argumentações e contra-argumentações.

Algumas dessas argumentações reivindicam uma análise mais científica, mais racional do processo de reconfiguração identitária; outras mobilizam mais os recursos emocionais da persuasão, valem-se de procedimentos argumentativos que visam desconstruir as imagens dos sujeitos políticos; outras ainda mesclam tanto recursos mais racionais quanto passionais; assim, vamos nos deparar com uma série de nomeações/qualificações para referenciar a mudança do PT: *traição*, *transformismo*, *amadurecimento*, *processo lógico de desenvolvimento de um partido*, "amoldamento" à ordem, como diz Iasi (2006).

Acreditamos que essas nomeações/qualificações são signos-sintomas das ideologias e das paixões políticas dos sujeitos; sinalizam discursos que concorrem na busca de legitimação e credibilidade, argumentam baseando-se em uma *tópica* específica; por

isso propomo-nos pensar mais detidamente sobre os processos argumentativos subjacentes a esses discursos.

Vimos que as seqüências discursivas números 72 e 74, pertencentes a Ivo Tonet (2004), na seção anterior, sinalizam um processo de destituição de identidade no qual se projeta uma imagem do outro, do adversário, como aquele que não pode mais ser considerado um ser de esquerda. Esse processo intensifica-se nas avaliações do primeiro mandato do governo Lula, como veremos no *Capítulo 7*, quando faremos a análise dos ensaios de conjuntura (*Grupo B* de ensaios do *corpus*).

Como pensar, então, esse processo de projeção de imagens? Quais referenciais teóricos permitem-nos refletir sobre ele? Qual a sua relação com a argumentação e a persuasão na fala ensaística? Qual é a natureza do gênero ensaio e do ensaio que versa sobre política? Qual é a relação dos intelectuais brasileiros com o gênero ensaio? Como caracterizar o papel social do intelectual político? Tentaremos responder a essa questões na *Parte III* desta pesquisa.

PARTE III:

A ARGUMENTAÇÃO NOS ENSAIOS DOS INTELECTUAIS DE ESQUERDA

CAPÍTULO 6:

ENSAÍSTICA, ARGUMENTAÇÃO E POLÊMICA

6.1 Mapeando os traços genéricos do ensaio ou da fala ensaística

Antes de continuarmos analisando a questão do processo de afirmação e destituição de identidade, tendo como foco os ensaios de conjuntura, como definimos na *Metodologia*, acreditamos que é o momento de esclarecer para o leitor o que entendemos pela palavra ensaio, ou por ensaística, bem como a relação desse gênero com a atividade do intelectual.

As análises feitas nos capítulos 4 e 5 parecem ressaltar duas características marcantes da fala ensaística, apontadas por alguns estudiosos desse gênero textual: Sílvio Lima (1946); Marc Angenot (1982); M. Lits (1990); André Moysés Gaio (2004) e Marielle Macé (2006) e cujos traços gerais apresentaremos neste capítulo: trata-se de uma escrita que sinaliza a presença forte de uma subjetividade e que se propõe empreender uma reflexão crítica, avaliadora de determinadas idéias ou objetos, sem visar ao estabelecimento de uma verdade ou certeza; inscreve-se na ordem da aproximação, do relativo, o que, segundo M. Lits (1990), explicaria seu sucesso no século XX, caracterizado pela rejeição de sistemas, certezas e ideologias.

O debate livre entre as idéias e a polêmica são traços associados à fala ensaística por Sílvio Lima (1946) em seu estudo da obra de Montaigne (os grifos são do autor):

> A palavra ´polêmica´ (hoje desvirtuada de seu original perfil semântico) expressa com nitidez – tal como a palavra discussão – o carácter *desportivo* da razão crítica. *Polêmica* vem de *pólemos*, combate. *Discussão* significa abalo, agitação, sacudida. Discutir é fender, rachar, deitar abaixo. Ambas as palavras refletem o *dinamismo* vital das idéias, duelo vibrátil; a nossa alma é como que um ginásio invisível onde o eu, como polemista, se ensaia, quere dizer, se forja a si próprio na briga com as coisas e os outros homens." (SILVIO LIMA, p. 66-67, 1946)

No *Capítulo 5*, a polêmica de Ivo Tonet (2004) em relação às concepções de esquerda democrata radical ou socialdemocrata parecem ilustrar bem esse gesto de um *eu* que se forja a si próprio, que afirma uma identidade político-discursiva em relação a outras idéias e a outros atores sociais. Vimos que esse gesto constitui um dos processos instauradores da identidade: ao mesmo tempo que o enunciador se identifica a algumas idéias, a algumas teorias e crenças, ele se afasta de outras, avalia-as criticamente.

Silvio Lima (1946), ao analisar a obra de Montaigne, atribui três linhas de força ao gênero ensaio em geral: auto-exercício das faculdades; liberdade pessoal de pensamento e esforço pelo pensar original; exige também "(...) um espírito que ajuíze, tome cada coisa como ´matière d´opinion´ (problematismo) e não como ´matière de foy' (dogmatismo)" (LIMA, 1946, p. 59) Este autor afirma que Montaigne via sua obra como a dialética grega, uma ginástica do intelecto, equivalente mental do exercício físico.

Assim, Montaigne exercitava-se na luta das idéias, buscava registrar "(...) como estilete gráfico todas as ondulações de seu pensamento." (LIMA, 1946, p. 54) Para Lima,

Montaigne inaugura uma escrita que expressa uma auto-consciência do ego, ou ainda, o auto-exercício da razão; exerce a razão crítica que busca examinar livremente os novos tipos de humanidade que surgem em sua época (dos 1500); assim, ele contrasta novas idéias, assume o espírito da época que se propõe a examinar o real concreto, ao invés de aceitar o dogmático, o "magister dixit", como salienta Lima.

Na perspectiva deste autor, os *Ensaios* montaignianos foram um produto do fim do Renascimento. Eles nos permitem observar a mundividência daquela época, a partir do contraste entre o novo e o velho mundo; portanto, a *visée* crítica, desde o seu fundador, é uma das características mais marcantes da fala ensaística:

> Que todo ensaio é, e deve ser crítico, vislumbra-se logo no próprio título (...) Ensaio vem da palavra latina *exagium*. Ora esta palavra refere-se ao exame valorativo, à contrastaria das moedas (avaliação do seu toque, título, quilate ou dinheiros de fino. Ensaiar é fazer prova, analisar[56] (...) (LIMA, 1946, p. 68)

Parece-nos que os ensaios de nosso *corpus* manifestam essa *visée* crítica, esse exame valorativo, essa análise tanto de idéias, de teorias, de ideais societais, quanto dos atores sociais, suas ações e suas imagens; entretanto, esses textos analisados não se alinham ao lado da vertente literária do ensaísmo, inaugurada por Montaigne, que conduziria o gênero para o auto-biográfico, para o meditativo, para o *récit* e o ficcional, como nos mostra Marielle Macé (2006).

[56] Esse sentido de fazer prova, analisar é também ressaltado por M. Lits (1990); este autor menciona quatro sentidos para o termo, segundo Andreas Blinkenberg: 1) exame, prova. 2) experiência; 3) degustação; 4) tentativa, trabalho de aprendiz.

Os ensaios de Ivo Tonet (2004), Carlos Nelson Coutinho (1992), Juarez Guimarães (2004) e Edmundo Fernandes Dias (2006) (estes dois últimos analisados no *Capítulo 7*) podem ser considerados ensaios cognitivos, analíticos e polêmicos, escrita que se tornou um lugar privilegiado para a expressão do pensamento nas ciências sociais a partir dos anos 1960 (como lembra também Marielle Macé (2006)). São textos produzidos no âmbito da cultura universitária. Tornaram-se instrumentos privilegiados para expressão das idéias e do engajamento político ou epistemológico de intelectuais.

Segundo a autora, esse uso do ensaísmo nas ciências sociais, com uma *visée* mais objetivante, testemunha, a partir dos anos 1920, época da instituição do gênero na França, uma disputa entre os discursos de saber e a literatura. Os saberes produzidos no âmbito universitário adquirem, então, o estatuto de legítimos representantes de uma explicação sobre o homem e a literatura é destituída desta função por alguns pensadores.

A história de instituição do gênero, explica Macé (2006), caracteriza-se por essa dupla possibilidade de inscrição, o que resulta em uma ambigüidade do gênero: o nome ensaio sempre foi usado para designar tanto as produções intelectuais da cultura universitária quanto os discursos mais livres, mais pessoais, literários e ficcionais[57]. Macé (2006) nos mostra os momentos nos quais a tensão entre essas duas linhas de força acirra-se.

[57] M Lits (1990) lembra também que Lukács considerava o ensaio "uma forma autônoma situada entre a literatura e a filosofia, o que poderia explicar o pouco interesse dos críticos literários por um gênero que eles não consideram unanimemente como pertencente a seu território. A literatura, diz Lukács, em *A Alma e as formas,* em 1911, liga-se à criação imaginária de seres individuais e situações particulares, enquanto que a filosofia exprime essas mesmas atitudes no plano da criação conceitual. E o ensaio é uma forma intermediária que trata de problemas conceituais por ocasião de uma realidade individual e concreta." (LITS, 1990, p. 284).

Nos anos 1920, Julien Benda[58] reivindica um ensaio mais lógico, com estilo econômico, concreto e leve. Ele critica o modelo montaigniano, que seria defendido e seguido por Albert Thibaudet, André Gide e Paul Valéry. Para Benda, a escrita ensaística deveria ser transparente e refletir o pensamento. Em sua visão, o ensaio literário, por se aproximar do poético, do lírico, seria um desvio da asserção; de acordo com Macé (2006), Benda traça uma fronteira entre o "estilo das idéias" e o "estilo literário".

Entretanto, essa reivindicação de Benda seria contraditada pelos intelectuais que se reuniram em torno da *NRf* (*La Nouvelle Revue Française*). Para esse grupo,

> (...) o ensaio é literário, liga-se de imediato a Montaigne, esta concorrência com o romance e o poema, dos quais partilha os traços ou os valores (pensamento dos possíveis e do lirismo) faz face à especialização das ciências, em seu nome inscreve-se um certo *pathos*, uma representação do pensamento como drama" (MACÉ, 2006, p. 112)[59]

Esse grupo de intelectuais contribuiu para a afirmação do ensaio lírico, cuja introdução no cenário literário é atribuída a Maurice Barrès. Esse estilo caracteriza-se pela preocupação formal[60], por uma prosa ultra-literária; além do lirismo, herda também os

---

[58] Remetemos o leitor para o livro de Benda (1927) , *La trahison des clercs*, no qual este autor reprova os intelectuais de terem apoiado o hitlerismo e o fascismo contra a democracia. Ele defendia a idéia de que os intelectuais deveriam se apoiar somente em princípios gerais, ditados por considerações teóricas. Esses profissionais deveriam se basear somente em valores racionais, estáticos, abstratos (acima das circunstâncias: a justiça, a verdade e a razão); defendia também a defesa de uma verdade acima de qualquer interesse; assim, caberia à ciência ensinar o exercício da razão. Benda criticava também os intelectuais que aderiram à ideologia comunista.

[59] Tradução do trecho: "(...) l´essai est littéraire, il lie d´emblée à Montaigne, il est en concurrence avec le roman et le poème, dont il partage les traits ou les valeurs (pensée des possibles d´un côté, lyrisme de l´autre), il fait activement face à la spécialization des sciences, dans son nom s´inscrit um certain *pathos,* une représentation de la pensée comme drame."

[60] Sobre a questão formal do ensaio remetemos o leitor também às reflexões de Adorno (2003) que afirma: "0 ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas (...) Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe, o ensaio não almeja uma construção

traços de Rousseau, incorpora; portanto, formas retóricas da meditação, do sonho, do passeio; prima-se por uma argumentação via descrição, mobiliza o *récit* de viagem, confidencial e íntimo. Essas últimas características possibilitaram o surgimento do ensaio auto-biográfico e testemunhal que marcaria a contemporaneidade.

Esse ensaísmo literário impulsiona, então, a prosa de idéias para uma escritura digressiva, associativa, fragmentária, pautada pelo desejo de registrar a descontinuidade do pensamento; como diz Macé (2006), trata-se de um texto que tematiza suas errâncias e inacabamentos; nele as idéias existem em germe; o produto final torna-se um esboço, em constante estado de pré-maturação; o uso da figura ocupa lugar central nessa escritura. Paul Valéry e Henri Bergson viriam a defender um ensaísmo filosófico fundamentado nesses traços.

De acordo com Macé (2006), Valéry e Bergson pautam-se por uma escrita filosófica que incorpora as marcas da linguagem cotidiana, aceitam o papel da afetividade na análise dos objetos abstratos[61]; a autora afirma que se trata de uma "sensualização da lógica", característica do ensaio moderno. O discurso filosófico é assim submetido a uma outra força além daquela oriunda do silogismo e da abstração, há uma recusa da retórica, dos lugares, do *topos*, da técnica da invenção; caberia ao ensaísta, lembra Macé (2006), buscar uma expressão do seu pensamento que fosse original.

---

fechada, dedutiva ou indutiva. (...) O ensaio não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas eternizar o transitório. (...)". (ADORNO, 2003, p. 25-27) Logo em seguida, diz também que: "A descontinuidade é essencial ao ensaio: seu assunto é sempre um conflito em suspenso. (...) a palavra tentativa, o ideal utópico de acertar na mosca se mescla à consciência da própria falibilidade e transitoriedade" (*Ibidem*, p. 35)

[61] Lembremos que Cossuta (1994) também analisa essa presença de uma subjetividade no texto filosófico, como vimos nos capítulos 3 e 4. Neste sentido ressaltamos também a descrição e a análise deste autor do papel das metáforas no texto filosófico.

Nessa busca por originalidade, impunha-se ao ensaísta afastar-se do automatismo verbal e exercitar-se na dissociação de idéias, valer-se do discurso figural a fim de criar imagens novas, buscar lugares idiossincráticos, expressar o desenvolvimento progressivo do pensamento, estilo de Bergson; como diz Macé (2006), a escritura torna-se não uma "(...) descrição ou transposição do pensamento, mas construção do pensamento, não um ´todo feito´, mas um todo em se fazendo"[62] (MACÉ, 2006, p. 135).

Entretanto, se a literatura dá as costas, efetiva e orgulhosamente, às exigências da deontologia da ciência, como salienta Macé (2006), a afirmação dos discursos de saber continua a abrir uma outra via para a evolução do estilo da prosa de idéias, reivindicando sua capacidade cognitiva de produzir discursos coerentes, analíticos e argumentativos[63]. Além disso, houve períodos na história da evolução do gênero nos quais surgem intelectuais que testemunham uma mistura dos dois estilos na escrita da prosa de idéias, Macé (2006) alude a uma mistura de "provas" e de "drama", cujos representantes seriam Sartre e também Barthes.

Essa mistura entre o intelectual, o lógico-dedutivo e o *pathos*, para nós é de capital importância. Acreditamos que os ensaios que constituem nosso *corpus* filiam-se a essa tradição. Na década de 1960, como já dissemos, a cultura universitária e intelectual viria se valer do ensaio para múltiplos fins, tanto acadêmicos, epistemológicos, quanto

---

[62] Tradução do trecho: "(...) l´écriture n´est pas description ou transposition d´une pensée, mais construction de cette pensée, non ´tout fait´, mais ´tout se faisant´".

[63] Essa dupla possibilidade de inscrição do ensaio é também apontada por M. Lits quando ele cita a *Encyclopedia Americana*, esta obra considera que os ensaios podem ser tanto formal quanto informal: "O formal é mais longo, mais rigorosamente organizado e consagrado a assuntos mais específicos e impessoais. O informal pode tomar a forma de uma narração, de uma descrição, de uma anedota, de uma reflexão ou de um sonho, enquanto que o formal possui estrutura lógica, dignidade e espírito sério." (LITS, 1990, pp. 192-193).

políticos. Há, então, uma emergência do dissertativo, do argumentativo, do contestatário e do polêmico.

O ensaio torna-se instrumento privilegiado de expressão do pensamento intelectual; entretanto, salienta Macé (2006), a afirmação do literário não cessa, pois, a maioria dos intelectuais é *polígrafa* (termo da autora), ou seja, produz tanto obras no plano universitário, acadêmico, quanto no plano literário, ficcional.

Barthes seria um dos exemplos de encarnação desse *poligrafismo.* Escreve obras teóricas no campo da lingüística, como *Situations*, *Curso de Semiologia;* também publica ensaios engajados politicamente, como os *Essais critiques* e ensaios literários como o *Fragmentos de um discurso amoroso*. Os ensaios engajados são chamados por Macé (2006) de ensaísmo de intervenção viva, de análise crítica.

Sartre também revela essa oscilação entre as duas linhas de força de constituição do ensaio: ao mesmo tempo que luta contra a polissemia, não deixa de inclinar-se para uma prosa poética, escreve também ficção como *O seqüestrador de Veneza*. Tanto Sartre quanto Barthes inscrevem-se em um período de unificação das práticas, de neutralização ou atenuação da distinção entre ensaio intelectual e literário, observa Macé (2006). Estabele-se um *continnum* que redefine o espaço dos possíveis do gênero, amplia-se seu domínio.

Esse ensaismo engajado, crítico, polêmico nos remete a um período de tentativa de renovação da escritura do ensaio; segundo Barthes, citado por Macé (2006), marcado pela combinação de intenções políticas, noções filosóficas e verdadeiras figuras

retóricas. A autora também fala de um investimento em regras de uma exposição intelectual periodicamente inflamadas.

Por outro lado, a afirmação e proliferação do ensaio cognitivo, analítico, teórico no âmbito da universidade sinaliza uma reconquista definitiva, salienta Macé (2006), do espaço do pensamento pelos discursos de saber. Afirma-se a escrita do "ensaio sobre". Ele assume, então, um dimensão pedagógica, serve à formação de consenso cultural, a uma dinâmica de criação tópica. Consolida-se a arte do comentário, da interpretação, do diagnóstico. Filiam-se a essa linha, Foucault, Derrida, Levy-Strauss, dentre outros. Datam dessa época as revistas *Langages*, *Communications*, *Poétiques* e *Litterature*.

Após essa expansão do gênero nos terrenos da produção científica e do político, a reivindicação do ensaio literário, romanesco, marcado pelo lirismo, pelo existencial, pelo fenomenológico, pelo meditativo ainda se mantém. Macé (2006) fala de um funcionamento romanesco do ensaio; esse traço consistiria de uma riqueza de notações, é formado por embriões de células narrativas, episódios, incidentes; o ensaio pode, nessa perspectiva, tornar-se um *quase-romance* (termo da autora). Esse tipo, salienta Macé (2006), manifesta o desejo de ultrapassar o "metaestória", a *visée* explicativa e interpretativa; o ensaio literário objetiva, ao contrário, prolongar ou provocar a emoção, a reflexão, convida uma leitura de "lápis na mão".

A partir dessa leitura da trajetória histórica do gênero propusemos um quadro a fim de representar o *continnum* que marca as possibilidades de ocorrência do ensaio. Salientamos que esse quadro se baseia inteiramente na obra de Marielle Macé (2006). Trata-se de um esforço nosso para apreender mais globalmente os espaços possíveis do

gênero e para fornecer ao leitor uma visão mais sistemática do assunto. Além disso, acreditamos que esse quadro nos possibilita situar melhor o gênero com o qual estamos lidando. Mais adiante apresentaremos nossa proposta de definição do ensaio político produzido no âmbito da esquerda. (vide quadro na página seguinte).

Um *continnum* para o gênero ensaio: entre o ficcional, o literário e os discursos de saber (livro de Marielle Macé: *Le temps de l´essai Histoire d´un genre en France au XXe siècle*

ENSAIO BIOGRÁFICO ou ENSAIO MEMÓRIA

TRAÇOS: o existencial, o testemunhal, o *récit*, o investigativo, o figural, a incorporação de procedimentos discursivos da biografia

EXEMPLOS: *Rimbaud*, de Michon
Barthes, de Mauriès
a mosca azul, de Frei Betto
(forma mais contemporânea)

o literário

Grupo da *NRf*

ENSAIO LITERÁRIO, ENSAIO FICÇÃO, ENSAIO ROMANESCO

TRAÇOS: o romanesco (como si); o *récit*, a prosa poética, o ficcional, o citacional, o estilo, a forma, o figural, a abertura ao imaginário enunciados infra e supra narrativos, um "quase-romance"

EXEMPLOS: *Nadja*, de Breton; *O seqüestrador de Veneza*, de Sartre

Duas linhas de força determinam os espaços possíveis do gênero

ENSAIO
A partir de Montaigne, Rousseau (o meditativo, o lírico, a fluidez, o digressivo, o fragmentário, a glosa, o auto-retrato, a busca de um pensamento autônomo, original)

Os discursos de saber

ENSAIO COGNITIVO, ANALÍTICO, CRÍTICO, MÁRTIR, POLÊMICO (1960 – 1980)

TRAÇOS: o dissertativo, o argumentativo, o crítico, o polêmico, o engajado, o assertivo, o teórico, época do "ensaio sobre"; a variedade temática, o político, um deslocamento do filosófico (abertura à linguagem quotidiana, à metáfora), Henri Bergson; deslocamento das regras de expressão do discurso intelectual, mas também possibilidade de afirmação do lógico-dedutivo, de exigência de conformidade à deontologia do discurso científico

EXEMPLOS: *Situations*, de Sartre; *Essais critiques*, *Curso de semiologia*, *Mitologias*, de Barthes, a reivindicação de Julien Benda, (década de 1920) de um ensaio científico contemporaneamente, na mesma direção, a crítica de Bourdieu, de Bouveresse

Ethos do ensaísta professoral, socrático, ou do ensaísta herege

Os exemplos das obras referidas no quadro foram dados por Macé (2006); somente acrescentamos um exemplo brasileiro, o ensaio *a mosca azul* de Frei Betto (2006), o qual analisamos em trabalhos anteriores[64]. Os ensaios aqui analisados, como dissemos, parecem alinhar-se à tradição do ensaio cognitivo, analítico, crítico e polêmico. Neles encontraremos uma mistura do assertivo, do teórico, como vimos nos capítulos 4 e 5, e do engajado (epistemológico, político) e do afetivo. Como diz Marielle Macé, encontraremos tanto uma veia explicativa quanto uma veia polêmica.

E na América Latina ou no Brasil, como se caracteriza o uso da fala ensaística?

6.2 Usos do ensaio na América Latina e no Brasil: definição e funções dos ensaios produzidos por intelectuais de esquerda

Na França, o ensaio é tradicionalmente digerido pela literatura, como preconiza Mace (2006). Contemporaneamente, como mostra o quadro, prepondera a imagem, o *ethos* do ensaísta investigador, biográfico ou memorialístico; intensifica-se a figura do autor, do argumentador do passado, mais do que do fabulador. Como diz a autora, há uma propensão do ensaísta para a arte da coleção, do museu. Na América Latina e no Brasil, por outro lado, o gênero serviu e serve, principalmente, para expressão dos discursos de saber produzidos no âmbito acadêmico e político.

André Moysés Gaio (2004), ao estudar o uso do gênero durante o pré-modernismo e o modernismo, afirma que o surgimento das universidades no Brasil impulsiona o *status*

---

[64] Remetemos o leitor novamente ao nosso artigo intitulado: *A gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários,* no qual refletimos sobre os valores e imaginários do ser/dever ser esquerda humanista cristão no obra de Fei Betto, *a mosca azul* de 2006.

do ensaio como gênero textual privilegiado para expressão de idéias, interpretações e diagnósticos sobre a realidade do país. Essa tradição do diagnóstico, da interpretação também é confirmada por Carlos Altamirano (2007)[65] em seu estudo sobre esse gênero na América Latina. Ambos os autores nos mostram o caráter engajado e crítico do ensaio no continente sul-americano.

Trata-se de textos que visam a uma intervenção direta no conflito político e social. Como diz Altamirano (2007), a palavra é enunciada a partir de uma posição de verdade (política ou moral), funda sua autoridade em uma doutrina ou ciência. Esses textos apresentam o problema de como construir uma ordem política justa; tal foi a preocupação preponderante na reflexão intelectual até a segunda metade do século XIX, pontua Altamirano. Esse autor fala de uma ensaística do auto-conhecimento, do auto-exame e do diagnóstico.

No Brasil, na época do pré-modernismo e do modernismo, como mostra Gayo (2004), firmou-se um *ensaio de interpretação nacional* com a tematização de questões sobre a raça, o meio, o clima, a ausência de educação; criticava-se as carências da sociedade, o egoísmo, o arcaísmo, a ausência de projetos de salvação e a distância entre a teoria e a realidade. O autor ressalta que os intelectuais dessa época criaram um saber sobre a nação, sem contudo, apresentar uma preocupação metodológica; seu objetivo era a transformação da realidade; assim, apresentavam um tom dramático na defesa de suas idéias.

[65] Carlos Altamirano é diretor do Programa de História Intelectual da Universidade Nacional de Quilmes, segundo dados sobre o autor na revista na qual ele publicou o texto citado nas referências bibliográficas.

Gayo (2004) analisa, sobremaneira, os ensaios de Nelson Werneck Sodré. Ele caracteriza este pensador como um "um historiador militante e da atualidade", cujo método "(...) anunciado indica a perspectiva de uma historicização radical do processo histórico e enfatiza a interpretação como procedimento de uma historiografia moderna." (GAYO, 2004, p. 61). Este autor atribui o *ethos* de intelectual moderno, de raiz marxista, a Sodré.

Gayo (2004) afirma que o ensaio de Sodré, *Formação histórica brasileira*, de 1962, representa uma síntese das rápidas transformações pelas quais o País havia passado em suas estruturas econômicas e sociais, trata-se de uma obra tecida em um contexto marcado por intenso debate cultural e polarização política. Segundo Gayo, Sodré propôs um diagnóstico que buscava "(...) forçar o ritmo da história, mobilizar energias transformadoras, propor uma nova configuração do poder." (GAYO, 2004, p 67).

Após essas reflexões sobre a evolução do gênero, acreditamos que podemos formular algumas hipóteses sobre os ensaios analisados nesta pesquisa. Acredito que podemos nos referir a esses textos como *ensaios teórico-analíticos políticos* escritos por intelectuais que se reivindicam de esquerda. Teriam como possível traço marcante a *visée* de empreender uma reflexão teórica (ou teórico-conjuntural) cujo objetivo seria a proposição de idéias políticas em prol de uma idéia de emancipação social.

Trata-se de um dizer que se fundamenta em um engajamento teórico, estrutura-se por uma argumentação que visa legitimar/justificar (persuadir/convencer o leitor para aceitar) uma alternativa societária. Esse dizer funda-se em uma paixão de base; qual

seja, determinados ideais de uma sociedade mais igualitária, mais justa e livre. A proposição de idéias pode expressar-se:

> 1) na tentativa de uma elaboração/reflexão conceitual como o demonstram os textos de Carlos Nelson Coutinho (1992) e de Ivo Tonet (2004); lembremos que, cada um, à sua maneira, delineiam um perfil de "ser esquerda";
>
> 2) pela análise conjuntural, tentativa de apreender um momento histórico do real com a maior fidelidade possível, seus possíveis desdobramentos, o que resulta na mobilização de recursos linguageiros para realizar uma avaliação ética dos atores políticos e da validade de suas ações; nos ensaios de Ivo Tonet (2005) e de Edmundo Fernandes Dias (2006), por exemplo, essa tentativa funda-se em uma *visée* que se pretende desmistificadora.

No que se refere aos textos já analisados e aos ensaios de conjuntura, podemos dizer que esses intelectuais têm como objetivo comum criticar a *tópica* capitalista, neo-liberal, da globalização e buscam convencer e persuadir o leitor a aceitar o ideal societário socialista; entretanto, nós o vimos, cada um modula sua crítica de forma diferente, com intensidades diferentes.

Uns, insistimos, citam, mobilizam enunciados que nos remetem à *tópica* dominante do socialismo via democracia; identificam, como o faz Boaventura Souza Santos (2006, 2007), o socialismo à democracia sem-fim; trata-se de um posicionamento mais doxal;

outros contrapõem, negam essa *tópica* e indexam-se a outros discursos, propõem uma outra *tópica*, dita mais radical, pois não vislumbram a possibilidade de mudança dentro das instituições políticas atuais; testemunham, assim posições mais heterodoxas, buscam mostrar a limitação da emancipação política, realizam; portanto, uma crítica radical dos conceitos de democracia, de Estado e de Cidadania, posicionamento de Ivo Tonet (2004) por exemplo.

Essa relação do ensaísta com uma *tópica* é um traço marcante apresentado pelos pesquisadores mencionados neste capítulo. Marielle Macé (2006) diz que esses textos têm como objetivo tornar lisível a cultura de uma comunidade em uma dada época; vocalizam as *tópicas* próprias dessa comunidade, vão, assim, buscar explicar e figurar seu presente, seu passado e possibilidades futuras.

Gayo (2004), também afirma que, no coração do ensaio, existe uma *fábrica tópica*, os ensaístas vivem sua cultura como uma memória, tornam-se uma reserva de dicção, argumentam, buscam persuadir o leitor a aceitar novas idéias, novas disposições para a ação, em nosso caso, a ação política.

A fim de continuar a análise dos ensaios, desta vez, incorporando os do *Grupo B*, relativos à conjuntura política, é nosso objetivo, agora, aprofundar nossa reflexão sobre a questão da *tópica*, da *doxa* e sua relação com o processo de afirmação/destituição de identidade; vamos especificar também os recursos discursivos e lingüísticos que podem ser utilizados na avaliação ética dos atores políticos, de suas ações e de suas imagens. Esse objetivo nos leva ao estudo de alguns aspectos argumentativos manifestados nos ensaios.

CAPÍTULO 7:

ARGUMENTAÇÃO, SABERES PARTILHADOS E A PROJEÇÃO DE AUTO E DE HETERO-IMAGENS NO PROCESSO DE MARCAÇÃO/DESTITUIÇÃO DE IDENTIDADE

7.1 Argumentação, *doxa* e interdiscurso

Plantin (2005) afirma que a argumentação pode ser entendida como um modo de gestão da diferença; esta pode resultar em um *diferendo*; para resolvê-lo, pode-se usar a linguagem, seus meios de convencimento, ou mesmo a força física. O autor salienta que as interações argumentativas caracterizam-se pela polêmica na qual o discurso é determinado por uma dupla limitação: ele orienta-se para uma questão e sofre a pressão de um contra-discurso; assim, os discursos bi-polarizam-se; os enunciadores do discurso oposto são excluídos; surgem mecanismos de resistência e de refutação.

Nos capítulos 3, 4 e 5, vimos que esses discursos bi-polarizados veiculam determinados saberes de conhecimento (teorias políticas ou reflexões filosóficas), que por sua vez dão origem a ideais societais, a *imaginários de verdade política* e valores: o imaginário do Estado a serviço do capital; do socialismo como democracia sem fim; da importância dos (NMS) *Novos Movimentos Sociais* e do ativismo político como traço definidor do ser esquerda, dentre outros.

Esses saberes, imaginários e valores constituem, digamos, a matéria-prima sobre a qual erigem as identidades político-discursivas; fundamentam as argumentações, os posicionamentos e o jogo de projeção de imagens dos sujeitos no cenário de disputa política. É mobilizando essa matéria-prima, consciente ou inconscientemente, que todo orador ou toda argumentação busca alcançar a persuasão, o consentimento do auditório ao qual se dirige.

Na Grécia Antiga, lembra Amossy (2000), Aristóteles utiliza o termo *endoxon* para se referir ao conjunto de saberes ou opiniões admitidas em torno dos quais reina acordo entre todos os homens, a maioria ou os mais sábios; opunha-se à *espisteme*, à ciência, por possuir valor de probabilidade e não de verdade; tem sua legitimidade fundada em uma tradição, no que foi produzido por costume ou por competência.

Em seu livro *A Retórica*, Aristóteles apresenta para cada gênero oratório (*deliberativo*, *judiciário* e *epidictico*)[66] quais seriam as premissas e os saberes de que o orador deve se munir para (des) aconselhar; incriminar ou absolver; louvar ou criticar. Se fizermos uma análise dos atos de fala mais recorrentes nessa obra, veremos a configuração de um discurso deôntico: "para falar de.,. é preciso conhecer...." Quanto ao *deliberativo*, por exemplo, o filósofo diz: "Temos até aqui enumerado quase todas as premissas de que é necessário tirar provas para aconselhar e dissuadir" (ARISTÓTELES, p. 73, 1998).

Esse conjunto de saberes, vimos no *Capítulo 3*, são também chamados de *topoï* (lugares) por Aristóteles; o filósofo distingue, nesse conjunto, os *lugares específicos*

[66] Aristóteles atribuía as seguintes finalidades e lugares específicos aos gêneros oratórios : o *deliberativo* (objetivava exortar ou dissuadir, mostrar a vantagem de uma ação, seus lugares específicos seriam relativos ao útil ou ao inútil; o *epidictico* visava louvar ou censurar as ações e os homens, seus lugares associavam-se ao belo ou ao feio; o *judiciário* tinha como fim acusar ou defender, a partir dos lugares relativos ao justo ou ao injusto.

(opiniões ratificadas próprias a cada gênero oratório) e os *comuns* (possibilidades de raciocínios, esquemas abstratos, passíveis de serem empregados em qualquer argumentação: assim podemos ter o *topos* do mais e do menos; se o menos provável se produziu, pode-se inferir, com certa probabilidade, que o mais provável também; se A tem como constituinte as partes B e C, e se D é negado de B e D é negado de C, então D é negado de A).

Segundo Amossy (2000) esse termo *lugar comum* viria a adquirir sentido pejorativo, passando a se referir a idéias recebidas, com Flaubert, clichê ou estereótipo, consenso pequeno-burguês, em Barthes, à ideologia no sentido de mistificação da consciência; entretanto, a autora busca resgatar um sentido construtivo para o *topos* e para a *doxa*: demonstra que tanto na Nova Retórica de Perelman e Tyteca, quanto nos estudos da linguagem, de Oswald Ducrot e de Dominque Maingueneau, os saberes partilhados são constitutivos de toda interação, dito de outro modo, constituem um a *priori dóxico* do discurso (termo de SARFATI (2002)), são a sua condição de possibilidade.

Esse *a priori dóxico* permite à autora relacionar a noção de *doxa* aos conceitos de interdiscurso ou a discurso social, pertencentes ao campo dos estudos da linguagem. Esses conceitos referem-se ao fato de que todo discurso, todo texto é atravessado por um já-dito. O interdiscurso compreende a imensa massa de discursos que se entrecruzam de maneira concordante ou discordante em uma formação social, em um dado momento de sua evolução histórica. Amossy (2000) afirma que podemos falar, então, de uma *doxa* (tendo a forma de um corpo de doutrina ou de uma ideologia consagrada manifestada em um discurso) ou de *elementos dóxicos* (inscrições pontuais no discurso oral ou escrito de evidências partilhadas).

Perelman e Tyteca (2002) salientam que todo domínio discursivo racionalmente sistematizado fornece os conhecimentos, os fatos e as verdades de um ramo, sua terminologia própria, a maneira de se avaliar a força dos argumentos e dos esquemas argumentativos. Para esses autores, toda argumentação baseia-se em determinados *pontos de partida*, desenvolve-se a partir de *objetos de acordo*. Esses objetos são classificados pelos autores em duas categorias: os *objetos relativos ao real (os fatos, as verdades e as presunções)* ou ao *preferível (os valores, as hierarquias e os lugares).*

Os *objetos relativos ao real* caracterizam-se por uma pretensão de validade para um *auditório universal* (formado pelo conjunto dos homens em sociedade que mantêm um acordo universal, não controverso sobre algumas realidades).

Os *fatos* são constituídos, então, por dados sobre os quais reina um acordo tácito entre os membros de uma comunidade; todos se aderem a eles sem que haja, a princípio, a necessidade de uma argumentação ou justificação. Perelman e Tyteca (2002) advertem, contudo, que não se pode definir, em todos os momentos e em todos os lugares, o que seja um fato; além disso, todos os enunciados são passíveis de questionamento; portanto, os fatos não têm um estatuto definitivo. As *verdades* possuem as mesmas características dos *fatos*, porém se referem a sistemas mais complexos, tais como teorias científicas ou sistemas filosóficos.

Já as *presunções* também contam com um acordo universal, porém não maximal, salientam Perelman e Tyteca (2002); há situações nas quais é necessário reforçá-las. Os autores dão alguns exemplos: a presunção de que a qualidade dos atos manifesta a qualidade da pessoa que os praticou; a de que a primeira disposição do interlocutor é

aceitar como verdade o que lhe é dito; a de que tudo o que nos é dito é de nosso interesse. As presunções ligam-se ao que é considerado normal, verossímel; sempre se baseiam em um grupo de referência, em uma média.

Os *objetos relativos ao preferível*, por outro lado, ligam-se a um *auditório particular* (constituído por um grupo que partilha determinadas crenças e valores). Os *valores,* explicam Perelman e Tyteca (2002), indicam uma atitude dos sujeitos diante do real; já os *fatos* e as *verdades* têm a pretensão de expressá-lo.

De acordo com os autores, os *valores* propiciam uma comunhão de uma determinada comunidade em torno dos modos de agir e supõem uma multiplicidade de comunidades: "Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada (...) sem que tal valor imponha-se a todos." (PERELMAN E TYTECA, 2002, p. 84)

Esses autores dividem os valores em *concretos* (referem-se a entes vivos, a um grupo, um objeto, considerados em sua unicidade: Deus, França, Nação); e em *abstratos* (paz, justiça, solidariedade, fraternidade). Às vezes, salientam os autores, os *valores concretos* podem fundar os *abstratos* e vice-versa: quando dizemos que todos os homens são filhos de Deus para defender a igualdade, exemplificam Perelman e Tyteca

(2002). Os *valores* são vinculados entre si, compõem *hierarquias:* por exemplo, o valor da superioridade dos homens sobre os animais; o justo sobre o útil. Nesta abordagem, o que mais caracteriza um auditório seria a forma como ele hierarquiza os valores.

Os *lugares,* Perelman e Tyteca (2002) os definem a partir do conceito de *topoï*, de Aristóteles. São considerados premissas de ordem geral que fundamentam os *valores* e as *hierarquias*. Os autores os classificam em *lugares da quantidade;* da *qualidade;* da *ordem;* da *essência;* da *pessoa* e do *existente.*

Suàrez (2004) apresenta uma leitura muito elucidativa de Perelman e nos ajuda a definir essas categorias: os *lugares da quantidade* permitem argumentar que uma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas (ex.: um bem que serve a um maior número de pessoas deve ser mais valorizado do que seu contrário); *os lugares da qualidade* permitem ao orador contestar a virtude do número e valorizar o único e o raro (teríamos como exemplo, a defesa do valor de um quadro de um pintor renomado).

Os lugares da ordem permitem defender, por exemplo, a superioridade do anterior em relação ao posterior, das causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades; *os lugares da essência* auxiliam a argumentar o valor de indivíduos que representam bem uma essência (por exemplo, os concursos de *miss;* a esquerda de raiz marxista, por exemplo, em detrimento das demais, no caso do ser esquerda reivindicado por Tonet). Os *lugares da pessoa* auxiliam a argumentar em prol da superioridade da pessoa, do ser humano sobre qualquer outra coisa. Finalmente, os *lugares do existente* privilegiam o que já existe em detrimento do seu contrário.

Para nós, insistimos, é de suma importância considerar essas reflexões teóricas sobre a *doxa*, sobre esses saberes partilhados, fatos e verdades, porque eles constituem o substrato para se argumentar uma definição do ser de esquerda e para o processo de afirmação/destituição de identidade político-discursiva, o que resulta em efeitos de

projeção de imagens. Vimos que cada intelectual, em sua argumentação, retoma a filosofia marxista, interpreta-a de acordo com seus objetivos comunicativos e posicionamentos políticos no campo de produção de idéias da esquerda; destitui o outro de uma identidade de esquerda por considerarem que esse outro não é fiel àquela filosofia, aos seus conceitos.

Para entender, então, as estratégias discursivo-argumentativas desse jogo de projeção de imagens é preciso, agora, refletir sobre outros elementos da argumentação usados para obter a persuasão e o convencimento, estamos nos referindo às três provas retóricas pensadas por Aristóteles e que foram incorporadas ao aparelho conceitual-analítico da Análise do Discurso, contemporaneamente: o *ethos*, o *logos* e o *pathos*.

7.2 A argumentação, o *ethos* e a projeção de auto e de hetero-imagens

Vimos na *Seção 6.1* do *Capítulo 6*, que os ensaios com os quais estamos trabalhando são tecidos na confluência entre um pólo analítico, explicativo e outro afetivo, polêmico, engajado. Marc Angenot (1982) também atesta essa dupla *visée* do gênero. Segundo o autor, os gêneros pertencentes à literatura de idéias (o ensaio, o panfleto, a paródia, a sátira, dentre outros) caracterizam-se pela coexistência entre um pólo racional e outro afetivo, passional, que mobiliza recursos retóricos.

Trata-se de um dizer agônico, o qual encena um drama com três elementos:

i) uma verdade (que, na visão do enunciador, corresponde à estrutura autêntica do mundo empírico); em nosso caso, diríamos que essa verdade fundamenta-

se em um discurso filosófico ou em uma teoria política; ou seja, um saber de conhecimento produzido no âmbito das ciências sociais;

ii) o enunciador (sujeito que realiza seus julgamentos sobre o mundo e sobre o adversário (seu discurso, suas idéias, suas ações e imagens); e

iii) o adversário, o oponente.

Dissemos que o modo agônico constitui, para Ansart (1983), a própria estrutura do discurso político, no qual os atores entretêm " (...) relações dinâmicas entre as imagens de si e as de outrem, pois as qualidades da auto-representação acompanham-se da valorização ou desvalorização de outrem" (ANSART, 1983, p. 17-18) Essa asserção, produzida no âmbito dos estudos políticos motiva-nos a refletir e a tecer considerações sobre esse fenômeno do ponto de vista lingüístico, discursivo e argumentativo.

Assumimos aqui, o posicionamento de Carlos Altamirano (2007) e também de Marie-Laure Acquier (2008)[67] para quem o estudo da literatura de idéias não se deve concentrar somente em seus aspectos temáticos, ideológicos, de conteúdo, mas é preciso, também, analisar seus aspectos formais, retóricos.

Parece-nos que foi Aristóteles quem primeiro demonstrou que em toda argumentação é possível se pensar tanto no aspecto lógico-dedutivo, racional, quanto no afetivo, passional. Esse filósofo, além do *logos* (pólo demonstrativo e lógico da argumentação), atribui capital importância para a persuasão a um pólo afetivo constituído pelo *pathos* (procedimentos retóricos que visam suscitar as paixões do auditório) e pelo *ethos* (o

[67] Marie-Laure é mestre de conferências na Universidade de Nice-Sophia Antipolis. Defendeu tese sobre Antonio López de Veja (autor espanhol do século XVII). Publicou vários textos sobre a filosofia moral e a literatura econômica da Espanha clássica e é responsável pelo grupo "Textes et prose d´idées" na universidade citada.

caráter que o orador deve mostrar em seu discurso para inspirar confiança e ser considerado digno de fé):

> Uma vez que a retórica tem por objectivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a acção judicial é um juízo) é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e fidedigno, mas também que o orador mostre uma determinada atitude e a maneira como há-de dispor favoravelmente o juiz. Muito conta para persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer com que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito para com o orador. A forma como o orador se apresenta é mais útil nos actos deliberativos, mas predispor o auditório de uma determinada maneira é mais vantajoso nos processos judiciais. (ARISTÓTELES, 1998, p. 105)

Aristóteles, diferentemente de Quintiliano ou Cícero[68], por exemplo, defendia que essa *forma como o orador se apresenta*, essa imagem deveria resultar somente daquilo que o falante diz e não de dados preexistentes sobre sua pessoa. As primeiras formulações sobre o *ethos,* no âmbito dos estudos da linguagem, são fiéis à concepção aristotélica: Ducrot (1984) e Maingueneau (1995) salientam que a projeção do *ethos* é uma construção do locutor, resulta somente daquilo que ele dá a entender no seu discurso. Eggs (1999) afirma que, nesse processo de projeção de imagem no e pelo discurso, ocorre a construção de uma *integridade discursiva*.

7.2.1 O *ethos* e a projeção de uma *integridade discursiva*

Eggs (1999) lembra que, para Aristóteles, três razões inspiram a confiança: i) a *phrónesis* (*phrónimos*, *raison*, *raisonable*): ter um ar ponderado e sabedoria prática, ter

---

[68] Segundo Eggs (1999), para Quintiliano, o argumento dado pela vida do orador teria mais peso do que aquele que seria fornecido por sua fala; já Cícero considerava que o bom orador seria aquele que une o caráter moral à capacidade de gerir o verbo.

um *logos* prático; ii) a *areté* (*epieikés/spoudaios*, *vertu*, *honnete/sincere*): apresentar-se como simples e honesto e iii) a *eunóia* (*eúnos*, *bienveillance*, *solidaire*): mostrar-se agradável e solidário. Segundo Eggs (1999), trata-se da construção de uma *integridade discursiva* pela qual o orador busca mostrar-se conforme ao seu caráter e ao seu tipo social.

Nessa perspectiva, essa prova retórica não se fundamentaria somente em uma moral interior, mas resultaria de uma dimensão procedural (no sentido jurídico, uma série de formalidades que devem ser seguidas para se alcançar aprovação). Essa dimensão implica escolhas lingüísticas e estilísticas competentes, deliberadas e apropriadas a cada situação. O peso de cada uma dessas "três peças de convicção" variaria segundo o gênero oratório.

Como nos lembra Menezes (2007)[69], na ética aristotélica, o conceito de *ethos* aparece no contexto das reflexões do filósofo sobre a busca da felicidade: seria feliz o cidadão, a *polis* que alcançasse a virtude do *justo meio* (disposição para se atingir o equilíbrio entre os extremos – falta e excesso nas paixões e ações humanas). A virtude, salienta Barbara Cassin (1999), resultaria da transformação, provocada pela *phrónesis* (disposição intelectual), nas disposições naturais. Assim, por exemplo, a coragem (justo meio) em relação à covardia (falta), e à temeridade (excesso) constitui uma virtude ética.

Segundo Aristóteles, as maiores virtudes da alma seriam aquelas das quais os homens tiram maior utilidade: a justiça, a coragem, a temperança, a magnanimidade, a liberalidade, a prudência, a sabedoria. O filósofo afirma que o homem que se mostrar

[69] Estamos nos referindo a notas tomadas durante a aula do professor na disciplina: A argumentação em vários discursos, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Lingüística do Departamento de Letras da UFMG, em 2007.

nessas disposições terá dado provas do Bem. Seriam partes do bem supremo: origem honrosa, ser autóctone, ter descendentes ilustres; quanto aos jovens: ter boa forma, estatura elevada, beleza e vigor.

É preciso ressaltar que essa construção de uma *integridade discursiva*, para Aristóteles, resultaria somente do discurso proferido pelo orador em uma situação de comunicação dada, não dependeria, então, das qualidades morais do orador conhecidas previamente pelo auditório.

Estudos contemporâneos, Cockroft, R. e Cockroft, S. (1992), Jean Michael Adam (1999), Auchlin (2001), Charaudeau (2006) e Amossy (2007a, 2007b)[70] sinalizam a importância dos aspectos sociais, culturais e institucionais em jogo na co-construção das imagens. Estas são também tributárias dos estatutos dos sujeitos, dos estereótipos, dos valores individuais e sociais interiorizados, ultrapassam; portanto, a intencionalidade dos interactantes. Esses estudos nos mostram, então, a possibilidade de se considerar a *história discursiva* do orador, bem como as imagens modelares que circulam na sociedade no processo de construção do *ethos*.

7.2.2 *Ethos prévio*, *habitus* e *imaginários sociodiscursivos*

Amossy (2000) nos lembra que o bom orador é aquele que consegue adequar-se ao auditório, às suas crenças, projetando uma imagem conforme àquela que dele se espera. Essa necessidade parece ter levado Aristóteles a fazer um inventário dos *topoï* referentes aos hábitos e caracteres próprios às idades, aos estatutos sociais, às sociedades ou

[70] Doravante, sempre estaremos nos referindo ao material apresentado pela Prof. Ruth Amossy em curso intitulado: *L´argumentation dans le discours: l´ethos*, oferecido como disciplina optativa pelo programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, na UFMG, em 2007.

instituições da época em que viveu. Na *Retórica, livro II*, já o dissemos, o filósofo postula que o bom orador deveria conhecer (ter uma teoria dos) caracteres (*habitus – ethé*) das virtudes (*aretai*) e dos afetos (*pathé*) do auditório.

Esse fundo dóxico, substrato das interações, permite; então, aos estudos da linguagem e do discurso, considerar um *ethos prévio* nas análises das projeções de imagens. Este é formado por representações associadas a um ator social, formadas por um conjunto de características psicossociais e linguageiras que foram sendo ligadas à sua figura, ao seu agir no espaço social; Amossy (2007a) fala então, de uma *história discursiva* que é ligada a um determinado ator social.

O *ethos prévio* refere-se também a um estoque de imagens modelares, estereotípicas que circulam no imaginário social de um grupo. Lembremos que essas imagens modelares vão sendo interiorizadas pelo sujeito ao longo de seu processo de subjetivação, o que nos leva a postular então, não somente uma dimensão procedural do *ethos*, mas também seu caráter não intencional, ou seja, sua dimensão inconsciente. No que se refere a essas imagens modelares, Bronislaw Bakzco (1984), no âmbito da filosofia política afirma que:

> (...) por meio dos imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade elaborando uma representação de si; marca a distribuição de papéis e posições sociais; exprime e impõe certas crenças comuns implantando notadamente modelos formadores tais como o de ´chefe´, o ´bom sujeito´, o ´guerreiro valente´, o ´cidadão´ o ´militante´. Assim é produzida uma representação totalizante da sociedade como uma ´ordem´ onde cada elemento encontra seu lugar, sua identidade e sua razão de ser (cf. Ansart, 1974, p. 14) Designar sua identidade coletiva, é (...) marcar seu território´ e as fronteiras deste, definir suas relações com os ´outros´ formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e aliados, é igualmente modelar lembranças do passado, assim como projetar no futuro seus medos e esperanças. (BACZKO, 1984, p. 18)[71]

[71] "Ainsi, au travers de ces imaginaires sociaux, une collectivité designe son identité en élaborant une représentation de soi; marque la distribuition des roles et positions sociales; exprime et impose certaines

No âmbito dos estudos da linguagem, lembremos, rapidamente, como os autores têm pensado o *ethos* em uma dimensão ampla, o que nos possibilita escapar de uma análise atomista do texto e do discurso:

1) Cockroft, R e Cockroft, S. (1992) postulam que o *ethos* refere-se a um conjunto de valores individuais e sociais da comunidade que seriam refletidos em sua linguagem, atitudes sociais e comportamento. Esses autores afirmam que "(...) qualquer interação (...) começará inevitavelmente com a comunicação da personalidade ou da imagem, embora o orador possa modificá-la de acordo com a circunstância e a audiência."[72] (COCKROFT, R E COCKROFT, S., 1992, 21)

2) Jean Michael Adam (1999) problematiza o conceito, propõe as seguintes configurações etóticas: i) um *ethos pré-discursivo* (baseia-se naquilo que o auditório conhece previamente da pessoa do orador), ii) *discursivo implicitado, insinuado* (o que o orador dá a entender do seu discurso), concepção aristotélica e iii) *explicitado, mostrado* (afirmações que o locutor faz sobre si).

---

croyances communes en plantant notamment des modèles formateurs tels que le ´chef´, le ´bon sujet´, le ´vaillant guerrier´, le ´citoyen´, le ´militant´, etc. Ansi est notamment produite une représentation totalisante de la societé comme um ´ordre´ où chaque élément trouve sa place, son identité et sa raison d´être (cf. Ansart, 1974, p. 14). Désigner son identité collective, c´est, du coup, marquer son ´territoire´et les frontiers de celui-ci, définir ses rapports avec les ´autres´, former des images des amis et des ennemis, des rivaux et des alliés,; c´est également conserver et modeler les souvenirs du passé, ansi que projecter sur l´avenir ses craintes et espoirs."

[72] Tradução do trecho: "To sum up: any interaction involving spoken or written persuasion will inevitably *start* with the communication of personality or image, though the persuader may subsequently modify it, as circumstance and audience dictate."

3) Para Auchlin (2001) o *ethos* refere-se à imagem psicológica e sociológica de si; abrange a "*(...) experiência de um discurso, o que dá acesso à nossa própria identidade, na qualidade de que ela se constitui (...) de sucessivas identidades linguageiras (...)*" (AUCHLIN, 2001, p. 202-203).

4) Segundo Charaudeau (2006), o *ethos* resulta de um amálgama entre as identidades social (estatuto, papel social, base da legitimidade) e discursiva (construída pelo enunciador, ligadas aos papéis que ele se atribui e às estratégias escolhidas, visando à credibilidade); trata-se de um jogo especular de imagens a partir do desdobramento do sujeito; assinala o paradoxo comum da comunicação (jogo do ser e do parecer); é tanto individual quanto coletivo; integra os imaginários sociodiscursivos partilhados pela comunidade; posicionamento semelhante ao de Baczko.

   Este autor, ao estudar o discurso político, apresenta algumas imagens modelares que, consciente ou inconscientemente, o sujeito político pode projetar a fim de construir credibilidade e fazer com que o auditório se identifique à sua imagem e ao seu projeto. O autor os chama, respectivamente, de *ethé de credibilidade* (que se fundam em um discurso da razão) e os *ethé de identificação* (baseados em um discurso do afeto). Assim, os políticos podem jogar estrategicamente com os *ethé* do homem sério, virtuoso, competente, potente, de caráter, inteligente, humanitário, de chefe, de pai da nação, de homem solidário.

Mas como apreender o jogo de projeção de imagens nos ensaios dos intelectuais de esquerda? Como eles se valem do *ethos prévio* para avaliar eticamente o PT ou Lula?

Segundo Amossy (2007b), a materialidade lingüística (os índices de subjetividade, que nos remetem ao EU e ao TU) deve ser o ponto de partida para analisar as imagens projetadas. Segundo a autora, trata-se de observar "como se constrói a honestidade lingüística e discursivamente"

Assim, o estudo dos subjetivemas, dos axiológicos, segundo Amossy (2007b), torna-se fundamental para a percepção das imagens e dos *habitus* éticos (EGGS, 1999) projetados no dizer. As reflexões que fizemos nos capítulos 4 e 5 serão de grande utilidade nesta etapa de nossa pesquisa.

7.2.3 A ancoragem lingüística e enunciativa do *ethos*

Para Amossy (2007b), é o exame do *aparelho formal da enunciação* que nos permite relacionar a Lingüística à Retórica. Assim, podemos passar da construção da subjetividade para a construção da imagem de si. Lembra a autora que a mobilização de um alto índice de subjetivemas[73] resulta na construção de uma imagem de alguém sensível; por outro lado, o seu apagamento tem como efeito a projeção de um *ethos* neutro.

Eggs (1999) também nos mostra como a materialidade lingüística pode testemunhar os *habitus* éticos e sociais de uma coletividade. Este autor nos remete ao discurso literário, *locus* onde se encontram ficcionalizados os *moeurs* (costumes) de uma época, ou seja,

[73] Vimos, no *Capítulo 4*, que os subjetivemas dividem-se em duas categorias: i) palavras que comportam o traço semântico afetivo e ii) palavras com traço avaliativo: axiológicos; termos pejorativos (desvalorizantes) ou termos valorizantes que carreiam julgamento de valor e os modalizadores. É preciso observar também a escolha do vocabulário, das estruturas sintáticas, enfim, dos argumentos. A subjetividade inscreve-se de maneira generalizada no discurso.

as disposições de caráter. Neste mesmo sentido, os trabalhos sobre a paródia e o gênero literário de Ida Lúcia Machado (2006) também nos mostram como os autores de obras ficcionais da Literatura Francesa da Idade Média e de outros períodos satirizam, invertem as imagens, os *habitus* éticos de personalidades da sociedade onde viveram[74].

De fato, como vemos na *Retórica* ou no livro *A Política*, de Aristóteles, a língua inclui em seu componente semântico a inscrição de disposições éticas; por exemplo, as imagens do homem virtuoso, magnânimo, justo, corajoso, covarde, etc. Eggs (1999) salienta que esses vocábulos sinalizam a disposição do sujeito para agir de uma determinada maneira, em uma situação, ou ainda, uma certa disposição para reagir afetivamente.

Nas próximas seções tentaremos mostrar como o exame de algumas categorias da língua podem nos auxiliar a depreender a projeção de auto e de hetero-imagens nos ensaios; agora, incorporaremos os ensaios de conjuntura, do *Grupo B.* Como já dissemos na *Metodologia*, durante o período do primeiro mandato do governo Lula, deparamo-nos com uma imensa gama de textos (inclusive charges)[75] que colocam em questão a

---

[74] Como diz a autora: "A literatura francesa do século XIX, como sabemos, é rica em críticas ao clima social e político da época, bastante conturbado e mutável, por sinal. No Romantismo, notamos essa premente necessidade do escritor de se posicionar como ´farol´ da humanidade para melhor esclarecê-la sobre os problemas sociais; é o que faz Hugo, com seus *Châtiments,* com seus *Misérables*, por exemplo. Esse desejo de esclarecer o público pela literatura aparece também no Realismo, voltado para os problemas sociais dos oprimidos, *grosso modo*. Seja como for, vários autores do século XIX mostraram com muita verve e persuasão, os defeitos de políticos e governantes, as conseqüências dessa má gestão sobre o povo e mostraram, sobretudo, a incrível burguesia própera, feliz, mas, extremamente imbecil e preconceituosa que foi gerada e sustentada por esta política. Certas obras tentam, pois, contar como era esta sociedade; outras, talvez para fugir da censura, contam fatos em épocas passadas." (MACHADO, 2006, p. 107-108)

[75] Remetemos o leitor ao trabalho: *A identidade agonizante do discurso político de esquerda no Brasil* de Rosilene Aves, apresentado no III Simpósio internacional sobre análise do discurso, emoções, *ethos* e argumentação, realizado na UFMG de 1 a 4 de abril de 2008, do qual tivemos o prazer de participar e coordenar a mesa intitulada: A *des-construção de identidades e a projeção de ethos nos gêneros publicidade, charge e ensaio*, formada, também pelas pesquisadoras: Maria Aparecida Leite Costa e Vaneza Aparecida de Figueiredo Vasconcelos.

identidade de esquerda do PT e do presidente. Vimos que esse questionamento produz gestos de afirmação e de destituição de identidades.

7.3 A projeção de auto-imagens e o processo de afirmação de identidade

O quadro que sugere um *continnum* para fala ensaística, visto no *Capítulo 6* (p. 171), nos mostra pelo menos três figuras de enunciadores, ou ainda três imagens de ensaístas: o *ethos* do ensaísta investigativo, biográfico; o do ensaísta escritor e o do professoral, socrático.

As análises dos ensaios de Ivo Tonet (2004, 2005) nos revelam que ele projeta uma imagem, um *ethos* do intelectual mais radical, heterodoxal; pois, critica, visceralmente, os conceitos de Democracia, de Estado e de Cidadania; diferentemente de Carlos Nelson Coutinho (1992), de Boaventura Souza Santos (2006), não admite que o socialismo deva ser definido a partir do *topos* da democracia sem fim; lembremos que a democracia pode ser considerada um valor o qual a maioria dos posicionamentos de esquerda associa à definição de uma esquerda moderna, atualizada e correta.

Entretanto, como vimos, apesar dessa diferença de posicionamento quanto ao conceito de ser esquerda, ambos os intelectuais projetam um *ethos* do intelectual anti-capitalista, anti-burguês; além disso, ambos constroem uma imagem, em seu dizer, que sinaliza um duplo engajamento, tanto teórico, epistemológico, quanto político-ideológico.

Esse duplo engajamento parece constituir uma marca do intelectual contemporâneo, como mostram os estudos da Sociologia dos Intelectuais (cf. LECLERC (2005);

CHAUÍ (2006) e outros). Leclerc (2005) afirma que o estatuto do intelectual é vago, problemático; este advém de uma mistura de pertença: profissão intelectual, posição institucional e engajamento tanto teórico, quanto passional. Trata-se de alguém que analisa de maneira científica as estruturas sociais e políticas, mas que também as avalia criticamente; objetiva orientar as ações, indicar disposições para a ação política, propor ideais de sociedade.

Os estudos da Sociologia dos Intelectuais nos revelam um *ethos* de um homem inconformado diante da ordem vigente, defensor dos interesses de uma classe, de valores morais universais e da afirmação de um espaço público livre. Nesse sentido, Leclerc (2005) diferencia o *douto* (o *expert*) do intelectual propriamente dito, alguém que intervém no espaço público; este seria, então, vocacionado a indicar uma missão a cumprir à serviço de uma coletividade; assume, portanto, o papel de garantidor de identidades.

Vejamos, na seqüência, de que maneira essa auto-imagem se manifesta nos ensaios. Doravante, vamos analisar as seqüências discursivas à luz teórica dos conceitos da argumentação discutidos neste capítulo: as diversas possibilidades de projeção do *ethos*: o *discursivo implicitado* e o *prévio*; bem como a construção de uma *integridade discursiva*. Depois, vamos nos dedicar ao processo da projeção das hetero-imagens que os intelectuais atribuem ao governo Lula e os seus diversos ; observaremos como eles atribuem virtudes vícios ou falhas a esse governo.

Para a análise contrastiva, incorporaremos também os ensaios de conjuntura ou teórico-conjunturais de Edmundo Fernandes Dias (2006) e Ivo Tonet (2005), representantes do

contra-discurso e o ensaio de Juarez Guimarães (2004), que expressa um discurso mais favorável ao governo Lula.

7.3.1 O contra-discurso e o *ethos* do intelectual de esquerda revolucionário, desmistificador de discursos, crítico dos conceitos de Estado, Cidadania e Democracia

Como dissemos no *Capítulo 1*, quando contextualizamos nosso objeto que pesquisa, o primeiro mandato do governo Lula, ou do PT enquanto governo, foi objeto de inúmeras avaliações éticas. Diversos intelectuais abandonaram o partido: Carlos Nelson Coutinho, Ricardo Antunes, Plínio Arruda Sampaio e outros.

Edmundo Fernandes Dias (2006) e Ivo Tonet (2005) inserem-se no grupo de intelectuais que expressam uma crítica radical ao governo Lula e a uma proposta de esquerda que não seja orientada por referenciais marxistas e pela ótica de classes. Cada um, à sua maneira, critica os conceitos de Estado e de Cidadania. Edmundo Fernandes Dias (2006) não invalida totalmente o conceito de democracia, mas admite uma democracia dos trabalhadores que deveria substituir a democracia burguesa.

Ambos parecem incorporar o *ethos* do intelectual que se sente vocacionado a desmistificar os discursos, a refletir sobre a realidade a partir da totalidade das relações sociais concretas, seguindo fielmente o método dialético marxista. Vejamos, primeiramente, algumas seqüências discursivas de Edmundo Fernandes Dias:

> CD EFD SDº 34) Na necessidade orgânica dessas classes de construírem os seus intelectuais é cada vez mais atual e imprescindível. Esse processo se faz dentro e contra a institucionalidade vigente. A produção-reprodução ampliada das classes subalternas é, assim,

> descentrada em relação a si mesma e centrada na racionalidade contraditória do (s) seu (s) antagonista (s). (...) Para realizar a ruptura constituidora de sua identidade/projeto, é necessário que as classes subalternas se subtraiam aos discursos e práticas dominantes, lutem contra eles: devem se colocar como sujeito fundador da possibilidade de um novo bloco histórico apresentar-se como revolucionárias (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 30)

> CD EFD SD Nº 15) Nossa proposta é, a um só tempo, mais pedestre e mais audaciosa: atuar no sentido do processo de formação de militantes e jovens investigadores. Queremos retomar aqui algumas teses que já foram, em outros tempos, mais facilmente compreendidas e defendidas e que, hoje, mais do que nunca, são vitais para os que recusam a ordem do capital (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, 18)

No item *A atualidade do comunismo*, o autor diz:

> CD EFD SD Nº 72) Sabemos que a construção da hegemonia das classes trabalhadoras passa, necessariamente, pela invenção histórica do comunismo. Relembremos Marx: o comunismo é o movimento de negação da apropriação privada das riquezas. Recusar o economicismo e construir a democracia dos trabalhadores, construir a nova sociabilidade implica a eliminação das classes pelo desaparecimento do horizonte histórico da exploração-opressão. Não se trata de um problema teórico, mas essencialmente, prático. (...) Constrói-se uma hegemonia na luta contra as formas institucionais da ordem anterior, na crítica das suas formas de conceber o mundo; constrói-se, enfim, pela atualização das suas possibilidades de transformação. (...) Várias possibilidades estão hoje colocadas para nós; desde a construção de um fórum dos companheiros da esquerda combativa (...) até mesmo a construção de uma nova forma partidária que unifique esse campo. (...) Devemos ir além e afinar o coro dos descontentes. (...) (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 30)

Observe-se que Dias (2006) filia-se à teoria de Gramsci, utiliza seu edifício conceitual em bloco: *intelectuais orgânicos*; *novo bloco-histórico*; *construção de uma hegemonia* (cf. nossas reflexões sobre Gramsci no *Capítulo 3*). A escritura de Dias (2006) parece indicar uma *visée* prospectiva, visionária, traço marcante da fala ensaística.

O enunciador, no para-texto ("orelhas" do livro), é descrito por Álvaro Bianchi como "(...) um intelectual orgânico dos trabalhadores brasileiros. Foi na condição de professor

universitário e de militante do movimento docente que ajudou a afundar o Sindicato Nacional de Ensino Superior (...)" O "nós" inclusivo: "Sabemos que...", "Devemos ir além...", nos trechos acima, sinaliza que o intelectual assume o estatuto de porta-voz, de militante da classe trabalhadora. Ele sustenta um discurso deôntico, exorta à ação militante no sentido de construir uma identidade e um projeto de classe: "A necessidade de...", "(...) é necessário que (...)". Lembremos que esses traços também se mostraram recorrentes nos excertos analisados nos capítulos 4 e 5.

Esse *ethos* do intelectual-militante estrutura-se por índices que nos remetem a um *imaginário quente*[76], conforme Charaudeau (2006), marcado pela "vontade revolucionária", pelo "desejo de transformação" e pela "pulsão combativa". Durante toda a progressão textual observamos a proposição de *habitus* éticos que estejam conformes a uma concepção denominada pelo autor de "esquerda combativa".

Nos trechos acima, chamamos atenção para as formas que nos remetem a esse imaginário: "(...) processo que <u>se faz dentro e</u> <u>contra a</u> institucionalidade vigente"; "subtraiam"; "lutem contra"; "apresentar-se como revolucionárias"; "negação da (...)"; "Recusar o economicismo", dentre outros. O uso dessas formas refutam implicitamente, nestes trechos, a política considerada "aliancista", de pacto com as classes dominantes, com o capital financeiro nacional e internacional, *habitus* atribuídos ao governo Lula, ao PT e a CUT, como veremos mais detidamente, quando do estudo das hetero-imagens.

[76] Como já dissemos no *Capítulo 3*, ele se opõe ao imaginário frio, segundo o autor, associado à submissão aos imperativos econômicos, ao "(...) ditados de poderes anônimos e a uma nova razão de Estado, do equilíbrio mundial." Representações do tipo G&, OMC, FMI seriam os signos-sintoma desse imaginário.

Por outro lado, paralelamente à projeção desse *ethos* combativo, o enunciador busca construir uma *integridade discursiva* que esteja conforme ao tipo intelectual professor universitário, que possui e utiliza seus conhecimentos do campo das ciências sociais, da filosofia política a serviço da causa trabalhadora. Apresenta-se, assim, como um homem dotado de sabedoria prática (de *phrónesis*) ligada à sua área de saber: busca construir uma racionalidade discursiva sustentada nas reflexões de Gramsci e de Marx.

Esses índices lingüísticos sinalizam o *ethos implicitado*, que resulta daquilo que o dizer dá a entender. O enunciador, nos trechos acima, não se refere à sua própria pessoa, não mobiliza qualquer imagem de si que dependa de seus atos passados, de sua *história discursiva;* esta é lembrada no para-texto por Álvaro Bianchi, que parece querer conferir legitimidade e credibilidade ao dizer de Dias perante o leitor, convidá-lo a ler o texto e considerá-lo digno de fé.

A *visée* desmistificadora mobilizada por Dias (2006) é encontrada também em Tonet (2005). Em seu ensaio *Esquerda perplexa,* este filósofo afirma que a escritura dos intelectuais de esquerda, desde Marx, é caracterizada pela mistura dos registros analítico, racional e passional, como vimos quando da teorização da fala ensaística, no *Capítulo 5*. Para ele, contudo, alguns intelectuais, tomados pela emoção, deixaram de analisar com maior fidelidade o real, o processo real pelo qual o PT estava passando; ou seja, sua "inflexão à direita" nas palavras do autor:

> CD IT CL SD Nº 5) Foi, e ainda é, um momento riquíssimo para refletir sobre os problemas da esquerda no Brasil e no mundo. E, também, sobre a influência dos nossos desejos nas análises que realizamos. Quanto à segunda questão, é evidente que não é possível descartar a influência dos sentimentos nas análises que se pretendem científicas. Até porque se sabe que não se trata de questões meramente teóricas, mas de problemas que têm profundas repercussões na vida

> prática. Essa questão foi muito debatida ao longo da história do pensamento ocidental, mas no caso da esquerda ganha conotações particulares. (IVO TONET, 2005)

> CD IT CL SD Nº 6) O que queremos dizer é que a emoção contribuiu poderosamente para obnubilar o exercício da racionalidade, ou seja, de apreensão do processo real de forma mais objetiva, sem a interferência do desejo, levando a interpretações que estão se mostrando profundamente equivocadas. Contudo, para não ficarmos em explicações meramente psicologizantes, perguntamos de novo: por que? Por que a emoção sobrepujou a razão? E, ainda mais, considerando que ao longo da trajetória do PT, e sobretudo nos últimos anos, havia claros sinais de mudança profunda de rumo, como é possível que este desfecho tenha causado tanta decepção e perplexidade? (IVO TONET, 2005)

Nos ensaios de Dias (2006) e de Tonet (2005), são muito recorrentes índices de uma argumentação baseada na *dissociação de noções*. Como nos lembra Angenot (1982), para se analisar a fala panfletária e a ensaística, a localização de duplas nocionais seria uma das primeiras tarefas do sujeito analista. Esses pares sintéticos constituem um núcleo em torno do qual uma obra ou um pensamento se estrutura, a partir dele pode-se depreender um conjunto de proposições sistêmicas.

Tais duplas nocionais caracterizam-se por serem axiologicamente hierarquizadas e apresentam o real sob a forma julgada em que um dos termos constituem a norma, o critério de avaliação. Perelman (2002), ao refletir sobre esse tipo de argumentação, apresenta esse processo utilizando a notação

Termo I

———

Termo II

Em que o *termo II* representa o termo axiologicamente valorizado. Assim, nos trechos acima de Tonet, pode-se observar que o enunciador estrutura seu pensamento opondo a realidade objetiva, o real, sinalizada pelo SN *apreensão do processo real de forma mais objetiva* (*termo II,* considerado positivo, reivindicado na argumentação) à aparência, a um discurso capaz de *obnubilar o exercício da racionalidade* (*termo I*, considerado negativo). Esse recurso argumentativo fundado na dissociação aparência-realidade constitui, parece-nos, um mecanismo integrante do processo de projeção de auto-imagens; por meio dele, os enunciadores parecem querer dar provas para o leitor de honestidade intelectual (desejo de fidelidade ao real, às suas contradições), mobilizam, assim, a *areté.*

Ressaltamos que essa estratégia baseada nesse tipo de dissociação parece ser constitutiva, tributária da reflexão filosófica à qual os enunciadores se indexam, como dizem Perelman e Tyteca (2002), é constitutiva de um domínio discursivo. Vejamos outras *seqüências discursivas* que sinalizam essa estratégia:

> CD EFD SD Nº 3) O capitalismo ´aparentemente´ conseguiu que o antagonismo entre Capital e Trabalho (e suas formas de representação e consciência) tenha sido banido do imaginário das classes subalternas. (...) No imaginário coletivo, no plano das ideologias descarnadas de história, pode-se fazer qualquer jogo semântico. Essa aparência (necessária) torna ´possível´ fazer com que os conceitos de totalidade, contradição e classe caminhem para o fundo da cena ou mesmo ´desapareçam´. Os ´novos´ saberes (...) determinam um campo onde o antagonismo é visto como ´coisa do passado´, superado. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p.11)

> CD EFD SD Nº 24) Abstração liberal, o chamado Estado democrático de direito, é a imposição de uma dada visão de mundo, de um projeto total classista, é a ´expressão dos antagonismos sociais presentes na institucionalidade burguesa e enquanto espaço de afirmação da igualdade formal e do domínio da chamada lei positiva´ (cita Angela Santana do Amaral) (...) todas as categorias, para as classes subalternas, nada mais são do que abstrações vazias embora, do ponto de vista da burguesia, ela seja uma abstração real, o resumo qualificado do conjunto de suas práticas. As necessidades práticas da sociedade

> capitalista esvaziadas de sua historicidade ganham fóruns de conceitos universais. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 25)

> CD EFD SD Nº 25) O Estado, a democracia e a cidadania, fetiches constituidores da institucionalidade capitalista, são destituídos de sua marca classista e vividos como universais. Na fase imperialista ao Estado não bastava a aparência do Estado guarda-noturno, do mero garantidor dos contratos desiguais. Para realizar esse processo absolutamente imprescindível à realização do bloco histórico capitalista, ele transformou-se. Variou historicamente do fascismo ao *welfare state*, ao *new deal*, ele ganhou novas determinações e novos intelectuais (...) necessárias à implementação do sentido e da direção das classes dominantes a partir das quais as classes subalternas (e suas necessidades) são incorporadas/subsumidas. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p.25)

Considerando somente alguns *sintagmas nominais* nos excertos acima, podemos ver que o enunciador parece associar à ordem da aparência (*Termo I*): *ideologias desencarnadas de história; Essa aparência (necessária); abstração liberal; imposição de uma dada visão de mundo; espaço de afirmação de uma igualdade formal; As necessidades práticas da sociedade capitalista esvaziadas de sua historicidade; O Estado, a democracia e a cidadania, fetiches constituidores da institucionalidade capitalista; a aparência do Estado guarda-noturno, do mero garantidor dos contratos desiguais.* A essas noções, Dias (2006) reivindica a consideração, o exame do real (*Termo II*), para ele, este é identificado à *história*, ou à *historicidade* concreta, contraditória e material das relações sociais.

Essa necessidade de considerar o histórico-concreto, a totalidade das relações sociais é também uma preocupação constante de Ivo Tonet (2005); na seqüência seguinte, ele critica o método de análise de Jorge Castañeda (1994) para definir o que é o ser esquerda:

> CD IT SD nº 18) Poder-se-ia argumentar, em favor do autor, que ele não está discutindo o conceito de esquerda em geral, nem sequer na Europa, mas na América Latina. Deste modo, esquerda é o que de fato existiu e não o que gostaríamos que tivesse existido. Com isso, o autor estaria se atendo ao efetivo processo histórico, não permitindo que um conceito abstrato tomasse o lugar do que de fato aconteceu. No entanto, esta preocupação em ater-se aos fatos reais não passa de mera aparência. Pois, se é verdade que a particularidade do fenômeno esquerda se apreende examinando a realidade concreta e não subsumindo-a a um conceito geral a priori, também é verdade que, na medida em que o momento histórico latino-americano é parte de um processo mais amplo que lhe determina a essência, a universalidade deste processo tem que estar presente, não como uma camisa de força, mas como um elemento essencial, sem cuja presença o momento particular esvanece-se na imediaticidade. Se o processo histórico universal do capitalismo deu ao conceito de esquerda, como uma de suas determinações essenciais a superação da lógica do capital, isto não pode ser simplesmente descartado a pretexto de que ele não definiria a esquerda na América Latina. (IVO TONET, 2004, p. 82)

O exame desse conjunto de *seqüências discursivas* de Dias (2006) e de Tonet (2005), permitem-nos abstrair os seguintes *ethé* que podem ser atribuídos aos intelectuais: ambos parecem projetar a auto-imagem associada ao intelectual marxista que se pretende autêntico, desmistificador, combativo e revolucionário.

Passemos, agora, ao estudo das auto-imagens projetadas pelo discurso mais favorável ao governo-Lula.

7.3.2 O discurso mais favorável e o *ethos* do intelectual de esquerda republicanista, nacional-desenvolvimentista e democrata radical

No *Prefácio* e na *Apresentação* do livro *A esperança equilibrista* de Juarez Guimarães (2004) podemos encontrar indicações que nos remetem a alguns traços marcantes que compõem o perfil do enunciador. Na *Apresentação*, o autor confirma os traços da fala ensaística vistos anteriormente e do próprio *ethos* do intelectual, pensado por Leclerc (2005): seu caráter analítico, lógico-dedutivo e, ao mesmo tempo, afetivo, passional; observe-se que o enunciador admite-se influenciado por *um sentimento coletivo de*

esperança quando da escrita da obra, mas reivindica sua inserção a um *campo analítico-normativo*:

> DF JG CL SD Nº 1) Como na canção de Aldir Blanc e João Bosco, a esperança para aqueles que querem construir um mundo novo – é equilibrista. Não se nutre, como a fé, no que está além da razão. Nem pode firmar-se apenas na vontade sem razões, porque, então, será ilusão. Por isso mesmo habita o contraditório, o terreno das incertezas (...) Escrito no coração de um sentimento coletivo de esperança, este livro não faz apologia ao governo Lula nem se nutre de diagnósticos fechados sobre seu destino. (...) O campo analítico-normativo que unifica os ensaios é a eleição de Lula à presidência da República expressa a crise do paradigma neoliberal de organização do Estado brasileiro e abre um tempo histórico de transição, necessariamente pleno de tensões, de sua potencial superação em direção a um paradigma republicano de Estado. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 19-20)

O SN *paradigma republicano de Estado*, acreditamos, é um arqui-traço semântico desse discurso, sinaliza o *imaginário de verdade política* mais recorrente nesse posicionamento. No *Prefácio*, Marilena Chauí já indica o fundo dóxico sobre o qual a argumentação de Guimarães se estrutura e que constitui o fundamento de sua identidade político-discursiva: a autora afirma que Juarez Guimarães "(...) vai em busca das fontes da refundação republicana analisando o republicanismo como um esboço que ainda não alcançou a forma"

Seriam as fontes dessa tradição republicana: o comunitarismo cristão, o nacional-desenvolvimentismo, o liberalismo ético, o socialismo democrático e a tradição popular. Chauí, no Prefácio, e Guimarães (2004), ao longo dos ensaios, explicam os pontos positivos e os limites dessa tradição. Durante toda a progressão textual, o autor indexa-se aos pensamentos políticos de Caio Prado Jr., de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré e outros.

Caio Prado Jr., segundo Guimarães (2004), pode ser considerado o maior historiador marxista brasileiro; ele refletiu sobre a possibilidade de afirmação de um Estado nacional e sobre o fim da opressão da classe trabalhadora; Celso Furtado preconizava a necessidade de superação do subdesenvolvimento brasileiro através da autonomia do Brasil diante das nações hegemônicas; Furtado pensava tal autonomia sob uma perspectiva humanista e universalista, salienta Guimarães (2004); deveria ser construída por meio de reformas de base e pelo fortalecimento do público.

Esse pano de fundo teórico-analítico permite-nos observar que, semelhantemente a Carlos Nelson Coutinho (1992) e a Boaventura Souza Santos (2006), Juarez Guimarães (2004) considera a defesa do socialismo democrático, da afirmação do público e do princípio da solidariedade princípios diretores da ação e do perfil do ser esquerda. Ele defende a tese de que o Estado brasileiro sempre se caracterizou pelo patrimonialismo, pelo clientelismo e pelo domínio das elites: "(...) o Estado brasileiro, na maior parte de sua história, teria se organizado e agido a partir do mando de um estamento privilegiado, fatal para uma democracia verdadeira e para a expansão da cidadania." (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 27)

Esse pensador defende, então, a constituição de um Estado forte, regulador da economia e anti-liberal. Nessa discursividade, ao contrário de Ivo Tonet (2004) por exemplo, não se trata de pensar a extinção do Estado e da crítica radical aos conceitos de Democracia e de Cidadania, mas de reforma, de refundação dessas instituições. Nessa perspectiva, o enunciador avalia positivamente o Estado de Bem-estar social, assim como Jorge Castañeda (1994); em sua opinião, o Brasil necessita construir esse estado para implantar a justiça social e fomentar o desenvolvimento e a soberania nacional:

> DF JG CT SD Nº 31) Uma dinâmica de construção do Estado de Bem-estar Social no Brasil funcionará como um poderoso vetor desenvolvimentista. Retirará as políticas sociais que estão há décadas encurraladas pela pressão dos ajustes ficais e servirá de cenário para uma nova agenda histórica de expansão dos direitos e da cidadania. Consistirá, de fato, na grande resposta histórica no sentido de superação do quadro de desigualdade, violência e cultura de barbárie que assombra os avessos da sociedade brasileira. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 50)

Na avaliação de Guimarães (2004), o nacional-desenvolvimentismo não logrou êxito no Brasil porque o sistema político conservador não foi capaz de estabelecer reformas democráticas eficazes, o que contribuiu para a radicalização dos conflitos e para o golpe militar de 1964; além disso, o autor aponta uma carência de uma teoria democrática do Estado que seja capaz de afirmar o público; ocorre, outrossim, a redução do público ao Estado. Essa redução, salienta o autor, contribui para o fortalecimento da crítica neoliberal ao Estado e para a diminuição do seu potencial propositivo.

Apesar dessa crítica, Guimarães (2004) atribui capital importância à narrativa nacional-desenvolvimentista na história brasileira; ele defende que ela possibilitou a formação de uma consciência sobre a noção de periferia, impulsionou os imaginários de nacionalismo e soberania. Assim, durante toda a progressão textual, observa-se o agenciamento do *aparelho formal da enunciação*, dos seus recursos discursivo-argumentativos, para projetar um *ethos* do intelectual que exalta essa tradição do pensamento político brasileiro e que presta homenagem às suas figuras expoentes; parece-nos que o enunciador mobiliza uma *retórica epidictica;* vejamos algumas seqüências discursivas (nossos os grifos):

> DF JG CT SD nº 1) <u>Aquele que é considerado o maior historiador marxista brasileiro</u>, Caio Prado Júnior, era crítico daqueles que buscavam apreender o Brasil por meio de esquemas conceituais

> previamente elaborados. A força do seu pensamento reside exatamente aí, no antidogmatismo a partir do qual examina o Brasil. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 25)

> DF JG CT SD nº 2) Para o grande reformador Celso Furtado, a perspectiva histórica enfatizada, embora não oposta, é outra. Trata-se de revelar na formação do Brasil, a partir de sua condição periférica, a natureza de sua condição subdesenvolvida. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 25)

> DF JG CT SD nº 3) Por que Celso Furtado? Não apenas porque ele foi e continua sendo o mais criativo dos economistas brasileiros e construtor, junto com Raul Prebisch, o grande economista argentino, da tradição da Cepal (desenvolvimentismo reformista latino-americano), mas porque é o principal formulador de uma visão histórica, com pretensões de totalidade, dos impasses do desenvolvimento no Brasil. (JUAREZ GUIMARÃES , 2004, p. 58)

> DF JG CT SD Nº 4) Essa reflexão sobre o significado histórico da vitória de Lula, a partir das tradições republicanas de interpretação do Brasil, incorreria em grave falta se não incorporasse a leitura do chamado comunitarismo cristão. Esta tradição encontrou sua primeira grande síntese nos anos 1950 com a exemplaridade da ação e do pensamento de dom Hélder Câmara e corporificou-se na fundação da CNBB. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 28)

Como se observa nas seqüências acima, o enunciador, ao aludir aos nomes de personalidades do pensamento político e da igreja, utiliza termos axiologicamente positivos para qualificá-los: *o maior historiador marxista*; *o grande reformador*; *o mais criativo dos economistas brasileiros, a exemplaridade da ação e do pensamento de dom Hélder Câmara*. Guimarães elogia a tradição cristã porque ela critica e condena as injustiças do capitalismo brasileiro ao longo da história. Em outros pontos dos ensaios, esse pensador alude também aos *clássicos da interpretação do Brasil*.

Além desse louvor à narrativa nacional-desenvolvimentista, Guimarães (2004), nos dois capítulos finais, *Luis Inácio e Luiz Gonzaga* e *O bardo mestiço e a revolução brasileira*, também presta homenagem aos movimentos e aos expoentes das culturas artística e

étnica brasileiras. Nesses capítulos, o enunciador defende a tese de que a civilização brasileira e sua cultura construíram os fundamentos de um sentimento de pertença que transcende as diferenças de raça, de classe, de condição econômica, de *status* ou de gênero. Assim, parece-nos que o *ethos* do intelectual nacionalista, orgulhoso de ser brasileiro, adensa-se. Nesses ensaios, Guimarães (2004) mobiliza o imaginário da pluralidade cultural brasileira, de sua vocação para o consenso e para a paz:

> DF JG CT SD nº 5) Fala-se em seguida de um ´pluralismo universalista de raiz´ Ser pluralista é ser capaz de transformar até o que, no limite, ameaça cindir a personalidade em riqueza de possibilidades existenciais. Ser universalista é ser capaz de compor na própria identidade as contribuições milenares das civilizações. De raiz porque o pluralismo para nós, brasileiros, nunca foi contenção de uma matriz agressiva expansionista, como nos Estados Unidos (...) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 152)
>
> DF JG CT SD nº 6) Quando se disse na canção ´Para Lennon e McCartney´, de Lô Borges, Fernando Brant e Márcio Borges, cantada por Milton Nascimento, ´sou do mundo, sou Minas Gerais´, poderia ter-se dito ainda: sou do mundo porque sou brasileiro. No Carnaval de 2002, George W. Busch e Osama Bin Laden dançavam fraternizados e pacificados. A guerra, o conflito sem perspectiva de solução não é da nossa natureza. Antes, a síntese, a pacificação, a busca do leito comum onde Eros faça o seu trabalho. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 152)
>
> DF JG CT SD nº 7) A cultura brasileira, em seus fundamentos, já cumpriu sua missão republicana. Isto porque ela já estabeleceu na nossa terra em transe os alicerces da casa comum dos brasileiros, isto é, o lugar e o tempo nos quais o sinal de pertencimento comum é mais forte que a distinção de riqueza, de poder, de *status,* de raça ou de gênero. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 152 – 153)

Ao longo de toda a progressão textual, nestes ensaios, o enunciador faz desfilar diante do leitor uma variedade de nomes do mundo artístico e cultural, bem como de movimentos de vanguarda: Villa Lobos, Lasar Segall, alude ao sentimento do mundo de Drummond, às figurações da Pasárgada, de Manuel Bandeira, Cartola, Caetano e Gil, ; Semana de Arte Moderna, as análises de Antônio Cândido e de Alfredo Bosi, Ary Barroso e tantos outros. Ao final do ensaio *Luis Inácio e Luiz Gonzaga*, Guimarães

conclui que "A refundação dos espaços públicos faria florescer todas as possibilidades já inscritas na cultura brasileira. Esta, por sua vez, poderia alimentar a formação de uma vasta cultura cidadã, com base em novos princípios civilizatórios." (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 156)

Considerando as análises precedentes, chegamos à conclusão que os *ethé* do intelectual de esquerda republicanista, nacional-desenvolvimentista e democrata radical estruturam a auto-imagem projetada por Guimarães (2004).

Em sua argumentação, Guimarães (2004) busca demonstrar que a história do PT liga-se indissoluvelmente a essas tradições político-culturais; por essa razão, defende o autor, o governo Lula representaria a possibilidade de superação do Estado patrimonialista e elitista brasileiro e poderia conduzi-lo rumo a uma nação verdadeiramente republicana; essa avaliação do governo leva-nos, então, à necessidade de analisar o perfil que esse pensador e aqueles do contra discurso atribuem ao PT e ao governo Lula. Passemos, então, ao estudo dos procedimentos discursivos e argumentativos da projeção de hetero-imagens.

7.4 A projeção de hetero-imagens e a avaliação ética do PT, do PT-governo e de Lula

Vimos no *Capítulo 4*, como um enunciador, ao recontextualizar o discurso do Outro, ao mesmo tempo que se separa deste discurso, afirmando uma identidade político-discursiva, também pode, retórica e discursivamente, destituir o Outro de uma identidade, pode referi-se a este como alguém que não é mais fiel a uma reflexão teórica, a uma ideologia política.

Em Lessa (2001), mostramos como um enunciador pode atribuir um conjunto de características éticas (positivas ou negativas) a um determinado ator social cujas falas são relatadas. Assim como Angenot (1982), considero a refutação em uma perspectiva ampla: via de regra, refuta-se não somente as falas, as proposições do oponente, mas também sua pessoa: "É então um modo freqüente de desqualificação do adversário reprovar-lhe não estritamente o que ele diz, mas a relação que ele entretém com sua fala (...) de colocar em causa as condições da enunciação e o estatuto do destinatário."[77] (ANGENOT, 1982, p. 225).

Perelman (1997), ao apresentar sua tipologia de argumentos, considera os argumentos fundados nas relações que se podem estabelecer entre ato e pessoa. Pode-se apoiar o valor de verdade de uma proposição/conclusão sobre a autoridade de alguém (argumento de autoridade) ou, ao contrário; pode-se invalidar uma argumentação, desacreditando a pessoa que a sustenta (argumentos *ad hominem* e *ad personan*).

Plantin (1990, p. 208), define a argumentação *ad hominem* como aquela que "(...) tende a invalidar uma outra argumentação desacreditando a pessoa que a sustenta (...) nega a essa pessoa o direito de se pronunciar sobre o assunto em questão."[78] Esse autor afirma que seria melhor falar em "refutação *ad hominem*".

Contrariamente a uma deontologia da argumentação que considera somente aspectos racionais, independentemente das pessoas que sustentam ou atacam uma tese, Plantin

[77] Nossa tradução do trecho: "C´est donc un mode fréquent de disqualification de l´adversaire que de lui reprocher, non strictment ce qu´il dit, mais le rapport qu´il entretient ou feint de n´avoir pas eu à choisir, de mettre en cause les conditions de l´énonciation et le statut du destinataire."

[78] Tradução de parte do trecho: "Cette argumentation (argumentation *ad hominem*) tend à invalider une autre argumentation en disacréditant la personne qui la soutient- à la limite, en déniant à cette personne le droit à la parole sur le sujet en question. Schématiquement: a) X avance une argumentation A b) Y rétorque en attaquant X."

salienta que "(...) a argumentação sobre a pessoa seria legítima quando se exige que os atos de um adversário sejam conformes às suas falas, que suas falas não sejam contraditórias e que as crenças que ele defende sejam coerentes."[79] (PLANTIN, 1990, p. 208). Baseando-se em Perelman, Plantin (1990) afirma que o argumento *ad personan* consiste em um ataque contra a pessoa do adversário, visando a desqualificá-lo.

Perelman (1997) sustenta que tais argumentos baseiam-se em uma imagem fixa, estável atribuída à pessoa, ela é considerada responsável por seus atos passados, que contribuem para sua reputação; assim, não se admite incoerências ou mudanças não justificadas. Este autor afirma que

> Os atos passados contribuem para a boa ou má reputação do agente. O bom nome que se tem torna-se um capital que se incorpora à pessoa, um ativo o qual é legítimo que se use quando necessário. Além do mais, ela cria um pré-conceito favorável ou desfavorável, pois é no contexto formado pela pessoa que se interpreta todos os seus atos, atribuindo-lhe uma intenção conforme à idéia que dela se faz. (PERELMAN, 1997, p. 106)[80]

Vimos que essas e outras postulações nos permitem considerar, na análise argumentativa, não somente o *ethos* projetado pelo orador a partir de recursos lingüísticos e para-lingüísticos produzidos no momento do seu discurso, mas também um *ethos prévio*, que pode ser hipotetizado a partir da *história discursiva* ligada ao

---

[79] Tradução do trecho: " La réfutation sur la personne peut toutefois être valide dans deux cas au moins, qui relèvent de deux formes differents du principe de contradiction. Il est en effet legitime d´exiger de son adversaire que ses actes soient en accord avec ses paroles, que ses paroles soient non contradictoires, et que les croyances qu´il affiche ou défend soient cohérentes."

[80] Tradução do original: "Les actes passés contribuent à la bonne ou mauvaise réputation de l´agent. La bonne renommée dont on juit devient um capital qui s´est incorporé à la personne, un actif dont il est legitime de faire état em cas de besoin. Bien plus, elle crée um préjugé favorable ou défavorable, car c´est dans lê contexte formé par la personne que l´on interprétera tuos ses actes, em lui attribuant une *intention* conforme à l´idée que l´on s´en fait."

orador (seus discursos precedentes, os discursos que se constituíram em torno dele), além de imagens modelares circulantes no imaginário de uma comunidade.

Assim sendo, concluiremos nossa pesquisa mostrando como os intelectuais mobilizam esse *ethos prévio* na construção e desconstrução de hetero-imagens de Lula e do PT. Identificaremos os procedimentos lingüísticos e retóricos que visam assegurar ora uma impressão de permanência, ora de mudança radical dos sujeitos Lula e PT em relação aos ideais antes defendidos.

Perelman (1997) elenca alguns procedimentos de que se valem os oradores para assegurar uma certa impressão de permanência da imagem do outro:

- a designação da pessoa por certos traços, a hipostáse de sentimentos; e
- a qualificação via epíteto.

Em minha análise, amplio essa lista[81], acrescentando os seguintes recursos enunciativos; os dois primeiros já apresentados no *Capítulo 5*:

- o discurso relatado;
- a modalização autonímica; e
- certas estruturas sintáticas do tipo SV + SN[82] – que inclui em seu semantismo traços do perfil imputado a Lula ou ao PT- governo.

[81] Propusemos essa lista pela primeira vez em nosso trabalho publicado no CD do III simpósio internacional sobre análise do discurso – emoções, *ethos* e argumentação, realizado na UFMG, Faculdade de Letras de 1 a 4 de abril de 2008. A análise que se segue, bem como alguns dos exemplos, são oriundos de nosso artigo, pois eles são prototípicos das estratégias em tela e desejamos que eles constem neste trabalho de tese.

[82] Remetemos o leitor ao *Capítulo 1*, S*eção 1.5*, na qual definimos os conceitos de SN (sintagma nominal) e SV (sintagma verbal).

7.4.1 A projeção de hetero-imagens pelo contra-discurso e as estratégias de esvaziamento identitário

Juarez Guimarães (2004) identifica, pelo menos, cinco vertentes das críticas de esquerda que incidiram sobre o governo Lula durante seu primeiro mandato. A primeira fundamenta-se em um debate sobre a política econômica à luz das tradições nacional-desenvolvimentista (de talhe keyesiano) e da economia política marxista; a segunda vertente é formulada no âmbito do pensamento católico de esquerda, que avalia como insuficientes as políticas do governo em relação às questões sociais e condena o predomínio em alguns setores do governo dos valores mercantis.

A terceira vertente liga-se, segundo Guimarães (2004), aos intelectuais de esquerda associados à USP; esta considera o governo Lula uma continuação das políticas de Fernando Henrique, tal é o posicionamento de Francisco Oliveira e Paulo Arantes, por exemplo. Nesse sentido, lembremos que Pere Petit (2006) (vimos no *Capítulo 1*) também sustenta que a tese da maioria dos intelectuais e dos militantes da esquerda pode ser resumida à afirmativa de que "o governo Lula é neoliberal".

Um quarto veio crítico é formulado por intelectuais socialistas tais como Emir Sader e Luiz Werneck Vianna que enfatizam, segundo o autor "(...) a contradição a ser resolvida entre os setores predominantes na política econômica e os projetos de transformação da sociedade brasileira dos quais o governo Lula é depositário." (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 97-98) Finalmente, este pensador alude à crítica que busca desqualificar o governo Lula sustentando a tese da "traição", do estelionato eleitoral.

Os posicionamentos de Ivo Tonet (2005) e de Edmundo Fernandes Dias (2006) inserem-se na terceira vertente crítica apontada por Guimarães; eles buscam demonstrar que:

i) o governo Lula representa uma continuidade ou até mesmo supera o de FHC e;

ii) Lula, o PT e a CUT tornaram-se agentes políticos da ordem, colaboradores do sistema neoliberal.

Esses intelectuais, vão, assim, utilizar aqueles recursos lingüísticos, elencados nas seção anterior, à serviço do que temos chamado de *estratégias de esvaziamento identitário;* mobilizam uma argumentação *ad hominem*: buscam mostrar uma contradição entre as falas, as ações e as imagens do PT ou de Lula no passado e as do presente. Essas estratégias visam indicar uma mudança de *habitus* éticos políticos pelo PT, pelo PT-governo, Lula ou a CUT.

Nesse discurso identificamos as seguintes estruturas-chave sintático-lexicais mais recorrentes mobilizadas a serviço das *estratégias de esvaziamento-identitário*:

i) o discurso relatado à serviço da argumentação *ad hominem*;

ii) o uso da estrutura: SV + SN ou Sprep. (cujo semantismo sinaliza um perfil neoliberal atribuído a Lula, ao PT-governo ou à CUT;

iii) SN (com traço semântico indicador de um perfil neoliberal);

iv) a *modalização autonímica*.

Exemplifiquemos cada uma dessas estruturas em seus contextos de ocorrência.

i) O discurso relatado à serviço da argumentação *ad hominem*;

No *Capítulo 5*, vimos que Tonet (2004) relata o discurso de um militante do PT. Sua fala é citada entre aspas; nesse relato, o militante compara o PT do início com o de hoje; afirma que antes o PT era visto mais como um movimento social, portanto, ligado às bases; hoje, diz ele "somos muito mais partido". Nesse mesmo sentido, Edmundo Fernandes Dias (2006), em seu *Capítulo 6*, intitulado *Traição ou lógica*, no item, *Uma trajetória ambígua* utiliza o discurso relatado à serviço da argumentação *ad hominem*:

> CD EFD CL SD Nº 3) Na história do PT a permanente dubiedade nas questões estratégicas facilitou o equilíbrio das diversas tendências: ´Por uma sociedade justa e sem exploradores e explorados´ permitia tanto uma leitura de um vago socialismo quanto de um cristianismo radicalizado. (...) Fundamental no período de constituição do partido, isso deu o mote do transformismo hoje desvelado. (...) Na realidade a expulsão dos ´radicais´ nada mais é do que uma confirmação da mutação acelerada com a queda do muro (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, pp. 179-80)

> CD EFD CL SD Nº 4) Examinemos a mutação. Tomemos o texto do plano de ação político-organizativo do 4º Encontro Nacional (1986): ´é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista.´ (...) O que mudou para levar a esse giro à direita? A burguesia mudou seu modo de proceder? Se não ocorreu isso, por que a mutação? O ´muro´caiu, mas a História não acabou. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p.180)

> CD EFD CL SD Nº 40) Ao falar sobre a crise brasileira, uma resolução do I Congresso do PT (1991) afirmava: ´ o governo Collor] prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados (...) A crise atual não poderá ser resolvida por uma nova composição interna das elites, *a não ser a um custo social inevitável´* <u>O transformismo é claro.</u> Os que vêem no processo uma saudável evolução sorriem: está sendo feito o prometido. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p.179)

Na recontextualização retórica do discurso do outro, chamamos a atenção para o agenciamento dos termos nos trechos: "a permanente dubiedade estratégica (...)"; "vago socialismo"; "transformismo hoje desvelado (...)" e "O transformismo é claro". No plano geral da argumentação, o SN "mutação acelerada" também adquire valor axiológico desvalorizante. Essas formas indiciam a estratégia de esvaziamento identitário imputado ao outro. A menção dos discursos passados do PT reforça a estratégia de se atribuir uma incoerência ética e política ao partido e aos seus membros. Analisemos o recurso seguinte.

ii) O uso da estrutura: SV + SN ou Sprep. (cujo semantismo sinaliza um perfil neoliberal atribuído a Lula, ao PT-governo ou à CUT;

A segunda parte do ensaio de Dias (2006), intitulada: *Elementos para a análise do governo Lula (Notas de conjuntura)* apresenta uma recorrência das estruturas supracitadas que atribuem ao adversário uma mudança de *habitus* políticos. Nas *seqüências discursivas* abaixo, a argumentação estrutura-se em torno da oposição entre os valores: o nacional vs o estrangeiro; a soberania vs o imperialismo (nossos os grifos):

> CD EFD CL SD Nº 34) A tão falada reforma tributária não sairá tão facilmente visto ser o *carrefour* dos interesses burgueses mas, quando isso interessa, como no caso da lei das falências, poderá haver um arremedo de reforma tentando compatibilizar os interesses dos grupos econômicos e os das diversas esferas de poder (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, 230)

> CD EFD CL SD Nº 35) O atual governo de conciliação de classes subordina-se inteiramente ao imperialismo. Um ex-operário ocupa a Presidência da Republica e desempenha o papel de articulador, nos marcos do território brasileiro, do bloco de poder comandado pela burguesia financeira internacional (...) (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, 230)

> CD EFD CL SD Nº 36) (...) Lula que recitou o credo como bom cristão novo. Esse governo abandonou qualquer pretensão de projeto nacional autônomo- e tinha que ser assim se quisesse ser aceito-, tem que realizar todas as redefinições da ordem capitalista no seu início quando ainda tivesse ´apoio´ popular. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, 200- 201)

Em Tonet (2005), no ensaio *Esquerda Perplexa*, essas estruturas sintáticas mostram-se recorrentes:

> CD IT CL SD nº 1) A eleição de Lula para a presidência da República, com tudo o que ela implicava – chegada ao poder do PT, um partido de esquerda, representante declarado da classe trabalhadora; acesso ao mais alto posto de poder de um operário, e ainda mais, de um líder sindical combativo e que se dizia socialista – provocou uma verdadeira onda de esperança não só em milhões de pessoas, mas também em muitos intelectuais que se proclamavam de esquerda. (IVO TONET, 2005)

> CD IT CL SD nº 2) O impacto foi tão grande que mesmo as alianças problemáticas, as concessões programáticas aos interesses do capital já evidenciadas mesmo antes das eleições e aprofundadas nos primeiros meses de governo, foram aceitas a título de elementos necessários para enfrentar uma situação considerada muitíssimo delicada e desfavorável ao Brasil. (IVO TONET, 2005)

> CD IT CL SD nº 3) O fato é que não só nos primeiros meses, mas mesmo antes das eleições, a direção do PT vinha deixando claro o caminho que pretendia seguir. Após as eleições, este caminho se viu cada vez mais consolidado, com o estabelecimento de um núcleo de poder – Presidência, Casa Civil, Fazenda, Banco central, Agricultura e Indústria e Comércio – não apenas submetido a pressões, mas inteiramente afinado e articulado com os interesses do capital internacional. (IVO TONET, 2005)

> CD IT CL SD Nº 10) Outro exemplo muito significativo dessa postura "politicista" é a "Carta aos Brasileiros" escrita e publicada em 21 de junho do corrente e subscrita por inúmeras entidades. (...) segue-se uma lista de "proposições" que implicaria a realização plena da revolução burguesa no Brasil. Algo obviamente impossível. Mas, o mais importante é o tom de solicitação, quase de súplica ao governo. E, além do mais, a um governo que tem demonstrado com toda clareza, pela sua política econômica – espinha dorsal de qualquer orientação – que está postado firmemente do lado dos interesses do capital. Movimentos sociais desmobilizados e com uma posição ambígua em relação ao governo pedem-lhe "muito respeitosamente" que faça o contrário de tudo o que vem fazendo. Santa ingenuidade! (IVO TONET, 2005)

Na primeira seqüência discursiva desta série, chamamos atenção para o uso do pretérito imperfeito no relato indireto da fala do outro: um líder que *se dizia*..., intelectuais que *se proclamavam de esquerda*... O enunciador, por meio dessas formas, já coloca em questão a identidade político-discursiva dos atores sociais em questão. Na progressão textual, ele busca, então, demonstrar como esses atores modificaram seus *habitus* políticos; observe-se o uso das expressões modalizadoras *inteiramente afinado e articulado com*...; *cada vez mais consolidado... está postado firmemente ao lado dos interesses do capital;* elas parecem reforçar, intensificar a fixação de uma imagem do PT e do PT-governo como instâncias políticas que mudaram inteiramente suas posições políticas.

Na *seqüência discursiva* nº 36 de Edmundo Fernandes Dias (2006), observe-se que ele utiliza a *modalização autonímica* no SN *apoio popular*; ele ironiza o discurso do outro e coloca em dúvida a pertinência da nomeação; esse enunciador parece ecoar o discurso que desvincula o PT e o presidente do apoio popular para a tomada de decisões. Vejamos, então, o último recurso à serviço da estratégia de esvaziamento identitário e, em seguida, apresentaremos os *ethé* mobilizados pelo contra-discurso na projeção de hetero-imagens.

iii) A *modalização autonímica*.

Authier-Revuz (1982), vimos no *Capítulo 5*, define a *modalização autonímica* como uma auto-representação do dizer, pela qual o enunciador retoma de forma reflexiva, um elemento X na cadeia linear do dizer, utilizando um auto-comentário ou colocando o

termo entre aspas. Por esse procedimento, o enunciador mostra sua discordância quanto à utilização de um termo para nomear um objeto/um ser.

Segundo a autora, trata-se de nomeações em concorrência, que indiciam os posicionamentos, as pertenças dos sujeitos relativamente a campos discursivos. O uso desse recurso lingüístico a serviço da construção das hetero-imagens pode ser observado em diversos trechos em nosso *corpus* (nossos os grifos):

> CD EFD CL SD Nº 37) Traição ou lógica - título de capítulo do ensaio de Edmundo Fernandes Dias (2006)
>
> CD EFD CL SD Nº 38) E veio o coeficiente previdenciário que ampliou, sem dó, nem piedade, o tempo de serviço, vale dizer, a escravidão ao Capital. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 210)
>
> CD EFD CL SD Nº 39) Reforma da previdência ou radicalização da ´refundação do capital´ (Título de capítulo) (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 156)

Chamamos atenção para o uso dos termos *lógica,* e dos sintagmas *escravidão ao Capital*, *radicalização da refundação do capital*, que preenchem a posição da nomeação reivindicada pelo enunciador. Esses termos sinalizam a atribuição ao adversário de *habitus*, de disposições consideradas negativas. O termo *lógica* adquire conotação negativa no contexto, pois o enunciador, neste capítulo, argumenta que a transformação do PT, a perda da perspectiva socialista se deu ao longo do tempo, já vinha sendo anunciada em várias resoluções partidárias (lembremos que esta idéia é defendida também por Iasi (2006)). Para Dias (2006), o partido apresentou sempre um

“movimento pendular: ora para a direita, ora para a esquerda” Esse intelectual afasta-se da crítica que imputa ao partido uma traição ou estelionato eleitoral.

Os dois sintagmas citados atribuem uma subserviência total do governo à lógica capitalista; o termo *radicalização,* se considerarmos a *memória discursiva* desse posicionamento, indica que este governo supera o de Fernando Henrique no sentido de implementar uma política neoliberal.

Em Ivo Tonet (2005) também se observa o uso dessa estratégia discursiva no processo de construção de hetero-imagens (nossos os grifos):

> CD IT CL SD nº 4) Não admira, pois, que os intelectuais que estavam imbuídos – uns mais, outros menos – deste ideário de “socialismo democrático” investissem tantas esperanças na chegada ao poder de um “partido de esquerda”, “socialista, mas democrático”, de “origem trabalhadora” e capitaneado por um autêntico “trabalhador”, “líder de trabalhadores”. Por um momento parecia que razão e emoção se encontravam juntas, e do lado “bom”, isto é, do lado das classes populares. Eppur... Existia toda a experiência européia de partidos que se diziam de esquerda e que, após chegar ao poder, realizaram exatamente aquelas tarefas que eram do interesse do capital. (IVO TONET, 2005)

Como se vê, o enunciador, ao mesmo tempo que marca distância do ponto de vista a quem as expressões entre aspas são atribuídas, também coloca em dúvida a pertinência das nomeações, ironiza aqueles que as utilizam; pois, no plano do discurso citante, defende-se que se trata de um partido e de uma política que estão a serviço do capital, portanto, não podem ser considerados de esquerda.

As análises mostraram que o contra-discurso, em geral, na construção das hetero-imagens, atribuem ao PT, ao PT-governo e a Lula os *ethé* do político ou do governo continuista e neoliberal.

Em Edmundo Fernandes Dias (2006), especificamente, encontramos ainda as imagens do político mutante ou transformista, do demagogo, populista e *marketeiro*, do esquizofrênico, do sucateador do setor público e do salvador da nação e não de uma classe oprimida. Vejamos algumas *seqüências discursivas* que indicam alguns dos *ethé* mencionados:

Do político mutante ou transformista:

> CD EFD CL SD nº 2) Diante das primeiras ´surpresas´ do governo Lula, militantes petistas colocam a questão: ´o governo está em disputa´. Novas ´surpresas´, novas dúvidas. Traição? Ou saudável evolução com a superação das ´bravatas´ do tempo da oposição? Os quadros superiores do Estado e da burocracia petista, obviamente, afirmaram a segunda, no que foram acompanhados por toda a direita. (...) O transformismo é claro. Os que vêem no processo uma saudável evolução sorriem: está sendo feito o prometido. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 179)

Do demagogo, populista, marketeiro:

> CD EFD CL SD nº 13) O ´improviso´, quando o Presidente se sente à vontade, em casa, e solta suas costumeiras metáforas, suas boutades, é fortemente significativo. Típica foi a frase sobre o ´bando´ de generais e de soldados. O uso descuidado das palavras revela despreocupação com seus efeitos, constituindo-se em uma condenada bravata. A forma com que se processam os acontecimentos possui uma lógica que merece nossa atenção. O exercício do poder executivo, independentemente das personae vividas pelos seus ´atores´, é marcado por toda uma semiótica. O deixar-se fotografar desta ou daquela maneira, a gestualidade, a forma pela qual se pronuncia o discurso político, os bonés que usa ou deixa de usar, tocar violino ou bongô, nada escapa ao olhar atento do analista. A banalização da figura presidencial. A banalização da figura presidencial se, por um lado, torna o presidente mais familiar (ele é

> igualzinho a nós – este é o intertexto desejado), por outro lado, a vulgariza e fragiliza. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p.184)

Do esquizofrênico (por manter no corpo do governo tendências divergentes, afetas tanto à gestão neoliberal da economia quanto à implementação de políticas sociais):

> CD EFD PS SD nº1) O que se coloca hoje é a necessidade imperativa de manter as lutas e mobilizações, de se perceber que todo e qualquer processo só pode ser obra coletiva de militantes de diversas orientações unificados em torno de um projeto de transformação social e não de uma vitória eleitoral. Aqui fica claro o verbo, o discurso de Genro. Moratória da utopia. Obviamente, o governo não abandonará, pelo menos no discurso, a utopia. Mas deve regenerá-la, ou seja, adequá-la aos seus projetos atuais. Uma utopia regenerada é um outro projeto. As palavras podem ser as mesmas, as práticas não. Daí a sensação de que existe uma ´esquizofrenia´ nas ações governamentais. Mas, lembrava o velho Marx, o segredo da sagrada família estava na prática terrestre. Os programas ´sociais´ de FHC serão mantidos, recauchutados. O programa *Fome Zero*, excelente como agitação e propaganda, não parece encaminhar na resolução dos problemas reais e pode ficar, inclusive, abaixo dos valores pagos pelo assistencialismo tucano. E nem mesmo este escapou dos cortes draconianos que visam o superávit primário. (EDMUNDO FERNANDES DIAS, 2006, p. 184)

Na seqüência, passemos à análise da projeção de hetero-imagens no discurso mais favorável.

7.4.2 A projeção de hetero-imagens pelo discurso mais favorável e a afirmação dos limites e das virtudes do governo Lula

Juarez Guimarães exerce a função de editor do boletim eletrônico mensal *Periscópio*, da Fundação Perseu Abramo e da Secretaria Nacional de Formação Política do PT. As informações do para-texto ("orelhas do livro") explica quais são os objetivos do boletim: trata-se de uma publicação que visa a auxiliar as análises de conjuntura bem como a atuação de lideranças petistas; segundo essas informações, há uma busca para se

tornar tal espaço o mais plural possível e para se trazer a reflexão acadêmica para o âmbito partidário.

Ainda, no para-texto, ressalva-se que Guimarães não é o porta-voz oficial do partido; porém, suas reflexões sempre são feitas à luz dos objetivos históricos do PT. A análise e a crítica de Guimarães ao partido, ao governo e aos seus representantes parecem enquadrar-se na primeira vertente crítica de que falamos na seção anterior; ou seja, em uma análise conjuntural à luz das tradições nacional-desenvolvimentista, comunitarista cristã e socialista democrata.

Guimarães (2004) defende a tese de que as primeiras escolhas e medidas do governo Lula possuem sentido transitório; inserem-se em um período de mudança de paradigmas na concepção de organização do Estado brasileiro; este, defende o autor, está passando de uma etapa patrimonialista e elitista para uma fase verdadeiramente republicanista; o PT e o seu governo teriam um *potencial transformador* capaz de realizar tal mudança:

> DF JG CL SD nº 21) Assim, a melhor crítica da crítica ao governo Lula é exatamente o exercício mais pleno de suas potencialidades transformadoras. O que equivale, em primeiro lugar, a clarificar o sentido transitório ou de transição das suas primeiras opções, em particular na política econômica, a ir abrindo caminho para o crescimento com distribuição de renda, repondo agendas de sentido social e transformador, isolando e diminuindo os pontos de resistência à superação do neoliberalismo. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 99)

A temática e o *ethos* do potencial transformador e republicano atribuído ao PT e ao seu governo perpassam a maioria dos ensaios da coletânea; contudo, o autor salienta que esse potencial sofre com pressões de várias ordens; nessa perspectiva, uma outra temática e novos *ethé* podem ser abstraídos desse discurso e mostram-se recorrentes:

i) o *ethos* do governo de transição, que sofre com as pressões deste período e das instituições políticas brasileiras:

> DF JG GE SD nº3) (...) Por que, para a macroeconomia do governo Lula, o acesso ao emprego permaneceu até agora como uma variável basicamente dependente das forças de mercado e, pior ainda, do grau de confiança dos mercados financeiros cujos interesses trabalham abertamente contra uma dinâmica de crescimento do emprego? (...) A resposta que pode se dar a este paradoxo é que vivemos uma época de transição de paradigmas de organização do Estado brasileiro – de um paradigma neoliberal para a possibilidade de um paradigma republicano – e o governo Lula é, ao mesmo tempo, o principal sujeito e objeto, no sentido de sofrer as pressões desta transição. Um período de transição é, por definição, um período de choque de valores, racionalidades e projetos de país. Valores da ordem estatal, cristalizados até em instituições, leis e procedimentos, estão em questão; novas idéias, novos compromissos de Estado que revisitam opressões seculares – como a reforma agrária e políticas públicas de ação afirmativa dos direitos dos negros conquistam a legitimidade democrática de seu exercício (..) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 55 – 58)

> DF JG CL SD nº 12) Até por se ver às voltas com uma transição difícil, sentindo ao máximo sobre sua identidade as pressões do Estado e da força inercial sobre sua identidade as pressões do Estado e da força inercial do neoliberalismo, o PT no governo tem extremado a sua capacidade de realizar mediações, pactuar, ampliar seu diálogo civilizatório com as forças conservadoras brasileiras. Daí a importância decisiva de a CUT exercer plenamente nesta conjuntura de incertezas e esperanças a sua vocação republicana. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 150)

ii) o *ethos* do governo limitado pelos imperativos econômicos e pela tradição do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso:

> DF JG GE SD nº6) Em um ano e meio de gestão, a realidade não parece confirmar nenhuma das duas perspectivas. A direção progressivamente virtuosa da economia não ocorre em 2003: para uma previsão até maio de crescimento de 2,4% do PIB, colheu-se uma ligeira recessão. O desemprego cresceu, a renda dos trabalhadores caiu (...) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 68)

> DF JG GE SD nº7) Não se trata apenas da herança deixada por Fernando Henrique Cardoso, mas da dinâmica perversa que ela

> desencadeia: exige-se cada vez mais restrições aos gastos do Estado para pagar uma dívida financeira que não pára de crescer. Com isso, as restrições passam a condicionar negativamente o trabalho de muitos ministérios da área social que se posicionaram para deslanchar programas de largo impacto. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 68)

> DF JG GE SD nº8) É o caso de várias iniciativas decisivas tomadas pelo governo que têm seu efeito amortecido ou até mesmo anulado pelos impasses reiterados na retomada do crescimento. Três exemplos, entre muitos: os programas Fome Zero e o Bolsa Família, na proporção e no enfoque que vêm sendo adotados, representam uma grande inovação republicana no sentido de uma política pública contra a pobreza. Mas seus efeitos ficam amortecidos pela queda no consumo de alimentos das famílias, como se verificou em 2003. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 68)

Nesta argumentação, observe-se que o "o governo busca cumprir seu papel", assim, muitos ministérios, na avaliação do enunciador, *se posicionaram para deslanchar programas de largo impacto*, alguns programas *representam uma grande inovação republicana*. Esta última predicação apresenta-se muito recorrente na construção de hetero-imagens por Guimarães (2004); além de sinalizar o *ethos* do governo republicanista, adiciona a imagem do governo inovador, ou que representa uma novidade no fazer político brasileiro. Neste discurso, encontramos um alto índice de estruturas sintático-lexicais do tipo:

i) SV + SN ou Sprep. (cujo semantismo sinaliza o perfil de uma política renovadora, reativadora, de transição, anti-privatizante, reguladora, republicana); ou

ii) SN (perfil de uma política renovadora, reativadora, de transição, anti-privatizante, reguladora, republicana).

Vejamos algumas seqüências (nossos os grifos):

> DF JG CL SD nº 5) E no entanto, o governo Lula por seu processo de formação, pelas qualidades políticas que marcaram sua vitória eleitoral, pela linguagem nova em que anunciou a resposta aos seus desafios mais graves, está grávido de possibilidades futuras. Pensá-las não é especular ao acaso, mas concebê-las como resultado de uma força ativa, democrática e cada vez mais consciente agindo na história brasileira. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 23)

> DF JG CL SD nº 11) Do ponto de vista da interpretação histórica de Caio Prado, a vitória de Lula nas eleições presidenciais poderia ser entendida como um momento decisivo do encontro de uma força política orgânica ligada à classe trabalhadoras com a ordem política, em torno de um projeto de construção da nação. Um período de grandes transformações históricas estaria aberto, tendo como um dos aspectos centrais a reposição dos direitos de quem trabalha, de suas carências, mas também de suas perspectivas na história brasileira. Um ex-torneiro mecânico presidente: a síntese é típica da perspectiva de Caio Prado e constitui uma grande novidade para um país cuja tradição sempre deserdou, amesquinhou, oprimiu e excluiu a dignidade do trabalho. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 26)

> DF JG CL SD nº 18) Para o grande reformador Celso Furtado, (...) trata-se de revelar na formação do Brasil, a partir de sua condição periférica, a natureza de sua condição subdesenvolvida. O que marca o subdesenvolvimento é a cisão social estrutural entre o ´atrasado´ e o ´moderno´, (...) A superação do subdesenvolvimento para Celso Furtado poderia apenas ser produzida pela autonomia (não isolamento) do Brasil diante dos grandes centros capitalistas, em uma dinâmica que combinasse mercado interno e distribuição de renda. Esta autonomia, pensada a partir de um ponto de vista humanista e universalista, seria construída por reformas de base e pelo alargamento da dinâmica pública. (...) Deste ângulo histórico, a vitória de Lula seria a possibilidade de iniciar a superação da cisão social estrutural do Brasil. ´O encontro dos dois Brasis´, como disse o sociólogo francês Alain Touraine em recente artigo sobre a vitória de Lula. Este vindo de baixo para o centro do sistema político, retomaria a construção republicana por intermédio de um novo contrato social. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 27)

O uso dessas estruturas parece adensar-se quando o enunciador defende a tese de que o governo Lula tem proposto uma revisão dos fundamentos ético-políticos do Estado brasileiro na seqüência abaixo (nossos os grifos):

> DF JG CL SD nº 22) No que diz respeito ao reposicionamento do Estado, podemos anotar as seguintes mudanças promovidas pelo governo Lula:
>
> - retomada de funções estratégicas de planejamento pelo Ministério das Minas e Energia e regulação estratégica do setor elétrico, em que o neoliberalismo provocou seus maiores danos; superação do viés privatizante do BNDES e reorganização do principal banco de fomento do país para um agenda desenvolvimentista, nacional e social;
> - reorganização, por intermédio do Ministério das Cidades, da Conferência Nacional, realização de novos planos de financiamento do setor público para habitação popular e saneamento de áreas praticamente abandonadas em 1990; (...)
>
> Todas essas mudanças, que são estruturais, articulam-se com a nova postura do governo Lula de afirmação da soberania nacional (...) São mudanças cuja dinâmica permitirá ao Estado brasileiro alargar sua autonomia e dar um sentido socialmente mais democrático às suas bases de contratação. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 73-75)

A seqüência acima nos permite abstrair ainda, além do *ethos* do governo inovador, outros *ethé*: o do governo reativador das instituições estatais, o do incentivador da soberania nacional, anti-privatista, do valorizador das funções públicas, o que apresenta a capacidade para um nova contratação e pactuação social.

Diferentemente da argumentação anterior, o discurso de Guimarães (2004) não coloca em dúvida a identidade de esquerda do PT, de Lula ou da CUT; ao contrário, busca reforçá-la: associa o partido e sua história às tradições republicanistas do pensamento político brasileiro, descreve Lula por meio de *ethé* tais como: o do político autêntico representante do povo oprimido (como indiciam as seqüências nº 11 e 18), das classes trabalhadoras, ligado aos movimentos sociais, homem vindo de uma família humilde e bom cristão:

> DF JG CL SD nº 6) A vitória de Lula ilumina o sentido da história do PT. Em um certo sentido, até a derrota eleitoral de 1989 recebe uma nova significação. E, da mesma forma que o ser vivido pode dar luz nova à experiência, a história da sociedade brasileira pode nos ajudar a compreender o campo de possibilidades do futuro governo Lula. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 23-24)

> DF JG CL SD nº 7) Vieram à tona os 56 anos da vida de Lula, seu caminho desde sempre dramático e criativo, as greves do ABC, a experiência do cárcere e da morte da mãe, a campanha das Diretas, (...) Mas se fôssemos fazer a biografia social de Lula, da formação de sua personalidade de esquerda, o recuo histórico deveria ser ainda maior, no sentido de visitar as raízes da tradição socialista e popular no Brasil. Nelson Biondi, dirigente da equipe de marketing de José Serra, avaliou ao final: ´Lutamos contra um mito´. Sim, mas não certamente no sentido da ilusão ou da falsa imagem. (...) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 24)

> DF JG CL SD nº 23) A própria vida de Lula, sua origem humilde, seu caminho sacrificial, sua espontânea compaixão para com os humildes, encontra eco nos símbolos e na melhor teologia desta tradição. Pelo que se sabe, o sentimento cristão compõe a própria personalidade de Lula, a partir da vida exemplar de sua mãe. Para um país no qual a brutalidade e o cinismo se banalizaram, é inestimável o sopro de fraternidade que vem desta tradição para se pensar as transformações possíveis do país. As suas vozes milenares, mais antigas que o próprio sentimento do Brasil, estão na raiz de nossa civilização. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 29)

Se no discurso anterior recontextualiza-se o discurso do adversário para destituí-lo de sua identidade político-discursiva, aqui, Guimarães (2004) se vale desse procedimento para refutar aqueles que buscam identificar o PT a um partido da ordem ou social-democrata:

> DF JG CL SD nº 8) Quando nos deparamos com uma situação inédita, a tentação imediata é buscar o consolo e as certezas da analogia. Os jornais e as televisões nestes dias estão cheios de lugares-comuns cuja raiz última é a analogia. ´O PT repete hoje o caminho clássico da socialdemocracia européia, da desradicalização, e da viagem ao centro, da perda de sua identidade socialista´, dizem muitos. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 24)

> DF JG CL SD nº 9) Em primeiro lugar, não há ´um caminho clássico da socialdemocracia européia´. Esta tem origens diversas (marxistas, trabalhistas ou diretamente da tradição socialdemocrata) (...) Em segundo lugar é um erro clássico ´europeizar´ o Brasil. (...) José Dirceu não é um Friedrich Ebert (dirigente histórico da socialdemocracia alemã), assim como Celso Furtado não é Keynes e nem Lula é Mitterrand. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 25)

Além dos *ethé* já associados à imagem de Lula ou do PT-governo, nesta argumentação, encontramos ainda as imagens do governo que afirma a importância do Brasil e da América Latina no cenário mundial; criador de uma nova agenda internacional vocacionada para a paz e para a justiça social.

Poderíamos continuar a exemplificar esses últimos *ethé* atribuídos ao governo Lula por Juarez Guimarães (2004); entretanto, se estivermos certos, avaliamos que as análises feitas até o momento são bem representativas das recorrências temáticas, lingüístico-discursivas e argumentativas mobilizadas pelos intelectuais nos ensaios e que havíamos nos proposto a analisar.

Ao final dessa análise contrastiva, parece-nos que os ensaios em tela confirmam as reflexões feitas no âmbito dos estudos sobre a literatura de idéias, da Filosofia Política e da Sociologia dos Intelectuais: trata-se de uma escritura construída na confluência entre os pólos analítico, lógico-dedutivo e afetivo, passional, engajado. As reflexões que fizemos sobre os gestos de avaliação ética do governo Lula e de seus atores pelos intelectuais parecem nos autorizar a dizer que, nas análises conjunturais, a mobilização de uma *retórica epidíctica* é constitutiva desse dizer; funde-se, na progressão textual, aos procedimentos analíticos, baseados em

discursos de saber da teoria política, da ciência econômica, da sociologia e de outros campos.

A *retórica epidíctica* segundo Plantin (1990) pode ser entendida a partir de duas expressões; o orador pode ter como intenção comunicativa:

i) **louvar X (diante de A) a fim de persuadir A de que X é bom; ou então; ele pode**

ii) culpar X (diante de B) a fim de persuadir B de que X é mau.

Em nosso caso, diríamos que a argumentação de Juarez Guimarães (2004) busca persuadir o leitor de que o governo Lula é virtuoso, é depositário de confiança, representa uma inovação no fazer político brasileiro, possui uma vocação republicana e nacional-desenvolvimentista. Já o contra-discurso de Edmundo Fernandes Dias (2006) e Ivo Tonet (2005) objetivam, não culpar, como Plantin (1990) diz em sua fórmula, mas persuadir seu público de que o PT e o seu governo não são virtuosos, não são depositários de confiança, pois abandonaram teses antes defendidas e passaram a defender interesses neoliberais; representam, outrossim, uma continuidade em relação à política anterior, a qual criticavam veementemente.

Essas fórmulas de Plantin (1990) e sua concepção de argumentação como um procedimento para gerir as diferenças e os *diferendos*, salientamos, parecem resumir a tese defendida por Pierre Ansart (1983) de que o discurso político rege-se por uma lógica agônica; estruturada

por uma bi-polaridade afetiva, a partir da qual os atores sociais marcam diferenças uns em relação aos outros, constroem imagens valorizantes de si e desvalorizantes do adversário. O exame dessa lógica nos discursos dos intelectuais parece ter constituído o alicerce de nossa tese, o fio condutor de nossas análises ... Passemos, na seqüência, às nossas considerações finais...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de tese defendemos a hipótese central de que é possível, no período do primeiro mandato do governo Lula, identificar o surgimento de uma questão identitária no campo de produção de idéias da esquerda e no espaço de discussão pública. Verificamos que um grande número de avaliações do PT-governo questiona a coerência das medidas políticas e do discurso desses agentes tanto no âmbito das práticas partidárias e militantes quanto na esfera acadêmica.

O exame inicial de manifestos, de artigos da grande imprensa, de ensaios e mesmo discussões que mantivemos no cotidiano, como cidadãos, permitiram-nos observar posicionamentos que argumentavam no sentido de afirmar ou de negar uma identidade de esquerda de Lula ou do PT-governo. Nesses discursos, percebemos que cada ator social também buscava definir, implícita ou explicitamente, uma determinada concepção do "ser esquerda".

Assim, como conseqüência de nossa primeira hipótese, defendemos a idéia de que é possível identificar, no período analisado, um processo de afirmação e destituição de identidade político-discursiva; nesse processo, cada ator político busca reconfigurar o "ser esquerda" de um modo, de acordo com suas crenças, seu posicionamento no campo

político e de acordo com seu pertencimento institucional e/ou engajamento teórico-filosófico.

No início de nossa pesquisa, não entendíamos o porquê da atribuição de determinados epítetos ao ser esquerda: democrática, social-democrata, trotskista, radical, a esquerda do PT, clássica, revolucionária, humanista, cristã, moderna, convencional, entre outros; não entendíamos o porquê do uso das aspas no SN "esquerda", por parte de alguns intelectuais, sobremaneira, por aqueles que a grande imprensa chama de radicais. Quando apresentávamos para algum estudioso nosso objeto de pesquisa, alguns questionavam: "por que tal filósofo político de esquerda e não outro?", "Por que Ivo Tonet? Você pegou logo um xiita. Por que não, Carlos Nelson Coutinho?"

Assim, foi-nos impossível manter uma massa de dados constituída somente por uma ou duas fontes textuais, de um único ator que se reivindicasse de esquerda ou que permanecêssemos somente analisando manifestos ou análises de conjuntura, se quiséssemos entender a multiplicidade de epítetos atribuídos ao "ser esquerda"; por essa razão, enveredamo-nos na leitura e no estudo de ensaios políticos produzidos no âmbito da esquerda por filósofos políticos ou sociólogos. Essa leitura levou-nos a uma imersão na história das idéias políticas socialistas.

As reflexões de Patrick Charaudeau (2006) sobre o discurso político permitiram-nos dar um ordenamento metodológico no grupo de questões que fizemos no início de maneira ainda intuitiva e não sistemática. Seguimos, então, a premissa do lingüista para quem a análise do discurso político deve observar a dialética entre o *conceito político* (os ideais societários

defendidos e que fundamentam essa discursividade, produzidos no âmbito da intelectualidade) e a *prática política* (as ações efetivas que ocorrem nas *instâncias da governança, adversária, cidadã, midiática*). Esta última abrange as estratégias político-discursivas de persuasão e convencimento, que visam, ora a conquistar, ora a manter, ora a derrubar um tipo de poder.

Essa premissa conduziu nosso olhar sobre os ensaios dos intelectuais e nos permitiu fazer um duplo questionamento, o que resultou na organização das partes deste trabalho de tese:

i) quais os ideais políticos de esquerda e que representações podem ser mobilizadas quando os intelectuais definem o ser esquerda? e;

ii) quais os recursos lingüístico-argumentativos eles utilizam nesse processo?

Esse duplo questionamento, frisamos, também nos remete a outra premissa geral, defendida por Charaudeau (1983), a de que todo ato de linguagem resulta de fenômenos que dizem respeito tanto a um *exterior* (o âmbito da influência e da ação, os aspectos situacionais, psicossociológicos e históricos do intercâmbio), quanto do *interior* (esfera da discursivização, da textualização, propriamente dita, os aspectos lingüísticos, discursivos e argumentativos).

Qual a natureza dos ideais políticos de esquerda mobilizados nos textos analisados? Para responder a essa questão, foi-nos necessário definir, antes, o que se pode entender pelo termo ideal político, ou ainda, por ideologia política. Ao empreendermos uma revisão

bibliográfica sobre o fenômeno, chegamos à conclusão de que não se deve reduzir o conceito de ideologia à mistificação, à alienação, interpretação que preponderaria no campo das ciências sociais e no senso comum.

As reflexões de autores no âmbito da filosofia política, tais como, Meyer (1992), Ansart (1978), Fábio Reis (2000), Simon (1978), e mesmo Marx (2006), na *Ideologia Alemã*, mostram-nos que a ideologia é constitutiva tanto dos processos de simbolização, de semiotização, quanto da formação das comunidades e dos grupos humanos, em suas interações culturais e políticas; constituem um "cimento" sobre o qual erigem as identidades sociais.

Com os estudos de Charaudeau (2006) sobre o fenômeno ideológico, vimos que é possível entender as ideologias como representações com as quais os grupos interpretam o mundo, organizam a sociedade; são expressas em uma língua, na materialidade de um discurso, remetem a imagens do mundo; por isso, Charaudeau (2006) as chama de *imaginários sócio-discursivos* ou, no caso do discurso político, de *imaginários de verdade política*; podem ser agrupados por suas semelhanças semânticas, são sinalizados por signos a partir dos diversos extratos semióticos linguageiros; essencializam uma visão de mundo.

Ansart (1978) nos mostrou que a ideologia política constitui uma modalidade do imaginário social que expressa um ideal de bem viver, de viver em conjunto, comunica, ao mesmo tempo, explicações e incitações aos cidadãos: expressam um ´dever ser´, um ´fazer crer´, este se duplica em um ´fazer amar´, que aspira ´fazer agir´ (palavras de Ansart, 1978) . O exame

da fala ensaística que trata de política, as teorizações sobre a história do gênero e a Sociologia dos Intelectuais parecem comprovar essa *visée*, ao mesmo tempo explicativa e persuasiva.

Constitui o estatuto do intelectual uma dupla inserção institucional, ao mesmo tempo que ele atua no campo das ciências, da cátedra universitária, milita em alguma instituição política, engaja-se na defesa de um ideal societário, comunica idéias-guias voltadas para a ação; essa *visée*, vimos, foi explicitada, sobretudo, no dizer de Edmundo Fernandes Dias (2006), exemplo do intelectual que assume uma vocação para desempenhar as funções de explicação e incitação, persuasão, convencimento, formação.

Nessa perspectiva, o intelectual (e os ensaios que versam sobre política escritos por eles) analisados nesta pesquisa, apresentam-se, então, como guardiões e defensores de valores universais, de maneiras de ser e de agir que eles associam ao "ser esquerda"; expressam uma *visée* tanto retrospectiva quanto prospectiva na análise das determinações históricas; defendem racionalidades alternativas ao capitalismo, ao neoliberalismo; colocam seus conhecimentos no campo das ciências sociais para empreenderem uma crítica, um exame valorativo tanto de idéias, de teorias, de ideais societais, quanto dos atores sociais, suas ações e suas imagens.

Esse exame valorativo de idéias constitui um dos traços definidores do gênero ensaio, como nos mostra Sílvio Lima (1946); acrescentam-se ainda a esse dizer os traços da crítica e da polêmica. As análises mostram que os ensaios de Carlos Nelson Coutinho (1992), Ivo Tonet (2004, 2005), Edmundo Fernandes Dias (2006) e Juarez Guimarães (2004) estruturam-se

por um movimento de intenso diálogo com idéias, com ideologias políticas cujo objetivo pode ser o de propor uma definição conceitual do ser esquerda ou, então, o de analisar uma conjuntura; nessa perspectiva nós definimos esse tipo de texto como ensaios *teóricos-analíticos políticos*.

Esse tipo de ensaio inscreve-se na tradição francesa do ensaio cognitivo, lógico-dedutivo, analítico e ao mesmo tempo, polêmico, passional; nele o engajamento epistemológico, teórico é indissociável do engajamento político, ideológico; o sujeito projetará um *ethos* professoral, acadêmico e ao mesmo tempo militante, questionador, propositivo de um ideal societal, de valores e *imaginários de verdade política*.

Como as *seqüências discursivas* apontam, todos os ensaios analisados manifestam um *ethos* anti-capitalista, defendem a idéia de que um outro mudo é possível; entretanto, cada um o faz baseando-se em determinadas teorias, entretêm relações interpretativas diferentes com os pensamentos marxiano, gramsciano, lukáciano, entre outros. Coutinho (1992) e Juarez Guimarães (2004), vimos, parecem projetar, cada um à sua maneira, com nuances diferentes, um *ethos* do intelectual de esquerda democrático radical, mobilizam o *topos* do socialismo como democracia sem fim, da importância dos novos movimentos sociais, do fortalecimento do princípio da comunidade sobre o estatal. Nesse sentido, eles estariam conformes ao ideal habermasiano também.

Essa defesa do princípio da comunidade, da democracia radical parece constituir um senso comum associado ao que alguns chamam de esquerda moderna; assim, na maioria das vezes,

quando alguém se propõe a defender esse ideal político contemporaneamente, observa-se que a mobilização de tal *topos* ocupa o ponto mais alto da hierarquia de valores da argumentação. Nesse sentido, podemos dizer que os posicionamentos de Carlos Nelson Coutinho (1992) e de Juarez Guimarães (2004) podem ser considerados *doxais,* conformes a esse senso comum político relacionado ao ser esquerda; projetam, portanto, uma auto-imagem do intelectual de esquerda democrata radical; vimos que Guimarães (2004) acrescenta à essa imagem os traços do ser esquerda republicanista e nacional-desenvolvimentista.

Por outro lado, consideramos os posicionamentos de IvoTonet (2004, 2005) e Edmundo Fernandes Dias (2006) como heterodoxais, pois argumentam no sentido de criticar a validade mesma dos elementos que constituem a racionalidade política resultante da Revolução burguesa; assim, os discursos desses intelectuais argumentam no sentido de mostrar a limitação da democracia, da emancipação política, dos conceitos de Cidadania e de Estado; projetam uma auto-imagem do intelectual de esquerda revolucionário e crítico radical daqueles conceitos.

A polêmica entre os ideais de esquerda atestam o campo conflitivo no qual as ideologias existem; como lembra Ansart (1983), elas desempenham funções de integração, de incitação e de explicação. Assim, a função de incitação faz com que o fenômeno da ideologia política ligue-se indissociavelmente ao fenômeno da argumentação, da persuasão e do convencimento.

Como vimos, Boaventura Sousa Santos (2006, 2007) preconiza a necessidade de uma nova argumentação no campo de reflexão e de práticas de esquerda que possa resultar na construção de um novo senso comum emancipatório, cujo *topos* diretor seria o socialismo como democracia sem fim; este deveria reger as lutas sociais em todos os *espaços estruturais* da sociedade; teria a característica de transcender o que o autor chama de "cânone eurocêntrico de esquerda" – as experiências do regime soviético, chamadas de "socialismo real" e da social-democracia. Essa idéia permitiu-nos considerar os três ideais de esquerda estudados, três argumentações distintas em prol do que cada intelectual entende por emancipação social.

O exame dos índices de subjetividade e de alteridade permitiu-nos observar os engajamentos epistemológicos em operação em cada uma das três argumentações. A análise do agenciamento desses índices é de capital importância para o processo de afirmação e destituição de identidade político-discursiva; eles desempenham uma dupla função:

i) deixam marcas no texto da fronteira entre os discursos e os posicionamentos; sinalizam as filiações teóricas, as concordâncias e as distâncias entre os discursos;

ii) possibilitam a construção de imagens; permitem a avaliação ética das virtudes e dos vícios dos atores sociais, de suas ações; enfim contribuem para a atribuição de perfis daqueles que têm suas falas relatadas ou referidas.

As diferentes definições do ser esquerda vistas neste trabalho de tese, as relações que cada intelectual entretém com o pensamento marxiano, com a crítica marxista ou outros saberes de conhecimento e que fundamentam suas definições, permitem-nos ver em operação mais uma premissa de Charaudeau (2006), a de que as significações do discurso político resultam de um processo constante de construção-reconstrução de saberes e de crenças que são determinados pelo lugar que os sujeitos ocupam e pelos seus posicionamentos no campo político.

Essa constante construção-reconstrução testemunha também o caráter histórico da evolução dos conceitos; as diferentes concepções do ser esquerda, os diversos traços de significado que as constituem, vimos com Bobbio (1995), Paul Veyne (1976), Reinhart Kosselleck (2006) e Boaventura Sousa Santos (2006, 2007), não podem ser considerados fixos, dados de uma vez por todas. O dinamismo histórico, suas contradições, o surgimento de novas demandas, de novos problemas levam os intelectuais a um esforço para captar essas novas realidades, a propor novos conceitos ou a reconfigurar os já existentes.

Esse dinamismo histórico, além de apontar para a possibilidade de uma constante reconfiguração conceitual, sinaliza também o caráter construcionista e reflexivo das identidades político-discursivas. Os estudos de Pere Petit (2006) e de Mauro Iasi (2006) parecem apontar nessa direção. Como vimos, eles explicam que a mudança de prática e de discurso do Partido dos Trabalhadores deu-se ao longo de um processo histórico, foi determinado por fatores contextuais mundiais e nacionais, pela atuação das lideranças que se posicionaram para conquistar cargos eletivos, pela mudança dos quadros partidários, entre outros.

Essa reconfiguração identitária de um ator político, esperamos ter mostrado, pode ser interpretada de diversas maneiras: como incoerência, como amadurecimento, como fruto mesmo do processo histórico, de suas contradições, ou ainda, como traição. Essa mudança de rumos gerou vimos, as diversas avaliações éticas do PT, do seu governo e de Lula.

Para entender essas avaliações, foi-nos necessário ampliar a noção de *ethos* aristotélica: a partir de estudos em Análise do Discurso que apontavam para essa ampliação, defendemos aqui a necessidade de se entender essa categoria, não somente como um processo de projeção de imagens de si, ou seja, auto-imagens, mas também como projeção de imagens do outro, (de hetero-imagens); essa estratégia integra, vimos, os procedimentos de refutação, não somente dos discursos do outro, mas também de suas imagens e ações; ela pode realizar-se pela mobilização dos seguintes mecanismos enunciativos: o discurso relatado; a *modalização autonímica* e diversos arranjos sintáticos que agenciam subjetivemas.

Vimos que, nesse processo de projeção de hetero-imagens, os intelectuais utilizam uma *retórica epidicdica*, louvam ou avaliam negativamente os atores sociais. Argumentam, enfim, que as imagens desses atores estão ou não conformes a um bom político, que suas ações estão ou não conformes à boa ação política, passível ou não de conduzir a *pólis* à felicidade, à justiça, à solidariedade, à igualdade; avaliam, em síntese, a pertinência dos ideais propostos por esses atores.

Dissemos na *Metodologia*, que assumimos, neste trabalho de tese, o ponto de vista de Charaudeau (2006), para quem o analista do discurso não deve assumir o papel do cientista político ou do sociólogo, não deve prejulgar os ideais, os conceitos políticos, mas sim, contribuir para o delineamento, o entendimento desses ideais, seus valores e seus *imaginários de verdade política*. Pensamos também como Amossy (2000), que busca empreender suas análises da *doxa*, de uma *tópica*, do ponto de vista argumentativo e não ideológico; este busca mostrar o aspecto mistificador, alienante de um discurso; aquele atém-se a um trabalho descritivo e anlítico de *elementos dóxicos*, das estratégias argumentativas presentes nos discursos onde são mobilizados.

Confrontamo-nos aqui com diversos pontos de vista, com diversas linguagens de verdade política. Com quem está a razão? Se pensarmos com Ansart (1978) e com Michel Löwy (1985), estamos diante de interpretações, de diagnósticos da realidade que apontam tendencialidades, que se esforçam para capturar o dinamismo, a fugacidade do real; são discursos mediadores, tentam transpor os conflitos que ocorrem na materialidade histórica para o plano simbólico; e, como aqueles pensadores atestam, o plano simbólico-ideológico sempre é passível de distorções, deixa na sombra determinados aspectos da realidade, o que exige dos intelectuais uma constante reelaboração teórico-conceitual.

Assim sendo, neste espaço, não tomarei, explicitamente, partido de uma ou de outra tendência, deixo para fazê-lo em outros espaços, quando estiver investido de outros papeis sociais que não o de analista do discurso. O que aprendi, como pesquisador, como cidadão e como profissional da educação pública no magistério, para mim, foi já um grande ganho;

senti-me como se estivesse sendo alfabetizado politicamente; antes, não me preocupava em aprofundar minhas leituras das diversas tendências políticas, dos ideais societários; vez por outra, em algum debate, sentia que não possuía argumentos para contra-argumentar; hoje, acredito que reúno um pouco mais de condições para entender e para me pronunciar sobre os diversos posicionamentos políticos.

Espero ter sido bem sucedido nessa tarefa de ter contribuído para essa descrição dos imaginários, dos valores e dos *imaginários de verdade política* com os quais nos confrontamos no dia-a-dia; e os quais parecem dar lugar, cada vez mais às imagens, ao *marketing* político e à retórica na cena política. Proponho continuar enveredando-me pela análise da literatura de idéias; como diz Carlos Altamirano (2007), ela tem sido, no Brasil, uma forma paradigmática de expressão dos estudos filosóficos, literários e políticos, tem representado uma subordinação da arte de escrever à arte política.

Assim como os intelectuais cujos ensaios analisei, acredito que fui contaminado e permaneço fascinado pela Medusa da política, por algumas de suas formas de expressão, de pensamento. Desta maneira, espero continuar realizando essa empresa; talvez começarei a analisar ensaios biográficos ou auto-biográficos de intelectuais que se reivindicam de esquerda, como já sinalizei com o estudo da obra *a mosca azul* de Frei Betto (2006).

Além disso, permanecerei investigando a discursividade política, porque creio que nós, professores de Língua Portuguesa, em qualquer que seja a modalidade de ensino, podemos contribuir em nosso fazer, como diz Max Weber (1951) em seu livro *Le savant et le*

politique, para que nossos alunos compreendam de onde derivam as várias visões de mundo, de posicionamentos políticos com os quais eles têm de lidar. Assim, quem sabe, além de assumir minha função de levar os alunos a serem alfabetizados tecnicamente, a serem letrados, eu possa contribuir para que haja também, cada vez menos, analfabetos políticos, como diz Bertold Bretch:

> O pior analfabeto é o analfabeto político.
> Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.
> Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão,
> do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio
> dependem das decisões políticas.
> O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂMBITO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

ACQUIER, Marie-Laure. Avant-propos: prose d´idées, prose de pensée, bilan d´une réflexion. Disponível em: http://revel.unice.fr/cnarra. Acesso em 3 de março de 2008.

ADAM, J.M. *Linguistique textuelle* (des genres de discours aux textes)**.** Paris: Nathan, 1999.

ADORNO, Theodor W: O ensaio como forma. In: *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge M.B. de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 15-46.

AMOSSY, Ruth. Le pausible et l´évident: doxa, interdiscours, topique. In: *L´argumentation dans le discours*. Paris: Nathan, 2000. p. 99-126.

AMOSSY, Ruth. *Ethos prealable et ethos discursif: ethos et positionnement dans le champ*. Curso: L´argumentation dans le discours: l´ethos, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007a. 3f. Mimeografado.

AMOSSY, Ruth. *Ethos et linguistique de l´enonciation.* Curso: L´argumentation dans le discours: l´ethos, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007b. 4f. Mimeografado.

ANGENOT, Marc. *La parole panphlétaire* – contribuition à la typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982.

ARISTÓTELES. *A Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Famhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

AUCHLIN, A. Ethos e experiência do discurso. Algumas observações. In.: MARI, H; MACHADO, Ida Lúcia; Mello Renato de (org.) *Análise do discurso*: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive. *DRLAV* 26. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1982.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas:* as não-coincidências do dizer. Tradução de PFEIFFER, Cláudia Castellanos R. et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Algumas considerações sobre modalização autonímica e o discurso outro. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 34, n. 116, p. 7-30, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline . Duas palavras para uma coisa: trajetos de não-coincidência. *Universa*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 333- 360, junho/2000.

AZEVEDO, José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de J.J. Michel Lahud; Yara Frandeschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética:* a teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988a.

BAKHTIN, Mikhail. RICHMOND, John. *Bakhtin School Papers*. Essex: Univ. of Essex, 1988b.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). Tradução de Paulo Bezerra. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak; Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes Editores: 1995.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes Editores, 1989. p. 81-90.

BONNAFOUS, Simone. Le congrès de Metz (1979) du Parti Socialiste: Processus discursifs et structures lexicales à traves les motions Mitterrand, Rocard et C.E.R.E.S. *Langages*. Paris, Larousse, 1983.

CASSIN, Barbara. *Aristóteles e o Logos* – contos da fenomenologia comum. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. Analise do discurso: controvérsias e perspectivas . In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da Analise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 27-43.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu; Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l´expression*. Paris: Hachette Education, 1992.

COCKROFT, R.; COCKROFT, S. *Persuading people*. An introduction to rhetoric. London: Macmillan, 1992.

COSSUTA, Frederic. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. Tradução de Angela de Noronha Begnami. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político* – derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

DUCROT, Oswald. *O Dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1984.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne, In: Amossy, R. (org.) *Images de soi dans le discours*. Paris: Niestlé, 1999. p. 31-49.

EMEDIATO, Wander. *Enunciação e subjetividade na língua:* Seminário Tópico Variável: Discurso e Informação, 2006, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 14 f. Mimeografado.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Tradução de Roberto Machado; Eduardo Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: PUC: NAU, 1999.

GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tadeu, T. (org.). *Identidade e diferença* – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Enonciation: de la subjectivité dans le langage*. 3 ed. Paris: A. Colin: [Masson], 1997.

LE QUERLER, Nicole. Modalités épistémiques. In.: *Typologie des modalités*. Caen: Presses, Université de Caen, 1996. p. 71-111.

LESSA, Cláudio H. *A função dos índices de polifonia na construção e descontrução de imagens em textos opinativos.* 2001. 117 f. Dissertação de mestrado em Estudos

Lingüísticos. Programa de pós-graduação em lingüística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

LESSA, Cláudio H. A simulação de *ethos* coerente no discurso de parlamentares petistas**.** In: *I encontro mineiro de Análise do Discurso.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Letras/Núcleo de Análise do Discurso, 2005. 1 CD-ROM.

LESSA, Cláudio H. A gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários. In: Ida Lúcia Machado; Emília Mendes; William Menezes (org). *As emoções no discurso,* vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 89-102.

LIMA, Sílvio. *Ensaio sobre a essência do ensaio*. São Paulo: Acadêmica, 1946.

LITS, Marc. Pour une définition de l´essai. *Les lettres romanes***.** Louvain-la-Neuve: Faculté de philosophie et lettres, Tomo XLIV, nº 4, p. 282-296, 1990.

MACÉ, Marielle. *Le temps de l´essai* – Historie d´un genre en Frace au XX siècle. Paris: Belin, 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. Relações de força/poder entre "iluminados" e "loucos". In.: Wander Emediato; Ida Lúcia Machado; William Menezes (org.) *Análise do discurso:* gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 105-118.

MAINGUENEAU, D. *Genèse du discours*. Paris, Gallimard, 1984.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MENEZES, William. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998.* 493 f. 2004. Tese de doutorado em Estudos Lingüísticos. Programa de pós-graduação – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minais Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MEYER, M. Des idées à l´ideologie. In: *Langage et littérature*. France, Presses Universitaire, 1992. p. 125-147.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática, história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PÊCHEAUX, Michel. Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática* ***do discurso*****:** uma introdução à obra de Michel Pecheux**.** Tradução de Bethania S. Mariani. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 61-105.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. *Tratado da Argumentação* – A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, C. *L´empire rhétorique* – Rhétorique et argumentation**.** Paris: Librairie Philosofique J. Vrin, 1997.

PLANTIN, Christian. *Essais sur l´argumentation* – introduction à l´étude linguistique de la parole argumentative. Paris: Kiné, 1990.

PLANTIN, Christian. *L´argumentation* – Histoire, théories et perspectives. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

SARFATI, Georges-Elia. Aspects épistemologiques et conceptuels d´une théorie de la doxa. In: Roselyne Koren; Ruth Amossy (org). *Après Perelman***:** quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques? Paris: L´Harmattan, 2002. p. 57-90.

SETTON, Maria das Graças Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: um leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ Editora dos Autores Associados, n. 20, p. 60-70, Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.

SILVA, Tadeu, T. (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000.

SUÁREZ, Antônio Abreu. *A arte de Argumentar* – Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

FILOSOFIA POLÍTICA OU SOCIOLOGIA

ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa da história intelectual. Tradução de Norberto Guarinelle. *Tempo Social, revista de sociologia da USP,* São Paulo, v. 19, n. 1, junho. 2007. Disponível em www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a01v19n1.pdf. Acesso em 5 de março de 2008.

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Paris: L´age d´homme, 1983.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder.* Tradução de Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala, 2005.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaries sociaux* – mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Éditions Bernard Grasset, 1927.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda* – razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1995.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada:* Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHASIN, José. A morte da esquerda e o neoliberalismo. *Revista Ensaios Ad hominem*, A determinação ontonegativa da politicidade. São Paulo, Editora Ensaio, edição especial, p. 115- 128, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção?. In: Adauto Novaes (org.) *O silêncio dos intelectuais***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios***.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CRUVINEL, Tereza. O que é ser de esquerda?. *caros amigos*. São Paulo, n. 21, abril/2007.

DOMENACH, Jean-Marie. O impasse da esquerda. In: *Opções da esquerda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. p. 25-39.

GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo*: critica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1999.

HABERMAS, J. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera publica* : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Strukturwandel der Offentlichkeit. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2006. p. 191-231.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais.* Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2005.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social.* Myrian Ferreira Leite (org.). São Paulo: Cortez, 1985.

LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Tradução de Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LÖWY, Michael. Internacionalismo hoje - Um fio de continuidade. *Revista Teoria e Debate,* n. 8, out./nov.dez. de 1989. Disponível em http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=543. Acesso em 8 de maio de 2008.

MACRIDIS, Roy. *Ideologias políticas contemporâneas.* Tradução de Luis Tupy Caldas de Moura; Maria Ines Caldas de Moura. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais* – Investigações em psicologia social. Tradução do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005.

NOVAES, Adauto (org). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MATOS, Olegária, C. F. *A escola de Frankfurt* – Luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martis Claret, 2006.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: *Manuscritos econômicos filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 13-44.

REIS, Fábio W. Identidade, política e teoria da escolha racional. In: *Mercado e utopia* – teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: EDUSP, 2000. p. p. 63-82.

SIMON, Michel. *Comprendre les ideologies* – les croyances, les idées, les valeurs. Lyon: Editions du Cerf, 1978.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice* – O social e o político na pós-modernidade**.** São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente* – contra o desperdício da experiência**.** São Paulo: Cortez, 2007.

TONET, Ivo**.** *Democracia ou Liberdade?*. Maceió: EDUFAL, 2004.

TONET, Ivo. Prefácio ao *Glosas críticas ... de Marx*. *Práxis*, Belo Horizonte, n. 5, p. 45-91, out-dez, 1995.

WOLF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: *O silêncio dos intelectuais***.** São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 45-68.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: Jacques Le Goff, Pierre Nora (org). *História: Novos Problemas.* Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976. p. 64-88.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Tradução de Ana Luísa Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. *Le savant et le politique.* Paris: Libraire Plon, 1951.

TEXTOS E ENSAIOS DE CONJUNTURA

AGGIO, Alberto. Uma identidade reformista para a esquerda**.** *Política Democrática***.** Brasília, Ano VIII, nº 22, p. 89-94, out/nov, 2008.

ALENCAR, Chico. Manifesto à Militância. Disponível em www.chicoalencar.com.br. Acesso em 20 de março de 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Uma esquerda fora de lugar*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

ARANTES, Paulo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad livros, coleção Baderna, 2004.

BETO, Frei. *a mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BORNHAUSEN, Jorge. O que é ser de esquerda. *caros amigos*. São Paulo, edição de aniversário, n. 121, p. 27, abril de 2007.

CRUVINEL, Tereza. O que é ser de esquerda?. *caros amigos*. São Paulo, edição de aniversário, n. 121, p. 31, abril de 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira*: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FERNANDES, Florestan. Nós e o marxismo. José CHASIN (org.). *Ensaio*. São Paulo, nº 17/18, p. 125-146, 1989.

GARCIA, Cyro. O PT das origens não existe mais. *Marxismo Vivo*. São Paulo, n. 4, p. 93 -106, dez., 2001.

GENOÍNO, José. Esquerda sem projeto. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, n. 40, fevereiro/março/abril, 1999. Disponível em: http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/. Acesso em 8 de abril de 2007.

GENOÍNO, José. Vinte e cinco anos de PT: Lutas, compromissos e renovação. *Depoimentos sobre os 25 anos do PT*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 31 set., 2005. Disponível em http://www2.fpa.org.br. Acesso em 9 de abril de 2007.

GUIMARÃES, Juarez. *Leituras da crise* – diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

GUIMARÃES, Juarez. *A Esperança Equilibrista* – O governo Lula em tempos de transição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GUIMARAES, Juarez. *A esperança crítica*: 13 ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita. Belo Horizonte: Scriptum, 2007.

IASI, Mauro Luís. *As metamorfoses da consciência de classe* – o PT entre a negação e o consentimento**.** São Paulo: Editora expressão popular, 2006.

PETIT, Pere. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: Dias, R. Márcia; Perez, S.; M. José (org.) *Antes do vendaval* – um diagnóstico do governo Lula antes da crise política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 179-220.

PETRAS, James. "Novos ventos de esquerda" ou ar quente de uma nova direita?. Disponível em www.pstu.org.br. Acesso em 10 de maio de 2006.

SADER, Emir. *A esquerda e o governo Lula.* Disponível em www.alainet.org. Acesso em 20 de maio de 2005.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2005, A8.

TONET, Ivo. Esquerda Perplexa. *Revista Espaço Acadêmico***.** n. 54, nov./2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/054/54tonet.htm. Acesso em 9 de junho de 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana* – Estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WELMOWICCKI, José. Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein. *Marxismo Vivo,* São Paulo, nº. 4, p. 117-129, dez. 2001.

UNGER, Mangabeira. *O que a esquerda deve propor*. Tradução de. Antonio Risério Leite Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo